

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, CIDADANIA E
DIREITOS HUMANOS

ARNALDO COSTA GAMA

EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA MORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS
NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS

MANAUS/AM

2018

ARNALDO COSTA GAMA

**EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA MORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS
NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre do curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas - UEA.

Orientador: Dr. Antônio Gelson de Oliveira Nascimento.

MANAUS/AM

2018

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

Gama, Arnaldo Costa

Evolução e Distribuição da Mortalidade por Causas Externas nas Regiões Metropolitanas Brasileiras / Arnaldo Costa Gama. Manaus : [s.n], 2018.

239 f.: color.; 3 cm.

Dissertação - Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.

Inclui bibliografia

1. Violência. 2. Homicídios. 3. Região Metropolitana. 4. Tendências de Mortalidade. I. Nascimento, Antônio Gelson de Oliveira (Orient.). II. Universidade do Estado do Amazonas. III. Evolução e Distribuição da Mortalidade por Causas Externas nas Regiões Metropolitanas Brasileiras

ARNALDO COSTA GAMA

EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA MORTALIDADE POR CAUSAS
EXTERNAS NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS

Dissertação aprovada pelo Programa de Pós-
Graduação do Curso de Mestrado
Profissional em Segurança Pública,
Cidadania e Direitos Humanos, da
Universidade do Estado do Amazonas –
UEA.

Manaus, 07 de julho de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gelson Nascimento - Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Dr. André Zogahib - Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Dr. Pery Teixeira - Universidade Federal de Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos vão a todos os professores doutores que contribuíram grandemente para a minha formação na Universidade do Estado do Amazonas, onde aprendi e apurei a minha compreensão sobre os diversos conceitos dos problemas sociais, econômicos e culturais que acontecem nos aglomerados urbanos brasileiros.

Foram muitas as adversidades ao longo do caminho, mas, com o apoio de várias pessoas, que contribuíram direta e indiretamente, pude chegar até o final dessa caminhada. Por isso, não poderia deixar de agradecer, em especial:

Ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da Universidade do Estado do Amazonas, que acolheu minha proposta de trabalho. Meus agradecimentos a todos os professores e colegas de aula com quem tive a oportunidade de cursar algumas disciplinas no Mestrado.

Ao professor e amigo, Dr. Gelson Nascimento, que me acolheu como a um filho, e que com seu grande conhecimento e experiência profissional me ensinou a caminhar para a direção correta deste trabalho. A esta pessoa excepcional, deixo minha profunda gratidão e admiração pelo profissional, intelectual e acadêmico que ele é. Suas orientações, seu senso crítico e sua perspicácia me levaram a conhecer outras áreas do conhecimento para o entendimento da demografia e do mal que assola a sociedade: o fenômeno dos homicídios. Por essa razão, sou imensamente grato ao amigo Gelson.

Ao professor Jatinel Rodrigues Januário, que, no decorrer do trabalho, contribuiu com sugestões para a finalização deste.

Ao professor doutor Alfredo Wagner, por ter aceitado em participar da banca de qualificação. Agradeço suas sugestões e contribuições ao desenvolvimento deste trabalho.

Ao professor doutor Ricardo Nogueira, da Universidade Federal do Amazonas, que aceitou o convite para participar da banca de qualificação e que contribuiu imensamente com seu conhecimento para com este discente.

Ao professor doutor Moacir Campos, pesquisador do Inpa, que, de forma solícita, contribuiu com a produção e finalização dos mapas, os quais contribuíram para uma melhor representação dos dados neste trabalho.

Ao professor doutor André Zogahib, coordenador deste mestrado, por ter aceitado o convite para participar da banca de defesa e pela contribuição para a melhoria deste trabalho.

Ao professor Pery Teixeira da UFMG, a minha gratidão por ter aceitado o convite para participar da banca de defesa, por sua contribuição decisiva a este trabalho e por atender um pedido pessoal deste discente.

Ao meu pai, Vicente Amazonas Gama (*in memoriam*), por mostrar como a vida é preciosa e como os momentos em família são importantes e, ainda, por nos ensinar a vencer os obstáculos.

Aos meus pais (Francisca e Francisco de Assis - padraastro), irmãos (Socorro e Sozane), parentes e aos meus sogros (Maria Izete e Antonio Barboza), que compreenderam momentos que não pude estar presente em reuniões e confraternizações em família. Agradeço pela compreensão e apoio.

À minha esposa, Edilene Barboza, e aos meus filhos, Karolina e Luis Kauã, por compreenderem o quanto foi importante este trabalho, que exigiu tempo, dedicação, renúncia, que me levou a não estar presente em muitos eventos, momentos importantes de suas vidas. Agradeço por me entenderem e apoiarem. A eles, minha gratidão e meu amor eterno!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar a evolução e distribuição da mortalidade por homicídios nas Regiões Metropolitanas Brasileiras, com foco nas taxas de homicídios, no período de 1980 a 2014. Para tanto, foram utilizados dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), agregados por sexo, idade e subgrupos de causas: agressão por arma de fogo (homicídios, com intenção determinada) e demais agressões sem arma de fogo (homicídios, intervenção legal). A princípio, as taxas de mortalidade foram padronizadas pelo método direto, tendo como população padrão a do Brasil, utilizando a Taxa Bruta de Mortalidade (TBM) e a Taxa Específica de Mortalidade (TEM), no caso da Região Metropolitana de Manaus (RMM). Os resultados obtidos nas taxas de mortalidade por homicídios nas RMs nos últimos 20 anos do período, as Taxas de Homicídios, quase sempre estiveram a baixo da média nacional, e, a partir do final da década de 1990, as populações de algumas RMs experimentaram uma escalada da violência, principalmente nas RMs da Grande Vitória (82,51 em 1998), Recife (70,45 em 1999), Fortaleza (68,72 em 2014), Salvador (65,27 em 2010) e Belém (61,05 em 2011). A partir da década 2010, há uma tendência de crescimento nas taxas, apesar dessas RMs apresentarem características distintas. Os resultados negativos das taxas foram observados nas RMs de São Paulo a partir de 2000 (14,75 menor taxa em 2014), Rio de Janeiro a partir de 1997 (29,96 menor taxa em 2014) e Belo Horizonte a partir de 2005 (33,56 menor taxa em 2014), que expunham em menor risco de violência interpessoal sua população. A violência na RMM tem o maior registro em 2011, com a taxa de 45,56 óbitos por 100.000 habitantes, e apresenta momentos cíclicos de aumento e declínio, mas sem longos períodos de queda como apresenta outras RMs. O que as regiões metropolitanas têm em comum são os acontecimentos violentos direcionados para as faixas etárias de 15 a 29 anos, que concentram os maiores riscos de mortalidade por homicídios. Na RMM, a mesma faixa etária se configura com maior registro (29,53% em 2011), apresentando tendência de crescimento nos dois últimos anos do período. A cidade-sede, Manaus, concentra mais de 90% do total dos registros de homicídios, sendo responsável por 77,32% de todos os homicídios ocorridos no Estado do Amazonas em 2014, tendo em vista que há maior concentração de população na cidade. A análise da evolução da mortalidade por homicídio possibilitou identificar os padrões de violência com base nas taxas de homicídios, além de observar as alterações de níveis de mortalidade entre as Regiões Metropolitanas Brasileiras comparativamente à RMM.

Palavras-Chaves: Violência; Homicídios; Região Metropolitana; Tendências de Mortalidade.

ABSTRACT

The main objective of this study was to analyze the evolution and distribution of homicide mortality in the Brazilian Metropolitan Regions, focusing on homicide rates, from 1980 to 2014. Data from the Mortality Information System (SIM) sex, age, and subgroups of causes: Firearm assault (homicide, determined intent) and other assaults without a firearm (homicide, legal intervention). At the beginning, the mortality rates were standardized by the direct method, using the Brazilian Mortality Rate (TBM) and the Specific Mortality Rate (TEM), in the case of the Metropolitan Region of Manaus (RMM). The results obtained in homicide mortality rates in MRIs in the last 20 years of the period, Homicide Rates were almost always below the national average, and from the late 1990s the populations of some MRIs experienced an escalation of violence mainly in the RMs of Greater Vitória (82.51 in 1998), Recife (70.45 in 1999), Fortaleza (68.72 in 2014), Salvador (65.27 in 2010) and Belém (61.05 in 2011). From the decade of 2010 onwards, there is a trend of growth in rates, adding that RMs have different characteristics. The negative results of the rates were observed in the São Paulo RMs from 2000 (14.75 lowest rate in 2014), Rio de Janeiro from 1997 (29.96 lowest rate in 2014) and Belo Horizonte from 2005 (33, 56 lowest rate in 2014) that exposed at lower risk of interpersonal violence their population. Violence in the Metropolitan Region of Manaus was the highest recorded in 2011 with a rate of 45.56 deaths per 100,000 inhabitants, showing cyclical times of increase and decline, but without long periods of decline as presented by other RMs. What metropolitan regions have in common are violent events targeting the 15-29 year-old age groups, where the highest death risk from homicides are concentrated. In the metropolitan region of Manaus, the same age group is the one with the highest rate (29.53% in 2011), showing a growth trend in the last two years of the period. The host city, Manaus, concentrates more than 90% of the total homicide records, accounting for 77.32% of all homicides occurred in the state of Amazonas in 2014, considering that there is a greater concentration of population in the city. The analysis of the evolution of homicide mortality made it possible to identify patterns of violence based on homicide rates, as well as to observe the changes in mortality levels among the Brazilian Metropolitan Regions compared to RMM.

Keywords: Violence; Homicide; Metropolitan Region; Mortality Trends.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1: 12 RM – Distribuição nos Estados Brasileiro IBGE 2016..... | 111 |
| Figura 2: Pirâmides etárias masculino, feminino da população brasileira nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010..... | 113 |
| Figura 3: Municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém | 115 |
| Figura 4: Pirâmides etárias masculino, feminino da RM de Belém nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010..... | 117 |
| Figura 5: Municípios que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza 2016..... | 120 |
| Figura 6: Pirâmides etárias masculino, feminino da Região Metropolitana de Fortaleza nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010..... | 125 |
| Figura 7: Municípios que compõem a Região Metropolitana de Natal | 127 |
| Figura 8: Pirâmides etárias masculino, feminino da Região Metropolitana de Natal nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010..... | 130 |
| Figura 9: Municípios que compõem a Região Metropolitana de Recife | 134 |
| Figura 10: Pirâmides etárias masculino, feminino da Região Metropolitana de Recife nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010..... | 139 |
| Figura 11: Municípios que compõem a Região Metropolitana de Salvador | 142 |
| Figura 12: Pirâmides etárias masculino, feminino da Região Metropolitana de Salvador nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010..... | 144 |
| Figura 13: Municípios que compõem a Região Metropolitana de Goiânia..... | 148 |
| Figura 14: Território Metropolitano: RMG e área de influência..... | 150 |
| Figura 15: Pirâmides etárias masculino, feminino da Região Metropolitana de Goiânia nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010..... | 152 |
| Figura 16: Municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte | 157 |
| Figura 17: Pirâmides etárias masculino, feminino da região metropolitana de Belo Horizonte nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010..... | 160 |
| Figura 18: Municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória. | 164 |
| Figura 19: Pirâmides etárias masculino, feminino da Região Metropolitana da Grande Vitória nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010..... | 168 |
| Figura 20: Municípios que compõem a Região Metropolitana de Rio de Janeiro. | 171 |
| Figura 21: Pirâmides etárias masculino, feminino da Região Metropolitana do Rio de Janeiro nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010..... | 176 |
| Figura 22: Municípios que compõem a Região Metropolitana de São Paulo. | 179 |
| Figura 23: Pirâmides etárias masculino, feminino da Região Metropolitana de São Paulo nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010..... | 184 |
| Figura 24: Municípios que compõem a Região Metropolitana de Porto Alegre. | 187 |
| Figura 25: Pirâmides etárias Masculino e Feminino da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010..... | 192 |

| | |
|---|-----|
| Figura 26: Municípios que compõem a Região Metropolitana de Manaus..... | 194 |
| Figura 27: Pirâmides etárias masculino, feminino da Região Metropolitana de Manaus nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010..... | 198 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1: Morfologias Urbanas, Urbano-regionais e Respectivas Referências Principais. | 71 |
| Quadro 2: Regiões Metropolitanas segundo as Grandes Regiões 2010 | 95 |
| Quadro 6: Estrutura de gestão projetada para RMR | 135 |
| Quadro 6: RMBH - Arranjo de Gestão..... | 158 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1: Mortalidade proporcional por categorias de causas externas (%) Regiões Metropolitanas Brasileiras, 2015. | 3 |
| Tabela 2: As 36 Regiões Metropolitanas Brasileiras: Unidades da Federação a qual pertencem, o ano de criação e suas respectivas populações em ordem crescente 2010..... | 96 |
| Tabela 3: RM - Municípios distribuídos por regiões | 98 |
| Tabela 4: Evolução de criação de municípios brasileiros de 1940 a 2013..... | 100 |
| Tabela 5: RM - População e número de municípios segundo a região geográfica - 2015.. | 104 |
| Tabela 6: 12 RMs - População na faixa etária específica, ambos os sexos, ano 2010..... | 107 |
| Tabela 7: Evolução populacional de 12 Regiões Metropolitanas Brasileiras nos anos 2000, 2010 e 2015. | 112 |
| Tabela 8: Evolução populacional da Região Metropolitana de Belém nos anos 2000, 2010 e 2015..... | 116 |
| Tabela 9: Evolução populacional da Região Metropolitana de Fortaleza nos anos 2000, 2010 e 2015..... | 123 |
| Tabela 10: Evolução populacional da Região Metropolitana de Natal nos anos 2000, 2010 e 2015..... | 129 |
| Tabela 11: Evolução populacional da Região Metropolitana de Recife nos anos 2000, 2010 e 2015..... | 138 |
| Tabela 12: Evolução populacional da Região Metropolitana de Salvador nos anos 2000, 2010 e 2015..... | 146 |
| Tabela 13: Evolução populacional da Região Metropolitana de Goiânia nos anos 2000, 2010 e 2015..... | 151 |
| Tabela 14: Evolução populacional da Região Metropolitana de Belo Horizonte nos anos 2000, 2010 e 2015..... | 161 |
| Tabela 15: Evolução populacional da Região Metropolitana da Grande Vitória nos anos 2000, 2010 e 2015..... | 166 |
| Tabela 16: Evolução populacional da Região Metropolitana do Rio de Janeiro nos anos 2000, 2010 e 2015..... | 174 |
| Tabela 17: Evolução populacional da Região Metropolitana de São Paulo nos anos 2000, 2010 e 2015..... | 181 |
| Tabela 18: Evolução populacional da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos 2000, 2010 e 2015..... | 190 |
| Tabela 19: Evolução populacional da Região Metropolitana de Manaus nos anos 2000, 2010 e 2015..... | 196 |
| Tabela 20: Evolução das taxas padronizadas de mortalidade por violência, em 12 Regiões Metropolitanas Brasileiras, 1980 – 2014. | 201 |
| Tabela 21: Taxa de mortalidade por homicídios, por 100 mil habitantes, padronizadas por idade, Regiões Metropolitanas, 1980 - 2014..... | 202 |

| | |
|---|-----|
| Tabela 22: Taxa de Mortalidade por homicídios, por 100.000 habitantes na Região Metropolitana de Manaus padronizada, município de Manaus e Brasil, no período de 1980 a 2014..... | 204 |
| Tabela 23: Distribuição proporcional dos homicídios nos municípios da RMM - 1980 e 2014..... | 205 |
| Tabela 24: Taxa de mortalidade por homicídios por 100.000 habitantes, segundo o sexo das vítimas, município de Manaus, 1980 - 2014..... | 206 |
| Tabela 25: Homicídios no município de Manaus: Taxa Específica de Mortalidade ajustada, por 100.000 habitantes, segundo o sexo masculino, por grupo de idade no período de 1980 a 2014..... | 207 |
| Tabela 26: Homicídios no município de Manaus: Taxa Específica de Mortalidade ajustada, por 100.000 habitantes, segundo o sexo feminino, por grupo de idade no período de 1980 a 2014..... | 207 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|---------|---|
| AVP | Anos de Vida Perdidos |
| BVS | Biblioteca Virtual em Saúde |
| BET | Banco de Estruturas Territoriais |
| CID | Classificação Internacional de Doenças |
| DATASUS | Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde |
| DO | Declaração de Óbitos |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| LMF | Laboratório de Manejo Florestal |
| MS | Ministério da Saúde |
| OMS | Organização Mundial de Saúde |
| OPAS | Organização Pan Americana de Saúde |
| PIA | População em Idade Ativa |
| PIM | Pólo Industrial de Manaus |
| RMM | Região Metropolitana de Manaus |
| SIM | Sistema de Informação de Mortalidade |
| SUSAM | Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas |
| UNDC | United Nations Disarmament Commission |
| WHO | World Health Organization |
| WRVH | World Report Violence Health |
| ZFM | Zona Franca de Manaus |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 18 |
| 2. CONCEITUANDO A VIOLÊNCIA | 11 |
| 2.1 Violência como fenômeno Geral | 11 |
| 2.1.1 A violência em Domennach | 15 |
| 2.1.2 A Violência em Sorel | 15 |
| 2.1.3 Violência e poder em Hannah Arendt | 17 |
| 2.1.4 A violência em Bourdieu | 19 |
| 2.1.5 A violência em Loic Wacquant | 22 |
| 2.1.6 A violência em Michaud | 26 |
| 2.1.7 A violência em Chesnais | 28 |
| 2.1.8 A violência em Derrida | 30 |
| 2.1.9 A Violência segundo o direito Brasileiro | 32 |
| 2.1.10 Discutindo os conceitos de violência em Minayo | 35 |
| 2.2 Violência no Brasil metropolitano | 36 |
| 3. COMPLEXIDADE DOS HOMICÍDIOS NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS | 42 |
| 3.1 Fatores sociais para cometimentos de homicídios | 43 |
| 3.2 Fatores culturais e os meios de comunicação | 48 |
| 3.4 Fatores econômicos | 50 |
| 3.4.2 Relação dos homicídios com as Regiões Metropolitanas | 52 |
| 3.5. Interiorização dos homicídios | 55 |
| 3.6 Políticas públicas na redução de homicídios nas Regiões Metropolitanas Brasileiras | 58 |
| 3.7 Fatores diversos para cometimentos de homicídios nas Regiões Metropolitanas | 61 |
| 4. REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS | 66 |
| 4.1 Alguns aspectos gerais que condicionam as Regiões Metropolitanas | 66 |
| 4.2 Destravando os nós entre metrópole e metropolização | 69 |
| 4.2.1 O conceito de MetrÓpole | 69 |
| 4.2.2 O Conceito de Metropolização | 73 |
| 4.2.3. Urbanização e industrialização | 75 |
| 4.3 Conceituando a Região Metropolitana | 76 |
| 4.4. Características das Áreas Metropolitanas | 82 |
| 4.5. Território Metropolitano Brasileiro | 87 |
| 4.6. Institucionalização das Regiões Metropolitanas no Brasil | 88 |
| 4.7. As Regiões Metropolitanas pós-Constituição de 1988 | 94 |
| 4.7.1. As Regiões Metropolitanas segundo o Banco de Estruturas Territoriais do IBGE 2016 | 99 |
| 4.7.2. População residente nas Regiões Metropolitanas Brasileiras | 103 |
| 5. MATERIAIS E MÉTODOS | 105 |
| 5.1. Fonte e Organização dos dados | 105 |
| 5.2. Métodos | 107 |
| 6. CARACTERIZAÇÃO DE 12 REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS | 111 |
| 6.1 Região Metropolitana de Belém | 114 |
| 6.2 Região Metropolitana de Fortaleza | 119 |
| 6.3 Região Metropolitana de Natal | 126 |
| 6.4 Região Metropolitana de Recife | 133 |
| 6.5 Região Metropolitana de Salvador | 140 |
| 6.6 Região Metropolitana de Goiânia | 147 |
| 6.7 Região Metropolitana de Belo Horizonte | 154 |
| 6.8 Região Metropolitana da Grande Vitória | 162 |
| 6.9 Região Metropolitana de Rio de Janeiro | 169 |

| | |
|---|------------|
| 6.10 Região Metropolitana de São Paulo | 178 |
| 6.11 Região Metropolitana de Porto Alegre | 185 |
| 6.12 Região Metropolitana de Manaus | 193 |
| 7. DISCUSSÃO DOS DADOS | 200 |
| 7.1 Evolução e tendência de homicídios nas Regiões Metropolitanas Brasileiras | 200 |
| 7.2 Homicídios na Região Metropolitana de Manaus | 203 |
| 7.3 Diferenciais por Sexo e Idade | 205 |
| 7.4 Variações entre as Regiões Metropolitanas e a Região Metropolitana de Manaus | 232 |
| 7.4.1 Grupo 1 - RMs com variações mínima em relação a RMM | 232 |
| 7.4.2 Grupo 2 - RMs com variação alta e com altas taxas, em relação à RMM | 233 |
| 7.4.3 Grupo 3 - RMs com variação alta e com altas taxas, em relação à RMM | 234 |
| 8. CONCLUSÃO | 236 |
| 9. BIBLIOGRAFIA | 239 |
| ANEXO A: 12 RMs - Taxas Brutas de Mortalidade padronizada por idade pelo método direto, período de 1980 a 2014. | 250 |
| ANEXO B: Taxa de mortalidade por homicídios padronizadas e sem padronização por 100.000 habitantes das Regiões Metropolitanas: Manaus, Recife, Fortaleza, Belém, Natal, Salvador, Belo Horizonte, Grande Vitória, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Brasil, no período de 1980 a 2014. | 251 |
| ANEXO C: Taxas de mortalidade por homicídios padronizadas por 100.000 habitantes das Regiões Metropolitanas de Manaus, Porto Alegre, Belo Horizonte e Goiânia, no período de 1980 a 2014. | 253 |
| ANEXO D: Taxas de mortalidade por homicídios padronizada por 100.000 habitantes das Regiões Metropolitanas de Manaus, Fortaleza, Natal, Salvador e Belém, no período de 1980 a 2014. | 254 |
| ANEXO E: Taxas de mortalidade por homicídios padronizada por 100.000 habitantes das Regiões Metropolitanas de Manaus, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Grande Vitória, no período de 1980 a 2014. | 255 |

INTRODUÇÃO

As mortes por causas externas ganharam contornos preocupantes nas últimas décadas no Brasil, com destaque para os homicídios nos grandes aglomerados urbanos. São nas regiões metropolitanas brasileiras, com maiores concentrações populacionais, que o medo e a violência são mais presentes, ratificados nos conflitos sociais marcados pela face perniciosa da violência homicida (BEATO, 2012; ANDRADE et al, 2013; CERQUEIRA et al, 2017; NASCIMENTO et al, 2017).

No conjunto desses óbitos, as mortes violentas por homicídios, são as maiores responsáveis por essa epidemia com relevância regional, nacional e internacional em que as vítimas principais são homens jovens, comumente em idade de trabalho (SOUZA E MINAYO, 2005; TAVARES DOS SANTOS, 1999; AIDAR, 2003, CERQUEIRA et al. 2017).

A violência urbana deixou de ser oculta nas grandes cidades, detectada na face da violência sexual, nas rixas familiares e nos espancamentos de crianças, adolescentes e mulheres, transformando-se na morte violenta: os homicídios. Fenômeno que ganha eco pela mídia e que se manifesta nas taxas de criminalidade nas regiões metropolitanas brasileiras.

Outro ponto percebido pela violência criminal urbana está no recrudescimento das conflitualidades sociais contemporâneas, uma vez que estão mais presentes, no seio das comunidades, as ações de milícias, do crime organizado com destaque para o tráfico de drogas e o comércio ilegal de armas; pela difusão das armas de fogo, o que tem levado maior letalidade aos atos delitivos (TAVARES DOS SANTOS, 2002).

Nos escritos de Dias Júnior (2004), a mortalidade é bastante dinâmica nos municípios brasileiros quando observadas as questões regionais como o desenvolvimento econômico, a saúde, educação, infraestrutura, etc. Neste sentido, criando cenários diversos de mortalidade, uma vez que o Brasil passou por uma transição epidemiológica.

Os homicídios estão classificados nos grupos de óbitos por causas externas e são, segundo Chesnais (2003), causados por fatores externos que o autor enumerou de “não natural”, provocadas por intervenção voluntária (homicídio ou suicídio) ou por motivos extremamente brutais, como os acidentes de trânsito (CHESNAIS, 2003.p.5).

Nascimento (2011) ratifica o pensamento de Chesnais. Os homicídios estão caracterizados no grupo de causas externas, no qual estão as mortes por agressão causadas por lesões infligidas, praticadas por outra pessoa com a intenção de ferir ou matar, assim como os óbitos por negligência e abandono e por maus-tratos (NASCIMENTO, 2011.p. 20).

Os óbitos por causas externas assumiram posição de relevância no ranking de morbimortalidade em áreas urbanas. Essas mortes podem ser oriundas de causas básicas de lesões, como homicídios, acidentes de transportes, suicídios, agressões, quedas, envenenamentos, sufocações ou afogamentos (SOUZA E MINAYO, 2005).

Esses óbitos são classificados de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID), assim como a agressão vem se construindo, ao longo da história, como indicador de grau de risco ao qual uma população de certo espaço geográfico está sujeita em um período determinado (NASCIMENTO, 2011; BRASIL, 2015; WAISELFISZ, 2016; CERQUEIRA et al. 2017).

Para Nascimento (2006), esses acontecimentos violentos afetam o crescimento demográfico, com efeitos regressivos na expectativa de vida e provocam vazamentos no orçamento público, sobretudo nos custos com o sistema de saúde. O mesmo autor afirma que a intensidade de determinadas causas, principalmente os homicídios, pode contribuir para a diminuição do crescimento econômico, uma vez que o fenômeno carrega consigo a insegurança, o medo que acomete as pessoas que habitam as grandes cidades, onde as taxas de homicídios são mais elevadas (NASCIMENTO, 2006. p.12).

Nos últimos 50 anos, diversos países da América Latina passaram por uma mudança na condição de saúde. O declínio da mortalidade está relacionado ao desenvolvimento econômico ou com intervenções de saúde. No entanto, é importante observar outros fatores como o perfil epidemiológico da mortalidade e seu resultado de acordo com cada especificidade (FRENK; LOZANO; BOBADILLA, 1994).

Essa mudança no perfil epidemiológico ocorreu no Brasil no início do século XX. Prata (1992) afirma que o Brasil passou por essa transição, da mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias no início do século e representava 46% no total, em 1930, enquanto que em 1980 chegou a 7%. Por outro lado, aumentaram os registros de óbitos por doenças do aparelho circulatório, sendo 12% em 1930 e alcançando 33% em 1985 (PRATA, 1992.p.170).

Estudos de Camargo (2003) comprovam que as causas de mortes no Brasil são, na sua maioria, causadas por doenças do aparelho circulatório, seguida de doenças do aparelho respiratório e em terceira causa os óbitos por causas externas. Camargo afirma que em algumas regiões os óbitos por causas externas aparecem em segundo no ranking (CAMARGO, 2003).

Ao analisarmos as causas de óbitos nas Regiões Metropolitanas Brasileiras com dados extraídos do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM/MS), apresentam-se configurações diferentes em 2015 e mantendo as doenças do aparelho respiratório em primeiro no ranking. A Região Metropolitana de São Paulo apresenta a maior taxa (32,69%), seguida da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (30,82%) e a de Belo Horizonte (28,93%). Por outro lado, as Regiões Metropolitanas de Manaus (21,64%), Belém (21,05%) e Fortaleza (20,49%) aparecem em segundo no ranking, configurando que os óbitos por causas externas estão crescendo no Brasil.

Ao desagregar o grupo de causas externas de mortalidade, em 2015, com informações do SIM/MS, observou-se que os óbitos por homicídios têm peso significativo no conjunto dessas causas de mortalidade. Cerca de metade dos óbitos observados nessas regiões são em decorrência da violência homicida (Tabela 1).

Tabela 1: Mortalidade proporcional por categorias de causas externas (%) Regiões Metropolitanas Brasileiras, 2015.

| Grupos de Categorias | RMM | RMB | RMF | RMN | RMR | RMS | RMGV | RMSP | RMRJ | RMBH | RMGORMPOA | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------------|--------------|
| Acidentes de transporte | 16,70 | 15,92 | 15,23 | 11,49 | 14,73 | 9,98 | 15,67 | 20,23 | 13,89 | 19,76 | 22,57 | 16,89 |
| Suicídios | 6,69 | 2,76 | 5,35 | 2,74 | 3,24 | 3,01 | 4,47 | 8,48 | 3,81 | 7,64 | 6,78 | 8,64 |
| Homicídios, incluídas as intervenções legais | 55,14 | 68,66 | 56,48 | 62,19 | 48,19 | 64,28 | 48,70 | 26,26 | 39,01 | 41,42 | 52,64 | 52,79 |
| Causas de intenção indeterminada | 1,40 | 1,20 | 9,31 | 8,90 | 14,55 | 7,25 | 5,43 | 11,66 | 7,79 | 12,43 | 0,54 | 4,16 |
| Demais causas externas | 20,07 | 11,46 | 13,63 | 14,68 | 19,30 | 15,48 | 25,74 | 33,37 | 35,49 | 18,75 | 17,46 | 17,54 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Base de dados do SIM/MS. Elaboração do autor.

Notas: Dados extraídos da base de dados do SIM/MS, por 100.000 habitantes, grupos de causas na Cid 10.

Tabela com as RMs: RMM Região Metropolitana de Manaus; RMB Região Metropolitana de Belém; RMF Região Metropolitana de Fortaleza; RMN Região Metropolitana de Natal; RMR Região Metropolitana Recife; RMS Região Metropolitana de Salvador; RMGV Região Metropolitana da Grande Vitória; RMSP Região Metropolitana de São Paulo; RMRJ Região Metropolitana do Rio de Janeiro; RMPA Região Metropolitana de Porto Alegre.

O Ministério da Saúde (MS) disponibiliza dados desses óbitos no sistema de informação sobre registros contínuos. Esses dados são importantes para elaboração de padrões de perfis epidemiológicos, planejamentos estratégicos de ações direcionadas, características sociais das vítimas para os órgãos de saúde pública estadual e municipal (OPAS, 2008; JORGE et al, 2010).

No Brasil, foi a partir de 1975 que se implantou o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, por meio do qual se obteve um espelho das estatísticas sobre mortalidade. Os dados foram padronizados em todo o país por meio de formulários do Registro Óbito, a partir de 1976, seguindo um modelo internacional de registro de óbitos, e, em 1979, passou a ser informatizado (CERQUEIRA, 2013).

Os Formulários de Registros de Óbitos contêm informações da Declaração de Óbito (DO) expedida por um médico, contudo, as causas mal definidas de óbito e as causas de óbitos com intenção indeterminada a partir das mudanças de preenchimento de modelos de formulários (DO) possibilitaram um registro mais apurado desses dados (BRASIL, 2011).

A DO é um formulário preenchido por um médico, conforme descrito no Artigo 84 do Código de Ética Médica. No capítulo X, essa declaração tem dois grandes objetivos:

Ser o documento padrão para coleta de informações sobre mortalidade subsidiando as estatísticas vitais e epidemiológicas no Brasil, conforme o determina o artigo 10 da Portaria nº 116, de 11 de fevereiro de 2009; Atender ao artigo 77 da Lei Nº. 6.216, de 30 de junho de 1975 – que altera a Lei 6.015/73 dos Registros Públicos e determina aos Cartórios de Registro Civil que a Certidão de Óbito para efeito de liberação de sepultamento e outras medidas legais, seja lavrada mediante da Declaração de Óbito (BRASIL, 2011. p. 5).

Apesar das informações padronizadas pelo SIM, existem municípios de algumas regiões, em especial Norte e Nordeste, que restringem o uso do sistema, dificultando o registro adequado desses óbitos, prejudicando a regularidade, qualidade e cobertura (ANDRADE e SZWARCOWALD, 2007). Essa afirmativa corrobora os apontamentos de Teixeira (1996). A cidade de Manaus, por exemplo, no período de 1980 a 1991, os óbitos por causas mal-definidas apresentaram crescimento extraordinário e já mereciam ser motivos de investigação específica (TEIXEIRA, 1996. p. 352 e 353).

Cerqueira (2013) demonstra que, em 2010, os números das causas indeterminadas dos homicídios podem ser maiores, cerca de 10,3%, significando que, em números, os homicídios poderiam passar de 60 mil mortes no Brasil (CERQUEIRA, 2013, p. 7). As

causas indeterminadas ocorrem quando o sistema de saúde não consegue identificar a causa que levou à morte do indivíduo.

O SIM passou por avanços das estatísticas de mortalidade e pela padronização de registros de dados de óbitos por meio da DO no Brasil e representa uma das fontes que auxilia no planejamento de políticas públicas, além de avaliação dos resultados dessas políticas. Apesar de os problemas enfrentados com a violência serem de natureza diversa, “as manifestações da violência, não permitem uma classificação muito precisa e, ao mesmo tempo, compreensiva” (MINAYO, 1994. p.10).

A evolução da mortalidade por causas externas no Brasil ganha força em meados da década de 80, com destaque para os homicídios nos aglomerados urbanos, que apresentaram grande potencial de crescimento. Para alguns pesquisadores, houve uma diminuição da mortalidade por causas relacionadas às doenças infecto-contagiosas e isso contribuiu para o aumento da mortalidade por causas externas e das doenças cardiovasculares e neoplasias (OMRAN, 1983; PRATA, 1992).

Outros estudos contribuíram significativamente para o entendimento das mortes por causas externas no país (CHESNAIS, 1999; ZALUAR, 1999; SOUZA E MINAYO, 2005; BATITUCCI, 1998; WAISELFISZ, 2000; ADORNO, 2002; CERQUEIRA E LOBÃO, 2004; BEATO et al, 2004). Possibilitando outros entendimentos sobre o fenômeno, dados estatísticos sobre as Regiões Metropolitanas, com recortes nos estados apresentando outros níveis diferenciados para a compreensão da violência urbana no Brasil.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, editado por Krug et al (2014), no qual apresenta as mortes violentas no mundo. A estimativa é que o número alcançou 165.617 assassinatos no mundo em 2012. O mesmo relatório aponta para os países da América Latina que estão no topo do ranking, como Honduras (103,9) e Venezuela (57,6). Quando analisados os homicídios praticados por armas de fogo, ficam em primeiro lugar no ranking a Venezuela (90%), seguida da Guatemala (86%), Honduras (84%), Colômbia e Panamá (80%) e El Salvador e Trinidad e Tobago (77%), (KRUG et al, 2014).

No Brasil, a taxa de homicídio por 100.000 habitantes teve um crescimento, como afirma Rodrigues (2017). O autor analisou, no período de 2000 a 2015, com informações do Sistema de Informações Sobre Mortalidade (SIM/MS), que houve um crescimento das mortes por causas externas no país em 28,5%. No mesmo intervalo, o número de mortes por homicídios teve um crescimento de 30%. Segundo Rodrigues, foram mais de 59 mil

homicídios registrados em 2015, o que representa uma média de 7 assassinatos por hora no Brasil.

De acordo com Rodrigues, em números absolutos, o Estado da Bahia teve o maior registro 6.012, quando analisada a taxa de homicídios por 100.000 mil habitantes. Os Estados de Sergipe, Alagoas e Ceará lideram o ranking dessas taxas (58,09, 52,33 e 46,75 respectivamente).

Os homens jovens são as principais vítimas e o uso de arma de fogo e a drogas têm contribuído para esse cometimento de crime. Em 1980, 71,6% das mortes de jovens por arma de fogo tiveram envolvimento direto na categoria homicídios. Em 2012, esse número chega a 95,9%, aponta os estudos (WASELFISZ, 2015).

Cerqueira et al (2017) ao analisar as variações dos homicídios cometidos com uso de arma de fogo em Unidades Federativas Brasileiras, por 100 mil habitantes, no período de 2005 e 2015, verificou que em quatro estados houve aumento de 50%. Em três deles, o aumento foi de 50% e 100%, mas foi em 11 Estados que houve um crescimento acima de 100% no período, sendo que em todos os estados do Norte e Nordeste e no Rio Grande do Norte a variação alcançou 303% (CERQUEIRA et al, 2017. p.46).

O Mapa da Violência 2015 registra 160,036 vidas que não foram vítimas de arma de fogo por conta da aprovação do Estatuto do Desarmamento, sendo que desse total, 113,071 foram de jovens. A sequência de estudos sobre mortes com armas de fogo começou em 2005, o segundo em 2013 e o terceiro em 2015 com dados incorporados de 2011 e 2012 (WASELFISZ, 2015).

As drogas têm papel relevante nas vidas que são perdidas pelos acontecimentos de homicídios, uma vez que o mal das drogas causa problemas não só locais, mas também nacionais e internacionais, ou seja, o tráfico e consumo de entorpecentes têm contribuído para o aumento das taxas de homicídios no mundo.

As drogas no Brasil também têm sido fator de preocupação das autoridades públicas. O país deixou de ser um espaço de trânsito de entorpecentes e passou a ser consumidor. Essa afirmativa muito se deve à entrada de drogas pela tríplice fronteira (Brasil, Peru e Colômbia), uma das rotas por onde as drogas entram no país (NASCIMENTO et al, 2017).

São essas drogas que servem de estopim para o confronto entre gangues. Disputas entre facções criminosas pelo consumo, vendas e pontos de drogas têm sido apontados por alguns autores como um dos fatores para o incremento das taxas de mortalidade por causas

externas, dentre eles o suicídio, acidentes de trânsito e os homicídios (STEVENS E TAYLOR BEWLEY, 2009; BEATO, 2012; WAISELFISZ, 2015).

É evidente que os registros de mortalidade por causas externas no Brasil ocorrem com maior incidência em áreas urbanas metropolitanas e o fenômeno acaba se tornando um problema comum aos municípios que se ligam por meio desses novos arranjos, assim como a gestão, a saúde, o transporte, etc.

A violência vem aumentando significativamente em espaços com grandes aglomerados de pessoas (NASCIMENTO, 2011). É nesse contexto de aglomerados metropolitanos que surgem os diversos problemas, não só urbanos, mas econômicos e sociais, que exigem participação conjunta de órgãos federados para tentar conter os registros de homicídios que se apresentam com mais frequência (MINAYO, 2006).

A violência é entendida como uma força física bruta, uso abusivo da força contra alguém, violação da natureza de alguém, transgressão de norma considerada justa por uma sociedade, características de relações sociais pela opressão, intimidação pelo medo, etc. (CHAUÍ, 2011).

Em uma visão contemporânea, José Vicente Tavares (2007), contextualiza a violência brasileira por meio das condutas sociais que são plurais: “múltiplas linguagens de padrões de orientação da conduta não raro divergentes e incompatíveis” (TAVARES, 2007. p.18). O autor descreve o surgimento da violência como multifacetada, de forma simbólica, o que dificulta a ação dos poderes legitimados pela norma social.

O crescimento das grandes cidades, os problemas socioeconômicos, como a pobreza e a desigualdade incorpora a violência, como temos visto o impacto nas vidas das pessoas que moram nas metrópoles, ou nas Regiões Metropolitanas (RMs). De fato são diversos fatores que estão presentes nos diversos arranjos que podem afetar a questão da (in) segurança nos arranjos brasileiros.

Esses espaços urbanos são apresentados por Milton Santos (2013), os quais ele chama de “espaços da não-cidadania”. São espaços vazios, sem nada ou pouca ação do poder público em levar saúde, educação, infraestrutura, segurança. São nos arranjos metropolitanos que os indivíduos jovens são obrigados a permanecerem nesses locais, pelo fato de não disporem de recursos financeiros. São nos espaços urbanos que divisões de classes estão às claras, onde se encontra a cidade central, a metrópole (SANTOS, 2013. p.163).

Na visão de Francisconi e Souza (1976), a metrópole é a cidade principal de uma região ou país ou ainda um sistema de cidades e possuem características que podem ser

destacadas, como a grande concentração de pessoas, complexidades de funções, núcleo de intenso comércio, serviços e produtos diversos.

No dizer de Nogueira (2011), as regiões metropolitanas são fenômenos urbanos onde se concentra o volume de trabalho, onde estão localizados bens e serviços diversos. É um “fenômeno urbano, gerador das grandes aglomerações como lugar de vida da maioria dos brasileiros, pois aí estão localizados os bens, principalmente, os serviços necessários à reprodução das mais diversas atividades sociais” (NOGUEIRA, 2011. p. 180).

A região metropolitana é formada por municípios próximos entre si, conurbados. São integrados socioeconomicamente em uma cidade central e, por estarem tão próximos e interligados, os serviços públicos e de infraestrutura desses municípios devem ser planejados nacional e regionalmente, tendo em vista os interesses comuns (BRASIL, 2011).

A Região Metropolitana tem seu conceito mais voltado para as questões de unidades administrativas, divisões regionais, meio pelo qual se exerce a hierarquia e o controle na administração dos Estados. As RMs definem as competências e limites das autonomias e poderes estaduais e municipais na gestão do território pós-moderno.

Esse entendimento está ligado diretamente ao conceito singular de noção de Região: Localização e extensão. A Região pode ser assim empregada como uma referência associada à “locação e à extensão de um certo fato ou ainda a uma referência a limites mais ou menos habituais atribuídos à diversidade espacial” (GOMES, 2000. p.53), como no caso das Regiões Metropolitanas Brasileiras.

Esses espaços urbanos são regiões funcionais e não são vistos como uniformes, mas sim espaços de “múltiplas relações” que circulam e dão configuração a uma forma que é internamente diferenciada. A cidade tem o papel principal neste contexto, onde outros centros urbanos se organizam em torno desses espaços formando um verdadeiro sistema espacial diferenciado, ou seja, a cidade faz a região (GEORGE, 1990).

É neste contexto das cidades-sedes e municípios que estão concentrados os registros de óbitos por homicídios. Um fenômeno que está bastante vinculado às regiões metropolitanas e, seus efeitos, têm se estendido aos setores públicos de saúde e segurança e, no campo social, vêm provocando mudanças de comportamento e hábitos da sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, frente a um cenário que vislumbra uma extrema violência em todas as regiões metropolitanas, o homicídio é preponderante em relação às outras causas, como

suicídios, acidentes de transportes, causas indeterminada e as demais causas, por isso a necessidade de buscar uma melhor interpretação do fenômeno.

Assim, este trabalho busca saber: Qual a magnitude e a tendência de mortalidade por homicídio da Região Metropolitana de Manaus e nas Regiões Metropolitanas Brasileiras no período de 1980 a 2014? Com isso, o objetivo principal é estudar a mortalidade por homicídios nas Regiões Metropolitanas Brasileiras com foco nas taxas de homicídios, no período de 1980 a 2014. Para tanto, foram escolhidas 12 RMs (Manaus, Belém, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Grande Vitória, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia e Porto Alegre).

A partir desse trabalho, serão buscados os seguintes objetivos específicos:

- 1 - Calcular as taxas de criminalidade, por homicídio, nas 12 Regiões Metropolitanas.
- 2 - Descrever as taxas de mortalidade por homicídio nas 12 Regiões Metropolitanas e do município de Manaus;
- 3 - Analisar a evolução e tendência da taxa de mortalidade por homicídios nas 12 Regiões Metropolitanas Brasileiras;
- 4 - Descrever a taxa de mortalidade por homicídios nas faixas etárias específicas na Região Metropolitana de Manaus e no município de Manaus.

Para tanto, o trabalho está subdividido em nove capítulos, incluindo a introdução e bibliografia. O Capítulo 2 apresenta uma breve discussão sobre o conceito de violência como fenômeno geral e no contexto de existência no Brasil, uma vez que os homicídios se configuram como fenômeno epidemiológico. No Capítulo 3 evidencia-se a complexidade dos homicídios nas Regiões Metropolitanas Brasileiras e seus principais fatores para o cometimento desses óbitos. Na sequência, no Capítulo 4, apresentamos a evolução e as características das Regiões Metropolitanas Brasileiras até os dias atuais. Em seguida, o capítulo 5, apresenta a metodologia para tratamento dos dados extraídos do Sistema de Informação sobre Mortalidade, agrupados na categoria agressão (homicídios), classificadas de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID 9 e CID 10), nas faixas etárias em cada RM. No mesmo capítulo, apresenta-se o manuseio para construir a evolução das taxas de homicídios em cada RM. No Capítulo 6, são apresentadas as 12 RMs, com suas características diversas para melhor entendimento dos óbitos por causas externas no Brasil. No Capítulo 7, apresentamos a análise da evolução dos óbitos no grupamento de causas de mortalidade por agressão por homicídios, no qual a média trienal das taxas de homicídios nas 12 RMs são apresentadas, tendo a população Brasil como padrão, no período de 1980 a

2014, no qual são analisadas comparativamente a Região Metropolitana de Manaus e a descrição dos dados na cidade de Manaus. Com isso, busca-se uma análise do fenômeno por idade e sexo na cidade. No Capítulo 8, apresentamos um resumo dos principais resultados frente à evolução das taxas de homicídios nas 12 RMs bem como contribuições para novos estudos sobre o assunto.

2 CONCEITUANDO A VIOLÊNCIA

O mundo acompanha a crescente onda de violência que se espraia por meio das novas tecnologias de informação e comunicação nos aglomerados urbanos das grandes cidades, e o homem está no centro desse fenômeno. A história humana se preocupa em entender o que leva um ser humano a matar o outro, como por exemplo, entender o que leva a violência, a sua natureza, a sua origem, os meios, como prevenir ou eliminá-la de uma sociedade.

A violência é uma dialética entre os problemas da teoria social e da prática política e relacional da humanidade no entendimento de Minayo (1994). Para entender a violência é preciso olhar para questões históricas, econômicas, da moral, do direito, da psicologia, da saúde, da política, das inter-relações humanas e das instituições, por que não também das ações individuais.

É um conceito polissêmico, de conceituação complexa e controverso, segundo Carmona (2014). O conceito é descrito pelo Ministério da Saúde, na portaria número 737 de maio de 2001, que direciona a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência, sendo assim, são eventos representados por indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam danos físicos, emocionais, morais, etc. em uma relação dinâmica de proximidade.

Atualmente existem duas tendências de análise. A primeira explica o campo de ação, a segunda restringe o campo de ação do conceito. A violência está em todos os lugares: no seio da família, na escola, na igreja, no trabalho, etc. em sentido estrito que visa causar ferimentos às pessoas ou prejuízo aos bens. Por outro lado, há situações ocultas da violência que passa despercebida pelos indivíduos nas cidades.

São considerados casos graves de violência a desigualdade social que causa grave inferioridade, mas se observa que a violência tem se mostrado mais visíveis aos olhos, como as que se manifesta por meio de sequestros, extorsões, e até o mais violento de todos: o assassinato.

Neste capítulo, apresenta-se o conceito de violência de forma geral, com foco nos entendimentos de autores de renome e no fenômeno da violência como se apresenta no Brasil de forma específica, e como os homicídios, a forma mais expressiva de violência, tem-se mostrado impactante realidade brasileira.

2.1 Violência como fenômeno geral

A violência faz parte da condição humana. É preciso caracterizá-la e buscar entendê-la no mundo pós-moderno e suas novas configurações, uma vez que os diversos autores a apresentam em sentidos diferentes (ARENDRT, 1983; MICHAUD, 2001; PINHEIRO e ASSIS, 2002; MINAYO, 2006; BOURDIEU, 2007), conceituando o termo violência em contornos bem diferentes. Neste mesmo sentido as classificações, as forma de expressão e modalidades são apresentadas com critérios difusos, dificultando o seu entendimento.

Pinheiro e Assis (2001) consideram que as ações ou omissões humanas e condicionantes técnicos e sociais resultam na violência ou acidentes. São ações representadas por indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam danos físicos, emocionais, morais e ou espirituais a si próprio ou a outros (PINHEIRO E ASSIS, 2001. p.2), sendo este o mesmo entendimento de Minayo e Souza (1998).

Para Pinheiro e Assis (2001), nenhum problema isolado pode ser explicado; por exemplo, como um indivíduo tem seu comportamento em relação a outro e por que essa violência se sobressai em alguns lugares e em outros não. Há uma combinação de fatores que poderá indicar a violência, que se revela um problema multifacetado e complexo, cujas circunstâncias da violência intervêm em diferentes níveis¹. Podemos inferir que a violência tem enraizamento nas questões estruturantes econômicas, sociais e políticas e nas consequências individuais, uma vez que essas relações são dinâmicas entre elas.

Essas questões foram estudadas na “Escola de Chicago”² no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, onde os problemas da criminologia estavam nas discussões e análises dos fenômenos urbanos que a cidade apresentava devido às questões sócio-demográficas de modo geral.

As pesquisas sociológicas de caráter científico eram realizadas por abordagens formais e sistemáticas, cujos dados estatísticos não eram analisados e se privilegiava o trabalho de campo, estudos empíricos e observação direta dos fatos para então serem formuladas as teorias. Seu interesse voltava-se para a questão de urbanização, crime, juventude, família, etc. No teor social, a Escola Ecológica ou teoria ecológica volta-se para o estudo social da criminalidade.

¹ In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, Guilherme Assis. Violência Urbana. São Paulo: Publifolha, 2003. Mesmo sentido empregado na Portaria 737, de 16.05.2001 que estabelece a Política Nacional de Redução da Mortalidade por Acidentes e Violências do Ministério da Saúde, organizada pelos mesmos autores.

² A Escola de Chicago, também conhecida como teoria ecológica criminal ou da desorganização social, fundada em 1910, nos Estados Unidos, atribui à sociedade e não ao indivíduo as várias causas do comportamento criminal. Ver mais em: BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal. Ed. Revan, Instituto Carioca de Criminologia, Rio de Janeiro, 2002.

Robert E. Park e Ernest Burges, principais estudiosos da Escola Ecológica, afirmam que o enfraquecimento do combate do crime nos centros urbanos tem uma ligação com a questão demográfica, a deterioração familiar e as relações pessoais superficiais, o que acabou por dissipar o combate efetivo do crime nos centros urbanos.

Para Ernest Burges, os acontecimentos criminosos estariam mais presentes nas zonas “concêntricas” situadas nos centros das grandes cidades, onde estão presentes os comércios, os diversos serviços do estado, as agências bancárias etc., o que facilitaria a ação de criminosos. Por outro lado, Burges, afirma que, quanto mais afastado desses centros comerciais, os índices de crimes eram menores, pois concentram a classe menos favorecida.

De certo que os acontecimentos históricos contribuíram sobremaneira para o surgimento da teoria da ecologia humana, principalmente na questão do crime e da violência nos centros urbanos, pois os Estados Unidos passavam pela chegada de imigrantes e havia intensa discussão sobre as questões étnicas e o abalo que causava nos centros urbanos.

O que emergiu foi uma “desorganização social”, a marginalidade, a aculturação, a crise de valores tradicionais e familiares, a superpopulação, a acumulação de riquezas, o enfraquecimento social (MOLINA, 1992; COULON, 1995).

Por todas essas questões, o crime é produto desse meio. É aí que a violência se distingue, emerge, se molda no espaço, por isso a importância da Escola de Chicago nas análises empíricas sobre o crime, onde se pode entender a violência de suas formas mais complexas.

Alba Zaluar (1999) considera que o entendimento do conceito esbarra no termo que é considerado polifônico, desde a sua gênese. O termo está condicionado à força, vigor, emprego da força física:

Esta força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento, percepção esta que varia cultural e historicamente (ZALUAR, 1999 p.8).

Milena Chauí (2011) corrobora para o conceito de Zaluar, enumerando cinco definições para o entendimento do conceito de violência:

- 1) Tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar);
- 2) Todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar);

- 3) Todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar);
- 4) Todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito;
- 5) Consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror. (CHAUI, 2011. p.379).

Por sua vez, Graham e Gur (1969) descrevem o conceito de violência em um sentido único, que se sustenta no comportamento do indivíduo: “a violência se define, no sentido estrito, como um comportamento que visa causar ferimentos às pessoas ou prejuízos aos bens. Coletiva ou individualmente, podemos considerar tais atos de violência como bons, maus, ou nem um nem outro, segundo quem começa contra quem”, (GRAHAM E GUR, 1969. p. 10).

Krug et al (2012) ao produzir o relatório Mundial sobre Violência e Saúde, caracteriza a violência em uma perspectiva da saúde ou bem-estar das pessoas e apresenta o seguinte conceito:

O uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultarem lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2012. p. 5).

A intencionalidade do ato é descrita no conceito da Organização Mundial da Saúde, independente do resultado individual, como exemplo: os acidentes não intencionais, os acidentes de trânsito e as queimaduras, não estão nessa definição (KRUG et al, 2012).

O poder e a força física aparece na designação, na qual esse ato está mais ampliado, essas ações violentas estão ligadas à relação de poder, assim, as duas designações devem incluir atos que são negligentes e omissos, “todos os tipos de abuso físico, sexual e psicológico, bem como suicídio e outros atos de auto abuso” (KRUG et al., 2012. p.5).

Krug nos alerta para a complexidade do conceito da intencionalidade. A violência não intencional, por mais que resulte em violência, não significa que houve uma intenção em cometer tal ato, porém, deve haver uma distinção entre a intenção de lesar e a intenção de usar a violência, tendo em vista que a violência pode ser entendida como de antecedentes culturais e suas crenças, o ator que pratica a ação não percebe que está praticando atos violentos.

Entender o conceito de violência é de fato entender o conceito do ser humano “o vivido” adverte Minayo (2006), entender a sua dinâmica e sua realidade, não somente no caso brasileiro, mas nas sociedades, é fazer um exercício de compreender o homem e sua história.

2.1.1 A violência em Domennach

Para o filósofo, Jean-Marie Domenach (1981), em seu entendimento sobre violência, não se pode suprimir o conceito de uma forma simples e fixa, é preciso compreender sua evolução e suas características históricas: “Imbuída de muito sofrimento e muito sangue, mas a violência pode exercer outros papéis, como instauradora – ligadas às mudanças histórico e socioculturais que eram necessárias e benéficas” (DOMENACH, 1981, p. 42), ou seja, a violência deve ser entendida como uma rede, que se prolonga no tempo e espaço protegidas por instituições ou por ideologias.

O autor considera que a violência é definida em três aspectos principais: psicológico; moral e político. Psicológico pela força insana que produz, é, muitas das vezes, mortal; moral porque a propriedade e a liberdade dos outros são atingidas; e político devido o uso da força para conquistar o poder ou para conseguir algo para fins ilegais.

A violência é um fenômeno justificado, paradoxalmente, é apresentado como uma “condição para humanização das relações interpessoais ou internacionais” (DOMENACH, 1981. p. 38).

O Estado tem o poder legítimo do “monopólio da violência”, afastou a selvageria, os malefícios, a justiça que não está prevista em lei. É a autoridade que tem poder sobre a vida dos cidadãos, tanto pelo direito de punir como de defesa nacional, como afirma Max Weber. Na pós-modernidade, o Estado não é o termo que legitima a violência, mas é a violência que gera nas instituições redistribuindo o poder entre os Estados e entre as classes.

É preciso ver a violência na sua origem para buscar compreensão do fenômeno. Seja na escassez da exploração, nas condições desiguais de renda e riqueza, tendo em vista que ela está inserida nas relações sociais. Essa força exterior, que, muitas vezes, se impõem aos indivíduos ou a coletividade onde se digladiam entre a dialética vítima e algozes.

2.1.2 A Violência em Sorel

Como temos visto em diversos autores apresentados neste trabalho, o sentido da expressão violência é bastante amplo e abrange diversos conceitos. O francês George Sorel (1847-1922), em seus escritos, expõe uma ressignificação desse conceito a partir do mito da greve geral da classe trabalhadora e da Primeira Guerra Mundial. A importância em abordar a violência em Sorel se dá pelo modo em que ele apresenta tal violência, mas que, de certa forma, não está relacionada com a violência homicida, que este trabalho apresenta.

A sociedade em geral, passava por um progresso civilizatório no qual não se inseria a violência, mas, como bem observado pelo autor, a guerra traz consigo a descrença dos avanços tecnológicos e de bem-estar social, onde a violência volta à vivência dos europeus e expõem a natureza humana violenta.

Foi em meados do século XIX que os movimentos populares se uniram e se organizaram em uma tentativa de ultrapassar barreiras profissionais e sindicais, definindo metas e objetivos em comum a todo proletariado, o qual passou a ser denominado de classe. Como bem observado por Sorel, às formas de luta e a maneira como foi organizado para atingir tais objetivos geraram inúmeras discussões e controvérsias dentro do movimento. Foi na greve geral que os movimentos encontraram a arma para conseguir seus objetivos, pois a greve era o meio direto da classe operária.

A força e a violência eram empregadas pelas autoridades, ora pelas classes operárias nos atos de revolta. Para o autor, os dois termos são distintos, mas andam lado a lado. A força era empregada pela burguesia e “tem por objetivo impor a organização de certa ordem social, na qual uma minoria governa, enquanto a violência tende a destruição da ordem” (SOREL, 1992. p.195).

Naquele contexto, Sorel explica que a burguesia empregava a força para manter a ordem, enquanto a classe operária reage com ela, conseqüentemente, contra o Estado e pela violência.

A ideia do conceito de violência em termos de força bruta física é dissociada e iguala aos movimentos de paralisação do mito da greve geral da classe operária. As concepções de violência estavam pautadas nas condutas do passado e não nas condições contemporâneas, a reflexão sobre o termo deveria passar para o plano material, na qual a violência passaria ser o principal fator para a salvação do mundo moderno. Tem-se em Sorel uma apologia à violência.

Para o entendimento acima, Sorel buscou nos conceitos do Cristianismo primitivo, na Reforma Protestante e na Revolução Francesa, em outros momentos, para compreender o

conceito e a eficácia da ação, tendo em vista que a ação deveria estar imbuída na questão sindical que ora ocorria.

Sorel busca entender o poder das agências representativas e por que não dizer a autonomia do sindicato em uma “sociedade total”, não aceitando o parlamentarismo e a não associação dos socialistas a ele. O autor assume uma posição anti-estatal e estrutural da sociedade, dividindo-as em duas classes, nas quais a greve geral apresentaria essa nova cara. A greve geral funcionaria como um “mito ameaçador”, agindo como protagonista histórico da violência proletária, a quem é difundida nas obras sorelianas.

Essa violência “proletária” é dissociada da “violência jacobina³” empregada pelos sindicalistas como atos de guerra, que impunham o valor da divisão da classe. Os difusores da propaganda do socialismo as levariam com mínimo de brutalidade possível, cujos conflitos sociais assumem o caráter de luta, comparada por Sorel, com as dos milicianos em campanha, movidos por um sentimento onde a crueldade e a inveja das classes mais ricas não estão no centro dos objetivos de luta.

Essa violência não estaria ligada à barbárie ou ao derramamento de sangue, sendo mostrada pela greve a explicitação da frente de classe que se consagra em uma guerra social visível e dessa guerra social deveria surgir uma nova civilização, cuja classe deveria ser um povo de produtores, livres e com autonomia. A violência proletária seria a salvação do mundo moderno (SOREL, 1992, p.279).

A violência leva a novos caminhos (p.311) e os inimigos são os patrões e o Estado, a violência assume uma função moral e educativa, na qual o autor conclui que o socialismo só poderia sobreviver com apologia à violência.

O que se observa em Sorel é uma luta de classes com objetivos bem definidos quanto à questão da violência, o que nos leva ao entendimento de forma geral para a questão da violência na pós-modernidade em que se apresenta, seja ela de classes ou de um indivíduo que pratica tal ato.

2.1.3 Violência e poder em Hannah Arendt

³ Violência Jacobina: Período da revolução Francesa onde os Jacobinos, que governavam o Estado (terrorismo do Estado) suspenderam os direitos civis, perseguindo e assassinando seus adversários (1793) que se opunham ao novo regime, o terror era direcionado aos “inimigos” da revolução. A explanação dos conceitos entre a violência jacobina e proletariado pode ser observada em Sorel (Reflexões sobre a Violência).

A autora nasceu na Alemanha em 1906, voz de destaque nas discussões no plano filosófico e político do século XX. Hannah Arendt apresenta a violência e poder em sentidos opostos, diferentemente de outros estudiosos nos quais a violência seria um excesso de poder ou ausência do poder: “nossa terminologia distingue sobre palavras-chave, tais como “poder”, “vigor” “força”, “autoridade” e, por fim violência”, as quais, se referem a fenômenos distintos e diferentes e que facilmente existiriam se assim fosse” (ARENDR, 1969. p.59). Hannah se utiliza da filosofia política para entender o fenômeno da violência, sua complexidade e amplitude.

A autora viveu em um momento histórico mundial do século 20. Conhecida como pensadora da liberdade, Arendt, estudou as transformações dos regimes autoritários (nazismo e comunismo), defendendo os direitos individuais, da família, contra as “sociedades de massa” e crimes contra a pessoa. Foi Arendt que formou o conceito da “banalidade do mal”.

Arendt busca em diversos autores o entendimento da violência – Sobre a violência, publicado em 1969. O poder deve ser compreendido nos termos de mando e obediência e a violência é a manifestação do poder: a grande questão é quem domina quem?

Os vários acontecimentos do século XXI acabaram por banalizar a violência, como as guerras, o tráfico de drogas e de armas, as milícias, por exemplo. Essas ações de violência são aceitas como instrumento para superação de vários obstáculos que afetam o homem em si, portanto: a violência tem o poder de destruir e nunca criar o homem. Neste pensamento, o poder é legitimado enquanto a violência é justificada como um meio para se chegar a um determinado fim.

Violência e poder são explicados em três conceitos: vigor, força e autoridade. O *vigor* seria a qualidade que o indivíduo possui, uma grandeza física e mental, é através do vigor que o indivíduo tem a vocação de dominar, não pela força ou pela imposição, mas pelo vigor de contagiar o outro, o que leva ao entendimento da submissão; a *força*, que muitas das vezes é entendida como violência, não se mostra dessa forma. São movimentos físicos ou circunstâncias, uma qualidade do indivíduo que se apresenta isolada, “na luta entre dois homens, o que decide é a força e não o poder” (ARENDR, 1983. p.212). A *autoridade* é confundida com poder e a violência, afirma Arendt, porém pode corresponder à autoridade pessoal, como na relação (pai e filho ou professor e aluno): “a sua característica é o reconhecimento sem discussões por aqueles que são solicitados a obedecer; nem a coerção e nem a persuasão são necessárias” (ARENDR, 1969. p.28).

A *violência* apresenta a diferença pelo caráter instrumental, contrapõe-se ao poder, onde há emprego pelos meios da violência, a negação do poder: “O poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder esteja em perigo, mas se deixar que percorra o seu curso natural. O resultado será o desaparecimento do poder [...] A violência pode destruir o poder, mas é incapaz de criá-lo”. (ARENDDT, 1969. p.69).

A obra de Arendt deve ser encarada pela forma da proporcionalidade entre o poder e a violência, uma vez que os termos de proporcionalidade estão em dois extremos: todos contra um, o qual se apresenta como forma extrema de poder ou todos contra todos, a forma extrema de violência, afirma André Duarte (2009).

Os escritos de Arendt partem da análise das experiências vividas em seu tempo, discussão crítica de categorias políticas, algo que foi forjado pelos principais acontecimentos ocidentais, onde se tentava encontrar sentido para os principais eventos em seu tempo, como afirma Duarte (2009):

A inusitada rebelião estudantil em todo o mundo e os confrontos raciais que ela ensejou nos Estados Unidos; a glorificação da violência pelos militantes de esquerda e pelos movimentos de descolonização; o aumento acelerado do processo tecnológico no que respeita à produção dos meios da violência; o temor constante de uma guerra nuclear; as lições políticas oriundas da guerra do Vietnã e dos movimentos de resistência e desobediência civil por ela engendrados nos Estados Unidos; a impotência e o desgaste das democracias representativas do ocidente sob o império das máquinas burocrático-partidárias, incapazes de oferecer espaço à participação política ativa, que permanece sempre uma demanda reprimida; a progressiva redução da política à administração e o aumento dos problemas cotidianos das sociedades de massa, tais como a desintegração dos serviços públicos e a crescente brutalidade e ineficácia da polícia, entre outros problemas (DUARTE, 2009).

A distinção conceitual de poder e violência com bases teóricas para compreensão daqueles acontecimentos políticos que ora acontecia apresentou as bases de suas próprias compreensões da articulação entre poder e violência nas comunidades contemporâneas. Outro ponto em comum entre poder e violência é que não há distinção entre os pontos, mas as relaciona entre si nas situações políticas concretas, aspecto que tem passado despercebido na maioria das vezes.

2.1.4 A violência em Bourdieu

O sociólogo Pierre Bourdieu escreveu a obra “O poder simbólico (1989)” e “A dominação masculina (1998)”, nos quais aborda o tema “violência simbólica”. Essa violência simbólica está ligada às classes economicamente dominante que impunham sua cultura e poder. O entendimento do conceito perpassa pela natureza da violência na qual a “sutileza e simulação” estão presentes. Por isso, há uma dificuldade em conhecê-la. Essa violência não é aquela considerada como fenômeno dos homicídios que ocorre com mais frequência na pós-modernidade, mas nos remete ao entendimento de tal fenômeno.

Muita das vezes há uma aceitação por parte de quem sofre e não percebe que está sobre a influência de tal ato, uma vez que, as ações passam despercebidas. É como uma ação natural, pois percebe-se que há um consentimento da parte de quem sofre.

O simbolismo é encarado como um sentimento comum, mas que não se propõe a diminuir a violência física causada pelo homem, conforme propõe o autor: “Supõe-se por vezes que acentuar a violência simbólica é minimizar o papel da violência física e (fazer) esquecer que há mulheres espancadas, violadas, exploradas, ou, pior, querer desculpar os homens dessa forma de violência” (BOURDIEU, 1999. p. 30).

A “violência simbólica” se apresenta como um mecanismo sutil e exclusão social. E quem pratica tal ato? São indivíduos, grupos ou até mesmo as instituições, em que a dominação masculina se apresenta como ícone.

Também vi sempre na dominação masculina, e na maneira como é imposta e sofrida, o exemplo por excelência dessa submissão paradoxal, efeito daquilo a que chamo a violência simbólica, violência branda, insensível, invisível para as suas próprias vítimas, que se exerce no essencial pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, no limite, do sentimento. Este modo de relação social que de tão comum se diria fora do comum proporciona assim uma ocasião privilegiada de apreensão da lógica da dominação exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido pelo dominante como pelo dominado, uma língua (ou uma pronúncia), um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e, mais geralmente, uma propriedade distintiva, emblema ou estigma, cujo aspecto simbolicamente mais eficiente é essa propriedade corporal perfeitamente arbitrária e não predictiva que é a cor da pele. (BOURDIEU, 1999. p. 6-7).

Neste sentido, a violência simbólica se apresenta nos símbolos e signos culturais facilmente encontradas nas autoridades com reconhecimento tácito, exercida em certos grupos ou pessoas. A exemplo de Bourdieu, os professores exercem esse papel para com os alunos dentro de uma sala de aula, os alunos que não se enquadram nos modelos escolares,

são impostos o uso legitimado de punição, uma reprovação ou castigo. São os efeitos da dominação simbólica:

O efeito da dominação simbólica (seja de etnia, de gênero, de cultura, de língua, etc.) exerce-se não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de apreciação e de ação que são constitutivos dos habitus e que fundam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura para si própria. (BOURDIEU, 1999. p. 49).

A ação pedagógica é exercida de forma autoritária. Os alunos reconhecem a autoridade nos professores e a legitimam, principalmente, nas mensagens transmitidas, as quais são recebidas e interiorizadas. Isso revela uma reprodução cultural e social da classe dominante, haja vista que os professores fazem parte dessa classe.

A violência simbólica estaria no contexto escolar quando na hierarquização dos cargos na escola. A caracterização das práticas e símbolos fomenta a continuidade de uma sociedade. Para tanto, é preciso entender a teoria da dominação simbólica que estaria dividida em três conceitos, segundo Bourdieu: *Habitus*, *Campos* e *Capital*.

O que se entende por *Habitus*: São estruturas sociais e culturais que se tornam internalizadas. São assim explicadas pelo autor: “São sistemas de disposições duráveis e transferíveis que incorporam todas as experiências passadas e funciona como matriz estruturante das percepções, das apreciações e das ações dos atos sociais” (BOURDIEU, 1983. p.61).

O autor reafirma ainda: “É o produto de um trabalho social de nomeação e de inculcação em cujo termo uma identidade social instituída por uma dessas ”linhas místicas de demarcação”, que o mundo social desenha, conhecidas e reconhecidas por todos, se inscreve numa natureza biológica, e se torna *habitus*, lei social incorporada”, (BOURDIEU, 1999. p. 42-43).

Loic Wacquant (2007) também esclareceu a cerca do *Habitus* em Bourdieu:

“A interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, ou seja, o modo como a sociedade torna-se depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam em suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações de seu meio social existente, (Wacquant, 2007. p. 66).

O *Habitus* atuaria como uma noção mediadora que analisa a maneira de como as estruturas sociais são incorporadas pelo indivíduo e quando esse indivíduo internaliza

determinadas condições sociais, visto que ele estaria dentro de um campo, o qual seria condição primordial para participar, ou seja, essa expressão e intenção a história social e a do indivíduo.

O Campo: É o local das experiências onde os nós “espaços simbólicos” ocorrem diversos conflitos dos agentes, tais como: onde terminam, onde são legitimados as suas representações. São nesses espaços que se estabelecem a classificação dos signos, do que pode ser adequado, do que pertence ou não a um código de valor. Para Bourdier os campos tem sua valoração, autonomia e possui regras próprias de hierarquia social.

O Capital: É o acúmulo de “forças dos agentes” em posição que ocupa no campo. O capital é distinguido em três tipos: Social, Cultural e Econômico e Simbólico.

A *família* tem o papel primordial para aquisição do capital cultural. É na base da socialização familiar que se adquire, sem prejuízo de outras fontes, como das escolas e universidades. Bourdieu afirma que o capital cultural se apresenta com a forma de bem cultural (livros, cinema, teatro, pinturas, etc.) que perpassa pelo capital econômico na aquisição.

A função social e política se cumprem por meio dos Sistemas Simbólicos, que atuam no campo das suas produções, no acúmulo de poder e simbolismo da classe que detém esses poderes. Com base em Max, Bourdieu elucida as produções e as relacionam a classes com interesses dominantes e privilegiados. Convém lembrar que Bourdieu relaciona que as classes coexistem em constantes lutas hegemônicas que lutam por mais espaços e meios de produções simbólicas, bem como afirma o autor, em busca do próprio poder simbólico.

De certo que este estudo está voltado para o fenômeno da violência perversa, do cometimento do assassinato, o que não se vislumbra dos conceitos da violência simbólica de Bourdieu, mas que seus conceitos podem contribuir para o entendimento do fenômeno.

2.1.5 A violência em Loic Wacquant

O crime do “bem estar social” e o advento do neoliberalismo são pontos de estudos para Wacquant na segunda metade do século XX. Os diversos acontecimentos políticos e econômicos são pontos para discussão da gestão da miséria e da violência, principalmente nos Estado Unidos, para onde o autor tem seus estudos direcionados.

Em seu livro “As prisões da miséria” de 1999, Loïc Wacquant, apresenta um contexto tenso em que a miséria instrumentada e gerada por ganhos políticos e financeiros no mercado mundial em que o "Estado Nação" e as grandes corporações dividem os lucros e dividendos.

As ações de contenção de despesas e o direcionamento da gestão da miséria têm classe determinada. A crise do capitalismo gerou essa disparidade entre as classes e a mais abastada sofreu com remoções, prisões, torturas, assassinatos, tendo nas forças coercitivas do Estado instrumento para contenção da população, formando o que o autor chamou de ditadura contra os pobres.

Esse olhar não ficou somente em termos de classe, mas, é preciso olhar em termos raciais e de gênero. Ao analisar as políticas de implementação dos Estados Unidos, a maioria dos presos são: negros, jovens, latinos migrantes e outros desprovidos financeiramente.

Para o autor, o Estado Caritativo é consequência do dismantelamento de políticas sociais do Estado-providência, que, na década de 1990, foi aos poucos sendo retirado da população mais pobre, a custo do capitalismo que se interessava em lucros maiores e considerava irrelevante a ajuda aos mais pobres.

Portanto, a miséria teria que ser administrada, tendo em vista, que os acontecimentos sociais adversos, como os crimes, por exemplo, eram cometidos com mais frequência por determinada classe. O trabalho é normatizado, refletindo as exigências do mercado capitalista, justificando o estado de coisas atual, na pós-modernidade.

O estado passa de provedor para punir os mais pobres. Há uma diminuição do Estado econômico, das questões sociais, e fortalecimento do Estado penal:

A redefinição das missões do Estado, que, em toda parte, se retira da arena econômica e afirma a necessidade de reduzir seu papel social e de ampliar, endurecendo, a sua intervenção penal. O Estado-providência europeu deveria doravante ser enxugado, depois punir suas ovelhas dispersas e reforçar a "segurança", definida estritamente em termos físicos e não em termos de riscos de vida (salarial, social, médico, educativo etc.), ao nível de prioridade da ação pública (WACQUANT, 1999, p. 10).

Essa ideia se espalha para outros continentes, visto que os Estados Unidos forjaram as políticas de segurança, criando ramificações em outros países. As desigualdades raciais e de classes levam a outros males sociais, como a violência, elemento que favoreceu de contenção policial e legitimou a ideia de “tolerância zero”.

O inimigo agora é interno (mendigos, sem-tetos, e outros marginais e invasores estrangeiros que levam insegurança, ou incomodam ou são inconvenientes em espaços

públicos ou causam transtornos). São instrumentos para legitimação da ação da polícia e do judiciário.

Enquanto os Estados Unidos oferecem um “modelo” para o mundo, há um custo gigantesco nas questões sociais e humanas para o novo sistema de “insegurança ou encarceramento”.

As instituições de proteção social tem incremento, os espaços sociais inferiores são atingidos pela rede policial e penal, ocasionando o aumento do encarceramento, “à atrofia deliberada do Estado social corresponde à hipertrofia distópica do Estado penal: a miséria e a extinção de um têm como contrapartida direta e necessária a grandeza e a prosperidade insolente do outro” (WACQUANT, 1999, p.51).

Houve crescimento vertical do sistema ou a hiperinflação carcerária; a extensão horizontal da rede penal; o crescimento excessivo do setor penitenciário no seio das administrações públicas; ressurgimento e prosperidade da indústria privada carcerária; a política de "ação afirmativa carcerária". O sistema de prisão agora passa a ser o gueto que antes estava nos bairros, becos ou vielas da periferia nos Estados Unidos. A prisão da miséria é um controle dos miseráveis pela força.

Para além dessa análise do autor, é preciso ver os acontecimentos da “prisão da miséria” em termos demográficos, algo que não foi observado por Wacquant em seu livro.

Dentre os fatores propulsores para todos esses acontecimentos, está a superpopulação de jovens, principalmente de homens negros, vindos do sul, causados pelo *boom* da guerra e pela mecanização da agricultura. Após a Segunda Guerra Mundial, essa população começa a aparecer, elevando a taxa de natalidade, além disso, os imigrantes, homem e mulheres jovens, entravam pelas fronteiras americanas. São essas pessoas que vão atuar no mercado de trabalho menos valorizado (lavadores de carros, donas de casas, motoristas, etc) trabalho que não exige qualificação, um mercado que surgia com o neocapitalismo.

As grandes cidades não comportam essa gama de população, levando à falência do Estado Caritativo, onde Wacquant enumerou as consequências.

A “marginalidade avançada”⁴, termo utilizado pelo autor na década de 1980 e 1990, para explicar o processo de marginalidade, aponta as semelhanças e diferenças dos acontecimentos violentos onde as causas estão ligadas às mudanças da globalização da

⁴ O conceito pode ser observado em: WACQUANT, LOIC. Os condenados da cidade: estudo da marginalidade avançada. Trad. João Roberto Martins Filho et al. Ed. 2, Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2001.

economia capitalista e a desarticulação do Estado do Bem-Estar Social, uma vez que as classes trabalhadoras mais baixas e nas categorias étnoraciais, e nos territórios que elas ocupavam, eram as que mais sofriam com tais medidas, tendo em vista os espaços em que ocupam na metrópole.

Wacquant analisa a sociedade Francesa (banlieue) e America (os hiperguetos) conclui que não são forças da macroeconomia ou da demografia que geram a crise que abala os habitantes do gueto. No entanto, são as atitudes políticas tomadas pelas elites urbanas em deixar os moradores à própria sorte que contribuem para a questão social degradante.

A nova pobreza na Boulieue Francesa e do Gueto Americano são oriundo de matrizes históricas de classes, estados e características locais de cada sociedade. Cada sociedade produziria a sua formação socioespacial, que são distintas, por uma produção institucional diferente de desmembramento ou junção em que resulta em diferentes níveis de isolamento, desgraça, abandono (WACQUANT, 2001).

Essas duas populações teriam algo em comum: concentram minorias de classe em determinado local (negros do lado americano e imigrantes e seus descendentes do lado francês). Recai sobre esses homens e mulheres um estigma residencial que se espalha nos bairros “guetos” e na argumentação de jornalistas e pesquisadores da “underclass”⁵ que se mostra na sua forma de insegurança física e social do território onde essas populações vivem, a pensar de uma maior atuação do Estado no lado Francês.

É preciso repensar a marginalidade avançada do ponto de vista da reformulação do Estado de Bem-Estar, para uma política social de geração de emprego e renda, criando um direito de subsistência fora da manta do mercado. Essa seria uma das soluções mais viáveis para resolução dos conflitos sociais, afirma o autor.

No Brasil, as causas de violência também estão ligadas à hierarquização de classes e da estratificação étnico-racial, mas também está ligada às estruturas das relações econômicas internacionais, à difusão das armas de fogo e do desenvolvimento de uma economia estruturada da droga, ligada ao tráfico internacional, à ausência de qualquer rede de proteção social e insegurança criminal. Fatores que podem contribuir para o recrudescimento da violência: falta de aparato policial, a insegurança política e o sistema prisional e a corrupção.

⁵ Para o entendimento do autor: “Gueto” formação socioespacial delimitada, racial e/ou culturalmente uniforme, baseada no banimento forçado de uma população negativamente tipificada; “Underclass” um discurso pronto para explicar o surgimento da violência no gueto e em seus arredores, “termo nebuloso, com conotações simbólicas”.

2.1.6 A violência em Michaud

O filósofo francês Yves Michaud, professor da Universidade de Paris, publicou a obra “Violence et política” em 1978, na qual discute a natureza da violência: “São violência o assassinato, a tortura, as agressões e vias de fato, as guerras, a opressão, a criminalidade, o terrorismo etc. Como passar destes fatos que nos mostram uma ação para uma definição que revele sua natureza?” (MICHAUD, 1989, p. 7). Os diferentes acontecimentos que envolvem a violência são entendidos como políticas não do imaginário, mas do real, que se apresentam e se misturam.

O autor ensina que o termo violência vem do latim e está ligado à força vital do ser humano:

Violência vem do latim *violentia*, que significa violência, caráter violento ou bravio, força. O verbo *violare* significa tratar com violência, profanar, transgredir. Tais termos devem ser referidos a *vis*, que quer dizer força, vigor, potência, emprego de força física, mas também quantidade, abundância, essência ou caráter essencial de uma coisa. Mas profundamente, a palavra *vis* significa a força em ação, o recurso de um corpo para exercer sua força e por tanto a potência, o valor, a força vital, (MICHAUD, 1989, p. 8).

Para Michaud (1989), a violência tem o caráter político. Ele esclarece as distinções:

I - *Violência sociopolítica difusa*: Ela cobre comportamentos como as rixas, as rivalidades entre grupos, seitas, comunidades de aldeias, as batalhas entre corporações, as insurreições pelo pão e contra a carestia, sem esquecer a pilhagem e o banditismo. Trata-se de uma violência primitiva que permanece local, pouco organizada e bastante espontânea.

II – *Violência contra o poder ou violência de baixo*: Visa uma reorganização do poder. Ela é a das sublevações e das revoluções, e também dos golpes de estados e putschs (golpes). São parte delas, assim como os motins, greves violentas, conflitos políticos que se inscrevem numa perspectiva de confronto político pelo poder. Duas séries de condições são necessárias, é preciso que exista um poder central em condições de ser ocupado por grupos com ideias, projetos e interesses antagônicos, por outro lado, é preciso que grupos conscientes proponham projetos gerais, relativos à organização da sociedade, do poder político e do Estado. Para este pensamento, o autor busca a história das democracias

ocidentais e os processos dela para o entendimento da violência, uma vez que são Charles Tilly e E. J. Hobsbawn⁶ que as apresentam.

III – *A violência do poder ou violência de cima*: Trata-se da violência acionada para estabelecer o poder político, mantê-lo e fazê-lo funcionar. Como o Estado é um aparelho estruturado e diferenciado de organização da vida social e de gestão da vida política, a ideia de violência do poder é mais ampla que a da violência do Estado;

As formas que controlam a tiranias do poder político: é aquela estudada pelos pensadores políticos da história, como Aristóteles, que denominava a tirania a monarquia absoluta.

A repressão: Aos desafios e revoltas, o poder responde com negociações, concessões e repressão. Nas sociedades que conhecemos estamos habituados à ação rápida das forças de manutenção da ordem especializadas e diversificadas;

O terror: Michaud destaca que esse terror seria uma ação revolucionária, como na revolução francesa, explica o autor, espraiando uma síntese do Comitê de Salvação Pública (1793) a execução de Robespierre (1794). “O terror partidário teria sido concebido por seus partidários como um instrumento de defesa interna e externa, e permitia ainda, impor medidas econômicas radicais e a centralização jacobina; quando as circunstâncias são tais que a virtude não é mais suficiente, o terror torna-se a força coatora que faz a unidade revolucionária e defender a revolução contra seus inimigos (MICHAUD, 1986).

IV – *O terrorismo*: A violência vista como comportamento político tem seu ineditismo, como o terrorismo, apesar do tiranicídio, ser uma forma de violência que se aproxima do terrorismo, contudo tem a intimidação pelo terror, o assassinato sistemático dos inimigos políticos.

V – *As guerras civis*: O autor volta a Robespierre (1794) para explicar o entendimento das guerras civis. É uma hiper violência, onde os palcos de violência ultrapassam todos os limites: torturas, execuções sumárias, expurgos, traições manifestações em que o desmoramento da comunidade política deixa os adversários sem convenção comum.

VI – *Violência da vida e A criminalidade*: Os fenômenos que se manifestam em desfavor da vida, da brutalidade, seguem uma época ou grupos sociais, no passado que é possível espelhar os registros dos acontecidos sobre a violência em períodos inteiros. Hoje, o

⁶ A violência está imbuída nos processos históricos da formação das democracias ocidentais como descritas por: TYLLY, C. *Collective violence in european perspective*, in Graham, H. D; Gurr, T. R *The history of violence in American*, 1969; e HOBBSAWN, E. J. *The age of revolution (1789-1848)*, Londres, Weidenfeld & Njcolson, 1962, trad. franc.: *L`ère des révolutions*, Parins Fayard, 1969.

entendimento da violência se concentra na criminalidade, que aumenta a cada ano, com destaques para os aglomerados urbanos. “A criminalidade urbana está ligada à brutalidade da vida, à pobreza e às carências, e também se deve à marginalização dos grupos desenraizados pelas transformações agrárias, as catástrofes naturais e as epidemias [...] particularmente nas cidades onde a população é pobre e constituída em parte de migrantes e pessoas sem domicílio fixo. A violência física, roubo e o assassinato são o que há de mais corrente na criminalidade” (MICHAUD, 1986, p. 34).

2.1.7 A violência em Chesnais

Para Jean Claude Chesnais, demógrafo francês, a violência é diferente de uma região para outra. No entendimento geral, a violência homicida ou a morte violenta é causada por uma intervenção voluntária não natural e causas externas. Assim Chesnais define:

Definição da morte violenta: a morte violenta é uma morte "não natural". Isto é de uma morte causada por uma intervenção voluntária (de outros: homicídio, quer de si mesmo: suicídio) ou por causa externa brutal, chamada acidente. Sua identificação não é fácil, por causa da incerteza dos seus contornos (CHESNAIS, 2003. p.4).

Existe uma gama de atos bem diferenciados para identificar essas mortes, mas qualquer morte é suspeita para análise do campo forense e da investigação criminal. As mortes acidentais, como afirma Chesnais, cobre um conjunto bem heterogêneo que vão de uma simples morte por queda a incêndios, afogamentos ou envenenamentos, etc. Essas comparações são possíveis, visto a dedicação em catalogar esses dados em uma estatística de causas de morte, mas em alguns países são números postos à prova, não são confiáveis, como países da África ou da Ásia (CHESNAIS, 2003).

Chesnais observa as mortes em países nos Estados Unidos, Rússia, Ucrânia e Colômbia em uma análise na Organização Mundial da Saúde no ano de 2003 e chegou a pontos em comum: a não interferência do Estado, corrupção e poder, o exército e a polícia, o trânsito de todos os tipos, o alcoolismo de massa, etc. Na Colômbia, as regiões não são atendidas pelo Governo; nos Estados Unidos, a assistência social foi suprimida e a “tolerância zero” combateu os delitos; na Rússia, as principais vítimas são mulheres, com casos atribuídos à violência doméstica; no Brasil, são as batalhas das gangues rivais pelo tráfico de drogas e armas.

Entre os países da América Latina que foram colonizados por europeus, o Brasil é o mais atingido pela criminalidade violenta. Para o autor, há uma fragmentação social no país, a sociedade passa por um mal-estar coletivo onde as instituições públicas não possuem regras para combater tal mal (CHESNAIS, 2003. p.54).

O fenômeno da violência, principalmente os homicídios, é urbano e o entendimento de tal fenômeno é complexo. Chesnais propõe análise de fatores para o entendimento.

Fatores Sócio-econômicos: A pobreza e a fome, o desemprego ou ausência de renda, o aumento das desigualdades facilita a inclusão, principalmente de jovens, a praticarem crimes ou entrarem em “facções” criminosas. A mídia é outra ponta que contribui para o consumismo, induzindo a compra de roupas de marca, equipamentos caros, etc., fortalecendo o consumismo que influencia uma grande massa desprovida de assistência do Estado, tendo na criminalidade o alvo para alcançar os bens com mais rapidez.

Fatores Institucionais: O estado peca na prevenção e repressão à violência; nas escolas públicas, as drogas entram facilmente; não existe moradia adequada; a saúde está falida; e o transporte público é precário e não atende a todos.

Quando relacionados à questão da repressão, a polícia, a justiça e o sistema penitenciário não são respeitados. Os salários são os mais baixos, o que possibilita a corrupção. Para o autor, as polícias Federal, Civil, Militar e Municipal têm papéis complementares, porém, mal definidos, o que levaria a não efetivação das ações de combate a criminalidade.

Fatores culturais: ainda se apresentam duas culturas: a do branco e a do negro, a pensar da cultura ainda ser de cultura do terceiro mundo, pobre e negra. A sociedade brasileira é vista como uma mistura de latinidade e negritude, na qual aparece às claras a discriminação social que se revela por trás da informalidade, cordialidade, etc. O negro para escapar desse contexto é preciso ser rico, mas sua ascensão é difícil, uma vez que nos dois mundos as diferenças de nível de vida se distanciam uma da outra.

Fatores demográficos: O Brasil vê em 1950-1970 um crescimento vertiginoso de população nos espaços urbanos. Cidades como São Paulo e Rio de Janeiro tem um crescimento alarmante de pessoas, em uma competição brutal por emprego agravada pela recessão econômica dos anos 80.

Quando analisado nos anos 1980, o saldo migratório foi negativo e o número de emigrantes ficou menor que imigrantes, mas o que levou o crescimento populacional nessas

metrópoles foi a baixa idade da pirâmide etária: o nascimento de crianças, principalmente nas periferias onde o avanço demográfico é constante (IBGE, 2011).

Em bairros com alta fecundidade, o número de homicídios é maior. Esses locais são onde há uma grande dificuldade de encontrar emprego, moradia adequada, os jovens são mais assediados para adentrar em facções e a polícia encontra dificuldades no combate ao narcotráfico e de outros crimes.

A Mídia como fator de propulsão de crimes: a televisão é um meio que influencia, é quase onipresente, forma opiniões, uma vez que há uma escassez de escolas, onde o ensino é fraco, e onde as crianças e adolescentes passam a maior parte do tempo. É só ligarmos a televisão e vamos perceber produtos sendo oferecidos e a banalização da violência (seja nos filmes e novelas, seja nos noticiários do dia a dia) se apresentam na programação do dia-a-dia.

A globalização: O Brasil, assim como outros países, sofre influência da economia globalizada, além disso, faz fronteira com dez países e têm milhares de quilômetros para proteger, características que dificultam a fiscalização e combate de ilícitos que entram no país, contribuindo para entrada de drogas, armas, carros roubados, etc. atividades ilegais que contribuem para o aumento da insegurança e do crime organizado.

Para Chesnais, o aumento dos crimes está relacionado ao desenvolvimento do narcotráfico em um contexto de “crise econômica” em que o país passa, por isso a explicação para os assassinatos entre as facções, pela disputa de território, e as consequências são as mais desastrosas possíveis, como: roubos, furtos, latrocínios, assaltos a bancos e estabelecimentos comerciais, espaços inteiros controlados pelos traficantes.

Segundo Chesnais, os grandes centros urbanos são os mais atingidos pelas drogas. São Paulo e Rio de Janeiro já sofrem com esse malefício. São locais onde o desemprego e a miséria são bem mais evidentes, a cocaína, o crack e a maconha são os mais consumidos gerando transtornos econômicos, de saúde e psicológicos.

2.1.8 A violência em Derrida

Jacques Derrida, filósofo franco-argelino, faz inferência sobre violência em uma perspectiva crítica. Para compreendê-la é preciso fazer uma relação entre violência, direito e justiça, uma vez que o conceito está atrelado ao simbolismo do direito, da política e da

moral. É possível inferir, em Derrida, que nenhum conceito fixo de interpretação pode firmar que a compreensão da violência seja duvidosa.

O “Gewalt” não pode ser empregado apenas como “violência”, como abordado em Walter Benjamin, como bem afirma Derrida, mas em vários sentidos: Força legítima, violência autorizada, poder legal (poder do Estado).

A violência se espalha na questão legal da esfera do direito, em um sentido instituído, exercido pelo poder legitimado, mas quando analisado em um sentido mais estrito, não se chega a um consenso de uma função própria, e sim em uma contramão de tudo aquilo que é legítimo. Neste último sentido, a violência, é tudo aquilo que exerce ou ameaça o poder do Estado e do direito, o conceito de violência pertence ao espaço que rodeia a lei, do direito e da justiça.

Seja do “Direito à justiça” ou “aplicar a lei” essas expressões não podem ser deixadas a interpretação dos sentidos mais vigorosos, ao transpormos as expressões de um idioma para outro não se pode esquecer que o direito é uma força autorizada, que tem uma força justificada. Para o entendimento, o autor se utiliza da aplicabilidade que o direito tem pela força. Essa força, segundo Derrida, vem do direito, e que o conceito já está inserido no direito, uma vez que não há direito sem aplicabilidade, sem força.

“Do direito à justiça”, destacado pelo autor, há uma justiça que excede o direito, não é uma justiça que seja a aplicação das leis ou do próprio direito, como ordenamento hierárquico das leis. Há um paradoxo entre justiça e direito, a justiça precisa do direito para tornar-se efetiva, por sua vez o direito, que neste pensamento não é justiça, vai precisar da justiça para justificar sua força.

A “to enforce the law” sentença nos remete ao entendimento de que a justiça não está diretamente focada no direito ou à lei, ela só pode tornar-se justiça por direito quando detém a força, segundo Derrida, ou antes como recorre à força (DERRIDA, 2005. p. 17), justificando a ideia que o direito sempre será o produto de uma violência ou de uma força que o autor chamou de performativa.

As compreensões entre direito e violência, em Derrida, se faz necessário por conta dos diversos acontecimentos que à época ocorria devido às tensões nas ruas, revoltas, destruir ou reformar o direito, às greves proletárias e o poder do Estado sobre as massas tenham levado Derrida a buscar compreender essas frustrações. Para o autor, as relações entre direito e violência, direito e soberania deveriam ser algo livre na democracia.

2.1.9 A Violência segundo o direito Brasileiro

O Direito Penal Brasileiro pode ser conceituado como um conjunto de normas que ligam ao crime, como consequência, neste mesmo pensamento, disciplinam as relações jurídicas dela derivadas, onde é estabelecida a aplicabilidade das diversas medidas de segurança e a tutela do direito de liberdade em face do poder de punir do Estado. Observa-se que o poder punitivo do Estado fica limitado e impede que o particular não faça própria justiça.

A doutrina, direito penal ou criminal é a parte do direito que define as infrações penais (os crimes e as infrações penais) que aplica as penalidades e medidas de segurança. Estabelece os princípios e as regras que regulam as atividades penais do Estado, onde são fixados os fundamentos e os limites ao exercício do poder punitivo, seguindo aos diversos princípios (legalidade, irretroatividade, humanidade das penas e etc).

O Direito Penal tem uma ligação com a violência; a conduta criminosa é um ato violento. Coube à doutrina distinguir a definição de crime: é a ação ou omissão típica, antijurídica e culpável. Isso não quer dizer que não há crime sem que o fato constitua ação ou omissão; sem que a ação ou omissão típica e antijurídica constitua comportamento juridicamente comprovável, estamos falando da culpa.

Sendo assim, o crime pode ser entendido sobre três aspectos: material (ação humana que lesa ou expõe a perigo um bem jurídico de terceiro, que merece a proteção penal); legal (toda a infração penal que a lei comina pena de reclusão ou detenção, cumulada ou alternativamente com a pena de multa) e analítico (o crime é um fato típico, ilícito e culpável), (FRAGOSO, 2004).

O conceito de violência não é tão simples como a palavra aparenta, pois guarda vários sentidos diferentes, como afirma Luiz Eduardo Soares (2005):

Pode designar uma agressão física, um insulto, um gesto que humilha um olhar que desrespeita, um assassinato cometido com as próprias mãos, uma forma hostil de contar uma história desprezível, a indiferença ante o sofrimento alheio, a negligência com os idosos, a decisão política que produz consequências sociais nefastas, a desvalorização sistemática dos filhos por seus pais ou das mulheres por seus maridos, as pressões psicológicas exercidas no contexto de interações opressivas, a orientação econômica que se abate sobre setores da população como um desastre da natureza e a própria natureza, quando transborda seus limites normais e provoca catástrofes. Por isso, falamos da violência das águas, do vento ou do fogo, e nos referimos às desigualdades sociais injustas ou ao abandono de crianças nas ruas como formas de violência, (SOARES, 2005. p.245).

As diversas manifestações da violência têm diferentes sentidos para cada membro da sociedade e estas, muitas das vezes, não se vinculam à ideia de crime, como se apresenta no Código Penal Brasileiro, os homicídios, assaltos, estupros, etc. Essas condutas, associadas ao crime são praticadas com violência e as normas que regulam as ações criminosas estão no Código Penal e nas leis penais (ordenamento jurídico penal brasileiro).

A violência no Direito Penal está associada aos atentados à pessoa humana (agressão, violências e vias de fato).

A violência é classificada no Direito Penal em: *vis corporalis* (violência empreendida contra o corpo da vítima) e *vis compulsiva* (grave ameaça). Ela se manifesta no texto penal em duas formas e em alguns casos se manifesta como elemento constitutivo, como observado nos artigos (Art. 146, Art. 157, Art. 158, etc):

Art. 146 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda:
Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Aumento de pena

§ 1º - As penas aplicam-se cumulativamente e em dobro, quando, para a execução do crime, se reúnem mais de três pessoas, ou há emprego de armas.

§ 2º - Além das penas cominadas, aplicam-se as correspondentes à violência.

§ 3º - Não se compreendem na disposição deste artigo:

I - a intervenção médica ou cirúrgica, sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, se justificada por iminente perigo de vida;

II - a coação exercida para impedir suicídio.

Ameaça

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

III - se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância.

IV - se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior; (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

V - se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade. (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

§ 3º Se da violência resulta lesão corporal de natureza grave, a pena é de reclusão, de cinco a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de quinze a trinta anos, sem prejuízo da multa.

§ 3º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de cinco a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa. (Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990).

§ 3º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de sete a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996) Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90.

O termo violência é empregado como força física com a finalidade de vencer a resistência da vítima (*vis corporalis*). Ela pode ser imediata (empregada diretamente contra o ofendido) e mediata (utilizada por terceiro ou coisa que a vítima esteja diretamente vinculada). Em outros casos se manifesta como circunstâncias (art. 150, §1º, 163 parágrafo Único, inciso I, etc).

Art. 150 - Entrar ou permanecer, clandestina ou astuciosamente, ou contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito, em casa alheia ou em suas dependências:

§ 1º - Se o crime é cometido durante a noite, ou em lugar ermo, ou com o emprego de violência ou de arma, ou por duas ou mais pessoas:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, além da pena correspondente à violência

Art. 163. Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia: Pena-detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses ou multa.

Dano qualificado: Parágrafo único. Se o crime é cometido:

I – com violência à pessoa ou grave ameaça.

Em alguns crimes, a violência é constitutivo do tipo penal, como, por exemplo, no Art. 146 e 157.

Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

Em outros como circunstância qualificadora do delito Arts.150,§ 1º; 163, parágrafo único, inciso I, etc. Apesar da violência se referir mais à pessoa no Código Penal, pode ser empregada em objeto e a coisa (violência real) como nos Artigos 150, § 1º, e 203. Também o vocábulo, violência, é usado como qualificadora no Art. 163, Parágrafo único, § I a IV.

O Direito Penal Brasileiro também produz suas próprias formas de violência são (problemas prisionais, estigmatização de pessoas em investigação, a persecução penal, abertura e midiatismo de determinados casos) problemas que fogem do contexto da criminalidade e da violência e esses assuntos têm produzido diversos estudos das ciências sociais, mas que ainda são pouco vistos. Há uma gama de problemas apresentados, principalmente, sobre o

caso do sistema prisional. Aliar o Direito Penal a políticas de Estado é uma das alternativas para aplicação das leis e poder garantir uma vida harmônica em sociedade.

2.1.10 Discutindo os conceitos de violência em Minayo

Os diversos entendimentos sobre o conceito de violência perpassam por vários campos, e a ciência social se debruça sobre eles. O fato é que o fenômeno tem despertado interesse de todos, pois afeta a sociedade pós-moderna, e a Organização Mundial de Saúde tem especificado sua tipologia. A entidade também revela que, apesar, do conceito não ser tão nítido, há uma relação ou ligação do perpetrador com a vítima.

Minayo (2009) estuda “O impacto da violência na Saúde” e contextualiza o conceito da violência na realidade brasileira. Para a autora, é um problema fundado no social e acompanha as grandes transformações humanas.

A violência provoca morte, lesões e traumas físicos e um sem-número de agravos mentais, emocionais e espirituais. Diminui a qualidade de vida das pessoas e das coletividades; mostra a inadequação da organização tradicional dos serviços de saúde; coloca novos problemas para o atendimento médico; e evidencia a necessidade de uma atuação muito mais específica, interdisciplinar, multiprofissional, intersetorial e engajada do setor, visando às necessidades dos cidadãos (MINAYO, 2009. p, 22).

A violência para Minayo (2009) provoca sérios problemas na vida pessoal e social, e os tipos de manifestações dos atos são distintos. Acerca dessa distinção, Minayo realiza uma análise classificatória da violência.

A violência criminal é praticada por meio de agressão grave às pessoas, por atentado à sua vida e aos seus bens e constitui objeto de prevenção e repressão por parte das forças de segurança pública: polícia, ministério público e poder judiciário.

A violência estrutural diz respeito às mais diferentes formas de manutenção das desigualdades sociais, culturais, de gênero, etárias e étnicas que produzem a miséria, a fome, e as várias formas de submissão e exploração de umas pessoas pelas outras. A tortura, violação dos direitos humanos, é destacada pela autora, que perpassa pela violência institucional e criminal.

A violência institucional é aquela que se realizada dentro das instituições, sobretudo por meio de suas regras, normas de funcionamento e relações burocráticas e políticas, reproduzindo as estruturas sociais injustas.

A *violência interpessoal* é uma forma de relação e de comunicação. Quando essa interação ocorre com prepotência, intimidação, discriminação, raiva, vingança e inveja, costuma produzir danos morais, psicológicos e físicos, inclusive morte.

A *violência intrafamiliar* com foco na análise e da compreensão do espaço do lar. É tratada como fruto e consequência de relações, a violência doméstica e violência intrafamiliar se referem ao mesmo problema.

A *violência auto-infligida*: Assim são chamados os suicídios, as tentativas, as ideações de se matar e as automutilações.

A *violência cultural*: É aquela que se expressa por meio de valores, crenças e práticas, de tal modo repetidos e reproduzidos que se tornam naturalizados.

A *violência de gênero* é a que se constitui em formas de opressão e de crueldade nas relações entre homens e mulheres, estruturalmente construídas, reproduzidas na cotidianidade e geralmente sofridas pelas mulheres. Sua expressão maior é o machismo naturalizado na socialização que é feita por homens e mulheres.

A *violência racial* é uma das mais cruéis e insidiosas formas de violência cultural, pois baseia-se na discriminação por raça. No Brasil, essa manifestação ocorre principalmente contra a pessoa negra e tem origem no período colonial escravocrata.

A natureza da violência em Minayo (2009) é denominada de abusos ou maus-tratos: física, psicológica, sexual e envolvendo negligência, abandono ou privação de cuidados.

Minayo (2013) considera que a violência, no Brasil, tem tomado rumos diversos que vão ao contexto da economia, da cultura, do poder do Estado, dos direitos humanos. São vários enfoques, apesar de a autora analisá-la no enfoque epidemiológico no contexto da sociedade brasileira, é um problema médico típico, é fundamentalmente um problema social que acompanha toda a história e as transformações da humanidade (MINAYO, 2013).

2.2 Violência no Brasil metropolitano

As causas do fenômeno da violência são as mais variadas, como afirma Cano e Soares (2002). Os autores analisam o campo da urbanização acelerada; destruição das redes sociais tradicionais; estruturas socioeconômicas de ampla desigualdade; onde estão os mais pobres, levando à exclusão social; à disponibilidade de arma de fogo; à impunidade que de certa forma acompanha o sistema de justiça criminal brasileiro, que apresenta baixa taxa de resolução de crimes, e à impossibilidade de fazer com que os infratores desenvolvam capacidade de ressocialização (CANO e SOARES, 2002).

Outro fator determinante para o aumento do assassinato é a inclusão de armas de fogo no cenário brasileiro, mas, por outro lado, a retirada desses armamentos poderia ter um efeito em médio prazo nesse contexto epidemiológico. De certo que as armas de fogo não são as causas primeiras da violência, mas estas produzem um impacto muito maior, como nos homicídios múltiplos, a exemplo do dia 27 de janeiro de 2018, no bairro Cajazeiras, na cidade de Fortaleza, onde 14 pessoas foram assassinadas em uma casa de show, supostamente por pertencerem a uma facção rival. A letalidade da arma de fogo é muito maior do que outros instrumentos de agressão (armas brancas, estoques, estiletes, etc.).

Junior (2003) traz para o debate da questão da violência um ponto para discussão: exclusão social (a violência teria em seu bojo um índice alto por conta da má distribuição de renda, uma consequência do efeito da pobreza, que afeta a classe baixa), ideia equivocada, mas que não deixa de ser uma meia-verdade, uma vez que somente a exclusão econômica sozinha não explica a questão da violência como um todo, afirma o autor:

A violência aparece não tanto como efeito da pobreza econômica, mas como resultado de uma exclusão propriamente simbólica, da ausência do sentido imposto a uma existência, e ao valor excessivo, quase exclusivo, concedido à posse e exibição de certo ícones materiais como a de obter reconhecimento social (JUNIOR, 2003.p, 49).

Zaluar (1994), em “O Condomínio do Diabo”, observa que a associação entre criminalidade e pobreza é evidente quando analisados os condomínios populacionais “reservados” onde habitam os mais pobres, apesar dos dados estatísticos não mostrarem tal constatação.

São nesses locais que se apresentam a miséria, a falta do estado, o tráfico de drogas e de armas. É o espaço da segregação moral, um campo propício para criminalidade, mas que também existe vida; pais educam seus filhos; há comércio local e lazer, etc.; cidadãos que criam meios para sobrevivência; hábitos familiares diários que se apresentam na vida oprimida de classe, a qual é apresentada como cena da miséria, vinculada ao crime ou ao criminoso, ou vinculando essas características à população mais pobre pela imprensa (ZALUAR, 1994. p.15).

Essa violência é configurada como uma questão social mundial presente em todos os países do mundo, disseminada e propagada pelos meios de comunicação de massa. As representações da violência cuja disseminação se dá pelo meio midiático é dramatizado e difundida sua espetacularização, enquanto efeito exercido pelo campo jornalístico diariamente.

O mundo ordinário é espetacularizado, procura-se o sensacional, dramatizar os fatos. A televisão torna-se um meio propagador do meio social e político em que vive a sociedade do medo da “modernidade tardia” (TAVARES DOS SANTOS, 2001).

Outro ponto em discussão é distinguir a violência da agressividade (a natureza dos dois fenômenos é distinta e que o exercício da violência só é possível com a ação da agressividade, e não o contrário: a violência visa sempre um objetivo, um meio para alcançar um fim).

Os efeitos da violência na sociedade não decorrem do exercício da agressividade, mas da obstrução das possibilidades de fruição da agressividade pessoal. Outro ponto para discussão é a banalização da violência, usando as palavras de Filho, “a violência não é uma espécie de efeito colateral do modo como se organiza a sociedade brasileira atual e dos processos de subjetivação que ela engendra” (FILHO, 2003. p. 59).

Daniel Cerqueira (2014) explica que essa violência no Brasil se configura nos altos índices de homicídios que ocorrem no Brasil e é possível considerar diversos fatores para explicar a evolução desses óbitos, ao considerarmos as taxas de homicídios que vêm em uma constante, desde a década de 1980 nos municípios.

Entre as variáveis para essa análise estão as socioeconômicas, ou seja, renda e desigualdade de renda. É comum a associação empírica entre desigualdade e renda e crimes violentos. Como afirma o autor, a escolha racional tende a investigar a relação de crime com a renda, desigualdades, dissuasão policial, demografia e urbanização, além de outras (CERQUEIRA, 2014).

Outros fatores que não se deve deixar de considerar são as características demográfica e de gênero da população, ou não se deve desconsiderar a proporção de homens jovens na população. É evidente que ao analisarmos as taxas de homicídios chega-se às características das vítimas, onde os homens jovens são os mais cometidos, portanto idade e gênero são pontos que estão intimamente ligados. Cerqueira explica que o aumento das taxas de homicídios na cidade de São Paulo na década de 1990 se deu mais por conta da questão etária do que do tráfico de drogas e armas.

O terceiro fator a ser analisado é o sistema criminal, que, em tese, deveria conter e prevenir o crime, seja pela atuação policial, dotação orçamentária direcionada e gasta exclusivamente com a segurança pública, e a taxa de encarceramento. O aumento do efetivo policial e o encarceramento não provaram serem eficazes na diminuição de crimes, muito

menos o encarceramento como forma segura para “abrandar” ações dos perpetradores (CERQUEIRA, 2014).

Coelho (1980) já afirmava que o sistema criminal corrobora para o problema da criminalidade violenta. A tese de Coelho propunha que o sistema apresentava ineficiência tanto para resolver os crimes quanto para a punição. Como exemplo, o autor expõe a cidade de São Paulo, no período de 1981 a 1984, quando a Polícia Civil só investigou 89% dos roubos, 81% dos estupros e 29% dos casos de homicídios; os tribunais tinham liberados 54% dos denunciados por homicídios; 74% dos denunciados por homicídios e 47% dos denunciados por roubo, no período de 1976 a 1984. A impunidade estendia-se a todas as camadas da sociedade, não apenas às elites (COELHO, 1986).

Alguns anos depois, os dados apontam que o problema não foi resolvido. Pesquisa da Associação Brasileira de Criminalística em 2011 mostra que o problema com resolução de crimes de homicídios no Brasil é baixíssimo, estima-se que a elucidação desses crimes chegue de 5% e 8%. Percentual que em outros países é maior, nos Estados Unidos é de 65%, no Reino Unido é de 90% e na França é de 80%.

O fato é que o Brasil teve uma preocupação tardia com a questão do tráfico de drogas e sobre a força organizacional das redes de traficantes, principalmente suas conexões diversas, ao passo que não somente a questão das drogas influencia sobremaneira na violência criminosa, mas a “corrupção institucional, a irreverência pela lei, a ineficácia e a discriminação do sistema de justiça, em países como o Brasil, fizeram, no entanto, que a violência urbana aumentasse num ritmo desastroso” (ZALUAR, 2007. p.33).

Outros elementos criminógenos devem ser considerados para análise da questão da criminalidade violenta: As drogas psicoativas são elementos que se relacionam com os crimes violentos, principalmente os homicídios sejam pelos efeitos psicológicos ou pela compulsão econômica e sistêmicos, como afirma Cerqueira (2014).

A primeira questão é perpetrada pelo usuário de drogas e a segunda é associada a atos ilícitos que não devem ser realizados por conta da proibição, da coação do Estado, pela disputa do mercado de drogas ilícitas. Outro ponto a ser analisado, segundo o autor, seria os comportamentos desviantes do indivíduo, que o leva ao consumo de drogas ou a atos de violência.

Podem ocorrer efeitos sistêmicos para o aumento da violência ocasionados pela proibição e coação do Estado. A renda gerada pela venda do entorpecente gera disputa pelos territórios onde as facções rivais se utilizam da violência para conseguir tal intento. As

disputas internas e os assassinatos como forma de retalhar, ou punição de devedores, traidores, compõem o meio que leva o medo e a violência. Quando o Estado direciona as ações em determinado território e retira de outro também os efeitos de abandono de outras áreas leva o aumento da violência ou determinados crimes que antes não ocorriam e que passam a fazer parte das estatísticas (CERQUEIRA, 2014. p.30).

“Menos armas menos crimes” é o que ratifica os estudos do autor. Foram realizados após a implementação do Estatuto do Desarmamento, estudos com foco na cidade de São Paulo, onde vem apresentado uma diminuição significativa dos homicídios. Os homicídios perpetrados pelo uso de arma de fogo diminuíram significativamente, por isso a afirmativa que menos armas nas ruas, menos mortes por uso de armas de fogo, entretanto o autor ressalta que outros instrumentos são usados para se chegar ao ato criminoso, como a utilização do corpo, e que efetivamente não houve uma queda generalizada de outros crimes, ao contrário os crimes contra a pessoa e contra o patrimônio aumentaram cerca de 20%, no período de 2001 a 2007, (CERQUEIRA, 2014).

Quando analisadas as taxas homicídios no Brasil, elas continuam crescendo, apesar das despesas orçamentárias com segurança pública serem intensas. Os gastos em 2013 estão no mesmo patamar como de países da Europa (1,30%), como a França (1,38%). O Brasil apresentou (1,26%), mas o que chama atenção é a taxa de homicídios (25,2 para cada 100 mil habitantes), Guatemala aparece em primeiro (39,9) (CERQUEIRA, 2014).

Quando analisado o período de 2013 a 2016, a comparação dos gastos em segurança pública pelos estados houve uma expansão, apesar de serem considerados diversos fatores para tal ação dos governadores, sejam eles fatores políticos, econômicos, sociais e organizacionais.

No período 2014 e 2015 entre os estados que mais investiram em segurança pública estão Minas Gerais e São Paulo, sendo que os dois estados correspondem a (47%) e (48%), respectivamente, de todas as despesas dos estados federados (NASCIMENTO, JANUÁRIO, SPÓSITO, 2017. p.49).

Vale ressaltar, apesar dos investimentos em segurança pública terem aumentado, que não significa que as taxas de crimes tenham caído. Os números de homicídios divulgados pelo IPEA e pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017 revelam um aumento significativo no Brasil. Os números de mortes violentas intencionais chegaram a 61.619 em 2016, um aumento de 4,7% em relação a 2015, mostrando que sete pessoas foram assassinadas por hora, em média, no Brasil (CERQUEIRA et al, 2017).

A taxa média ficou em 29,9 assassinatos para cada 100 mil habitantes, o relatório aponta ainda os três estados que se destacaram com as maiores taxas: Sergipe (64), Rio Grande do Norte (56,9) e Alagoas (55,9), em 2016. O Estado do Amazonas aparece na 18ª colocação com 29,4, o que corresponde em números absolutos 1.177 pessoas assassinadas em 2016.

Segundo o Anuário, o alto índice, ocorreu em meio à crise econômica, que deixou os recursos mais escassos. Houve uma retração dos recursos da União, dos Estados e dos Municípios, o total de gastos chegou a 81 milhões, um retrocesso de 3% em relação a 2015.

A crise na segurança pública no Brasil levou o governo federal a deslocar militares da Força Nacional a diversos Estados, os investimentos nessa área específica teve um aumento de 74%, de 184 milhões para 319,7 milhões em 2016.

A violência, configurada principalmente na face perversa dos homicídios, se espalhou por todo o país, não é uma exclusividade das grandes cidades ou das Regiões Metropolitanas. É hoje um problema nacional que traz o medo e sofrimento a tantas pessoas, é uma agenda que precisa ser priorizada.

3. COMPLEXIDADE DOS HOMICÍDIOS NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS

"A morte constitui o último ciclo da vida de todo o indivíduo", assim afirma Martins (1983) em seu livro "A morte e os Mortos na Sociedade Brasileira". As concepções da morte nas regiões não são banidas e interditas como nos centros urbanos. A morte já não tem sentido na sociedade, perde-se o sentido da vida. Para o autor, os momentos vividos são perdidos, há uma perda da vida, de falta de sentido, o homem perdeu o sentido e o controle da sua própria vida: "Nenhuma alienação é mais brutal do que a do moribundo na sociedade moderna, que ao deixar de ser o senhor de sua morte, deixou de ser senhor dos momentos mais importantes e significativos da sua vida" (MARTINS, 1983. p.10).

Para o autor, algumas práticas relacionadas à morte passam por um processo de modificação, onde essas mudanças ocorrem por diversas ordens em determinado espaço.

De fato as garantias dos direitos sociais têm contribuído para algumas dessas mudanças, principalmente no espaço rural, no entanto, nas grandes cidades, os acontecimentos brutais homicidas tem se efetivado com mais frequência, como temos visto nas altas taxas de homicídios nos centros urbanos.

Diferentemente do que afirma Martins (1983), o fenômeno dos homicídios tem ocorrido com mais frequência fora dos aparatos técnico hospitalares, causados por causas externas e por motivos diversos. A morte nos aglomerados urbanos se tornou um evento solitário, pela disputa de poder, do espaço, um evento sensacional explorado pela mídia televisiva, etc., invade a vida das pessoas escancarada na forma de violência brutal, ceifando vidas de homens e mulheres jovens de forma inesperada, dificultando a elaboração do luto como em tempos passados (MARTINS, 1983).

O fenômeno dos homicídios na pós-modernidade não é aquele esperado pelas famílias (ortotanásia), na morte humanizada descrita por KüblerRoss e Saunders, que descrevem os cuidados com os pacientes e seus familiares na aproximação da morte, amparado pelo sofrimento, onde se volta ao resgate do processo da morte.

Hoje, o fenômeno dos homicídios está banalizado, onde seus algozes são pessoas conhecidas ou próximas das vítimas, não há uma dignidade na morte, na afirmação de valores e crenças essenciais na vida da pessoa.

O cometimento do ato priva o indivíduo de sua humanidade, de morrer com dignidade e essa ação deveria ser uma complementaridade e manutenção da vida, fato importante para discussões nos dias atuais (KOVÁCS, 2014).

O tema da morte que antes era banido dos centros urbanos e das regiões afastadas se mostra mais presente nos centros metropolitanos com destaque para os homicídios, como nas favelas, nos becos, nas periferias, entre negros e mestiços, entre brancos e pardos subsiste em todas as sociedades modernas (MARTINS, 1983).

As discussões em torno do tema dos homicídios têm aflorado nas últimas décadas, tendo em vista que as taxas vêm aumentando nas regiões urbanas, levando a ser considerado problema de saúde pública (MINAYO, 2006) e vários autores têm mostrado que o incremento das mortes violentas vem modificando tanto a paisagem, a arquitetura e os recursos orçamentários das grandes cidades brasileiras (GOUVÊA 2005; CRUZ & BATITUCCI, 2007; GARSON, 2009; NASCIMENTO, 2011; BARRETO, 2012; COSTA & TSUKUMO, 2013; SOUZA e FREIRE, 2013; CARMONA, 2014).

Neste contexto, os teóricos têm se debruçado para explicar as causas da criminalidade e têm constituído grandes contribuições sobre o tema. Adam Smith descreve que o crime e demanda para proteção têm estreita ligação com acumulação da propriedade. Por sua vez, Jeremy Bertham destaca o cálculo do comportamento criminoso e as respostas às autoridades locais (CERQUEIRA E LOBÃO, 2004).

Em outra vertente, Cano e Soares (2002), destacam as causas que podem explicar as causas da criminalidade no Brasil: patologia individual; o crime como atividade de lucro; o crime como subproduto de um sistema social perverso ou deficiente; o crime como perda de controle ou da desorganização social na sociedade pós-moderna; e o crime em decorrência de fatores situacionais ou de oportunidades (CANO e SOARES, 2002).

Pari passu a essas teorias frente aos acontecimentos do fenômeno dos homicídios nos aglomerados urbanos é possível fazer algumas observações. É o que veremos a seguir.

3.1 Fatores Sociais para cometimentos de homicídios

A questão da pobreza e da segregação do espaço urbano tem influenciado sobremaneira no cometimento dos homicídios (ZALUAR, 1994; ADORNO, 2002; VILLAÇA, 2003; BEATO, 2012). As diversas mudanças na sociedade em geral, seja na urbanização, na industrialização, na economia globalizada e consumista repercutem,

diretamente, na criminalidade e na violência urbana. Contribui com isso o acesso às armas de fogo, o tráfico e consumo de drogas, os diversos crimes, até mesmo a corrupção, o que leva a uma desorganização social (CARMONA, 2014).

No Brasil, os padrões de riquezas e de desigualdade social permanecem os mesmos há décadas, uma vez que os acessos aos diversos serviços são escassos ou não existem e a sociedade, neste interim, se tornou cada vez mais densa e complexa (ADORNO, 2002).

Para o sociólogo Sérgio Adorno, a sociedade brasileira vem passando por um regime autoritário histórico, com o crescimento da delinquência urbana, em especial os crimes contra o patrimônio e de homicídios dolosos. Outro ponto levantado pelo pesquisador é o crescimento da criminalidade organizada (tráfico de drogas e de armas, problemas para o sistema penal e da justiça criminal).

Outro ponto abordado por Adorno são as graves violações dos direitos humanos e a exploração dos conflitos nas relações subjetivas para um desfecho fatal. São ações que se relacionam entre si e levam a causas que podem ser idênticas, porém, tais causas servem de criação para um novo espaço, o da insegurança (ADORNO, 2002. p.88).

Na tentativa de explicar as causas do crescimento da criminalidade violenta no contexto urbano, Zaluar (1999) traça um esforço para explicar tal fenômeno. A autora enumera: mudanças na sociedade e nos padrões convencionais de delinquência e violência; crise do sistema de justiça criminal; e desigualdade social e segregação urbana (ZALUAR, 1999).

Zaluar (1999) e Adorno (2002) observam que o espaço urbano é segregador e é uma das causas para cometimento de crimes. A segregação urbana e a marginalização de determinadas pessoas ou de grupos sociais por fatores econômicos, culturais, históricos ou raciais no espaço das cidades são fatores preponderantes para a facilitação de cometimentos criminosos.

A segregação é uma forma de exclusão social e apresenta uma dimensão, como afirma Villaça (2003), que se utiliza do *apartheid* na África do Sul (1948 a 1994) para explicar tais acontecimentos. Os negros eram obrigados a ficar em espaços separados dos brancos, não podiam ficar juntos em assentos de ônibus, nos banheiros, até mesmo em escolas, etc. Esses locais eram dimensões espaciais da segregação, onde a acessibilidade ou dificuldades de locomoção do espaço urbano possibilita essa segregação (VILLAÇA, 2003).

Tal segregação também ocorre nas metrópoles, tendo em vista o poder aquisitivo da minoria. Os indivíduos com renda alta ficam em bairros afastados, resguardados por

segurança privada. Em outra ponta, se encontra a classe pobre, em locais sem infraestrutura, nos piores espaços da metrópole. É a dinâmica da segregação que Villaça apresenta.

São nesses locais que ocorre com mais frequência a violência urbana. Quanto maior for a desigualdade social, econômica e política, os crimes também vão ser mais presentes (VILLAÇA, 2001).

Trata-se do efeito do espacial sobre o social, e não o contrário, como normalmente se sustenta. Para essa teoria, o autor apresenta três pontos: econômico (por meio do mercado imobiliário); política (controle do Estado: controle da infraestrutura urbana, controle do aparelho do estado e instalação de unidades em locais ricos, controle da legislação urbanística); e o controle da ideologia (a classe dominante apresenta uma versão da realidade social para facilitar a dominação sobre o mais fraco) (VILLAÇA, 2001).

Outra teoria a ser considerada estaria ligada ao “estilo de vida” da vítima e agressor. Indivíduos que estão mais protegidos são maiores os custos de se perpetrar os crimes e menores as oportunidades para o agressor cometer o delito. Na outra ponta, indivíduos que trabalham fora e vivem sozinhos teriam maiores probabilidades de serem vítimas em potencial (CANO E SOARES, 2002).

Cerqueira e Lobão (2004) orientam que tal teoria deveria levar em conta: “compreensão das motivações e do comportamento individual e a epidemiologia associada, ou como tais comportamentos se distribuem e deslocam espacial e temporalmente” (CERQUEIRA E LOBÃO, 2004.p.240).

Outro ponto da teoria seria o comportamento maximizador e racional do perpetrador ao escolher a vítima, tendo em vista, a oportunidade e os baixos custos de pôr em prática tal ato criminoso. O que deve ser também observado estaria não no comportamento da vítima, mas na do criminoso, o que levaria uma diminuição de determinado crime cometido por indivíduo com baixo poder aquisitivo.

A pobreza e a miséria, aparentemente, têm uma ligação direta com a criminalidade violenta urbana, como visto anteriormente, mas essa afirmativa não é de toda forma verdadeira, porque os aglomerados urbanos, onde se concentram a pobreza tem violência, isso não pode ser afirmado, como por exemplo, no sertão nordestino. É na periferia urbana que a pobreza e a miséria afetam sobremaneira os jovens que ali vivem, principalmente do sexo masculino, que são os mais suscetíveis (FERRAZ, 1994).

Hermes Ferraz (1994) sinaliza para os acontecimentos violentos estarem presentes em cidades com maior industrialização, mas que as causas da violência não estão

necessariamente, na industrialização, mas por conta da industrialização faz a cidade crescer rapidamente. Com isso, aumenta a população, e quando essas cidades crescem populacionalmente atraem migrantes e todas as questões sociais possíveis.

O jovem se torna mais vulnerável à criminalidade de forma geral, seja pela falta de oportunidades no mercado de trabalho formal, seja pela falta de moradia digna ou por terem fácil acesso às drogas e armas (integrando grupos criminosos, venda de drogas). O que leva ao cometimento dos diversos crimes, principalmente os homicídios. Como nos aponta Pedrazzini, a cidade é onde tudo ocorre:

Toda cidade é uma fábrica de potencial de violência, uma indústria de explosivos humanos [...] A crise urbana, porém, não é apenas uma etapa do progresso, mas de um fenômeno de civilização, de sociedade e de cultura. Ela é a própria cidade. O urbanismo tornou-se um meio inadequado para controlar essa crise e os profissionais do espaço não souberam aproveitar criativamente a oportunidade que ela poderia lhes oferecer (um novo começo?) [...] As análises das (novas?) relações entre violência e cidades levam, contudo, a uma revisão crítica das orientações políticas, sociais, econômicas e ambientais de nossas sociedades urbanas, gerando um ambiente de nossas sociedades urbanas, gerando um questionamento radical dos princípios de segregação e separação que dirige seu desenvolvimento. (PEDRAZZINI, 1996. p.60,61, 86 e 102).

A fragmentação da malha urbana⁷ nos traz o medo e a insegurança, seja pela segregação espacial ou social ou até mesmo cultural. As cidades vêm se tornando espaços mais segregadores, na construção de casas em favelas, na falta de oportunidades de trabalho, na facilidade em entrar no mercado das drogas, na falta do estado com políticas públicas, tudo isso gera medo insegurança que são refletidos nas altas taxas de criminalidade.

Esses acontecimentos ocorrem com frequência nas Regiões Metropolitanas. Esses locais são emaranhados de cidades que atuam como complexos sistemas de redes, de associações formais e informais, de relações de amizades, de parentescos, que, de certa forma, contribuem para o processo de socialização e cultura do indivíduo, até mesmo, como fatores da segregação familiar. Isso explica a teoria da desorganização social do crime nos arranjos metropolitanos urbanos (CERQUEIRA E LOBÃO, 2004).

⁷ SALGUEIRO, Teresa Barata. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. Território, Rio de Janeiro, Ano III, n.º 4, p.39-54, jan-jun 1998. Apresenta o conceito de Fragmentação Urbana onde os contrastes nos tecidos urbanos é a característica principal da fragmentação.

Neste ponto de vista, o crime nas Regiões Metropolitanas emerge dos efeitos indesejáveis da organização dessas relações comunitárias e de vizinhanças, como redes de amizades, grupos de adolescentes sem supervisão ou orientação ou baixa participação social (CERQUEIRA E LOBÃO, 2004).

Souza e Frattari (2013) apresentam “os padrões de homicídios na Região Metropolitana de Goiânia (RMGO)” no recorte de 1998 a 2007, utilizando os dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) e os dados populacionais do IBGE no mesmo período. Há uma relação entre os espaços metropolitanos e a criminalidade violenta:

As interpretações apontam para um rápido processo de urbanização, migração rural-urbana, concentração populacional nas áreas urbanas, incapacidade do Estado de prover a população o controle social, enfraquecimento do controle social espontâneo, pobreza, desigualdade, exclusão social e segregação urbana. Soma-se a isso, características do tempo atual, o crime globalizado, especialmente o tráfico de drogas e de armas (SOUZA & FRATTARI, 2013. p. 46).

Nesta relação de sociabilidade, Souza e Frattari (2013) relacionam os homicídios na Região Metropolitana de Goiânia (RMGO) com a interpretação da sociabilidade violenta na metrópole, associado a grupos de jovens, ligados ao tráfico de drogas com maior prevalência nas áreas urbanas. A RMGO apresenta alto grau de desorganização social e na cidade-sede o tráfico ainda apresenta uma correlação direta com os homicídios, tendo em vista que os membros das gangues mantém uma sociabilidade com a metrópole, e essa metrópole não favorece a resolução de conflitos, como os pequenos delitos, afirmam os autores.

Esses conflitos se resolvem, na maioria das vezes, com a eliminação do problema, afirmando a identidade do mais forte, matando-se uns aos outros. Essa interpretação pode ser as causas dos homicídios na Região Metropolitana de Goiânia (SOUZA & FRATTARI, 2013).

Segundo Andrade e Marinho (2013), do Observatório das Metrôpoles, o crime é privilegiado, porquanto a violência urbana nas Regiões Metropolitanas aparece em estudo sobre a “segregação socioespacial, do mercado imobiliário, do comportamento político, da sociabilidade urbana, entre outros”. Os autores realizaram estudos em 14 metrôpoles e uma aglomeração urbana, durante três anos, com direcionamento às questões das dinâmicas metropolitanas e o território nacional, as desigualdades socioespaciais, governança e gestão metropolitana e movimentos sociais (ANDRADE & MARINHO, 2013. p.5).

São nas faixas etárias de homens jovens que os conflitos sociais criminais são mais aparentes. Tavares dos Santos (2007) observa que as ações violentas emergem no decorrer

da vida adulta. Uma das causas da violência estaria relacionada ao contexto social de excesso de poder:

O excesso de poder impede o reconhecimento um do outro – indivíduo, classe, gênero ou raça – mediante o uso da força ou da coerção, provocando algum tipo de dano, um dilaceramento de sua cidadania, e configurando um oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea. Envolve uma polivalente gama de dimensões materiais, corporais e simbólicas agindo de modo específico na coerção com dano que se efetiva (TAVARES DOS SANTOS, 2007. p.20).

A mortalidade em jovens homens adultos se apresenta por meio do crescimento do fenômeno da violência, principalmente pelas causas externas. Batitucci (1998) descreve os aspectos da criminalidade violenta em quatro Regiões Metropolitanas: Belo Horizonte (RMBH), Rio de Janeiro (RMRJ) e São Paulo (RMSP) e Belém (RMB), onde a mortalidade por causas externas, com foco nos homicídios, no período de 1979 a 1995 é estudada.

Nos apontamentos de Cerqueira e Lobão (2004), Zaluar (1985) e Pezzin (1986), na questão social verifica-se uma série de fatores que se associam aos fenômenos da violência e criminalidade a ambientes urbanos metropolitanos segregados (falta de educação, saúde, urbanização, desemprego etc.), elementos que podem ser o estopim para o cometimento de homicídios.

3.2 Fatores Culturais e os Meios de Comunicação

A violência banalizou-se! Essa afirmativa é fácil de ser constatada. É só ligarmos a televisão no noticiário local ou nacional e percebermos que a violência tornou-se um espetáculo, cuja veiculação não está somente na TV, mas nas mídias sociais, nas rádios tradicionais, nas rádios web, blogs, sites, portais, etc., fazendo parte do nosso dia a dia.

As ações violentas são apresentadas nos noticiários e incute na população o medo de ser assaltado ou até mesmo assassinado. De certa forma, a mídia estimula a sensação de insegurança de modo geral. A mídia tem um papel político importante na sociedade atual e leva à população uma cultura de agir, de pensar, etc. (PEDRAZZINI, 1996; SODRÉ, 2003; CARMONA, 2014).

A violência nasce também da narrativa da imprensa e nas explicações que ela nos dá da violência e nada atesta que o indivíduo é um ser político com laços sociais. A mídia tem atração pela violência, pelo mal-estar do medo. Há uma relação da mídia com a violência, como afirma Michaud (2001). O autor relaciona três fatores: o mundo passa pelas imagens

(nem sempre as imagens são cópias da realidade); as imagens se tornam a parada da batalha (as imagens da violência passaram a ser uma luta para controlar ao conflito) e a violência como celofane (banaliza as imagens da violência).

Os acontecimentos violentos, de fato, são demonstrados pela mídia em tempo real, quase no momento em que ocorrem os fatos e com mais alcance a mídia tem influenciado a vida das pessoas por meio de novas tecnologias (ANGRIMANI, 1995).

Com maior propagação na TV, a violência traz “dinheiro”, novas aquisições de audiência e patrocinadores; um paradoxo, uma vez que a mídia ocupa um espaço importante na sociedade e são fontes geradoras de violência ou até mesmo de criminalidade (FERRAZ, 1994).

A mídia mantém o papel mantenedor do sistema capitalista, fomentando o consumo, ditando regras, agindo sobre os interesses comerciais, por isso o interesse em algo que atrai a curiosidade, o fascínio, o medo e a insegurança na vida moderna.

Podemos afirmar que há um discurso sobre o crime e existe uma influência mútua entre o crime e a opinião pública. Em consequência, alimenta o imaginário que a população tem dos atos violentos, ou seja, há uma onda de informação e a tal falada sensação de insegurança aguça os leitores dos jornais sensacionalistas, como afirma Angrimani:

Poucos gostam de falar sobre a morte, mas ela é presença obrigatória nos veículos informativos e, além disso, estímulo de venda para o jornal sensacionalista, que faz com que o leitor saia de sua casa, atravesse a rua e vá até o jornaleiro comprar um jornal que traz em suas páginas cadáveres perfurados com bala, decepados, atropelados, perfurados, ensanguentados. (ANGRIMANI, 1995. p. 53).

Angrimani (1995) ratifica que essa mídia sensacionalista busca divulgar os meios mais sombrios e violentos de uma sociedade, o que ratificaria o pensamento para a reprodução da violência: “A valorização editorial da violência, o assassinato, o suicídio, o estupro, a vingança, abriga, as situações conflitantes, as diversas formas de agressão sexual, tortura e intimidação ganham destaque e merecem ser noticiados no jornal a sensação” (ANGRIMANI, 1995, p.57).

Por outro lado, os meios de comunicação têm papel preponderante nas ações de políticas públicas para segurança, devido à influência que exercem na opinião pública. O direcionamento das pautas e a maneira de abordá-las é o ponto em discussão. Um crime praticado na zona sul e outro na zona leste têm suas abordagens totalmente diferenciadas. A imprensa frequentemente leva o direcionamento das políticas públicas para bairros da classe

média, ou para locais onde o comércio é mais pujante, ou seja, para os locais mais ricos da metrópole.

Silveira (2013) destaca que a insegurança no meio social incutida pela mídia ocasionou o surgimento da cultura do medo ou a “sociedade do medo”. Nem tudo que é visto na TV é verossímil, pois grande parte das informações tem um porquê de veiculação, e por trás do fato está uma relação: a um fim lucrativo e dominação social, ou seja, a mídia exerce determinada representação na comunicação do fato ou do crime e do criminoso em razão dos constantes destaques que apresenta nos noticiários. Desta forma, as informações que chegam à sociedade são de uma “imagem do inimigo”, quase sempre relacionada aos indivíduos pobres, e, de certa forma, a mídia ajuda na tarefa de eliminá-lo, exercendo também o papel de agente punitivo, opressor.

3.4 Fatores Econômicos

Os homicídios relacionados às questões econômicas no Brasil apresentam padrões complexos e variados, quase sempre relacionados à desigualdade e opressão (ANDRADE e LISBOA, 2000; CERQUEIRA e LOBÃO, 2003; MENDONÇA et al, 2003; VIAPIANA, 2006).

Uma das primeiras abordagens aos estudos do crime relacionados à questão econômica foi em um estudo de Gary Becker (“*Crime and Punishment: An Economic Approach*”) publicado no jornal *Journal of Political Economy* em 1968. A análise do comportamento humano relacionado à questão do crime e economia deu a Becker o Prêmio Nobel de Economia, em 1992. Posteriormente, inúmeras pesquisas, surgiram baziladas nos estudos do autor, que logo ficou conhecida como Teoria Econômica do Crime.

A teoria de Becker apresenta a hipótese de que os indivíduos criminosos são racionais e podem agir ou não calculando os benefícios e os custos ao atuar ilicitamente em uma ação (BRITO, 1999; VIAPIANA, 2006).

O dilema entre os benefícios e os custos é apresentado por Viapiana (2006). Quando o indivíduo age para cometer um delito e essa ação pode repercutir no presente, em troca de benefício ou custo do futuro e essas trocas são pensadas de forma matemática de vantagem e desvantagem. Outra informação importante em Viapiana é a impulsividade. Quando o indivíduo age e nem sempre tem controle sobre seus impulsos.

Luiz Tadeu Viapiana apresenta assim a Teoria:

Na Teoria Econômica do Crime o evento crime é visto como uma decisão onde são ponderados os benefícios e os custos, e, também, como uma troca intertemporal, entre o benefício imediato e um custo provável no futuro (prisão). Assim sendo, a decisão pelo crime seria semelhante a outras decisões tomadas pelo indivíduo ao longo de curso de sua vida (VIAPIANA, 2006. p.15).

Viapiana (2006) aponta os incentivos que podem influenciar na decisão pelo crime ou não crime: ganhos monetários ou psicológicos advindos do ato criminoso, a percepção da probabilidade de prisão e condenação, os custos morais e as perdas potenciais de renda associadas ao tempo de permanência na prisão (VIAPIANA, 2006. p.15).

O entendimento da teoria de Becker pode ser resumida da seguinte forma para Cerqueira e Lobão (2004):

A decisão de cometer ou não o crime resultaria de um processo de maximização de utilidade esperada, em que o indivíduo confrontaria, de um lado, os potenciais ganhos resultantes da ação criminosa, o valor da punição e as probabilidades de detenção e aprisionamento associadas e, de outro, o custo de oportunidade de cometer crime, traduzido pelo salário alternativo no mercado de trabalho (CERQUEIRA E LOBÃO, 2004, p. 247).

Os autores apresentam os condicionantes positivos e negativos, vetores de variáveis que condicionam a ação do comportamento criminoso. Para os condicionantes positivos os indivíduos escolhem o mercado legal de trabalho; os fatores negativos ou dissuasórios têm ligação ao aparato policial e da punição.

As ações delituosas estão relacionadas ao desemprego, baixa renda e crime, e a baixa escolaridade é fator preditivo para o cometimento da ação criminosa. Estudos posteriores relatam quanto maior for a possibilidade do indivíduo ser preso e condenado mais elevado será o custo do crime (VIAPIANA, 2006. p. 15).

A teoria de Becker teve início em arcabouços teóricos utilitaristas em uma vertente que direciona para incorporações de questões de variáveis sociológicas, assim como outras teorias sobre o crime. Para este pensamento, alguns autores, se ancoram na Teoria do Aprendizado Social. Segundo tal teoria, os indivíduos têm o comportamento direcionado para o crime a partir de suas experiências pessoais, com relação às situações que vivenciam, seja por meios das relações pessoais ou/e com base no processo de comunicação. Esses atos têm relação com o grau de supervisão familiar, intensidade de coesão nos grupos de amizade em que participam jovens em contato com outros criminosos, etc. (VIAPIANA, 2006).

Estas ações estão presentes em outra teoria voltada para o cometimento de crimes: a Interacional. Segundo Cerqueira e Lobão (2004), os crimes são cometidos por indivíduos que passam por um processo interacional dinâmico, no qual a delinquência é a causa e consequência de um conjunto de fatores e processos sociais, sendo assim os atos delituosos seriam cometidos por indivíduos de 12-13 anos, se estendendo até os 30 anos.

Percebe-se que o cometimento do delito está relacionado aos diferentes atributos dos indivíduos que os cometem, seja pelo fato do indivíduo atingir sua meta desejada ou por possuírem uma combinação de atributos que envolvem diversos fatores para cometimentos de delitos e que tais atributos individuais poderiam estar relacionados a diversos fatores: estruturais, institucional, interpessoal ou individual (CERQUEIRA E LOBÃO, 2004).

Existem inúmeras possibilidades dos indivíduos cometerem algum ato delituoso. Os indivíduos desempregados, sem nenhuma renda, são mais perceptíveis ao crime, visto que têm incentivos para cometê-los. Por outro lado, os indivíduos que estão no mercado legal podem cometer também crime para complementar a renda. Outros podem cometer crimes por influência de amigos, por questões do tráfico de drogas, desentendimentos domésticos entre outros fatores (CERQUEIRA E LOBÃO, 2004).

Como afirma Cerqueira e Lobão, o cometimento de crimes é um “fenômeno complexo e multifacetado” que pode ser observado nos dados estatísticos que são diferentes em cada região e o cometimento apresenta-se dinâmico, principalmente no contexto metropolitano.

3.4.2 Relação dos homicídios com as Regiões Metropolitanas

O Brasil passou por inúmeras mudanças nas últimas décadas, com destaque para economia e questões sociais: melhorias nos índices de educação, na saúde pública, tendo sua população mais qualidade de vida. No entanto, a questão da criminalidade e violência vem ganhando destaque e se tornando um dos vilões para a efetivação de tais conquistas.

Já se sabe que a violência letal se distribui de maneira desigual nas regiões, afetando os territórios e sua população de maneira diferenciada. De acordo com os Estudos do IPEA e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2016), a violência letal tende a se concentrar em bairros, mas estudos recentes apontam que em algumas regiões a violência letal tem migrado para municípios próximos da metrópole. Outros estudos apontam para questões econômicas e sociais, os quais estão relacionados com intensos fluxos nesses municípios tem contribuído para essa violência.

Lisboa e Andrade (2000) estudam o comportamento das taxas de homicídios na população masculina e sua relação com as variáveis econômicas nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, no período de 1981 a 1997. A violência é mensurada por meio da construção de frequências de acontecimentos violentos homicidas para cada idade, sexo, ano e região de residência onde ocorreram esses óbitos. Com esses dados, Andrade e Lisboa (2000) discutem uma relação entre a probabilidade de morte por homicídio e ciclos econômicos para cada idade específica, distribuídas nas coortes⁸. Para explicar a relação de causalidade existente entre os homicídios e as condições socioeconômicas, foram analisados três tipos de abordagens empíricas: análise em *cross-sections*, em série de tempo, e trabalhos baseados em pesquisas de vitimização, caracterizando o comportamento individual.

Nas variáveis econômicas, a questão idade tem relevância no entendimento da violência e os ciclos econômicos. O resultado evidencia que as faixas etárias 15 a 29 anos explicam tendência de crescimento da violência. Já o aumento do salário diminui o cometimento de homicídios na população mais jovem. Esta relação, em outra faixa etária, 20 a 29 anos, coloca a importância do salário como quase nula. Por outro lado, a relevância do salário para o grupo etário de 15 a 17 anos é significativa. Para os mais jovens, o salário real diminui o efeito nas taxas de homicídios. Por sua vez, os grupos acima de 30, aumenta a chance de ser vítima de homicídios. Isso pode explicar que a variável econômica tem relevância no recrudescimento das taxas de homicídios em determinada faixa etária (ANDRADE & LISBOA, 2000).

A violência letal se concentra na questão urbana e nos grupos etários específicos, como observado por Roberta Guimarães (2011). Os indivíduos, do sexo masculino, nas idades entre 15 a 29 anos, são os representantes que mais aparecem nas taxas de homicídios no Brasil. A autora descreve em “O papel do desemprego nas altas taxas de homicídios entre os jovens no Brasil Metropolitano” como o desemprego entre os jovens pode explicar o aumento das causas da criminalidade em geral, principalmente os homicídios, e como podem elevar a taxa de homicídios em jovens das Regiões Metropolitanas que estão nos grupos etários citados (GUIMARÃES, 2011. p.186).

Guimarães (2011) encontra amparo na teoria utilitarista de Becker (1968) e da anomia em Merton (1938), no qual o fator negativo em não conseguir emprego leva a fracassos

⁸ Este conceito de “coorte” é apresentado por Ryder (1965, p. 845): Uma coorte pode ser definida como o agregado de indivíduos, dentro de algumas definições de população, que tiveram o mesmo evento dentro do mesmo intervalo de tempo.

individuais, tais como: sentimentos de frustrações, não realização das aspirações pessoais, que levam os jovens a comportamentos desviantes, abandono e questões de vulnerabilidade social.

A autora chegou à conclusão que a “taxa de desemprego é estatisticamente significativa e positivamente, no período de 1980 a 2006, correlacionada com as taxas de homicídios das RM brasileiras, de forma extremamente consistente” (GUIMARÃES, 2011. p.199). Outra constatação é que ao ter um aumento de 10% no desemprego aumentaria a taxa de homicídios entre os jovens residentes nas grandes metrópoles em 6%.

Ao ser analisada a taxa de desemprego em si mesma, não configura como principal fator para explicar o aumento das taxas de homicídios em uma região, (TEIXEIRA, 2004). Outros fatores podem estar correlacionados ao aumento dessa taxa, como o adensamento populacional de jovens e de crianças pobres em determinados municípios, que são mais relevantes para explicar tal fenômeno.

A espacialização dos municípios, os que ficam mais próximos do cometimento dos delitos, em geral, é também outro fator a ser considerado para explicar o risco de cometimento de homicídios no Brasil (TEIXEIRA, 2004. p. 10).

Uma maior proporção de jovens em uma população pode contribuir para o aumento da taxa de mortalidade. É o que aponta o estudo do IPEA, produzido por Carvalho, Cerqueira e Lobão (2004), em “Homicídios, Estruturas Socioeconômicas e Disposição Sócio Espacial de Crimes no Brasil”. Foram 5.507 municípios analisados onde a questão social leva o indivíduo a menosprezar a vida de outro. Quanto maior o grau de desagregação social, maiores as chances de o indivíduo cometer o delito doloso em uma determinada região (CARVALHO, CERQUEIRA e LOBÃO, 2004).

Contudo, os municípios podem ter relevância para redução dos homicídios, tendo em vista se o ente federado voltasse as políticas públicas para os jovens. Evidencia-se que a geração dos mais jovens apresentou altas taxas de homicídios e essa geração tende a levar essas taxas para sua vida adulta, durante seu ciclo de vida. Os autores sugerem que a violência homicida acompanha as gerações.

É evidente que a incidência de crimes ocorre nas grandes cidades, onde há maior interação social com o meio urbano. É nesse contexto que o indivíduo pode cometer os delitos: no meio urbano se encontra elementos para o cometimento do crime, além de ser influenciado por outros elementos que praticam os delitos, ou a interação social de um grupo pode ter sobre um indivíduo. Nesses casos, os jovens são os mais predispostos a cometer os

crimes na tentativa de imitar as ações ou integrar determinados grupos. O meio urbano é visto como um preditivo para cometimento de delito, visto que diminui a probabilidade do indivíduo ser pego cometendo algum tipo de ato ilícito.

A taxa de desemprego é fator para o aumento do fenômeno da criminalidade e a variável que mais teve efeito sobre a criminalidade foi a taxa de urbanização, que pode estar interligada com o grau de interação com outros indivíduos para o cometimento dos crimes (MENDONÇA et al, 2003. p.16).

Santos et al (2016) recorre a teoria neo-marxista e a teoria das oportunidades para explicar o cometimento de crimes na cidade de Santa Maria, em contraponto à teoria econômica de Becker (1968). A base da pesquisa de Santos et al (2016) são 16 homens e mulheres do sistema penitenciário da cidade. As informações são obtidas através de respostas ao preencherem um formulário abrangendo o contexto do ambiente familiar que estavam inseridos antes do cometimento do crime, até comportamentos pessoais.

Para os homens, os cometimentos dos crimes estão ligados ao “status” como motivação principal. As mulheres, por sua vez, cometem os crimes por conta do sustento da família - o marido estava preso, e a esposa passava a sustentar a casa, assumindo a função do marido. Santos et al (2016) observam no decorrer das entrevistas que o crime era cometido por estar facilmente disponível a esses indivíduos, ou seja, o caminho mais fácil para obter a renda estava mais acessível, corroborando para teoria da oportunidade, via de regra estarem desempregadas ou não tinham qualificação para entrarem no mercado de trabalho (teoria neo-marxista).

As questões financeiras confirmam o principal fator para cometimento de crimes, porém, fatores familiares e sociais e até psicológicos estão presentes nos cometimentos dos diversos delitos e não podem ser deixado de lado, como análise, para o entendimento do fenômeno dos homicídios (SANTOS et al, 2016).

3.5. Interiorização dos homicídios

A tese da interiorização dos homicídios no Brasil tem sido difundida por alguns autores (ANDRADE, DINIZ, 2013; WAISELFISZ, 2015; COLEN e GODINHO, 2016; CERQUEIRA et al., 2017). A taxa de crescimento dos homicídios estaria se espalhando para os municípios do interior dos Estados, com isso, a cidade-sede não teria a mesma prevalência de atração. A metrópole não representa mais o indicador principal de registros

de homicídios e sim os municípios ao seu redor, os quais compõem as Regiões Metropolitanas.

Foi no mapa da violência de Waiselfisz (2012 e 2015) que a tese da interiorização e disseminação da violência estaria em outros municípios que não fossem as sedes dinâmicas principais:

A partir de finais da década de 90 as grandes metrópoles do país deixaram de ser os motores impulsores da violência. Esse dinamismo trasladou-se para cidades do interior, capitais fora do eixo das grandes metrópoles, cidades de porte médio para baixo onde a violência achou seu caldo de cultura favorável. (WASELFISZ, 2012, p. 13).

Waiselfiz (2015) corrobora a tese da interiorização da violência para novos locais, além dos evidenciados nos centros urbanos:

Novos polos de crescimento no interior dos estados consolidam-se, durante a década de 1990, um processo de desconcentração econômica que origina a emergência de novos polos, que atraem investimentos, trabalho e migrações. Somado a esse processo, as deficiências e insuficiências do aparelho do Estado e da Segurança Pública contribuem para a atração da criminalidade e da violência nesses novos polos (WASELFISZ, 2015, p. 55).

Os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM/MS) foram preponderantes para este entendimento. Dentre as causas para o aumento dos registros nesses municípios, estariam ligados: em primeiro lugar, a reestruturação da produção brasileira, processos de mudanças locais (intra e inter-regionais), novos polos emergentes de crescimento fora do eixo das metrópoles; em segundo lugar, os investimentos em segurança pública nos centros metropolitanos e nas grandes cidades; e em terceiro lugar, a melhor captação dos registros das ocorrências dos dados de mortalidade pelos órgãos de saúde (WASELFISZ, 2012, p. 58).

Carmona (2014) destaca a disseminação da violência em municípios brasileiros. O autor enumera alguns fatores que podem ter relevância no entendimento do aumento das taxas nesses municípios: a falta da presença do Estado ou do aparato policial tem facilitado a migração da violência; a impunidade; o forte crescimento econômico e populacional nas cidades do interior dos estados, ou seja, houve urbanização nesses municípios, a violência também vai aparecer.

Waiselfisz (2012) revela, no duplo processo de disseminação e interiorização, que a dinâmica da violência, no período de 2000 a 2010, deixa de ocorrer com maior frequência

nas grandes cidades (acima de 100 mil habitantes) e migra para cidades com 20 a 50 mil habitantes, corroborando os estudos de Colen e Godinho (2016).

Algumas Regiões Metropolitanas apresentaram altas constantes na incidência de homicídios, principalmente nos municípios próximos à metrópole. As RMs de Belém, Curitiba, Fortaleza e Porto Alegre apresentam alta nas taxas de homicídios em municípios com atração à cidade-sede. Para Marinho e Basegio (2013), a interiorização dos homicídios é efeito derivado da industrialização em outros municípios, porém, o que foi observado na RM de Porto Alegre em todo o período de 1998 a 2008 foi a concentração das mortes violentas no município-sede (Porto Alegre) e sua disseminação aos municípios que circundam a RM e que possuem maior integração à dinâmica metropolitana.

Para os autores, os homicídios devem ser olhados pela ótica particular da tipificação penal e dos eventos que os cercam: ao seu desenvolvimento e a estrutura dos grupos criminosos. Os homicídios ocorrem com mais frequência no ambiente urbano metropolitano, onde a cultura da violência está mais arraigada. Para Marinho e Basegio (2013), há um caráter epidemiológico dos homicídios.

Nos apontamentos de Frattare e Souza (2013), a configuração espacial da Região Metropolitana tem contribuído para a disseminação dos homicídios. A exemplo, os autores mostram que na RM de Recife as taxas apontam para um crescimento dos homicídios nos municípios que estão na RM. Na cidade-sede, houve crescimento das taxas (1998 a 2000), por outro lado, nos municípios de atração à cidade-sede, o risco de ser acometido por morte violenta foi maior.

Colen e Godinho (2016) buscam analisar na tese da interiorização do fenômeno da violência homicida os padrões de mortes violentas por homicídios em Minas Gerais, os territórios onde as taxas são mais preponderantes nos grupos etários e raça, principalmente, nas idades de 15 a 19 anos, no período 2000 a 2010. Houve um crescimento de registro de crimes por vítimas na faixa etária de 15 a 19 anos, com incidência nos municípios de 25 a 50 mil habitantes. Indicando que as mortes podem ter causas dinâmicas em diferentes territórios, porém, quando analisada a faixa etária, por raça/cor, em especial, os negros nas idades de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos aparecem como destaques nos dados em diferentes municípios (COLEN, GODINHO, 2016).

Andrade e Diniz (2013) questionam a tese da disseminação da violência nos Mapas de Waiselfisz (1998, 2004, 2006, 2007, 2008, 2010, 2011), e, a partir do período (1996 a 2006), a análise das mortes por homicídios no Brasil, em suas macrorregiões, correlacionam a

disseminação e interiorização da violência. Segundo os autores, os resultados mostram um processo complexo de entendimento do fenômeno da violência homicida no Brasil, o qual não deve ser analisado somente pela ótica da interiorização ou disseminação dos homicídios para os municípios do interior.

Para Andrade e Diniz, a organização desses crimes ocorre em detrimento de uma lógica de aglomeração, com efeitos de atração e a formação de “clusters homicidas – processo de atração e processos regionais mais amplos”, em áreas que nos últimos anos tem apresentado algum dinamismo econômico ou espaços reorganizados, seja pelas suas mudanças ou formas de uso e funções (ANDRADE, DINIZ. 2013).

Os dados disponíveis sobre homicídios nos municípios brasileiros mostram a reorganização espacial dos homicídios em alguns estados brasileiros. Esses dados seguem padrões espaciais concentrados e devem ser olhados com cautela, uma vez que cada município e cidade-sede apresentam característica sigular.

3.6 Políticas públicas na redução de homicídios nas Regiões Metropolitanas Brasileiras

Qual seria a política mais eficaz para redução dos homicídios no Brasil, ou como diminuir as taxas de homicídios que a cada ano aumenta, principalmente em áreas urbanas? As discussões são as mais variadas e cada Estado tenta sua política de gestão e integração para conter o fenômeno dos homicídios que flagela a sociedade.

O Pacto Nacional de Redução dos Homicídios apresentado pelo Ministério da Justiça, do então Governo de Dilma Rouseff, propôs um pacto entre a União, os Estados e Municípios para reduzir em 5% ao ano os homicídios dolosos (onde há intenção de matar). O Governo Federal propunha que todos assumissem uma responsabilidade na redução dessas mortes. Seria a construção de uma política pública em comum com a União, um diagnóstico foi lançado para subsidiar tal medida.

O “Diagnóstico dos Homicídios no Brasil: Subsídios para o Pacto Nacional pela Redução dos Homicídios” traz uma radiografia dos principais fatores de cometimentos de homicídios no país: Gangues e drogas (consumo e tráfico de drogas, elevados números de jovens proporcionalmente à população, abuso sexual e violência doméstica, rivalidades e padrões violentos para resolução de conflitos), violência patrimonial (latrocínios, roubos de veículos e instituições financeiras), violência interpessoal (acúmulo de vulnerabilidades, desordem urbana, sociabilidade violenta, ausência de instância de mediação e resolução de

conflitos, agentes potencializadores, crimes de ódio) e violência doméstica (cultura patriarcal, agentes potencializadores, falta de rede de proteção).

Outros fatores de risco também podem gerar cometimento de violência: fatores transversais (disponibilidade de armas de fogo, acúmulo de vulnerabilidade social), conflitos entre policiais e população e presença escassa dos estados nos territórios (saúde, assistência social, segurança, cultura e lazer e acesso à justiça) (ENGEL et al, 2015).

Engel et al (2015) apresenta a concentração dos homicídios nas Unidades Federativas brasileiras. A maior taxa de homicídios está na Região Nordeste (33,76 para cada 100 mil habitantes), seguida da Região Norte (31,09) e Região Centro-Oeste (26,26); quanto às Regiões Sudeste e Sul, as taxas são menores (16,91 e 14,36 respectivamente). Apesar de o estudo apresentar algumas políticas de redução de homicídios pelos Estados, não significa dizer que o índice diminuiu. Dos 22 Estados da Federação, 18 disseram que tem alguma política para redução da criminalidade e violência e a maior parte (16) adotaram as medidas a partir de 2010. As outras unidades da Federação não têm ou não adotam nenhuma política de redução da violência em seus Estados. Vale ressaltar que cinco Estados não responderam o questionário e os investimentos na área de segurança é cada vez menor, e os investimentos são gastos com pagamentos de agentes e manutenção de equipamentos e prédios.

Muda governo, muda o plano. Com o impedimento do Governo de Dilma Rousseff, assume Michel Temer e com ele uma nova estratégia para conter os homicídios, pois o pacto de Dilma “não diz respeito às ações desse governo”, diz Alexandre de Moraes, então Ministro da Justiça em entrevista ao jornal “O Globo”, em julho de 2016. O tal “pacto” foi esquecido e nasce o “Plano Nacional de Redução dos Homicídios” elaborado pelo Governo Federal e estabelece metas para redução dos homicídios dolosos (7,5%) no ano de 2017 e para diminuir o déficit de vagas do sistema penitenciário do País em 15%, além de estabelecer a integração, cooperação e colaboração da união com os estados e municípios.

Para atingir esses objetivos o Governo Federal propôs três grandes eixos de atuação: ações de capacitação, inteligência e atuação conjunta em diferentes setores da segurança pública com foco na violência doméstica, racionalização e modernização de presídios, inteligência contra o crime. O plano ficou apenas no “plano” das ideias e não saiu das comissões do legislativo.

De fato, todas essas ações ainda não foram suficientes para conter o aumento das taxas de homicídios no Brasil, mas o caso específico de São Paulo tem chamado atenção para a redução dessas taxas. Estudos anteriores apontam, no início da década de 1990, para

implantação de políticas públicas na redução de homicídios na RMSP, tais como: a implantação da Lei Seca, a Lei do Desarmamento, investimentos nas polícias, aumento do encarceramento, industrialização e urbanização das cidades próximas a cidade-sede, etc. (MELO, SCHNEIDER, 2007; GOERTIZEL, KUHN, 2009; FELTRAN, 2010).

Gortizel & Kuhn, (2009) apresentam alguns fatores das causas para redução desses homicídios em São Paulo, no período de 1980 a 2008:

A pobreza e a desigualdade podem desempenhar um papel maior na furto e roubo do que em homicídio, e esses crimes não têm diminuído no período com o declínio nos homicídios. A maioria dos homicídios envolvem conflitos entre homens jovens, muitas vezes sob a influência de álcool ou drogas. Vários municípios paulistas fecharam bares, no início, como uma medida para reduzir os conflitos violentos. Removendo armas da população pareceu ser altamente eficaz (GOERTIZEL; KUHN, 2009. p. 10), tradução livre do autor.

As políticas públicas para o setor foram direcionadas para redução do cometimento de tais delitos, tais como: o controle de armas de fogo dos grupos etários que são mais suscetíveis às ações violentas, investimento no aparato policial para o combate aos crimes, como tecnologias, criação de delegacias especializadas, aumento das prisões, principalmente por envolvimento com o tráfico de drogas, e até as mudanças de ações de grupos criminosos dentro das prisões têm contribuído para a redução dos homicídios na Grande São Paulo, (GOERTIZEL; KUHN, 2009).

Corroborando para esse pensamento, Feltran (2010) analisa as mudanças de punições dentro do espaço das facções:

O que se enuncia é um princípio instituído nos territórios em que o PCC está presente: a morte de alguém só se decide em sentença coletiva, legitimada por tribunais compostos por pessoas respeitadas do “Comando”. As punições são distribuídas sem a necessidade do homicídio ou, mais exatamente, necessariamente sem o homicídio (FELTRAN, 2010. p. 69).

O impacto dessas ações das facções tem relevância na estatística criminal das mortes violentas nos aglomerados urbanos de São Paulo, afirma Feltran (2010). Os jovens são mais úteis vivos do que mortos, aumentando o lucro de venda de drogas para as facções nos espaços periféricos das metrópoles.

Em estudo recente sobre as Regiões Metropolitanas Brasileiras, com foco em mortes violentas, especificamente os homicídios, Andrade et al (2013) estudaram 10 RMs, com dados obtidos do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM/MS), no período de 2000 a 2010. As cidades-sedes concentram altas taxas de homicídios, “é possível afirmar que são as

tensões macroestruturais decorrentes do modo de vida metropolitano que geram determinadas formas de sociabilidade que favorecem ação violenta envolvendo preferencialmente os jovens pobres habitantes da periferia urbana”, (ANDRADE et al, 2013).

Observa-se que a integração entre os entes federados são importantes para a redução dos homicídios em determinadas cidades, por outro lado, as facções que estão envolvidas, diretamente com o tráfico de drogas e armas têm uma parte do envolvimento na redução ou aumento dos crimes violentos dentro de determinado espaço da metrópole.

3.7 Fatores diversos para cometimentos de homicídios nas Regiões Metropolitanas

Uma das causas mais conhecidas para o cometimento da criminalidade está relacionada às questões “econômicas, privação de oportunidades, desigualdade social e marginalização”, os quais podem ser preditivos para cometimentos de diversos crimes (BEATO, 2012. p. 144).

Os dados quantitativos mostram a variação das taxas de crimes violentos, como os homicídios, por exemplo, entre as regiões ou áreas metropolitanas. Para tentar explicar o fenômeno, tem-se buscado nas variedades de técnicas as variáveis sociais, demográficas, econômicas, culturais, etc. Os resultados têm apresentado alguns fatores de certa forma associados às altas taxas de criminalidade, enquanto alguns comportamentos apresentam variações (BEATO, 2012).

Outra variável preponderante associada ao cometimento de delitos são algumas estruturas etárias. Algumas faixas etárias mostram-se mais significativas para cometimento de crimes. Frattare e Souza (2013) buscam na Região Metropolitana de Belém (RMB) medir a magnitude, identificar os grupos etários e as populações que mais são atingidas pelo fenômeno da violência homicida, de 1998 a 2007. Em 1998, os registros de homicídios na RM de Belém alcançaram 398 e em 2007 o número aumentou para 753 casos, o que representa 47,27%. As mortes violentas concentram-se na capital Belém e na cidade de Ananindeua, que juntas representam 92% do total de homicídios da RM (FRATTARE E SOUZA, 2013).

Os autores analisam a taxa da RM de Belém, a qual foi de 12,3 homicídios por 100.000 habitantes, em 2006, quando alcançou o ápice de 37 homicídios por 100.000 habitantes. Ao analisar os municípios a cidade de Marituba, ultrapassou a média nacional

para o período (26,3). A explicação da queda nacional se dá por conta do expressivo declínio nas taxas de São Paulo a partir do ano de 2003 e também no Estado do Rio de Janeiro.

Frattare e Souza (2013) ao analisarem os homicídios, por meio de médias móveis, a cidade de Marituba, de 2001 a 2006, constatou a maior taxa, chegando a atingir 49,5 em 2005, com a taxa média na RM para os homens de 34 e para as mulheres de 3,3 homicídios para cada 100.000 habitantes, no mesmo período. Ao se analisar o risco de morte, os homens têm 22 mais chances de morrer do que as mulheres, principalmente quando analisado nas faixas etárias de 15 a 29 anos.

Diversos fatores podem ocasionar o cometimento de homicídios em grupos etários nos aglomerados urbanos, como afirmam Costa e Freitas (2013):

Crescimento das taxas de urbanização, aumento da pobreza e desestruturação familiar [...] todos esses fatores podem ser inseridos nas discussões sobre desigualdades socioespaciais e vulnerabilidade socioeconômica a que são submetidos alguns grupos populacionais” (COSTA & FREITAS, 2013. p. 130).

A pobreza absoluta pode exercer o papel propulsor de violência, tendo em vista que o indivíduo teria pouca ou nenhuma opção para lidar com as questões econômicas devido ao estado em que se encontram na miséria profunda. Estudos de Wolfgang e Ferracuti (1967) consideram os fatores de desemprego dos chefes de famílias, das questões maritais, questões de violência doméstica não letal poderiam estar associada a atos criminosos, até mesmo com os homicídios. Outro ponto em análise seria a questão demográfica.

Quanto maior for a área e mais densa, mais elevadas seriam as taxas de criminalidade. Costa & Freitas (2013) inferem-se sobre a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), em “Crimes letais em escala metropolitana: o caso de fortaleza”. Bazilados em Cano e Santos (2007), concentram os estudos na escala metropolitana, em que a violência é aumentada e o processo de urbanização também cresce. As mortes violentas estão distribuídas na espacialidade da RMF e estão relacionadas a áreas mais densas, com maior urbanização, onde as indústrias estão presentes, com maior integração metropolitana.

A criminalidade violenta se espalha para municípios da RMF, que apresenta maior taxa de urbanização e integração com o município-sede e essas taxas não estão distribuídas homoganeamente em todos os espaços metropolitanos. Entretanto, essa criminalidade violenta é acompanhada das desigualdades sociais intra-urbanas:

Na RMF essa conjuntura não é diferente. Nos estudos sobre a violência destaca-se a distribuição desigual da criminalidade violenta na cidade, que geralmente concentra-se nos bairros com pessoas de baixo nível

educacional e de renda. Os números mais expressivos de homicídios são encontrados nos bairros cuja população está sujeita à maior vulnerabilidade social, atingindo preferencialmente os habitantes que residem em espaços segregados, (COSTA & FREITAS, 2013. p. 130).

Freitas (2010) em sua dissertação de mestrado intitulada “A territorialidade da Criminalidade Violenta no bairro Jardim das Oliveiras - Fortaleza/CE” corrobora com Costa & Freitas (2013): a criminalidade letal é mais alta nos bairros onde a pobreza se destaca. São nas periferias sem infraestrutura e sem os serviços básicos (saúde, educação, rede bancária, segurança) que essas populações são mais vulneráveis.

Para Freitas (2010), há uma desigualdade econômica e social. Os grupos mais vulneráveis são mais suscetíveis ao cometimento das mortes por homicídios quando nos espaços esquecidos pelo poder público. Esses indivíduos se estabelecem e fecham o círculo de inter-relação entre outros indivíduos que estão nas mesmas condições financeiras, sem renda, e os espaços urbanos atuam como fomentadores de conflitos:

Os conflitos territoriais tem se expandido por vários bairros, sendo relevantes a participação de grupos juvenis, as novas formas de sociabilidade entre os jovens moradores da cidade é uma questão crucial para o entendimento das práticas violentas em Fortaleza. É no ambiente das ruas, esquinas e pontos de encontro que se estabelece o círculo de relação de grupos entre os jovens, culminando ocasionalmente em confrontos armados (FREITAS, 2010. p. 60).

Nos apontamentos de Costa & Freitas (2013), esses indivíduos têm características próprias e corroboram com o que estamos apresentando no decorrer deste trabalho, cujos dados apresentados apontam para pessoas jovens e do sexo masculino, porém somente essa constatação não pode ser entendida na sua complexidade, pois trata-se de um fenômeno de natureza diversa:

Esse indivíduo, hipotético, deve ser jovem, do sexo masculino, solteiro e com menos de oito anos de estudo. Evidente que a relação não é causal e nem tão simples assim: existem outros fatores compensatórios que merecem ser levados em consideração. As condições socioeconômicas das últimas décadas, associadas à formação e organização de microgrupos sociais (gangues, bandos ou quadrilhas), ligados às práticas violentas e ao tráfico de drogas são preponderantes para o agravamento da violência juvenil, fazendo da juventude o grupo mais vulnerável (COSTA & FREITAS, 2013. p. 134, 135).

O estudo apresenta a malha urbana que sofre com os problemas sociais nos municípios metropolitanos, onde a criminalidade tem aumentado e a violência letal segue o mesmo

ritmo e os municípios com maior integração com a cidade-sede têm taxas elevadas de mortes violentas (COSTA & FREITAS, 2013).

Contudo, ao observar o aspecto de vitimização por homicídios na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), Junior, Ribeiro & Freire (2013), no período de 1998 a 2007, destacam a queda da taxa de homicídios em homens jovens, (grupo etário de 15 e 29 anos) diferentemente dos estudos anteriores em outras RMBs que apresentam taxas elevadas. No entanto, há uma tendência de aumento do percentual de mortes violentas entre indivíduos na faixa etária de 45 anos e mais.

Outra concentração de vitimização por homicídios são em indivíduos brancos, divididos em indivíduos pardos. Outro aspecto da série de nove anos de estudo sobre os homicídios na Grande RMSP está concentrado em indivíduos de 4 a 7 anos de estudos, mas também há um incremento da mortalidade violenta em indivíduos com 8 anos de estudo. Os indivíduos do sexo masculino são, notadamente, os que mais são atingidos pela ação homicida na RMSP, e concentram-se em torno do município-sede (São Paulo), justificando a redução da taxa de homicídios na RMSP (JUNIOR, RIBEIRO & FREIRE, 2013).

E como seria se esses indivíduos, não tivessem sido acometidos dessas mortes violentas? Alcançariam maior tempo de vida? Nascimento (2011) realiza essa análise em “A Evolução do impacto das mortes por causas violentas na esperança de vida da população de Manaus no período de 1980 e 2009”. A capital, Manaus, concentra mais de 90% das ocorrências de homicídios dos municípios pertencentes à Região Metropolitana e 80% de todo o Estado (NASCIMENTO, 2011. p. 105).

As mortes causadas por homicídios na cidade de Manaus, quando agregadas por sexo, a mortalidade masculina se destaca quando associada às mortes provocadas por lesões com armas de fogo, esses dados se configuram também no feminino. Os homicídios ocorrem com maior intensidade nos grupos etários 15 a 24 anos, para o sexo masculino, provocadas por agressões de armas de fogo.

Quanto à esperança de vida da população da cidade de Manaus, os números apontam para um incremento de mortes provocadas por armas de fogo. Principalmente ao separar os grupos etários, essas mortes aumentaram nas últimas décadas, segundo o estudo. Nascimento (2011) aponta para os indivíduos masculinos que sofreram as maiores perdas de anos de vida, no período estudado, e os anos entre 15 a 34 anos, aumenta a deterioração dos anos de vidas perdidos causados por armas de fogo, contudo, para as mulheres as mortes por

agressão foram relacionadas a acidentes de transporte, como as principais causas de perdas de anos de vida.

A distribuição espacial da violência nas Regiões Metropolitanas é distinta, assim como os fatores preditivos para cometimento de homicídios e seus padrões que se modificam ao longo das décadas. A observação deve ser feita quanto às questões intraurbanas e a grande concentração de acontecimentos violentos letais nas grandes metrópoles e nos municípios próximos, onde mais ocorrem os registros de tais atos. Os municípios passam a exercer, dentre os diversos papéis existentes, o da insegurança, do risco e do medo.

4. REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS

4.1 Alguns aspectos gerais que condicionam as Regiões Metropolitanas

Foi em meados do século XX que o processo de urbanização tomou lugar acentuado no mundo e determinou a formação dos centros urbanos. Algumas cidades no mundo passaram a ter mais pessoas do que outras, em consequência de inúmeros fatores que levaram o crescimento urbano e passaram a ocupar outros espaços que não fazem parte do limite político-administrativo do município.

O fluxo migratório campo-cidade e o processo de urbanização em meados de 1950 se consolidam nas cidades-sedes, "regiões urbanas que se comportam como uma única cidade, em cujos territórios, submetidos a diversas administrações municipais, as relações cotidianas se tornaram mais intensas", levando ao incremento de populações em cidades com atrativos econômicos, gerando diversos problemas sociais (AZEVEDO; GUIA, 2000. p.133).

As diversas desigualdades regionais encontradas no Brasil são indicadores para as políticas de desenvolvimento dos Estados, seja pela problemática da extensão do território e sua heterogeneidade, seja pela necessidade de adoção de medidas que compreendem as diferentes realidades de cada cidade. A "existência das desigualdades regionais é um problema da sociedade nacional como um todo, não apenas dos residentes nas regiões menos desenvolvidas" (BERCOVICI, 2003.p. 62,63). O mesmo pensamento é apresentado por Wilson Cano (1981), quando diz que "é preciso integrar o fenômeno regional brasileiro para que os estados não entrem em uma mera disputa" (CANO, 1981, p. 161).

A teoria para propor as políticas públicas de desenvolvimento para as regiões foram as mais diversas, porém, no Brasil, se adotou a teoria dos polos de crescimento⁹. Essa teoria alimenta o surgimento de uma indústria existente que se difunde, o que leva a períodos longos o aparecimento de novas indústrias, dessa forma, a continuidade da difusão das inovações (Perroux, 1977).

⁹ O conceito de polo de crescimento pode ser buscado em: PERROUX, François. O conceito de polo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques. Economia regional. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. Souza (2005) onde analisa que o polo de crescimento não deve ser interpretado como um complexo industrial localizado. O conceito deve compreender um contexto mais amplo, a de se considerar fatores qualiquantitativos e as mudanças nas estruturas regionais, "ele é produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais, que são liderados pelas indústrias motrizes" in: SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Atlas. 2003.

Por outro lado, Souza (1993) observa na teoria de Perroux que o polo de crescimento tem uma forte ligação com a identificação geográfica, visto a interligação dos produtos das economias de aglomerações geradas pelos complexos industriais, que são ligados por relação insumo-produto¹⁰ (SOUZA, 1993. p.33).

A primeira proposta de criação dos "órgãos de administração que consorciem as municipalidades para a solução de problemas comuns" foi debatida no Seminário de Habitação e Reforma Urbana, promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) em 1963. Mas, foi a partir da Constituição de 1967 que foram instituídos critérios para delimitação e a organização administrativa do novo arranjo regional que ora surgia: as Regiões Metropolitanas Brasileiras (RMB).

O Brasil, que então era eminentemente rural, passou a ter em suas cidades o adensamento populacional, mas não de forma planejada, pois esse adensamento se deu muito por conta da industrialização. Esse movimento é mais acentuado nas Regiões Sudeste e Sul do Brasil, sendo que em outras Regiões apresentou um atraso na urbanização e isso refletiu no crescimento de algumas cidades, quer por concentração de poder ou pela industrialização.

Essa peculiaridade de formação urbana, a RM, se caracteriza por uma cidade central, que, por sua vez, engloba os núcleos urbanos. Esses locais crescem e se desenvolvem pela proximidade do centro metropolitano ou dessa cidade central. Essa área metropolitana inclui grande extensão urbanizada, além de um espaço urbano-rural ao redor dessa unidade territorial. Essa cidade central é conhecida como Metrópole de onde emergem os diversos serviços.

Para um melhor entendimento do conceito de Região Metropolitana é preciso buscar o entendimento de Região¹¹. O conceito de Região é múltiplo e é escolhido segundo critérios

¹⁰ Essa teoria permite a identificação da interdependência das atividades produtivas onde os insumos e produtos utilizados são decorrentes de processos de produção, tendo em vista a natureza complexa do sistema produtivo, a melhor representação se daria por meio de matrizes, daí o surgimento do nome Matriz Insumo-Produto (MPI). Essa teoria foi apresentada pelo economista Russo, Wassily Leontief, atualmente o IBGE é o responsável, no Brasil, pela elaboração dos MIPs. Mais informações acessar: http://www.ipea.gov.br/redeiipa/index.php?option=com_content&view=article&id=98:matriz-insumo-produto-regional&catid=89:projetos-de-pesquisa&Itemid=206.

¹¹ No dicionário Aurélio, o conceito de Região se distingue em: grande extensão de país (região alentejana, por circunstâncias climáticas, região fria, por produções próprias, região vinícola, pelo aspecto: região montanhosa, por condições particulares: regiões doentias, etc); divisão territorial administrativa, englobando vários municípios; zona, divisão de uma montanha relativamente à altura e produções; espaço; nação, país; roda ou camada social; camada, ponto, parte; espaço determinado do corpo. Disponível em: <<https://dicionarioaurelio.com/regiao>>. Acesso em: 25 Jan. 2018. Para entendimento deste trabalho busca-se

subjetivos, uma vez que se direciona para a necessidade do objeto de trabalho de cada pesquisador e assume várias funções, como o que é largamente utilizado por alguns estudiosos, sem que seu conteúdo seja explicitado, como bem analisado por Breitbach (1988):

Utiliza-se a palavra região tanto para designar uma área onde se localiza certa atividade produtiva ("região da soja", "região da pecuária", etc.) como para uma área com determinadas relações de produção ("região de minifúndio") ou uma área com características geográficas específicas ("região da serra"), sem contar o uso corrente que é feito do termo regional para designar estadual (BREITBACH, 1988. p. 18).

Para Breitbach, a região, diferentemente da análise acima, é uma realidade objetiva, na qual os elementos presentes podem ser identificados e analisados, principalmente como observado a questão regional. Para essa questão, o conceito empregado é corriqueiramente simplista, não ultrapassando em muito as abordagens geográficas e administrativas em um sentido estrito, ou seja, uma delimitação territorial do espaço.

O termo região faz referência a uma porção de território, sendo o que determina são suas características comuns ou circunstâncias especiais, tendo nas teorias do geógrafo clássico La Blache (1845-1918), ícone para a afirmação do conceito na geografia tradicional. As regiões eram entendidas como elementos físicos e sociais em integração, o que o autor chamou de paisagem (FILHO, 2009).

No entanto, para Breitbach, a ideia não contempla a complexidade do conceito que vai muito, além disso: uma realidade social em seu mais amplo conjunto; as relações desse com o espaço. Portanto, o conceito de região deve ser analisado de uma forma “multidisciplinar” uma vez que o conceito nos remete a vários entendimentos (BREITBACH, 1988).

O conceito de região não é um conceito unívoco, uma vez que ele não comporta uma única forma de interpretação e não se aplica a sujeitos diversos de maneira totalmente idêntica. O conceito de Região que julgamos ser o mais correto não é aquele que descreve exhaustivamente uma realidade à sua frente disposta: límpida, fixa e transparente. Mas, ao contrário, é um conceito que expressa um movimento em direção a uma realidade (que não é fixa nem transparente) no sentido de desvendá-la, explicá-la; penetrar, portanto, no âmago de seu ser em movimento (BREITBACH, 1988. p. 89).

O conceito de região não tem um único sentido, mas se volta a uma realidade social mais ampla, onde há relação com o espaço. Neste entendimento, nos remete ao conceito de Christaller (1966), teoria do lugar central, onde a noção de centralidade resulta da

o conceito de produções próprias, características que estão voltadas para o entendimento de conceito de Região Metropolitana.

organização em torno de um núcleo. Essa centralidade está ligada à função das cidades, a qual se constrói no centro de uma região, assunto estudado por Silva (2012):

Conceito de “lugar central”, que são os pontos do espaço nos quais os agentes econômicos se dirigem para efetivar suas demandas específicas. Os chamados “lugares centrais” seriam aqueles mais elevados hierarquicamente, justamente por disporem de maior dotação de bens e serviços de mais alta especificidade (SILVA, 2012).

As palavras de Silva (2012) remetem-nos ao entendimento do conceito de Região Metropolitana, em virtude de essas cidades serem as regiões centrais onde apresentam os mais diversos serviços. As cidades que estão em determinada região ocupam centralidade em relação a outras, sejam por conta do comércio, serviços bancários, administração pública, serviços culturais ou religiosos, maior número de população, nível de renda, grau de concorrência entre produtores e de bens e serviços, elas ocupam um local de centralidade, portanto, podem também ocorrer uma disparidade desses diversos serviços não ocorrerem da mesma forma entre essas regiões.

Christaller observou que os “sistemas de lugares centrais” apresenta uma ordem, o que acarretaria em uma ordem de hierarquia entre eles, onde os diversos números diferentes de tipos, bens que o lugar dispõe ou pelo número de profissionais ou as funções públicas que ali existem podem acarretar essa escala hierárquica.

Neste sentido, Breitbach (1988) descreve que há uma espécie de conjunto central de diversas ordens: “com suas regiões complementares de dimensões relativamente proporcionais à importância de lugar central”, o qual constitui o sistema de lugares centrais (Breitbach, 1988. p. 31).

O lugar central é um local em que ocorrem os bens e serviços com maior intensidade. É o centro urbano de uma região ou de uma cidade, onde os bens e serviços são pujantes. São os lugares mais importantes, e dispõe de variados serviços, esses lugares pode ser uma vila, uma cidade, uma metrópole a qual forma uma hierarquia e ao redor desse lugar central ocorrem às áreas complementares. Para tanto, chegamos ao entendimento de Região Metropolitana.

4.2 Destravando os nós entre metrópole e metropolização

4.2.1 O conceito de metrópole

O conceito de metrópole não é recente e tende a se alterar por processos históricos que se sucedem. Quando analisada etimologicamente, a palavra metrópole nos remete à Grécia Antiga e o seu significado está ligado ao conceito de cidade-mãe. São grandes cidades que têm funções maiores e que tornam os municípios dependentes, relacionando a um domínio de território, onde a oferta de bens e serviços são maiores e diferenciados para uma única região (FIRKOWSKI, 2013).

A metrópole tem sua análise, na maioria das vezes, voltada para o conceito de comunidade e alguns autores voltam-se para essa temática (BOGUE, 1974; DICKINSON, 1974 GRAS, 1974). É na metrópole que se concentram todo o comércio, onde se apresenta uma zona central de influência voltada para questões econômicas.

O conceito de metrópole é apresentado no estudo do IPEA (1976): É a cidade principal de uma região ou país, ou ainda apresenta um sistema de cidade e possuem características que podem ser destacadas:

a) grande concentração populacional; b) complexidade e multiplicidade de funções; c) núcleo de intensos fluxos de intercâmbio; d) presença de serviços e equipamentos em quantidade e qualidade proporcionais à sua importância como centro de decisões nacional ou regional; e) inter-relação entre as partes que a compõem, as quais desempenham, em seu interior, funções específicas. (IPEA, 1976.p. 121).

Há uma inter-relação entre os municípios que se ligam, sejam pelos diversos fluxos ou por características específicas de cada município com a cidade central e toda a sua dimensão. Conceito este que nos remete ao entendimento de Santos (1965), no qual a metrópole não deve ser vista na sua grandiosidade, mas nas especificações de suas funções: "organismo urbano onde existe uma complexidade de funções capazes de atender a todas as formas de necessidade da população nacional ou regional" (SANTOS, 1965. p. 44).

Em outra descrição, Santos (1990), caracteriza a metrópole como o maior aglomerado urbano do país, presente em todos os arranjos urbano-regionais dos estados: "são os maiores objetos culturais jamais construídos pelo homem". Esses arranjos se solidificam com o processo de urbanização, caracterizando-se pela extensão e densidade demográfica nas grandes cidades (SANTOS, 1990. p. 9).

Após a década de 1990, alguns autores têm em seu entendimento que a metrópole se tornou a principal ligação nas redes da economia mundial (ASCHER, 1995; CASTELLS, 1999; SOJA, 2002; SASSEN, 2007), seja pela tecnologia global, seja pelas corporações multinacionais e o sistema financeiro global e enumeram alguns conceitos para o entendimento de metrópole.

Castells (1999b) considera que a sociedade vive em redes, em cidades informacionais. A metrópole é entendida como espaços de fluxos, onde ocorrem inúmeras transformações, sejam elas sociais, econômicas e políticas influenciadas pela tecnologia da informação ou da comunicação. Castell vê na nova configuração espaços e lugares flexíveis, através de redes digitais de informação e essas redes influenciam a desarticulação da sociedade e culturas baseadas em um local físico.

Ascher (1995) analisa algumas cidades da Alemanha e infere-se sobre o conceito de cidades, aproximando-se do conceito de cidades-regiões e Região Metropolitana. Ascher as considera como conjuntos integrados formando os sistemas urbanos (*dailyurban system*). O autor reconhece o surgimento de novas configurações de morfologias, além de considerar a dinâmica urbana pós-moderna, cria novos arranjos ou ultrapassam os conceitos de aglomerações, regiões metropolitanas, conurbações, cidades regiões, etc. São espaços metropolizados em que os conjuntos formam as zonas metropolitanas.

Sassen (2007) considera a metrópole como "megarregião". É um território diverso onde coexistem múltiplos tipos de economias de aglomeração, atualmente distribuídos entre diversos espaços econômicos e escalas geográficas, o que o autor considera como uma única megazona econômica. O autor incorpora às metrópoles as características das cidades globais, como um lugar central onde se efetivam as ações de mercado e outras operações globalmente que se interligam.

Soja (2002) analisa a Pós-Metrópole onde há uma ruptura da lógica socioespacial, de um espaço físico para um espaço contínuo, decorrente da desindustrialização e reindustrialização e da desconcentração e reconcentração das modalidades urbanas. São organismos urbanos estruturados com um contingente populacional com maior proporção, a qual exerce a função de metrópole.

Rosa Moura (2016), em seu livro “Arranjos Urbano-Regionais no Brasil: Uma análise com foco em Curitiba”, apresenta referências sobre alguns autores e a morfologia da transformação da forma espacial da metrópole ao longo dos anos, e assim descreve:

Quadro 1: Morfologias Urbanas, Urbano-Regionais e Respectives Referências Principais.

| MORFOLOGIAS | REFERÊNCIAS |
|--------------------|--------------|
| Arquipélago urbano | VELTZ (1996) |
| Cidade arquipélago | VIARD (1994) |

| | |
|-------------------------------|---|
| Cibercities | BOYER (1996) |
| Cidade difusa | INDOVINA (1990) |
| Cidade dispersa | MONCLÚS (1998) |
| Cidade dos bytes ou soft city | MITCHELL (1996) |
| Cidade flexível | LEHRER (1994) |
| Cidade global | SASSEN (1991, 1998) |
| Cidade informacional | CASTELLS (1999) |
| Cidade mundial | HALL (1966), FRIEDMANN (1986), FRIEDMANN e WOLFF (1982) |
| Cidade pós-moderna | AMENDOLA (1997) |
| Cidade reticular | DEMATTEIS (1998) |
| Cidade-região global | SCOTT et al. (2001) |
| Edge city | GARREAU (1991) |
| Exópole | SOJA (1994, 2002) |
| Hipercidade | CORBOZ (1994) |
| Megacidade | BORJA e CASTELLS (1997) |
| Megalópole | GOTTMAN (1970) |
| Megarregião | SASSEN (2007) |
| Metápole | ASCHER (1995) |
| Metroplex | North Texas Commission (1972) |
| Metrópole sem bordas | GEDDES (2002) |
| New burb | DAVIS et al. (1994) |
| Outercity | SOJA (1994, 2002) |
| Pentúrbia | LESSINGER (1991) |
| Pós-metrópole | SOJA (2002) |
| Post-suburbia | TEAFORD (1997) |
| Privatopia | MCKENZIE (1994) |
| Rurbano | BAUER e ROUX (1976) |
| Suburbia | BAUER (1993) |
| Tecnoburb | FISHMAN (1989) |
| Tecnópoles | CASTELLS e HALL (1994) |
| Telépolis | ECHEVARRÍA (1994) |

Fonte: Rosa Moura (2016, p. 70-71).

Essas designações, na pós-modernidade, mostram que os conceitos permanecem em algumas categorias em outros períodos, entretanto, as relações de poder estão presentes no contexto das metrópoles, tendo em vista sua complexidade.

4.2.2 O conceito de metropolização

O fenômeno da metropolização se expandiu no Brasil a partir de 1960, por meio do crescente processo de industrialização, riquezas econômicas e crescimento demográfico. Neste período, os agrupamentos de municípios limítrofes recebiam toda essa carga de processos diversos de benefícios que a cidade-sede produzia.

No Brasil, isso aconteceu com as capitais que já concentravam o poder político e passaram a atrair outras atividades ligadas a outros atrativos, principalmente o econômico.

Com essas características os municípios menores cresciam ao redor da metrópole, muita das vezes servindo como cidades-dormitórios, onde residiam trabalhadores das empresas de capital atraídos por custos de vida menor. Posteriormente, a transferência de empresas de capital para as cidades vizinhas, as cidades-sedes, um dos atrativos para o incremento de população para essas cidades vizinhas, caracterizando a conurbação, formando as Regiões Metropolitanas.

O conceito de metropolização está ligado ao processo de expansão urbana industrial, quando a industrialização fordista concentrou os bens e serviços duráveis em torno das grandes cidades. Essa concentração de diversos serviços nas grandes cidades deram origem as áreas metropolitanas, alicerçada no modelo centro-periferia, que se apresentava com as metrópoles industriais e as cidades dormitórios. Em outro momento, os serviços diversos foram se deslocando para os municípios próximos a metrópole, onde as indústrias passaram a ocupar esses municípios (reestruturação fordista) e os laços entre a cidade central se deslocam e emergem outros centros urbanos.

Essa reestruturação urbana se manifesta no Brasil e no mundo nas “mesorregiões urbanas”, nos “corredores urbanos”, nas “pós-metrópoles”, nas “cidades regiões globais” e

em outros conceitos utilizados para explicar as mudanças urbanas em intensas transformações¹².

Ratificando este pensamento, Castell observa:

El proceso global de urbanización que estamos experimentando en los inicios del siglo XXI se caracteriza por la formación de una nueva arquitectura espacial en nuestro planeta, constituida por redes globales que conectan tanto las regiones metropolitanas más importantes como sus zonas de influencia. Dado que la forma de interconexión de las distribuciones territoriales también se extiende hacia la estructura intra-metropolitana, nuestra comprensión de la urbanización contemporánea debe comenzar con el estudio de tales dinámicas de interconexión tanto en los territorios abarcados por dichas redes como en las localidades excluidas de la lógica dominante de integración espacial global (CASTELL, 2010. p.1).

A metropolização pós-moderna integra as diversas atividades: econômicas, políticas, as relações sociais, a vida cotidiana, a cultura, etc. São processos que ocorrem nessas regiões sobre interligações nas mais diversas e diferentes escalas e em contextos novos. Representa algo novo e diferente, de intensa e extensa reestruturação, com impacto significativo nas vidas das pessoas que ali habitam e, essas regiões precisam ser estudadas na sua complexidade, seja em si mesma, nas questões de solo como uma extensão geohistórica, como na questão política, econômica e social, principalmente, naquelas regiões ou metrópole que estão crescendo mais que as outras (SOJA, 2008).

A metropolização na pós-modernidade, apresenta-se mais complexa, dispersa e fragmentada, apresentando um novo modelo de globalização, se espalhando pelo Brasil. Crescimento muito relacionado à questão da financeirização da urbanização dessas cidades metropolitanas, onde o ciclo da expansão econômica tem contribuído para isso, como exemplo o *boom* da construção civil, créditos privados e nos fundos públicos (projeto Minha Casa Minha Vida) como também nos grandes eventos esportivos (Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos 2016) que contribuíram para o aceleração do novo modelo metropolitano (SOARES; FEDOZZI, 2016. p. 169).

¹² Os neologismos utilizados para explicar as cidades e a urbanização mundial podem ser acessados na publicação na agência Habitat das Nações Unidas que revela um panorama da urbanização mundial no século XXI. A série “State of the World’s Cities”, Vicente Rufi (2003) e Soares (2008). Disponíveis em: <https://unhabitat.org/>, acessado em 13 de jan.2018.

4.2.3. Urbanização e Industrialização

No final do século XX, a economia global teve um rápido crescimento, consequência reestrutural da economia promovida por alguns fatores: a tecnologia das comunicações e a industrialização de países em crescimento, o que levou ao aumento do processo de urbanização de grandes cidades, visto que esse crescimento foi impulsionado pela globalização e pelas políticas neoliberais (MCGREE, 2010. p.173).

Segundo o relatório da ONU sobre o aumento da população urbana no planeta, a proporção de pessoas vivendo em cidades no mundo, que hoje é de uma para cada duas, em 2030 esse número passará a ser de duas para cada três. O relatório prevê que em 2030 cerca de 2,5 bilhão de novos moradores habitarão áreas urbanas, os quais se somarão aos 3,9 bilhão que já existem (WUP, 2014).

As grandes e médias cidades se fundem formando uma nova configuração espacial que geralmente assumem três formas: mega-regiões, corredores urbanos ou cidades-regiões. Essas três formas se unem, formando um nó global, no qual o fluxo regional de pessoas, capitais, bens e informações se combinam e se misturam, resultando em um crescimento mais homogêneo, tanto demográfico como econômico do que as dos países onde estão inseridos.

A América Latina e Caribe alcançarão 87% da vida urbana em 2050. Essas regiões terão um crescimento da área urbana devido a vários fatores, dentre eles a migração para os centros comerciais, onde os chefes de família vão buscar prosperidade, afirma o relatório da ONU.

No Brasil, o processo de urbanização, que teve início nas décadas iniciais do século XX, se intensificou na metade do mesmo século e seguiu tendências gerais de cidades da América Latina, mas com características singulares, visto os processos históricos de ocupação do território. Essas ocupações eram eminentemente de economias regionais, o que levou à formação de determinadas redes urbanas independentes com pouca comunicação entre si até meados de 1950. Os centros regionais eram polarizados, mas foi pós-1970, após a unificação do mercado nacional e a industrialização, que houve a transformação das cidades em grandes metrópoles nacionais.

Como veremos adiante, a institucionalização de algumas Regiões Metropolitanas, na década de 1970, foram produtos desse processo. Os centros metropolitanos dispunham de grandes indústrias fordistas onde uma grande massa ocupava essas cidades, a maioria da

elite e da classe média, e a periferia metropolitana dava o gás propulsor da mão de obra trabalhadora nos serviços menos qualificados que impulsionaram para o crescimento das metrópoles.

O país já se apresenta, no início do século XXI, predominantemente urbano e metropolitano, mais de 205 milhões de habitantes, com 85,1% da população vivendo em áreas consideradas urbanas, onde cada vez mais se percebe os efeitos demográficos nas cidades, nos espaços geopolíticos e socioculturais que se tornam a partir dessas características o centro da organização da sociedade (SOARES e FEDOZZI, 2016. p.173).

Hoje, a rede urbana brasileira é complexa e hierarquizada com diferentes centros, níveis e graus de polarização de fluxos no território. As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro são os centros financeiros, e porque não dizer político e dinâmicos do capitalismo e cultural do país. Em segundo nível está a cidade de Brasília, capital federal, e as outras metrópoles que polarizam as redes urbanas regionais. Essas metrópoles comportam mais milhões de habitantes e agregam outras regiões metropolitanas ao seu entorno¹³.

4.3 Conceituando a Região Metropolitana

O entendimento do conceito de Região Metropolitana foi se configurando alicerçados no conceito de metrópole. No Brasil, as RMs foram criadas com uma ordem prática, na qual as principais metrópoles, na década de 70, foram escolhidas por conta do forte atrativo populacional, social, econômico e político. Neste contexto, as grandes cidades brasileiras passaram a ser empregadas como grandes aglomerações, sinônimo, de metrópole (MOURA, 2016).

A Constituição de 1967 elencou, em seu dispositivo, o conceito de Região Metropolitana pela União, onde em seu Art. 157, § 10, remete ao entendimento de espaços onde os interesses são comuns: "A União, mediante lei complementar, poderá estabelecer Regiões Metropolitanas, constituídas por municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, integrem a mesma comunidade socioeconômica, visando à realização de serviços de interesse comum".

¹³ De acordo com as Regiões de Influências das Cidades (REGIC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as metrópoles nacionais brasileiras são: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Salvador, Fortaleza, Belém do Pará, Manaus e Goiânia. Além destas podemos adicionar à relação dos "espaços metropolitanos" brasileiros as regiões metropolitanas de Campinas, Vitória e Florianópolis (IBGE, 2008).

Desse modo, há de se compreender no texto constitucional, que a Região Metropolitana é uma unidade territorial integrada por mais de um município, independentemente de sua vinculação administrativa, além de constituir uma unidade socioeconômica e somente a União é responsável pela sua criação. Porém, a partir da Constituição de 88, essa criação passa para os Estados, como veremos mais adiante.

É possível inferir que a expansão dos fluxos econômicos, sociais e culturais formam os núcleos urbanos, que antes só pertenciam a um único município, gerando em outros municípios vizinhos os fluxos de economia. Esses municípios com grau de interdependência passaram a ter sua própria economia.

Nas metrópoles com maior conglomerado de pessoas e de maior fluxo econômico é onde se localiza a cidade central, ou cidade-sede, ou ainda núcleos urbanos dos municípios vizinhos, e essa dependência dos municípios vizinhos é que gera os aglomerados de municípios que dependem desses núcleos e das relações mútuas, o que é chamado de conurbação.

O termo conurbação é utilizado para qualificar as Regiões Metropolitanas, como visto na Constituição do Estado de São Paulo, que traz em seu bojo outros conceitos dos dispositivos das figuras regionais.

Constituição do Estado de São Paulo, promulgado em 5 de outubro de 1989 e atualizado até a Emenda Constitucional nº 36, de 17 de maio de 2012.

Artigo 153 - O território estadual poderá ser dividido, total ou parcialmente, em unidades regionais constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, mediante lei complementar, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, atendidas as respectivas peculiaridades.

§ 1º - Considera-se região metropolitana o agrupamento de Municípios limítrofes que assumam destacada expressão nacional, em razão de elevada densidade demográfica, significativa conurbação e de funções urbanas e regionais com alto grau de diversidade, especialização e integração socioeconômica, exigindo planejamento integrado e ação conjunta permanente dos entes públicos nela atuantes.

§ 2º - Considera-se aglomeração urbana o agrupamento de Municípios limítrofes que apresente relação de integração funcional de natureza econômico-social e urbanização contínua entre dois ou mais Municípios ou manifesta tendência nesse sentido, que exija planejamento integrado e recomende ação coordenada dos entes públicos nela atuantes.

§ 3º - Considera-se microrregião o agrupamento de Municípios limítrofes que apresente, entre si, relações de interação funcional de natureza físico-territorial, econômico-social e administrativa, exigindo planejamento integrado com vistas a criar condições adequadas para o desenvolvimento e integração regional.

Observa-se que o termo aglomeração urbana aparece na legislação com uma definição mais precisa do que a Constituição de 1988, na qual o conceito não está às claras, mas deixa o entendimento que corresponde a uma figura regional, diferente de RM, ou seja, dando a entender que não existe um polo de posição geográfica de metrópole, as aglomerações metropolitanas; é o mesmo entendimento de Branco et al (2013):

Aglomeração Metropolitana: ou (área metropolitana): Corresponde à mancha de ocupação contínua ou descontínua diretamente polarizada por uma metrópole, onde se realizam as maiores intensidades de fluxos e as maiores densidades de população e atividades, envolvendo municípios fortemente integrados ou considerados parcialmente área de um único município. (BRANCO, et al., 2013. p.8).

A contiguidade entre municípios e o conceito de RM deve ser analisado por meio do fenômeno da conturbação, e um dos primeiros autores a fazer inferências sobre o fenômeno foi José Afonso da Silva (2012). A RM surgiu em decorrência do fenômeno da conurbação, onde os centros urbanos são contíguos ou não, subordinados a mais de um município e sobre influência¹⁴ da cidade-polo (SILVA, 2012).

Souza (1993) e Klink (2010) inferem sobre a conurbação: É o fenômeno responsável por constituir grandes organismos urbanos, constituído por vários municípios que se interligam pelo meio socioeconômico, onde até outros municípios que não são metrópoles, podem ocorrer. Essa interligação entre municípios deu origem a expressão “área metropolitana”, a qual se estende para outros núcleos urbanos onde os municípios que fazem parte podem ou não fazer parte da área metropolitana, em seus núcleos.

Para Kling (2010), a constituição não elencou uma condição para existência da condição de metrópole, referiu-se aos municípios pertencentes a uma mesma metrópole, sejam pertencentes a uma mesma comunidade socioeconômica, nos remetendo ao lugar de serviços de interesse comum, de cada RM.

A RM é um território intensamente povoado, com densidade demográfica elevada, interligados entre si. Grau (1974) conceitua as Regiões Metropolitanas de forma mais ampla:

Território intensamente urbanizado, com marcante densidade demográfica, que constitui um pólo de atividade econômica, apresentando uma estrutura própria definidas por funções privadas, e fluxos peculiares, formando em razão disso, uma mesma comunidade socioeconômica, em que as necessidades específicas somente podem ser, de forma satisfatório,

¹⁴ Área de influência ou esfera de influência é uma área ou entorno (ao redor) de cada lugar (espaço) que está sob seu controle (domínio) econômico, social e político (CHRISTALLER, 1966).

atendidas através de funções governamentais coordenada e planejada exercitadas. Para o caso brasileiro, adite-se que será ela o conjunto com tais características implantado sobre uma porção territorial dentro da qual se distinguem várias jurisdição político-territoriais, contíguas e superpostas entre si - Estados e Municípios (GRAU, 1974. p. 16).

A RM tem uma cidade principal, chamada de cidade-polo, ou cidade-sede e são constituídas de municípios: "Região Metropolitana constitui-se de um conjunto de municípios cujas redes se unem com certa continuidade urbana em torno de uma cidade-polo". Conceito que se aproxima do pensamento de Eros Grau (1974).

Em Teixeira (2008), as questões sociais se apresentam no conceito de Região Metropolitana (RM), onde as ações sociais não devem ficar fora da gestão das RMs, tendo em vista os problemas comuns entre os municípios: "o agrupamento de municípios limítrofes, dotado de alta densidade demográfica e integração socioeconômica, exigindo dos poderes públicos envolvidos a adoção de políticas sociais conjuntas", (TEIXEIRA, 2008. p. 75).

Os entes federados têm de buscar ações conjuntas para os municípios, realizando ações integradas, para resolverem problemas sociais que afetam os municípios limítrofes à RM. Neste sentido, o Estatuto da Metrópole¹⁵ apresenta alguns conceitos que envolvem não somente a metrópole, mas um contexto onde se insere União, Estados e Municípios:

Estatuto das Metrópole, Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015.

§ 1º Além das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas, as disposições desta Lei aplicam-se, no que couber:

I – às microrregiões instituídas pelos Estados com fundamento em funções públicas de interesse comum com características predominantemente urbanas;

[...]

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I – aglomeração urbana: unidade territorial urbana constituída pelo agrupamento de 2 (dois) ou mais Municípios limítrofes, caracterizada por complementaridade funcional e integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas;

II – função pública de interesse comum: política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes;

¹⁵ O Estatuto da Metrópole foi sancionado pela Lei Federal nº 13.089, No dia 12/01/2015, no seu artigo 1º: Art. 1º Esta Lei, denominada Estatuto da Metrópole, estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em Regiões Metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa, e critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano, com base nos incisos XX do art. 21, IX do art. 23 e I do art. 24, no § 3º do art. 25 e no art. 182 da Constituição Federal de 1988.

III – gestão plena: condição de região metropolitana ou de aglomeração urbana que possui:

- a) formalização e delimitação mediante lei complementar estadual;
- b) estrutura de governança interfederativa própria, nos termos do art. 8º desta Lei; e
- c) plano de desenvolvimento urbano integrado aprovado mediante lei estadual;

IV – governança interfederativa: compartilhamento de responsabilidades e ações entre entes da Federação em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum;

V – metrópole: espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

VI – plano de desenvolvimento urbano integrado: instrumento que estabelece, com base em processo permanente de planejamento, as diretrizes para o desenvolvimento urbano da região metropolitana ou da aglomeração urbana;

VII – Região Metropolitana: aglomeração urbana que configure uma metrópole.

Parágrafo único. Os critérios para a delimitação da região de influência de uma capital regional, previstos no inciso V do *caput* deste artigo considerarão os bens e serviços fornecidos pela cidade à região, abrangendo produtos industriais, educação, saúde, serviços bancários, comércio, empregos e outros itens pertinentes, e serão disponibilizados pelo IBGE na rede mundial de computadores.

Outro conceito que se apresenta no contexto metropolitano são os aglomerados. Esses Aglomerados Urbanos (AU) se configuram com as especificações do crescimento urbano do país e os dados disponíveis. Eles se classificam em três grupos de critérios: características demográficas; características estruturais, observando a estrutura da população ativa e do trabalho disponível; e características de integração, na qual o grau de interdependência entre cada municipalidade considerada e a cidade central se ancora nas migrações de trabalho.

Para o entendimento do Estatuto da Metrópole, o termo conurbação não é mais privilegiado, o qual não configura como princípio de definições de RM, passando a ser empregada a expressão aglomerados urbanos a especificá-lo, como expressa a Lei (artigo 2º, I, II, III e parágrafo único).

O Estatuto traz um novo entendimento para RM. A existência de unidade territorial, onde estejam no mínimo dois municípios limítrofes, se complementado na funcionalidade ou na integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas que apresentam influências regional ou nacional, seguindo os critérios adotados pelo IBGE. O novo entendimento da conurbação passa a ser o termo metropolização para explicar as

relações que se estabelecem entre os municípios que integram uma RM (MENCIO; ZIONI, 2017, p.5).

E o qual seria a relação de metropolização para o entendimento de RM? Como observado, o novo entendimento de urbanização mundial que se manifesta nas “megarregiões urbanas”, nos “corredores urbanos”, nas “pós-metrópoles” e nas “cidades-regiões globais” são formas espaciais resultantes da metropolização contemporânea que tem origem nos processos de concentração urbano-industrial, ocorridos na segunda metade do século XX, onde no Brasil, a industrialização fordista concentrou indústrias de bens de consumo duráveis no entorno das grandes cidades, originando as áreas metropolitanas e todos os processos estavam ligados à dinâmica da cidade central (SOARES; FEDOZZI, 2016. p. 166).

Com a reestruturação da indústria fordista, os laços de dependência com a cidade central foram se esvaindo e as indústrias passaram a migrar para as cidades próximas à cidade central, emergindo novos centros urbanos. Entendimento também defendido por Manuel Castell (2013). Essas mudanças afetam a forma urbana e metropolitana e até as análises de paradigma dos novos arranjos.

O processo de urbanização que estamos experimentando no início do século XXI se caracteriza pela formação de uma nova arquitetura espacial em nosso planeta, constituídos por redes globais que conectam tanto as regiões metropolitanas mais influentes como suas zonas de influência. Dado que as formas de interação de distribuição territoriais também se estende haja vista a estrutura metropolitana (**CASTELL, 2013, ps**).

Esta nova “metamorfose metropolitana” é polinuclear. Há uma ampliação da intensidade e da intensificação dos fluxos internos tanto entre centro e periferia, como entre os diferentes núcleos e espaços periféricos, por isso a metamorfose metropolitana onde as transformações são sentidas e resultam em mudanças completas, seja na estruturação, na forma ou função da metrópole principal.

A cidade passa por um processo de financeirização e mercantilização de produção, na qual resulta em intensos ciclos de reestruturação econômico, social, urbana e metropolitana. Por sua vez, a indústria se apresenta flexível com estrutura produtiva maior e pode afetar a Região Metropolitana (MATOS, 2006).

4.4. Características das Áreas Metropolitanas

As cidades estão interligadas em redes, no entanto, existem contradições entre essas unidades interligadas. Todas as megacidades, sejam elas do Sul (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Cidade do México, Bombaim, Xangai, etc) ou do Norte (Nova York, Tóquio Paris, Londres, etc.) apresentam problemas relacionados ao seu grande porte, ao mesmo tempo em que se interligam diretamente a todo o sistema globalmente, mesmo elas não estando como centro econômico (CASTELL, 1999b).

Às áreas urbanizadas incluem-se a cidade-sede e os municípios menores que ficam ao redor, onde se assentam as áreas periféricas e fazem parte do contexto de áreas metropolitanas, segundo o Bureau of the Census, Instituto demográfico dos Estados Unidos.

As *Standard Metropolitan Statistical Areas* (SMSA) demonstram que as áreas urbanizadas são maiores que a unidade básica administrativa principal. O quantitativo mínimo de população para uma cidade-sede teria que ter 50.000 habitantes, incluindo as áreas administrativas menores e integradas, seja pela sua estrutura ocupacional ou pela densidade, visto a integração central com da aglomeração.

A designação da área metropolitana deveria conter em sua cidade-sede um quantitativo maior de população, porém Fresca (2011), ao analisar os espaços metropolitanos, compreende três subdivisões do espaço urbano, a saber:

Espaço Econômico: Portanto, o entendimento da divisão econômica do espaço, implica o entendimento dos processos de centralização e descentralização, envolvendo uma gama multivariada de formas assumidas pelos mesmos e articuladas a uma sociedade historicamente determinada; Emergem temáticas sobre centralização e descentralização, subcentros comerciais tradicionais, shopping-centers, desdobramento dos centros principais, etc.

Divisão social do Espaço: Quanto aos estudos sobre a divisão social do espaço via residências, esta envolve a segregação residencial em suas complexas realizações.

Diferentes localizações: O processo espacial é entendido como um conjunto de forças atuando ao longo do tempo e os agentes sociais de produção atuam nesses espaços, o qual está voltada para as questões da centralização e descentralização dos espaços urbanos. (FRESCA, 2011.p. 42).

Fresca (2011) descreve os três processos do espaço urbano, onde apresentam uma relação entre a descentralização e a segregação dos espaços metropolitanos, porém não

apresenta o aspecto político, uma vez que este também exerce função específica quando observamos as metrópoles de cada RM.

De certo que as Regiões Metropolitanas são bastante desiguais em sua importância política e econômica do país, tendo em vista as três grandes metrópoles (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília) ainda realizarem a gestão econômica do território nacional, embora ocorra uma desconcentração econômica, rumo a outras metrópoles regionais, mas que essas metrópoles regionais exercem grande poder político e econômico, social e cultural nas suas regiões específicas.

Os processos de descentralização das atividades econômicas têm influência no aparecimento ou criação de outras formas de segregação socioespacial, porque o processo foi fortemente "ampliado mediante mudanças no sistema de transporte, em especial do automóvel; pela criação de novas estruturas comerciais varejistas através dos shoppings centers, eixos principais de negócios, ruas comerciais de bairro, sejam elas espontâneas ou planejadas" (FRESCA, 2011. p.49).

Em outra análise, Fresca (2011) afirma que a descentralização, quando ocorre fora do mercado consumidor da cidade-sede, outras áreas são valorizadas, principalmente em áreas residenciais, direcionando o mercado consumidor, aumentando dessa forma os olhares do empresariado imobiliário e do estado, levando à segregação socioespacial, afirma a autora.

As Regiões Metropolitanas constituem o espaço urbano nas palavras de Castello Branco (2003. p. 6-7) e identifica o conceito de áreas de concentração de populações nos centros urbanos: "Grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área dado pelo deslocamento da população para trabalho ou estudo" (CASTELLO BRANCO, 2003. p.11). Este conceito aproxima-se de Fresca (2011).

Neste contexto, é importante destacar as Redes Urbanas. Em um estudo apresentado por O'Neill, Atlas Nacional do Brasil (2010) do IBGE descreve a rede urbana brasileira e fala sobre os espaços urbanos:

Redes urbanas onde se consolidam no território e refletem os desenvolvimentos econômico, político e cultural de um dado período histórico, que com sua instabilidade e tensão, dinâmica e fluidez, causam impacto na configuração do território. A superposição de redes, por exemplo, criam uma distribuição desigual dos centros, reforçando, em alguns casos, o padrão concentrador, fazendo surgir centros especializados e até desconectando centros (O'NEILL, 2010. p.261).

O'Neill ao observar que os espaços urbanos se apresentam no território afirma que eles também são representativos da concentração espacial urbana. Castelo Branco (2003) assim define a concentração espacial urbana: "Definidos continuidade e extensão do espaço construído. Implicam no papel de desempenhar no conjunto de sistema urbano, isto é, suas articulações externas, e incorporaram, implícita ou explicitamente, a noção de rede e hierarquia urbana¹⁶" (CASTELO BRANCO, 2003. p. 6-7). É um sistema complexo que modifica o território.

As áreas metropolitanas não são vistas como um simples espaço de deslocamento de produtos e serviços, mas de "um modelo tecnológico informacional que condiciona e dirige o conjunto de produção, da distribuição, do consumo e da administração, dos produtos e dos serviços" (MEYER, GROSTEIN e BIDERMAN, 2004, p. 12).

Em outra análise, Londó (1972) conceitua a área metropolitana como "um conjunto de núcleos urbanos que se formam em torno das capitais brasileiras" e enumerou critérios para demarcar essas áreas: "A contiguidade dos espaços urbanos; os fluxos de transportes, notadamente dos transportes de passageiros; e as funções exercidas por todos os centros urbanos circunvizinhos à capital do Estado" (LONDÓ, 1972. p.25). Observa-se que o autor se utiliza do conceito de fluxos para explicar as diversas funções dessas áreas metropolitanas.

Para o entendimento de fluxos, Londó (1972), recorreu às informações estatísticas e assim o fez com relação às funções, chegando à conclusão de dependência de cada centro urbano um ao outro. O autor observou que existe um campo de atração entre os centros urbanos, principalmente ao mercado de trabalho e de mercadorias e de serviços públicos ou privados, e esses fluxos da cidade-sede não se limita aos municípios limítrofes, mas muitas das vezes ultrapassa as fronteiras estaduais.

No caso da Região Metropolitana de Porto Alegre, há municípios que têm crescimento independente e incorporam-se à área metropolitana. Londó descreve 14 municípios que influenciam a capital, Porto Alegre. Essa seleção leva em conta o comportamento orgânico

16 O IBGE conceitua rede e a hierarquia urbana: As Redes urbanas são as bases técnicas, os nós que se entrelaçam entre as ligações entre os lugares e que existem para realizar a mobilidade de produção de pessoas, da produção, transporte, etc. e refletem o "desenvolvimento econômico, político e cultural de um dado período histórico, que com sua instabilidade e tensão, dinâmica e fluidez, causam impacto na configuração do território". (REGIÕES, 2008). Sobre a Hierarquia urbana as cidades foram classificadas, segundo estudos do IBGE (2008) em cinco grandes níveis: Metrópole, Capital Regional, Centro Sub-Regional, Centro de Zona e Centro Local. IBGE. IBGE. Regiões de influencia das cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/regic_28.pdf. Acesso em: mai. 2017.

de cada núcleo, como também a expansão industrial e de capitais da área, a espacialização da economia e de todos os setores de produção (LONDÓ, 1972).

O fluxo econômico e populacional nas RM são indicadores para receberem recursos advindos da união, Abrucio et al, (2010) corrobora para o pensamento dos recursos serem voltados para as áreas metropolitanas, visto que: "os governos estaduais, por sua vez, sabiam que as RMs são aquelas em que a política é competitiva, de modo que é bem mais difícil construir cooperação e obter dividendos eleitorais nestes lugares" (ABRUCIO et al, 2010. p.39).

Abrucio afirma que as Regiões Metropolitanas são mais polarizadas do ponto de vista dos grupos sociais e da disputa política, os recursos financeiros são direcionados para esses arranjos regionais. Os recursos são diferenciados para as cidades que compõem as RMs e essas são caracterizadas pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA, 1976).

O simples fato de um município ser interligado com a cidade-sede não teria um peso significativo para fazer parte de uma RM, e sim ter um quantitativo eleitoral para a escolha direta dos "Barões da Federação"¹⁷, tendo em vista que a lei constitucional prevê tal criação direta pelos governos estaduais. Os recursos financeiros advindos da União são alocados somente nesses municípios, acarretando dividendos eleitorais para os governadores.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apresenta condição para que municípios façam parte da RM. Os municípios devem ter um núcleo onde se encontra a metrópole ou cidade-sede. Os municípios que não são cidades núcleos teriam que possuir uma forte presença de agregados urbanos, ou de uma concentração de funções econômicas, sociais, culturais e administrativas no contexto metropolitano, seja ao nível regional ou nacional, dessa forma eles merecem estar na função metropolitana.

Outra abordagem do Ipea considera que "várias unidades urbanas constituídas em torno de capitais estaduais de porte médio podem ser consideradas como áreas metropolitanas" (IPEA, 1976), aceitando-se que a contiguidade da área urbanizada e a integração quotidiana seja suficiente para assim caracterizá-las.

Como mencionado anteriormente, a expressão "área metropolitana" foi ampliada e o conceito aplicado a aglomerações que possuem características metropolitanas como as que não possuem esse caráter. As áreas metropolitanas comportam importante densidade

¹⁷ A expressão "Barões da Federação" é o título do livro de Fernando Abrúcio, no qual o autor observa o fenômeno do poder dos governadores de Estado obtido no processo de redemocratização no Brasil. Os Governadores atuam como Barões da Federação tanto na passagem do regime autoritário à democracia, como na formação do atual sistema político.

demográfica e apresentam grandes adensamentos populacionais, onde as migrações internas são destacadas. E de onde vem essa população? Segundo o IBGE (2007) parte dessa população vem da periferia desses adensamentos, das regiões de influência das metrópoles e de outras áreas do país, que veem na questão do atrativo metropolitano um escape para resolver os diversos problemas (IBGE, 2007).

Contudo, o ritmo de crescimento das áreas periféricas tem sido tomado para o entendimento dessas áreas metropolitanas. O crescimento de diversas áreas, em diferentes unidades que a compõe são um dos critérios para a delimitação dos organismos metropolitanos. Fresca (2011) observa que esses espaços metropolitanos, apesar do intenso adensamento populacional e extensa área urbanizada, não significam necessariamente que essas áreas são locais metropolitanos.

A extensão da área metropolitana urbanizada tem na sua vizinhança mais de uma unidade administrativa, sobre o território, no caso do Brasil, visto que em outros países há outros entendimentos sobre a contiguidade das construções estabelecidas e tem-se construído índices dos limites externos dos espaços urbanos contínuos.

No entendimento geral, são consideradas áreas metropolitanas aquelas unidades complexas, uma vez que a junção da urbanização une os vários locais administrativos que compõe os aglomerados urbanos ou as conurbações. Por outro lado, nos aglomerados construídos separados das cidades, o crescimento não ultrapassou os limites administrativos regionais.

O atrativo mercado pujante econômico das cidades-sedes contribui para o adensamento populacional, mas outros fatores podem contribuir. Os deslocamentos de estudantes de outras cidades próximas que estudam nas redes de ensino nas cidades-sedes, compras constantes em áreas de comércio, os atrativos de lazer como o shopping centers, busca por emprego nas áreas econômicas com maior atrativos comerciais, a mídia televisiva e imprensa que se interligam com as cidades vizinhas, o domínio econômico e social das cidades-sedes como um conjunto dos aglomerados. São pontos que direcionam para as áreas metropolitanas crescentes, com uma interdependia e interligam a vida cotidiana das pessoas que habitam essas áreas metropolitanas.

4.5. Território Metropolitano Brasileiro

Para essa análise importa destacar a urbanização no processo de formação do território brasileiro. Fenômeno que teve pujança desde a década de 1950 e passou por diversos processos, seja pela urbanização aglomerada com crescimento de cidades acima de 20 mil habitantes, seguidos por uma urbanização concentrada, com o crescimento dos núcleos intermediários e, posteriormente, o processo de metropolização no qual as grandes cidades tiveram aumento significativo, chegando a cidades com mais de quinhentos mil habitantes e as cidades “milionárias”, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, etc. (SANTOS, 1993.p.69-71).

As cidades que ora tiveram um crescimento vertiginoso, onde se avoluma a divisão do trabalho e uma série de processos econômicos e sociais, passaram a ser lugar de vida da maioria dos brasileiros, pois ali estão localizados os bens e as diversas atividades sociais e econômicas e fazem parte do território metropolitano, formando as Regiões Metropolitanas.

Essas Regiões Metropolitanas ocupam um espaço dentro do território. Raffestin (1993) explica que o espaço urbano tem a característica política, ele pode surgir dos diversos agentes sociais, por isso a artificialidade da Região Metropolitana. Para o autor, o foco está no poder, é ele que direciona os espaços a sua vontade, e os limites, aparentes ou não são delimitadores desses locais, demarcando ou delimitando as ações instituídas (RAFFESTIN, 1993).

Em outra abordagem, Gottmann (2012) entende que o território assume uma função política e que tem no indivíduo a centralidade. O conceito de território é uma porção do espaço geográfico, acessível às atividades humanas, fruto de repartição, de organização. É contínuo, por isso, todas as unidades do espaço geográfico, é, em teoria, limitado, contudo seu formato pode ser modificado, é o que ocorre nas RMs. Para Gottmann, o território se insere dentro do espaço geográfico e esse espaço é compartimentado e organizado por meio de processos políticos (GOTTMANN, 2012. P.525), como por exemplo, o caso das Regiões Metropolitanas que foram constituídas no Brasil.

Enquanto Gottmann orienta que o território tem sua organização por meio de processos políticos, Raffestin (1993) acredita que a criação do território tem na sua formação "um sujeito sintagmático" que produz o território, seja ele o Estado, os indivíduos ou organizações. O Estado, por sua vez, realiza os novos recortes dos arranjos institucionais delimitando o território, possibilitando uma organização, mas o agente modificador deste

está no homem que o produz. Raffestin acredita que há uma ordenação entre esses espaços metropolitanos, uma vez que no território ocorrem diversas ações.

Interação política, econômica, social e cultural, que resulta em jogos de oferta e procura, que provém dos indivíduos e/ou grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, mas ainda uma diferenciação comandada pelo princípio hierárquico, que contribui para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações (RAFFESTIN, 1993. p.8).

Neste sentido, a hierarquização do território passa a ser controlada, integrada e coesa observando o sistema, que o autor institui (tessitura, nós e redes) determinando as relações de poder. É uma estrutura que obedece a objetivos e ações diferenciados que apresentam imagens variadas formando as cidades e redes urbanas, onde se incluem as RMs.

O território metropolitano é revestido de múltiplas funções tendo em vista os apontamentos de Almeida (2012). O território não é aquele contido nas instâncias político-administrativas para designar apenas aparatos burocráticos, mas aqueles empregados nos sentidos dos planos e projetos sociais que os compõem, servindo também para designar esses aparatos: “Territórios da Cidadania, Secretaria de Ordenamentos Territoriais, Cadastro Territorial”, termos que se incorporam aos aparatos burocráticos do Estado (ALMEIDA, 2012).

Por sua vez, Fernandes (2005) utiliza-se da incorporação do espaço social. O espaço social e o território metropolitano são campos de forças políticas de conflitos, com uma estrutura de poder e dominação, através desse processo criam-se diferentes leituras socioespaciais (FERNANDES, 2005).

Desses territórios metropolitanos emergem os diversos conflitos, entre eles o crime e a violência que se espriam nas cidades com maior densidade demográfica. A violência vem acompanhada da tragédia humana, onde os números crescem a cada ano, visto que os homicídios, não ocorre apenas em uma cidade ou região, mas em todas elas, com menor ou maior intensidade, incorporando a vivência do dia a dia da sociedade.

4.6. Institucionalização das Regiões Metropolitanas no Brasil

O processo de modernização da sociedade brasileira tem seu início em 1930, quando a queda da hegemonia agrícola teve papel importante na dissipação da indústria nacional. É nesse contexto que as migrações campo-cidade aconteceram paulatinamente, assim também

como em outras áreas. Na saúde, os níveis de mortalidade diminuíram, iniciando um processo de crescimento vegetativo mais intenso.

Estudos de Martines et al (1988) apontam o aumento do grau de urbanização no Brasil. Em 1940, o grau de urbanização era de 31%, já em 1980 passou para 68%, no intervalo o grau teria passado de 20 para 52%. Na análise dos autores, as grandes cidades (acima de 500 mil habitantes) foram as que mais tiveram crescimento demográfico, além da predominância econômica, com isso surgiam os grandes centros urbanos ou as aglomerações urbanas.

A Constituição de 1967 e o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para o Brasil apresentam um desenho institucional para as Regiões Metropolitanas focado nas políticas sociais em que o governo se direcionava para implementar esses novos arranjos:

TÍTULO III

Da Ordem Econômica e Social

Art 157 - A ordem econômica tem por fim realizar a justiça social, com base nos seguintes princípios:

§ 10 - A União, mediante lei complementar, poderá estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por Municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, integrem a mesma comunidade sócio-econômica, visando à realização de serviços de interesse comum (CF/67).

O Plano Nacional de Desenvolvimento criado pelo governo Emílio Médici aborda a criação de Regiões Metropolitanas:

LEI N. 5.727 - DE 4 DE NOVEMBRO DE 1971

Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974.

Elenco das realizações nacionais para o período 1972/1974 oferece visão global do que a Nação ditou a si própria como tarefa básica.

Respeitante ao crescimento econômico, essas realizações fundamentais permitirão que o Brasil:

Tais realizações compreendem:

VIII - Realização de Estratégia Regional para efetivar a Integração Nacional. Ao mesmo tempo em que se consolida o núcleo desenvolvido do Centro-Sul, até com a criação de regiões metropolitanas, controle da poluição e construção da estrutura integrada de Indústria e Tecnologia, implantar-se-ão novos pólos regionais, notadamente o agro-industrial do Sul, o industrial-agrícola do Nordeste e o agropecuário do Planalto Central e da Amazônia.

Consolidação do Centro-Sul

II - Para consolidar o desenvolvimento dessa região será imprescindível: implantar indústrias de tecnologia refinada e consolidar ramos industriais básicos, como a Siderurgia e a Construção Naval; criar estrutura integrada de Indústria e Ciência Tecnologia; expandir a agricultura moderna, de base empresarial; implantar conglomerados financeiros ou financeiro-

industriais; estabelecer novas estruturas de comercialização, em larga escala, de produtos agrícolas e industriais, até para conquista de mercados externos: instituir as primeiras regiões metropolitanas no País, principalmente para o Grande Rio e o Grande São Paulo, como mecanismo coordenador da atuação dos Governos Federal, Estadual e Municipal, nos programas conjuntos, observadas as respectivas áreas de competência. Somente essas duas áreas respondem por mais de 15% da população do País e por mais de 50% de sua produção industrial.

Com a finalidade de integrar as regiões, foi neste contexto que em 1973 surgiram as Regiões Metropolitanas Brasileiras. A criação das primeiras RMs foi instituída por força de Lei Complementar (LC) nº 14, de 08 de junho de 1973, com oito Regiões Metropolitanas: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Posteriormente, a Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974, sanciona a Região de Rio de Janeiro, totalizando 118 municípios.

A LC nº 14/73 foi efetivada sete anos após sua criação e definiu regras para constituição das Regiões Metropolitanas. Definiu os serviços de interesse comum, independentemente das características regionais: saneamento básico, transporte e sistema viário, aproveitamento dos recursos hídricos, saúde, entre outros, até o uso do solo se subordina ao Planejamento Metropolitano.

As discussões, nas décadas de 60 e 70, em torno dos acontecimentos urbanos começavam ser a tônica na academia, nos órgãos de pesquisas, nos partidos políticos, e nos governos. Entre os temas debatidos: a gestão, a questão social e econômica voltados para as regiões metropolitanas (SOUZA, 2003. p. 137).

Naquele momento, o Brasil era governado pelos militares, e a intenção era estabelecer uma integração territorial entre as unidades político administrativas, baseada em uma sociedade que se mostrava com fortes tendências de concentração nesses grandes centros urbanos.

Os Estados e Municípios teriam, nesse contexto, um importante papel para solução de problemas de ordem administrativa e técnica compreendida dentro de seus territórios e áreas maiores. A regionalização das ações é um esforço para unir as partes como um todo e a implementação de políticas públicas que aproximem o cidadão do Estado, unindo a tão sonhada proteção dos interesses periféricos, as cidades que se tornavam polos de desenvolvimento econômico, conseqüentemente, essas cidades também atraem grande número de pessoas.

Segundo Meirelles (2003), as "áreas de serviços unificados", ou as Regiões Metropolitanas são implementadas em cidades de vários países, como Paris, Londres, Los Angeles, Toronto, Nova Délhi, etc. para resolução de problemas que se interligam entre os municípios (MEIRELLES, 2003). Neste sentido, o autor comunga com a Constituinte onde os serviços de interesse comum estão atrelados a esses municípios que recebem toda a complexidade dos serviços diversos das regiões metropolitanas.

As Regiões Metropolitanas não se configuram como um fenômeno local, ou uma unidade que seja representada pelas autoridades municipais ou por organismos municipais que poderiam ser criadas, mas um conjunto de um todo, gerida pelo governo federal, visto a abrangência dos diversos problemas que ora surgiam, como apresentado pelo estudo do IPEA (1976).

A magnitude dos problemas nelas encerrados, de natureza não só urbanística, mas econômica e social, vem exigindo maior participação dos entes federados. Sendo esses municípios centros econômicos de maior dinamismo, que deverão se expandir em verdadeiros focos de desenvolvimento, capazes de induzir o crescimento das suas respectivas regiões de influência, que interessa diretamente ao Governo Federal, a época, promover o seu crescimento harmônico através de uma política de planejamento que integre a ação do poder federal, estadual e local (IPEA, 1976.p.119).

Segundo estudos do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) de 1976, as instituições que ficaram responsáveis pela gerência do novo arranjo entraram em crise. A política estratégica não andava pareado com os termos espaciais, não foi disponibilizado coordenação intersetorial, interurbana ou intra-urbana, tanto das ações como dos investimentos direcionados (IPEA, 1976. p. 13).

Na estrutura da gestão (recursos estaduais arcariam com as despesas da gestão), teriam que se interligarem com os interesses comuns, seja na coordenação dos programas ou projetos, e a operação desses serviços poderiam ser feitas por meio de concessão à entidade estadual. Outro fator importante seria a liberação de recursos (empréstimos) federais e estaduais para os municípios que aderissem aos projetos integrados e de serviços comuns. O que não correu como esperado. Esses recursos passaram a ser direcionados pós-década de 1990, quando se percebe um crescimento de criação das RMBs em diversos Estados.

Serrano (2009) cita a Constituição de 88, na qual o Estado passou a legislar sobre sua criação e as enunciou como sendo ato direto do "ente administrativo estadual da

administração direta ou indireta, sob-regime de direito público, instituída por faculdade discricionária do legislador complementar estadual" (SERRANO, 2009, p. 201-202).

É mister que a organização do estado federal se aplica melhor na compreensão de que as instâncias políticas descentralizadas podem ser melhor desempenhadas pelas questões estadual e municipal, tendo em vista as atividades do bem comum ou maior grau de ineficiência do poder central, o que vem se afirmar com Estatuto das Metrôpoles em 2015. Os estados e municípios passaram a ter mais responsabilidades, porém ainda refém dos recursos da união, dificultando o federalismo descentralizado presente no novo arranjo metropolitano (RECH, 2015).

A Constituição de 1988 em seu art. 25, §3º efetiva a criação das Regiões Metropolitanas para os estados federados e essa criação será feita por meio de Lei Complementar Estadual:

§ 3º - Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum (BRASIL, 1988).

Mencio e Zioni (2017) destacam a importância de se observar a conformação de cada RM e distinguir os processos socioespaciais de um processo político-administrativo que podem ser propulsores da criação de uma RM. Esses processos, por outro lado, podem não configurarem a criação de RM, haja vista os diversos processos que ali ocorrem, como observado pelos autores: "são condicionados por aspectos econômicos, sociais e urbanos, por fluxos e inter-relações entre núcleos, cidades e aglomerados, distintos processos de metropolização poderão ser caracterizados, implicando ou não a criação de regiões metropolitanas" (MENCIO E ZIONI, 2017. p.5).

Em outra vertente, Abrucio e Soares (2001) ressaltam que simplesmente criar ou transformar uma RM em uma quarta unidade político-administrativa do país pode gerar outra parte compartimentada e pouco coordenada em relação a outras unidades existentes. Para os autores, essa criação deve estar intrinsecamente ligada à questão do federalismo (estabelecer autonomia com independência, garantindo estabilidade financeira, política e administrativa à gestão desse novo arranjo) e facilitando a cooperação, coordenação e a comunicação entre os níveis de governo.

Fernandes Júnior (2004) faz uma abordagem em alguns fatores para criação desses arranjos constitucionais. Para o autor, a questão política tem papel primordial para a escolha

de alguns municípios integrarem o conglomerado metropolitano; por outro lado, Fernandes Júnior acredita que outros fatores podem influenciar decisivamente para a implantação da RM, como, por exemplo, fatores socioeconômicos administrativos, uso do solo, etc. assuntos de interesses comuns entre municípios (FERNANDES JÚNIOR, 2004. p.82).

Em outra análise, Nogueira (2011) questiona a criação dessas regiões no Brasil. As disputas políticas de território estão associadas à organização territorial para manutenção do poder: “As Regiões Metropolitanas criadas em 1973 – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém – eram justamente as cidades mais populosas do Brasil, [...] além de reunir o maior contingente de eleitores e foi palco das grandes manifestações de oposição ao regime militar. Daí sua institucionalização” (NOGUEIRA, 2011. p.181). A ideia de integrar as regiões por meio das RM teria um pano de fundo: controlar a grande massa, ou aquisição de dividendos eleitorais.

Na década de 90, por exemplo, algumas RM não existiam e foram inventadas para aquisição de recursos advindos da União, somente os Estados onde essas Regiões existiam havia possibilidade de serem contempladas com recursos. Para Nogueira (2011), a invenção da RM se concretiza no exemplo da RM de Manaus.

José Afonso da Silva (2012) leva em conta a definição jurídica das figuras regionais e menciona que a RM deve atingir a qualificação fática da realidade regional de cada arranjo, como a economia, social e urbana:

Essa continuidade urbana, que abrange vários núcleos subordinados a municípios diferentes, gera problemas específicos que demandam solução uniforme e comum. Mesmo sem essa continuidade urbana surgem situações urbanas contíguas, polarizadas ou não por um núcleo principal, que requerem organização jurídica especial que propicie tratamento urbanístico adequado ao aperfeiçoamento da qualidade de vida de todo o assentamento humano da área. Esse fenômeno, que resulta da expansão urbana, constitui uma realidade fática, sociológica, e se transforma, entre nós, em entidades jurídicas, como regiões metropolitanas, aglomerações urbanas ou microrregiões, quando instituídas por lei complementar estadual, na forma prevista pelo art. 25, §3, da Constituição Federal. (SILVA, 2012. p.24).

O Estatuto da Metrópole, instrumento constitucional, direciona o planejamento estratégico desses arranjos no Brasil. O Estatuto passou por mais de 10 anos em tramitação, sofreu uma série de emendas e substitutivo e foi aprovado pelo Congresso Nacional em 2015, constitui diretrizes para Política Nacional de Planejamento Urbano Regional e dá outras providências.

Com isso, o Plano de Desenvolvimento Integrado foi instituído para uma construção em conjunto, participativa e obrigatória pelos Estados, forçando-o a assumir seu papel de planejamento de unidades urbanas complexas e os municípios poderão contribuir, de forma direta, e não ficarem de fora do planejamento político-administrativo das grandes cidades que se integram aos municípios.

O Estatuto da Metrópole trouxe uma moderação à proliferação da criação das figuras regionais que não estão ligadas de forma fática. Essas figuras regionais precisam ser planejadas para evitar distorções populacionais, diferentemente do que aconteceu na década de 70.

Os novos arranjos institucionais se moldam na atualidade, na forma de metrópole vivida, que existe e que se afirma como os modos de vida, que se configuram nas diferentes cidades que compõe as RM.

4.7. As Regiões Metropolitanas pós Constituição de 1988

A nova Constituinte de 1988 trouxe novo fôlego para criação dos novos arranjos constitucionais. As Regiões Metropolitanas passaram a ser institucionalizadas pelos governos estaduais, deixando a função que antes era exercida exclusivamente pela União. Essa criação não foi seguida de um planejamento estratégico que interligassem esses municípios, tendo em vista os diversos problemas demográficos que a metrópole e os municípios próximos comportam e o grande número de migração para esses centros urbanos.

Para Sol Garson (2009), pós-constituição de 88, não houve uma adequação de uma política de desenvolvimento urbano que articulasse os entes federados. Para o autor, os instrumentos para lidar com os problemas diversos metropolitanos comuns não foram adequados:

Em particular destacasse a falta de uma política de desenvolvimento urbano que articulasse a união, os estados e os municípios em torno de um projeto de interesse comum. As mudanças institucionais ao longo da década de 90 e sua expressão financeira - aumento das transferências da União para estados e municípios - concentram-se na área das políticas sociais, em particular da saúde e educação, não contribuindo para reverter o comportamento não cooperativo em ações na área urbana. (GARSON, 2009. p. 100).

O Governo Federal repassou a autonomia aos estados para criação das RMs, essa ação não teve o efeito imediato até meados da década de 1990, que ainda mantinham as 9 RMs.

Houve uma adequação do texto constitucional pelos estados, o aspecto metropolitano ganhou complexidade adicional, em virtude da autonomia municipal, ora delegada aos governos estaduais e municipais na arrecadação de impostos federais agora partilhados entre ambos (GARSON, 2009. p.105).

Estudos do Observatório das Metrôpoles intitulado: As metrôpoles no censo 2010: novas tendências? apresenta as RMs, após 1994, um crescimento das RMs em todo o Brasil. O Censo do IBGE 2010 traz 35 (RMs), 3 Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDEs) e comportam 444 municípios que estão distribuídos em 22 unidades de federação nas cinco grandes regiões. Outro dado importante, segundo o estudo, a população desses municípios atingiu 87,4 milhões de pessoas, o que representa 45,7% da população do país.

Quadro 2: Regiões Metropolitanas segundo as Grandes Regiões 2010

| Norte | Nordeste | Sudeste | Sul | Centro Oeste |
|-------------|--------------------------|-----------------------|---------------------|-------------------------|
| Belém (PA) | Aracajú (SE) | Baixada Santista (SP) | Carbonífera (SC) | Goiânia (GO) |
| Macapá (AP) | Aracaju (SE) | Belo Horizonte (MG) | Chapecó (SC) | RIDEDF |
| Manaus (AM) | Agreste (AL) | Campinas (SP) | Curitiba (PR) | Vale do Rio Cuiabá (MT) |
| | Cariri (CE) | Grande Vitória (ES) | Florianópolis (SC) | |
| | Fortaleza (CE) | Rio de Janeiro (RJ) | Foz do Itajaí (SC) | |
| | Grande São Luiz (MA) | São Paulo (SP) | Jages (SC) | |
| | João Pessoa (PE) | Vale do Aço (MG) | Londrina (PR) | |
| | Maceió (AL) | | Maringá (PR) | |
| | Natal (RN) | | Norte/Nord | |
| | Recife (PE) | | Catarinense (SC) | |
| | Ride: Petrolina/Juazeiro | | Porto Alegre (RS) | |
| | Ride: Teresina/Timon | | Tubarão (SC) | |
| | Salvador (BA) | | Vale do Itajaí (SC) | |
| | Sudoeste Maranhense (MA) | | | |
| 3 | 13 | 7 | 12 | 3 |
| 38 | | | | |

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2011.

As RMs estão em um processo de criação nos Estados. A cidade de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife, em 2010, correspondiam ao maior número de população,

totalizando 44,4 milhões de habitantes que habitavam as RMs em todo o Brasil, uma vez que o país comportava o registro de 190.732.694 habitantes em todo o território nacional.

As características demográficas das RMs são bastante distintas e chamam a atenção por 60% da população residir em 33 municípios com mais de 500 mil habitantes, segundo o Censo do IBGE 2010. Por outro lado, nos 60 municípios com população inferior a 10 mil habitantes residiam pouco mais de 357 mil pessoas, o que representa 0,42% da população das RMs.

Ainda há discussão sobre o processo de criação dessas unidades político-administrativas, seja pelo fato de muitas delas não possuírem quantitativo populacional, seja pela questão política que justifique sua criação, o que não será discutido neste trabalho, mas ainda é um campo vasto para pesquisa e entendimento do processo metropolitano e de gestão dessas regiões.

A maior Região Metropolitana é a de São Paulo, sua população se próxima dos 20 milhões de habitantes, com 39 municípios, seguida do Rio de Janeiro, com mais de 11 milhões, e a RM de Belo Horizonte, com mais de 5 milhões de pessoas, como apresentado no Tabela 2.

Tabela 2: As 36 Regiões Metropolitanas Brasileiras: Unidades da Federação a qual pertencem, o ano de criação e suas respectivas populações em ordem crescente 2010.

| Nome da Região metropolitana | Unidade da Federação | Ano de Criação | População |
|------------------------------|----------------------|----------------|------------|
| São Paulo | SP | 1973 | 19.672.582 |
| Rio de Janeiro | RJ | 1974 | 11.711.233 |
| Belo Horizonte | MG | 1973 | 5.413.625 |
| Porto Alegre | RS | 1973 | 3.960.068 |
| Recife | PE | 1973 | 3.688.428 |
| Fortaleza | CE | 1973 | 3.610.379 |
| Salvador | BA | 1973 | 3.574.804 |
| Curitiba | PR | 1973 | 3.168.980 |
| Campinas | SP | 2000 | 2.798.477 |
| Manaus | AM | 2007 | 2.210.825 |
| Goiânia | GO | 1999 | 2.173.006 |
| Belém | PA | 1973 | 2.040.843 |
| Grande Vitória | ES | 1995 | 1.685.384 |
| Baixada Santista | SP | 1996 | 1.663.082 |
| Natal | RN | 1997 | 1.340.115 |
| Grande São Luís | MA | 2003 | 1.327.881 |

| | | | |
|-------------------------------|----|------|-----------|
| João Pessoa | PB | 2003 | 1.198.675 |
| Maceió | AL | 1998 | 1.156.278 |
| Norte/Nordeste Catarinense | SC | 1998 | 1.094.570 |
| Florianópolis | SC | 1998 | 1.012.831 |
| Aracajú | SE | 1995 | 835.654 |
| Vale do Rio Cuiabá | MT | 2009 | 834.060 |
| Londrina | PR | 1998 | 764.258 |
| Vale do Itajaí | SC | 1998 | 689.909 |
| Campina Grande | PB | 2009 | 687.135 |
| Vale do Aço | MG | 1998 | 615.617 |
| Maringá | PR | 1998 | 612.617 |
| Agreste | AL | 2009 | 601.251 |
| Cariri | CE | 2009 | 564.557 |
| Carbonífera | SC | 2002 | 550.243 |
| Vale do Rio Itajaí | SC | 2002 | 532.830 |
| Macapá | AP | 2003 | 499.116 |
| Chapecó | SC | 2007 | 403.458 |
| Tubarão | SC | 2002 | 356.760 |
| Jages | SC | 2010 | 350.607 |
| Sudoeste Maranhense | MA | 2005 | 345.878 |

Fonte: (Barreto, 2013. p.03)

No final do ranking está a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, criada em 2005, com mais de 345 mil habitantes. Percebe-se que existe uma disparidade entre o número populacional entre as RMB, principalmente pós-constituição de 1988, e que não se observa critérios para criação desses novos arranjos metropolitanos.

Barreto (2013) observa que é preciso ver os critérios de criação dessas RMs e as cidades-sedes dos Estados ainda continuam atraindo grande número de pessoas e os estados não têm conversado com os entes, principalmente, com a população desses municípios, o que leva, segundo o autor, a criação das regiões para interesses políticos.

O poder legislativo estadual [...] tem se mostrado, a nosso ver, na grande maioria das vezes, incapaz de fazer a contento proposições relativas à criação de novas regiões metropolitanas, fato evidenciado quando observamos a quantidade dessas unidades regionais institucionalizadas a partir da Constituição de 1988. Além disso, a inexistência de audiências com representantes políticos dos municípios envolvidos, assim como, da sociedade civil parece estar sendo a regra, uma vez que muitas dessas representações regionais são sequer consultadas a respeito. Isso só reforça

o caráter eminentemente político que acompanha tais proposições, (BARRETO, 2013. p.03).

Barreto (2013) apresenta as Redes Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDEs) criadas como mais uma forma de cooperação entre os entes federados por envolver mais de um município de uma unidade federativa. É uma forma mais abrangente que a Região Metropolitana. As três RIDEs, uma no Centro Oeste, no Distrito Federal (RIDE/DF), e 2 no estado do Nordeste, RIDE Petrolina/Juazeiro e Teresina/Timon. As três RIDES não serão objetos de apreciação neste trabalho.

Ribeiro et al (2009) apresentam outros estudos sobre a criação das RMs e revela o surgimento de novos arranjos nas regiões brasileiras ao longo do período. São 26 áreas consideradas metropolitanas. Em 2010, o censo do IBGE revela 36 RMs, somando-se as três RIDEs áreas consideradas urbanas criadas pela União, haviam 89.130.667 habitantes, o que representa 46,7% da população total do país, urbana e rural.

Tabela 3: RM - Municípios distribuídos por regiões

| Região | Estados | RM | Municípios |
|--------------|---------|----|------------|
| Norte | 3 | 3 | 444 |
| Nordeste | 8 | 11 | |
| Sudeste | 4 | 7 | |
| Centro-Oeste | 2 | 2 | |
| Sul | 3 | 12 | |
| Ride | 6+DF | 3 | |
| Total | 20 | 38 | - |

Fonte: IBGE, 2010; Observatório das Metrôpoles, 2011.

A institucionalização das RMs pelos estados continua em uma crescente, como apresentado por Firkowski (2013) em um Estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). A autora revela que o número de RMs chega a 51 no Brasil, segundo dados do IBGE (FIRKOWSKI, 2013, p. 37).

Costa e Tsukumo (2013) questionam a institucionalização e seus critérios para essa criação, além de observar o papel do Estado no contexto. Essas regiões são criadas mediante Lei Complementar e não possui requisitos técnicos, principalmente, ao ser analisado a questão da cidade-sede, a qual não possui região de influência de uma metrópole. Os autores questionam o papel do estado na criação dessas RMs, principalmente onde sua atuação é acanhada.

Convém observar, ainda, se a ocorrência de arranjos institucionais não consolidados sugere que a dinâmica metropolitana prescinde deles; e se o Estado teria, no quadro atual, um papel menos relevante na construção do espaço urbano/metropolitano – especialmente onde há baixa institucionalidade. É preciso definir qual o papel do Estado na gestão metropolitana de hoje, especialmente num país federativo como o Brasil, no qual os municípios também são Entes Federados (COSTA e TSUKUMO, 2013. p. 27).

Alguns autores defendem que na Constituição de 1988 houve uma exacerbação em considerar os municípios como entes federados, uma vez que se manteve alguns mecanismos que possibilitam o controle de prefeitos pelos governos estaduais (GOUVÊA, 2005. p. 86).

É preciso que se busque formas de relacionamentos republicanos entre o executivo municipal e estadual. A alternativa seria fortalecer os poderes como as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais, já que a fragilidade dessas instituições tem gerado casos de corrupções, como se tem visto nos processos do judiciário, e essas ações têm denegrado a imagem das instituições junto à sociedade, que espera por melhorias em diversos serviços direcionados para os arranjos metropolitanos.

4.7.1. As Regiões Metropolitanas segundo o Banco de Estruturas Territoriais do IBGE 2016

Segundo dados do IBGE, em 2016 o Brasil possui 5.570 municípios, distribuídos nas 27 Unidades da Federação de acordo com a estrutura político-administrativa. A superfície do do Brasil se manteve em 8.515.767,049 km² e os Estados do Amazonas e Pará apresentam a maior área: 1.559.149,074 e 1.247.955, 381 km², respectivamente.

O processo de municipalidades no Brasil teve seu aquecimento nas décadas de 1960 e 1970. Em 52 anos, entre 1940 e 1991, foram criados 2.917 novos municípios; entre 1991 e 1997, em apenas 6 anos, foram criados 1.007, o que mostra o custeio da máquina municipal passou a ser um problema enfrentado em todo o país, muito por conta da nova sistemática de divisão de recursos e a elevação dos entes federados, ou seja, a municipalidade ficava mais pobre a cada município criado (FILHO, 2014).

Tabela 4: Evolução de criação de municípios Brasileiros de 1940 a 2013.

| Anos | Municípios | Crescimento | | Anos | Municípios | Crescimento | |
|------|------------|-------------|-----|------|------------|-------------|-----|
| 1940 | 1.574 | - | | 1991 | 4.491 | 450 | 13% |
| 1950 | 1.890 | 316 | 20% | 1993 | 4.974 | 483 | 11% |
| 1960 | 2.766 | 876 | 46% | 1997 | 5.498 | 524 | 11% |
| 1970 | 3.959 | 1.186 | 43% | 2000 | 5.507 | 9 | 0% |
| 1980 | 3.992 | 39 | 1% | 2013 | 5.570 | 63 | 1% |

Fonte: (FILHO, 2014. p.12)

Há de se ter em conta que o Banco de Estruturas Territoriais (BET) a partir de 1980 a 2010 apresenta no seu banco de dados mais de 1.500 municípios, segundo dados do IBGE (2011), revelando municípios que foram criados por diversos fatores que impulsionaram a criação de outras RMs nos Estados.

Ao se observar o BET houve um número crescente das Regiões Metropolitanas Brasileiras. Foram instituídas 71 RMs, 4 Aglomerações Urbanas, das quais 2 na Região Sul e 2 da Região Sudeste, e se mantiveram as 3 Redes Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDEs), totalizando 78 unidades regionais (EMPLASA, 2016).

Algumas Regiões Metropolitanas perderam população e outras obtiveram incremento, como a de Fortaleza, com a Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TGCA), em 2015, de 1,27, o que corresponde a 44,76 % da população do Estado e 1,95 do país, seguida da RM de Salvador com 3.953.288 habitantes, com a TGCA de 2,04%, o que equivale a 26% do total do Estado e a 1,93% do total da população geral. A RM de São Paulo ainda ocupa o maior percentil da população das RMs do Brasil, com 10,32%, seguida de Rio de Janeiro, 6,01%, RM de Belo Horizonte ocupando a 2,86%. A cidade com menor ocupação da população na RM são duas do Estado de Roraima: RM Sul do Estado e RM Central, em comparação a outras do Brasil.

Simão Pires (1987) afirma que a autonomia municipal está interligada a um conjunto de municípios, os quais conservam suas características e individualidades, visto a polarização e a interligação dos municípios. Há muita discussão sobre a institucionalização das RMs, principalmente relacionadas a questões políticas. No entanto, Eros Grau (1974) considera que a criação da RMs está relacionada à concretização da gestão integrada e

coordenada sobre a área geográfica metropolitana, ou seja, ultrapassando os limites entre os territórios.

A Tabela 4 aponta para uma população total das RMs brasileiras em 109.747.492 milhões de habitantes, o que equivale a 53,68% do total da população do Brasil e essas regiões apresentam estruturas diferentes. Em algumas regiões, como observado pelo estudo do IPEA (2013), ocorrem essas disparidades entre os territórios, no caso da RM de Minas Gerais foi criado o Colar Metropolitano¹⁸. Já em Santa Catarina para cada núcleo existe uma área de expansão metropolitana (IPEA, 2013, p.10).

O IBGE traz em seu Banco de Estruturas Territoriais, até dezembro de 2016, uma configuração dos municípios que estão no contexto acima: A RM de Feira de Santana (BA) com 10 municípios está classificada na área de expansão metropolitana¹⁹, instituída em 02 de junho de 2011, essas mesmas características estão algumas RMs de Santa Catarina como visto no Quadro 3.

Quadro 3: Nome das Sub-regiões e números de municípios que integram as Regiões Metropolitanas Brasileiras.

| RM | Estado | Nome da Sub-Região | Nº Municípios |
|-------------------------------|--------|----------------------|---------------|
| RM de Feira de Santana | BA | Área de Expansão | 10 |
| RM de Belo Horizonte | MG | Núcleo Metropolitano | 34 |
| RM de Belo Horizonte | MG | Colar Metropolitano | 16 |
| RM do Vale do Aço | MG | Colar Metropolitano | 24 |
| RM de Ribeirão Preto | SP | Sub-Região 1 | 15 |
| RM de Ribeirão Preto | SP | Sub-Região 2 | 6 |
| RM de Ribeirão Preto | SP | Sub-Região 3 | 6 |
| RM de Ribeirão Preto | SP | Sub-Região 4 | 7 |
| RM de Florianópolis | SC | Núcleo Metropolitano | 9 |
| RM de Florianópolis | SC | Área de Expansão | 13 |
| RM do Vale do Itajaí | SC | Núcleo Metropolitano | 5 |
| RM do Vale do Itajaí | SC | Área de Expansão | 11 |
| RM Norte/Nordeste Catarinense | SC | Núcleo Metropolitano | 2 |
| RM Norte/Nordeste Catarinense | SC | Área de Expansão | 24 |
| RM de Lages | SC | Núcleo Metropolitano | 2 |
| RM de Lages | SC | Área de Expansão | 21 |
| RM da Foz do Rio | SC | Núcleo Metropolitano | 5 |

¹⁸ O Colar Metropolitano é formado por municípios que ficam em torno da RM afetados pelo processo de metropolização, para integrar o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum e são definidos na forma de Lei Complementar pelos Estados (Constituição Estadual de Minas Gerais, de 1989, Art. 51.).

¹⁹ GOTTDIENER, M. A Produção Social do Espaço Urbano. São Paulo: Ed. USP, 1997. O autor realiza análises sobre o tema: expansão metropolitana e a organização de sua estrutura econômica e propõe a perspectiva das metrópole desconcentradas na qual há uma dispersão da população motivada por alguns fatores: economia tardia das cidades; questões imobiliárias e ocupação de novos espaços; descentralização das atividades terciárias, etc..

| | | | |
|------------------------------|----|-----------------------|----|
| Itajaí | | | |
| RM da Foz do Rio Itajaí | SC | Área de Expansão | 4 |
| RM Carbonífera | SC | Núcleo Metropolitano | 8 |
| RM Carbonífera | SC | Área de Expansão | 18 |
| RM de Tubarão | SC | Núcleo Metropolitano | 3 |
| RM de Tubarão | SC | Área de Expansão | 16 |
| RM do Alto do Vale do Itajaí | SC | Núcleo Metropolitano | 4 |
| RM do Alto do Vale do Itajaí | SC | Área de Expansão | 28 |
| RM de Chapecó | SC | Núcleo Metropolitano | 17 |
| RM de Chapecó | SC | Área de Expansão | 15 |
| RM do Extremo Oeste | SC | Núcleo Metropolitano | 21 |
| RM do Extremo Oeste | SC | Área de Expansão | 28 |
| RM do Contestado | SC | Núcleo Metropolitano | 45 |
| RM do Vale do Rio Cuiabá | SC | Entorno Metropolitano | 9 |

Fonte: DGC/CETE/BET/IBGE 2016. Elaboração do autor.

As RMs apresentam um conjunto bastante heterogêneo. Nas RMs do Estado de Santa Catarina, todos os municípios (295) fazem parte das 11 RMs instituídas, totalizando 6.819.190 habitantes em 2015. A RM de Contestado apresenta-se com todos os seus 45 municípios sendo núcleos metropolitanos, com 524.938 habitantes.

A metodologia para a escolha desses municípios para compor as RMs são poucos transparentes, e, ao instituírem novos municípios a RM, os governadores não explicitam a metodologia para delimitação da área metropolitana. O Ipea (2011) ressalta a importância de ter uma metodologia para delimitar essas áreas para um melhor entendimento da definição de um município a ser integrado a uma RM.

Essa falta de transparência prejudica o estudo dessas regiões uma vez que não permite que se saiba se as delimitações oficiais estaduais são realmente compatíveis com a aglomeração urbana efetivamente integrada em termos econômicos e sociais. As delimitações das regiões que não se baseiam em critérios técnicos capazes de identificar a área efetivamente integrada em termos econômicos e sociais podem ainda prejudicar a utilização de informações estatísticas para orientar e avaliar as políticas públicas destinadas a essas áreas de maneira adequada, (IPEA, 2011. p. 11).

O Estudo do Ipea (2011) apresenta uma metodologia de acordo com o pensamento de Galvão *et al.* (1969). Para o autor, o Estado só poderia acrescentar um município a RM se atendesse um dos critérios apresentado:

Densidade Demográfica - Os municípios contíguos deveriam possuir uma densidade demográfica igual ou superior a 60 habitantes/km² para serem incorporados à RM.

Crescimento populacional - O município precisaria ter apresentado crescimento populacional de no mínimo 45% entre 1950 e 1960 para ser incorporado à RM; *Estrutura econômica* – o volume da produção industrial pelo menos três vezes maior do que o da produção agrícola, ou pelo menos 10% de população potencialmente ativa empregada em atividades industriais.

Integração por deslocamentos pendulares - Propuseram a utilização de dados de fluxos de deslocamento pendular ou de ligações telefônicas entre os municípios como medida do nível de integração entre eles. A incorporação dos dados de fluxo pendular como medida de integração entre as cidades é um ponto comum em diversas metodologias de delimitação de RMs no Brasil e no mundo.

Apesar dos arranjos metropolitanos terem sua independência político-administrativa, o que se observa, com muita intensidade, é a dependência desses arranjos na economia e política da União e dos Estados, uma vez que os problemas comuns estão mais aparentes, as questões econômicas e sociais estão mais presentes, ocasionando problemas de natureza diversa.

4.7.2. População residente nas Regiões Metropolitanas Brasileiras

A Região Norte apresenta, em 2015, um total de 6.904.596 pessoas vivendo em 9 RMs institucionalizadas, integrando 66 municípios, o que representa 39,52% da população da Região Norte.

A Região com maior representatividade populacional em seu estado é a região Sul, com 68,45%, mais de 20 milhões de habitantes (20.008.775), totalizando 23 RMs e 560 municípios. Ao verificarmos o valor absoluto de habitantes, nas cinco regiões, a Sudeste, com 12 RMs, representa a primeira do ranking nacional com 53.070.656 pessoas morando nas Regiões Metropolitanas, como podemos observar na Tabela 05.

Tabela 5: RM - População e número de municípios segundo a região Geográfica - 2015.

| Região | RMs | Municípios | População | População da Região | % em relação ao Estado | % Relação ao Brasil |
|--------------|-----|------------|-------------|---------------------|------------------------|---------------------|
| Norte | 9 | 66 | 6.904.596 | 17.472.636 | 39,52 | 3,38 |
| Nordeste | 29 | 342 | 26.351.462 | 56.560.081 | 46,59 | 12,89 |
| Sudeste | 12 | 303 | 53.070.656 | 85.745.520 | 61,89 | 25,96 |
| Centro-Oeste | 2 | 33 | 3.412.003 | 15.442.232 | 22,10 | 1,67 |
| Sul | 23 | 560 | 20.008.775 | 29.230.180 | 68,45 | 9,79 |
| 5 | 75 | 1304 | 109.747.492 | 204.450.649 | - | 53,68 |

Fonte: Estimativa da população municipal IBGE 2015.

A população do país em 2015 alcançou mais de 200 milhões de habitantes (204.450.649), a região Sudeste ainda continua atraindo o maior número de pessoas com 85.745.520, seguida do Nordeste (56.560.081), Sul (29.230.180), Centro Oeste (15.442.232) e Norte (17.472.636).

As RMs do Norte apesar de terem um número pouco expressivo da população em relação ao Brasil, ao ser analisado em termos relativos percentuais alcançam 3.38%, e as RMs do Centro-Oeste são as com menor população em relação ao Brasil, com 1.67%. O quadro geral Brasil revela que a maioria da população (53,68) mora nas RMs e 46.80% não estão nesses aglomerados urbanos metropolitanos. No total, são 1.304 municípios distribuídos em 72 Regiões Metropolitanas, 4 Aglomerados Urbanos no Brasil e 3 RIDES.

Os indicadores populacionais são fundamentais para o entendimento do processo de formação da construção das grandes metrópoles. São a partir das estimativas populacionais que se pode chegar aos cálculos dos indicadores socioeconômicos e sociodemográficos, além de servir para o Tribunal de Contas (TCU) realizar a distribuição do Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

5. MATERIAIS E MÉTODOS

5.1. Fonte e organização dos dados

Este estudo tem nos anos de 1980 a 2014 período para análise dos óbitos por causas externas, com destaque para as agressões por homicídios nas Regiões Metropolitanas Brasileiras, tendo em vista a magnitude e a tendência dos óbitos nessas RMs. Para tanto, foram escolhidas 12 RMs, de acordo com IBGE (2008): Manaus/AM, Belém/PA, Fortaleza/CE, Natal/RN, Recife/PE, Salvador/BA, Belo Horizonte/MG, Grande Vitória/ES, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Goiânia/GO e Porto Alegre/RS. Essas RMs e seus municípios foram catalogados do Banco de Estruturas Territoriais do IBGE (BET) até dezembro de 2016, disponível no sítio do órgão na internet.

Esses óbitos foram verificados no Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (MS) disponibilizada no sítio da internet do DataSus e foram classificados de acordo com a classificação internacional de doenças (CID-9 e CID-10). Posteriormente, serão feitas análises nas taxas de mortalidades nessas regiões do Brasil, tendo em vista, o contexto da evolução e tendência desses óbitos em cada RM.

Os óbitos foram desagregados em subgrupos. Ao fazer essa desagregação dos óbitos por causas externas em subgrupos será possível observar as diferenças entre períodos e regiões com intenção de óbitos por causas ignoradas, onde esses dados não devem ser rejeitados e sim acrescentados aos dados gerais (AIDAR, 2003; NASCIMENTO, 2011; CERQUEIRA, 2016). Outro fator importante nesta análise são as agressões efetuadas por armas de fogo ou instrumentos perfuro cortantes, onde não houver identificação da intencionalidade.

Os homicídios por armas de fogo têm se configurado, nas estatísticas, como ponto preponderante para o aumento dos índices da violência (WAISELFISZ, 2016; CERQUEIRA et al., 2017), daí a escolha para análise dessas agressões, principalmente ocorridas nos arranjos metropolitanas estudados neste trabalho.

As causas de mortes na categoria "intenção indeterminada" ainda é fator de discussão entre pesquisadores, uma vez que esses dados, apontam para uma má qualidade na informação, o que poderá prejudicar o quantitativo do número total da amostra em

determinado período (MELLO JORGE et al., 1997; AIDAR, 2003; NASCIMENTO, 2011; WAISELFISZ, 2016), por isso a agregação no quantitativo geral.

Após a desagregação dos óbitos, foram distribuídos por sexo e nos grupos etários. As agressões com idade ignorada ou sexo ignorado foram distribuídas proporcionalmente, a fim de que, os dados não fujam do resultado esperado. Outra análise trabalhada foi à média móvel trienal dos dados, tanto nos grupos etários (masculino e feminino), como em cada RM.

A média movel trienal foi usado tendo em vista o número de populações no nível intra-municipal e nos subgrupos, no caso dos óbitos por homicídios, suavizar os efeitos aleatórios das taxas de um ano para o outro, ou nas diferenças nas taxas de uma região para outra. Para amenizar esse problema, foi usada à média movel trienal.

Os óbitos por causas externas serão extraídos de acordo com as categorias especificadas no Quadro 04, da Classificação Internacional de Doenças (CID-9 e CID 10).

Quadro 4: Agrupamento das causas de mortalidade por agressões, segundo a classificação CID-9 e CID-10.

| Grupo de Causas | CID-9 | CID-10 |
|---------------------------------------|------------|-----------|
| 1 - Agressão com arma de fogo | | |
| 1.1 Homicídio | E965 | X93 a X95 |
| 1.2 Com intenção indeterminada | E985 | Y22 a Y24 |
| 2 - Demais agressões sem arma de fogo | | |
| 2.1 Homicídios | E960 a 964 | X85 a X92 |
| 2.2 Intervenção Legal | E966 a 969 | X96 a Y09 |

Fonte: Classificação Internacional de Doenças, 9ª e 10ª Revisão.

A população dessas regiões foram extraídas da base de dados do Datasus, uma vez que esses dados são inseridos e atualizados com informações do IBGE nos anos censitários e nas contagens populacionais.

Foram buscadas as Taxas Brutas de Mortalidades (TBM), nas 12 Regiões Metropolitanas, para, posteriormente, compará-las a RM de Manaus e no município-sede Manaus por sexo e nos grupos etários.

Para efeito de comparação das taxas brutas de mortalidade entre as RMs será usado o método direto, utilizando-se a metodologia de Carvalho et al (1998) e Nascimento (2011) onde foi eleita a população Brasil como base. Para este fim foi necessário usar o método direto por conta das diferenças populacionais específicas nas faixas etárias, em que cada RM apresenta. Como exemplo a Tabela 6.

Tabela 6: 12 RMs - População na faixa etária específica, ambos os sexos, ano 2010.

| Faixa Etária | RMM | RMB | RMF | RMN | RMR | RMS | RMS | RMBH | RMGV | RMRJ | RMSP | RMPA |
|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 0 a 4 | 9,44 | 7,61 | 7,27 | 7,18 | 6,79 | 6,62 | 7,03 | 6,33 | 6,98 | 6,08 | 6,64 | 6,27 |
| 5 a 9 | 9,76 | 8,12 | 7,62 | 7,59 | 7,44 | 7,08 | 7,32 | 6,94 | 7,32 | 6,73 | 7,10 | 6,93 |
| 10 a 14 | 10,51 | 9,09 | 9,17 | 8,89 | 8,40 | 8,21 | 8,28 | 8,22 | 8,35 | 8,07 | 8,19 | 8,17 |
| 15 a 19 | 9,93 | 9,36 | 9,57 | 9,20 | 8,47 | 8,32 | 8,84 | 8,34 | 8,33 | 7,85 | 7,90 | 8,09 |
| 20 a 24 | 9,83 | 9,88 | 10,28 | 10,07 | 9,08 | 9,48 | 9,93 | 9,20 | 9,50 | 8,13 | 8,94 | 8,42 |
| 25 a 29 | 9,89 | 9,97 | 9,70 | 9,57 | 9,19 | 10,67 | 10,01 | 9,51 | 9,66 | 8,58 | 9,48 | 8,96 |
| 30 a 34 | 8,96 | 9,01 | 8,40 | 8,48 | 8,68 | 9,80 | 9,30 | 8,96 | 8,85 | 8,32 | 8,90 | 8,11 |
| 35 a 39 | 7,40 | 7,86 | 7,36 | 7,37 | 7,93 | 8,06 | 7,94 | 7,62 | 7,40 | 7,50 | 7,91 | 7,09 |
| 40 a 44 | 6,14 | 6,82 | 6,95 | 7,08 | 7,25 | 7,24 | 7,15 | 7,14 | 6,97 | 7,11 | 7,27 | 6,98 |
| 45 a 49 | 4,98 | 5,63 | 6,07 | 6,27 | 6,47 | 6,34 | 6,25 | 6,66 | 6,56 | 6,85 | 6,55 | 7,08 |
| 50 a 54 | 4,03 | 4,77 | 4,65 | 4,89 | 5,48 | 5,40 | 5,20 | 5,86 | 5,84 | 6,28 | 5,78 | 6,36 |
| 55 a 59 | 2,99 | 3,64 | 3,65 | 3,72 | 4,33 | 4,09 | 4,03 | 4,58 | 4,58 | 5,24 | 4,68 | 5,25 |
| 60 a 64 | 2,12 | 2,74 | 2,94 | 3,14 | 3,43 | 2,97 | 2,99 | 3,46 | 3,21 | 4,13 | 3,53 | 4,06 |
| 65 a 69 | 1,49 | 1,99 | 2,12 | 2,20 | 2,45 | 2,02 | 2,11 | 2,51 | 2,24 | 3,01 | 2,46 | 2,88 |
| 70 a 74 | 1,06 | 1,45 | 1,70 | 1,68 | 1,90 | 1,50 | 1,57 | 1,89 | 1,70 | 2,40 | 1,87 | 2,14 |
| 75 a 79 | 0,70 | 0,95 | 1,10 | 1,11 | 1,22 | 1,00 | 1,02 | 1,31 | 1,20 | 1,73 | 1,30 | 1,54 |
| 80 e + | 0,78 | 1,11 | 1,44 | 1,56 | 1,50 | 1,20 | 1,03 | 1,46 | 1,31 | 1,97 | 1,49 | 1,68 |
| | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Censo demográfico 2010/IBGE.

Não se pode comparar os diferenciais de níveis, como neste estudo os homicídios, a partir de taxas brutas ou gerais, daí a importância de se padronizar os dados das Regiões Metropolitanas, tendo em vista sua população específica ter estruturas diferentes, uma das outras (ver Tabela 6) e como apresentado por diversos autores, o fenômeno dos homicídios tem uma estreita relação com as idades específicas.

A técnica de Padronização Direta foi assim descrita por Carvalho et al (1998): "A padronização permite controlar ou isolar o efeito de determinadas características que estejam afetando a comparação, através de medidas-síntese, dos níveis de uma variável entre populações diferentes" (CARVALHO et al, 1998. p. 45).

São nessas RMs que a maioria da população brasileira vive e usufrui da vida cotidiana das grandes metrópoles, e é nesse ínterim cidadão que se apresenta o trabalho, o lazer, a segurança das cidades e das pessoas. Nessas relações da vida moderna podem surgir os conflitos, onde se observa um acontecimento comum em todas as Regiões Metropolitanas estudadas, tendo nos homicídios a face mais perversa da violência.

5.2. Métodos

Os dados populacionais no período de 1980 a 2014 são provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São consideradas as contagens populacionais de 1996 e 2007, e a população foi calculada para os períodos intercensitários de 1980, 1991,

2000 e 2010. De 2011 a 2014, as informações de população foram aquelas provenientes de estimativas populacionais calculadas pelo IBGE.

Os registros de óbitos foram extraídos do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde (MS) disponível no DataSus na internet. Essas informações são provenientes da declaração de óbito expedida pelos hospitais e os Institutos Médicos Legais (IML) dos estados respectivos e são classificadas de acordo com a classificação internacional de doenças (CID-9 e CID-10), apresentado no Quadro 4.

Para as RMs que incorporaram novos municípios durante o período em análise, foram realizadas agregações desses municípios a essas RMs, tomando como exemplo a RM de Manaus, que foi criada no ano de 2007, com 8 municípios (Manaus, Iranduba, Careiro da Várzea, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva e Itacoatiara). Em 2009, por força da Lei Complementar n. 64, instituída pelo governador do Amazonas, incorporou os municípios de Autazes, Careiro, Manaquiri, Itapiranga e Silves. Para efeito de análise da RM no período anterior, a estas incorporações municipais, foram agregadas as informações destes municípios supondo que eles fizessem parte dessas regiões desde a sua criação. Esses dados de municípios que compõem cada RM foram extraídos do Banco de Estruturas Territoriais do IBGE de dezembro de 2016, disponível no site do instituto.

A taxa de mortalidade por 100.000 habitantes é um indicador que pode ser usado nos subconjuntos de populações para estudo de interesse das mortes por homicídios.

Optou-se por analisar as idades nos grupos etários quinquenais, visto que, a análise de uma população por idade (0 ou 5) nos grupos etários quinquenais, diminui-se a possibilidade de erros.

As mortes violentas por agressão, aqui direcionadas para os homicídios, foram estudadas não somente no que tange aos valores absolutos e relativos, mas analisados com dados padronizados. Para tanto será usado a Taxa Bruta de Mortalidade (TBM), representada pela equação:

$$TBM_{j,m}^t = \frac{o_{j,m}^t}{P_m^t} * 100.000 \quad \text{Equação 1}$$

Onde:

$TBM_{j,m}^t$ é a Taxa Bruta de Mortalidade devida a causa j no tempo t na região m ;

$O_{j,m}^t$ são todos os óbitos ocorridos devidos a causa j no tempo t na região m ;

P_m^t representa a população exposta ao risco no tempo t , na região m .

Será necessário trabalhar com a Taxa Específica de Mortalidade (TEM). A TEM se refere ao risco de morte em cada idade ou faixa etária determinada e corresponde ao quociente entre o total de óbitos, em um determinado ano, em cada idade ou grupo etário e a população e ano correspondente. É representada pela equação número 2.

$${}_nTEM_{x,t} = \frac{{}_nO_{x,t}}{{}_nP_x} \text{ Equação 2}$$

Onde: x representa a idade limite inferior ao grupo etário, n a amplitude do intervalo do grupo e t ao ano em questão.

Neste sentido, espera-se com a equação acima, duas ou mais populações com as mesmas Taxas Específicas de Mortalidades podem gerar Taxas Brutas de Mortalidades distintas, por terem distribuições etárias proporcionais diferentes. Conclui-se, portanto, que, ao calcular a TBMs das Regiões Metropolitanas, será necessário usar uma técnica, a padronização direta, dos óbitos por uma população específica, que neste trabalho foi eleita a população Brasil.

Essa padronização direta requer que o cálculo das Taxas Brutas de Mortalidade estejam padronizadas por idades ou distribuídas por grupos de idade e da distribuição etárias das populações em estudo. Com os dados de óbitos distribuídos por faixas etárias quinquenais, pode-se estimar a Taxa Específica por Idade, que aplicadas a uma faixa etária padrão, fornecerão taxas brutas padronizadas que podem ser comparadas para análise de diferencial de níveis entre populações ou para uma mesma população, ao longo de determinado período de tempo. Neste caso, a comparação será possível porque todas as taxas referem-se a uma única distribuição etária (padrão) (CARVALHO et al, 1998; NASCIMENTO, 2011).

Com a adoção da população padrão - no caso deste trabalho a Brasileira - a taxa padronizada pelo método direto é dada por:

$$TB_{p,d} = \frac{\sum_x m_{x,v} Q_{x,s}}{\sum_x Q_{x,s}} \text{ Equação 6}$$

Onde:

$m_{x,v}$ representa as taxas específicas, por idade x , da variável da população da RM específica u , e $Q_{x,s}$ corresponde ao número ou proporção de pessoas de idade x , na população adotada como padrão (s).

Foi aplicada na mesma estrutura etária a função da variável em cada população, sendo assim, podendo comparar as taxas brutas obtidas sobre diferentes níveis da variável em estudo (homicídios), já que elas estão refletindo as diferenças reais nas taxas específicas da variável nas populações analisadas das RMs. Dessa forma, estamos comparando as taxas brutas das diferentes populações das RMs como se elas tivessem exatamente a mesma distribuição etária, mas cada uma mantendo suas taxas específicas.

Esse ajuste foi realizado através de uma técnica de padronização direta, como mencionado anteriormente, através da elegibilidade da população do Brasil, por grupos de idades como padrão, para ajuste de todas as taxas de homicídios das RMs, no período, e será realizado por meio da média movel trienal.

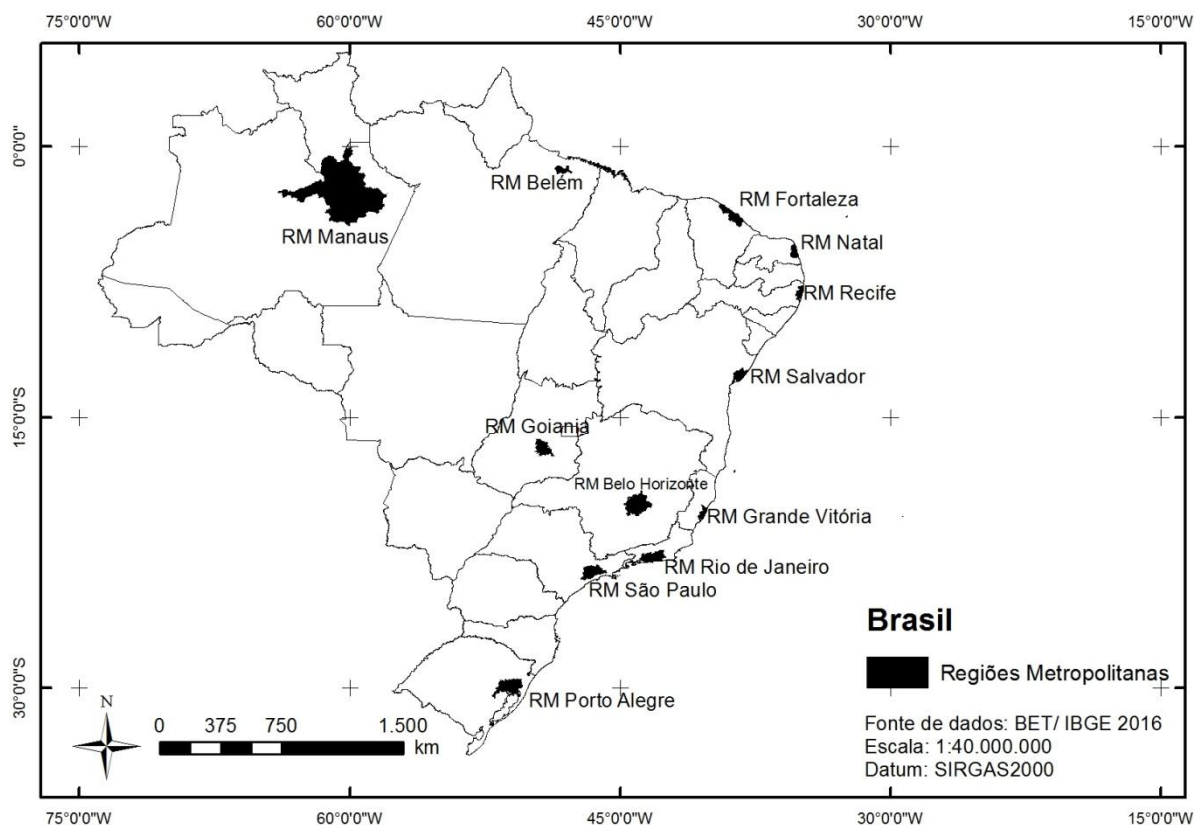
Os dados foram distribuídos de acordo com cada RM. Posteriormente, para análise temporal, foram feitas considerações sobre sexo e nos grupos etários de 15 a 24 anos, 25 a 34 anos, 35 a 44 anos e 45 anos e mais, classificados neste estudo como jovens, jovens-adultos, adultos-jovens e adultos, respectivamente.

Outra análise comparativa foi realizada entre as RMs e a Região Metropolitana de Manaus, por meio de três grupos (Grupo 1: RMs com variação mínima em relação à RMM; Grupo 2: RMs com variação mediana e com altas taxas em relação à RMM e Grupo 3: RMs com variação alta e com altas taxas, em relação à RMM). Com isso, será possível observar o nível de associação entre essas taxas para cada RMB e àquelas de mortes violentas em cada uma das RMs comparativamente a RMM.

6. CARACTERIZAÇÃO DE 12 REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS

Neste trabalho, foram realizados estudos das mortes por causas externas, na categoria homicídios, em 12 Regiões Metropolitanas Brasileiras no período de 1980 a 2014. As RMs analisadas assim se apresentam no Brasil, como visto na Figura 1, e estão distribuídas em 12 Estados do País.

Figura 1: 12 RM – Distribuição nos Estados Brasileiro IBGE 2016.



Fonte: Elaborado por LMF/INPA e autor.

Essas RMs comportam grande parte da população brasileira: 66.083,541 milhões de habitantes em um total de 248 cidades. Essa população se distribue de maneira muito desigual entre elas e os municípios que as compõem. O Banco de Estruturas Territoriais do IBGE, em 2016, apresenta 78 Regiões Metropolitanas, onde integram as três Regiões de Desenvolvimento Integrados (RIDES). Essas Regiões Metropolitanas foram criadas por diferentes legislações federal e estaduais, em períodos diferentes e apresentam configurações regionais bastante distintas, algumas até questionadas sobre a questão “metropolitana” como foi apresentado no Capítulo 4.

Tabela 7: Evolução populacional de 12 Regiões Metropolitanas Brasileiras nos anos 2000, 2010 e 2015.

| RM | Legislação /Ano de Criação | População | | | Área da RM (km ²) | Densidade Demográfica (hab/km ²) | Total de Municípios | IDHM | Renda Per Capita | PIB | | Município-Sede |
|----------------|----------------------------------|------------|------------|------------|----------------------------------|--|------------------------|-------|------------------------|-----------------------------------|----------------|----------------|
| | | 2000 | 2010 | 2015 | | | | | | A preços correntes (1 000 R\$) | | |
| | | | | | | | | | | 2010 | 2015 | |
| Brasil | - | 169799170 | 190755799 | 204450649 | 8.515.759,09 | 24,01 | 5570 | 0,727 | 793,87 | 5935786999,995 | - | |
| São Paulo | LCF 14 - 08/06/1973 | 17.878.703 | 19.683.975 | 21.090.791 | 7927,176 | 2660,57 | 39 | 0,794 | 1249,72 | 1056948121,141 | São Paulo | |
| Rio de Janeiro | LCF 20 - 01/07/1974 | 10.967.489 | 11.945.532 | 12.280.703 | 6373,038 | 1926,98 | 21 | 0,771 | 1130,75 | 472081080,543 | Rio de Janeiro | |
| Belo Horizonte | LCE 56 - 12/01/2000 | 4.838.214 | 5.436.569 | 5.837.130 | 14978,927 | 389,69 | 50 | 0,774 | 1079,91 | 191555594,964 | Belo Horizonte | |
| Porto Alegre | LCF 14 - 08/06/1973 | 3.783.096 | 4.032.062 | 4.258.926 | 10346,213 | 411,64 | 34 | 0,762 | 1143,12 | 164385672,048 | Porto Alegre | |
| Fortaleza | LCF 14 - 08/06/1973 | 3.165.796 | 3.741.198 | 3.985.295 | 7440,067 | 535,65 | 19 | 0,732 | 688,72 | 84830287,807 | Fortaleza | |
| Salvador | LCF 14 - 08/06/1973 | 3.120.303 | 3.573.973 | 3.953.288 | 4353,773 | 908,01 | 13 | 0,743 | 874,07 | 107670081,630 | Salvador | |
| Recife | LCE 64 - 08/06/1973 | 3.337.565 | 3.690.547 | 3.914.317 | 2770,452 | 1412,88 | 14 | 0,734 | 780,36 | 95606224,688 | Recife | |
| Manaus | LCE 27 - 30/04/2009 | 1.725.536 | 2.210.647 | 2.523.901 | 127169,000 | 19,85 | 13 | 0,720 | 725,17 | 73385432,615 | Manaus | |
| Goiania | LCF 14 - 30/12/1999 | 1.743.297 | 2.173.141 | 2.421.831 | 7336,556 | 330,1 | 20 | 0,769 | 1063,93 | 67726825,820 | Goiania | |
| Belém | LCE 58 - 08/06/1973 | 1.973.259 | 2.275.032 | 2.402.437 | 3565,783 | 673,75 | 7 | 0,729 | 715,11 | 42229941,341 | Belém | |
| Grande Vitória | LCE 152 - 21/02/1995 | 1.438.596 | 1.687.704 | 1.910.101 | 2327,281 | 820,74 | 7 | 0,772 | 1038,38 | 64319395,600 | Vitória | |
| Natal | LCF 152 - 16/01/1997 | 1.132.670 | 1.361.445 | 1.504.821 | 2938,880 | 512,04 | 11 | 0,733 | 778,86 | 31510289,986 | Natal | |
| 12 | - | 55.104.524 | 61.811.825 | 66.083.541 | 233.204.267 | - | 248 | - | - | 2452248948,183 | - | |

Fonte: Censo IBGE 2000, 2010, estimativas populacionais 2015; Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil/IPEA 2013²⁰.

Essas RMs apresentam as maiores metrópoles brasileiras, como São Paulo (21.090.791 milhões de habitantes), seguida de Rio de Janeiro (12.280.703 milhões de habitantes) e Belo Horizonte (5.837.130 milhões de habitantes), o que representa 33,33% da população brasileira, com um PIB de mais de 2,4 trilhões. O IDHM dessas RMs é alto, acima de 0,720, e a Renda Per Capita em algumas Regiões chegando a R\$ 1.249,72, sendo que isso não se aplica a todos os municípios, como veremos em cada uma das RMs apresentadas.

Assim como a dispersão populacional nas RMs são desiguais, as pirâmides etárias dessas RMs não são homogêneas, são distintas, refletindo a pirâmide etária brasileira. Em 1980, a pirâmide etária do Brasil apresentava a base larga, mas já apresentava tendência de queda da taxa de natalidade e fecundidade, sendo assim, em 1991 é possível perceber uma diminuição gradual de jovens e um aumento de pessoas adultas e jovens (Figura 2).

O aumento significativo da população mais velha é percebido no período 1980 a 2010, devido ao reflexo do processo de envelhecimento da população, um aumento da expectativa

²⁰ O Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil foi desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pela Fundação João Pinheiro e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e apresenta o Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios e o Índice de Desenvolvimento nas Regiões Metropolitanas. Está disponível na plataforma da internet: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas.

de vida. Hoje, o país apresenta uma população mais envelhecida, tendo como uma das justificativas a queda da taxa de natalidade, da evolução urbano-industrial e o uso com mais frequência de contraceptivos, o que levou a essa diminuição, e nos anos 1990 e 2000, o número de jovens diminuiu consideravelmente, marcando uma transição demográfica de um país jovem para um país com características mais madura (CARVALHO, WONG, 2008; OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

Figura 2: Pirâmides etárias masculino, feminino da população brasileira nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Censos demográficos 1980, 1991, 2000, 2010/IBGE; Estimativas populacionais 2000 e 2013/RIPSA; Elaboração do autor.

Em 2010, a população mais jovem, nas faixas etárias de 10 aos 29 anos é mais preponderante e esse bônus demográfico deve ser analisado pelos governos como estratégico. As políticas públicas direcionadas para essas faixas etárias possibilitarão ganhos futuros, uma vez que, essas crianças, hoje, serão a força de trabalho nas próximas décadas que suportará a crescentes razões, que ora, se vislumbra com o crescimento de idosos.

O Objetivo deste capítulo é apresentar um quadro sucinto das 12 Regiões Metropolitanas e suas características com destaque para os aspectos demográficos, sociais e econômicos que ora elas apresentam.

6.1 Região Metropolitana de Belém

A Região Metropolitana de Belém (RMB) fica localizada no Estado do Pará, região Norte do País e foi criada pela Lei Complementar 014 do Governo Federal, em 08 de junho de 1973 e, naquele momento, era composta pela Cidade de Belém e o município Ananindeua e ficou assim até o ano de 1995. O Governo Estadual expandiu a RMB, além dos municípios iniciais, incluindo os municípios de Marituba, Santa Bárbara do Pará e Benevides por força de Lei Complementar n. 027, de 19 de outubro de 1995. No ano de 2010, foi incluído o município de Santa Izabel do Pará, pela Lei Complementar de n. 72, de 20 de abril, e em 2011, o município Castanhal, por conta da LCE n. 076 de 28 de dezembro do mesmo ano.

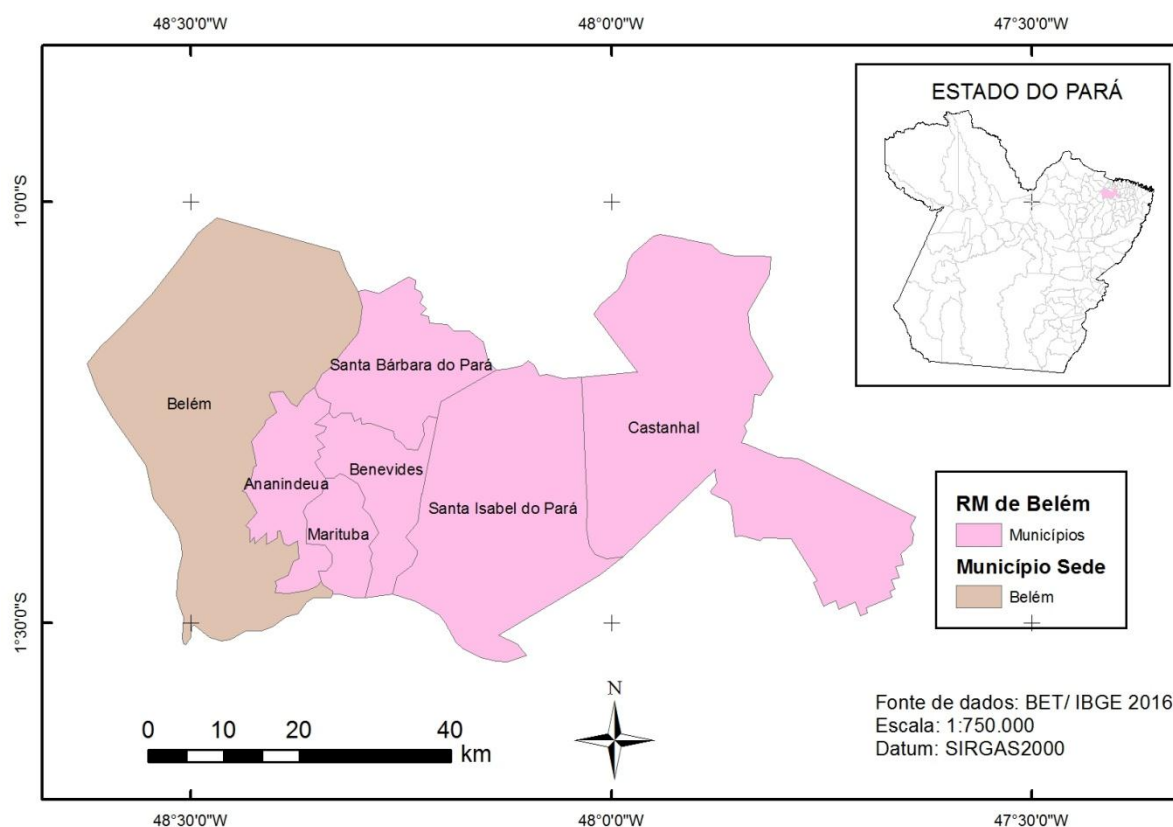
Alguns municípios foram criados após a Constituição de 1988 e se tornaram pontos atrativos, tanto para o comércio, como para migrantes que possibilitaram a inclusão na RM de Belém. O município de Marituba foi criado em 1994, por Lei Estadual 5.857 de 22 de setembro e, passou a integrar a RMB em 1995. Sua fundação foi de um desmembramento de parte do município de Benfica. O município de Santa Bárbara do Pará foi criado em 19 de dezembro de 1996, após separação do município de Benevides.

Para Lisboa Júnior (2001), os primeiros anos, pós-criação da RMB, foram dedicados à instrumentalização da gestão com ações gestadas pela Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), e ao Governo Estadual coube o Sistema Estadual de Planejamento (SEP) e, posteriormente, a Secretária de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN), que passou a assumir a gestão metropolitana. Com a inclusão de novos municípios à RMB, pós-constituição de 1988, o que se observou foi um processo marcadamente de cunho político em torno da questão metropolitana no Estado, principalmente quanto à questão da gestão (JÚNIOR, 2001).

A Região Metropolitana de Belém situa-se na foz do rio Pará e é formada por áreas de floresta tropical, com ecossistema amazônico, entrecortadas por rios e igarapés. Com terreno parcialmente peninsular, a RM de Belém passa por desmatamento acelerado em torno de municípios próximos à RMB e existem algumas ilhas que ainda estão intactas, nos demais municípios, onde ainda possuem uma fauna singular para preservação, além de manchas de

vegetação estão distribuídas no município de Santa Bárbara do Pará, como em Belém (Gregório e Mendes, 2009).

Figura 3: - Municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém



Fonte: Elaborado por LMF/INPA e autor.

A Cidade de Belém ainda atrai o maior número de habitantes, uma vez que a metrópole concentra o emprego, renda, acesso aos diversos serviços (rede bancária, rede de saúde, transporte, educação, etc.) que proporcionam o crescimento econômico, não só de Belém, mas dos municípios próximos. Porém, apesar do grande movimento da economia, a metade de sua população vive em áreas subnormais (66%). É o que aponta a pesquisa de Aglomerados Subnormais, Informações Territoriais²¹ do IBGE com informações do Censo demográfico de 2010.

²¹ O IBGE apresentou estudo sobre os aglomerados subnormais e informações territoriais no Brasil, com informações do Censo 2010. Segundo o estudo assim se define o conceito de aglomerados subnormais: “É o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou - carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública)” (IBGE, 2011).

Foi na década de 70 que esses municípios começaram a ser povoados, e, na década de 80, começaram a surgir porções urbanas que se expandiram em direção aos municípios de Marituba e Benevides. Belém se destaca por concentrar a maior população (1.439.561 habitantes), juntamente com Ananindeua (505.404 habitantes) em 2015, onde os serviços públicos e emprego são mais pujantes.

Tabela 8: Evolução populacional da Região Metropolitana de Belém nos anos 2000, 2010 e 2015.

| RM | População | | | Area Total Município km ² | Densidade Demográfica (Hab/km ²) | | | População em relação ao Estado | População em relação ao Brasil | IDHM | Renda Per Capita |
|-----------------------|------------------|------------------|------------------|--|--|---------------|---------------|--------------------------------------|--------------------------------------|--------------|---------------------|
| | 2000 | 2010 | 2015 | | 2015 | 2000 | 2010 | | | | |
| Ananindeua | 393.569 | 471.980 | 505.404 | 190,451 | 2066,51 | 2478,22 | 2653,72 | | | 0,718 | 564,76 |
| Belém | 1.280.614 | 1.393.399 | 1.439.561 | 1059,458 | 1208,74 | 1315,20 | 1358,77 | | | 0,746 | 853,82 |
| Benevides | 35.546 | 51.651 | 58.637 | 187,826 | 189,25 | 274,99 | 312,19 | | | 0,665 | 385,83 |
| Castanhal | 134.496 | 173.149 | 189.784 | 1028,889 | 130,72 | 168,29 | 184,46 | 29,39 | 1,18 | 0,673 | 467,32 |
| Marituba | 74.429 | 108.246 | 122.916 | 103,343 | 720,21 | 1047,44 | 1189,40 | | | 0,676 | 382,02 |
| Santa Bárbara do Pará | 11.378 | 17.141 | 19.645 | 278,154 | 40,91 | 61,62 | 70,63 | | | 0,627 | 287,25 |
| Santa Izabel do Pará | 43.227 | 59.466 | 66.490 | 717,662 | 60,23 | 82,86 | 92,65 | | | 0,659 | 384,17 |
| RM DE BELÉM | 1.973.259 | 2.275.032 | 2.402.437 | 3565,783 | 553,39 | 638,02 | 673,75 | | | 0,729 | 715,11 |

Fonte: Censo IBGE 2000, 2010, estimativas populacionais 2015; Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil/IPEA 2013.

A população da RM de Belém vem crescendo a cada ano, como observado na Tabela 8, assim como sua densidade demográfica. Os municípios com maiores densidades demográficas são: Ananindeua, Belém e Marituba com (2.653,72; 1.358,77 e 1.189,40 habitantes, respectivamente).

O Produto Interno Bruto da RM de Belém ultrapassa 42 bilhões em 2015. O município de Belém ultrapassa os 29 bi (29 280 972,298), ficando em 12ª no ranking de arrecadação do PIB nacional entre as metrópoles, segundo dados do IBGE para o ano de 2015. Na RM de Belém, em segundo no ranking, vem o município de Ananindeua com pouco mais de 6 bilhões (6 236 495,755) e Castanhal (3 166 660,747 bilhões).

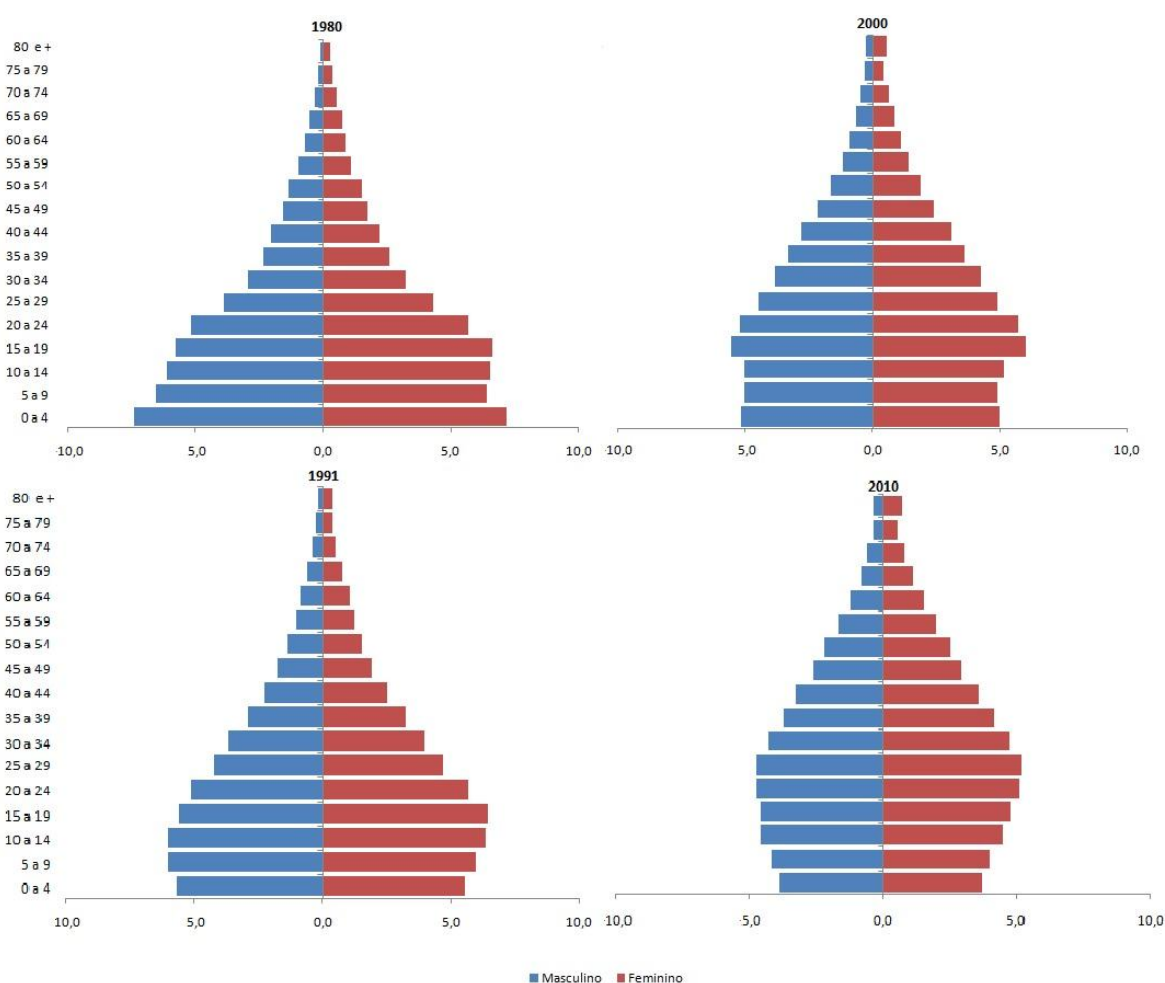
O movimento pendular da RM de Belém se dá por conta da dependência de Ananindeua em relação à cidade de Belém. Quanto aos postos de trabalho, a Tabela 7 mostra maior concentração populacional em Belém, apesar de um número significativo em Ananindeua, com concentração demográfica superior a de Belém. Seja pela questão do trabalho ou do emprego os municípios que se ligam à RMB ainda apresentam, na dinâmica metropolitana como cidades-dormitórios, características dos municípios de Marituba e Benevides, uma porção de Ananindeua vindos de bairros com concentração maior.

A RM de Belém concentra as indústrias (distritos industriais de Icoaraci e Ananindeua) e, em outro polo, nos municípios: Marabá e Barcarena localizados no Estado do Pará, que não fazem parte da RM de Belém.

A população urbana da Região Metropolitana de Belém concentra-se no lado continental e a população rural está concentrada nas ilhas que ficam próximas a Belém e Ananindeua. Já nos municípios de Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará, os espaços rurais estão em uma constante mutação, ocorrida principalmente por assentamentos informais, como, por exemplo, as invasões, loteamentos clandestinos, etc.

Quando observada na pirâmide etária da RM de Belém, o maior percentual é da população feminina (52,10%), enquanto a masculina corresponde a 47,90%, em 2010.

Figura 4: Pirâmides etárias masculino, feminino da RM de Belém nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010



Fonte: Censos demográficos 1980, 1991, 2000, 2010/IBGE; Estimativas populacionais 2000 e 2013/RIPSA. Elaborado pelo autor.

Ao longo das quatro décadas, essa população mudou e se tornou cada vez mais idosa. A faixa etária com maior percentual na população está entre 05 a 29 anos, o que corresponde a 22,82% para masculino e 23,62% para o feminino. Outro dado importante: os idosos estão vivendo mais. Em 1980, a faixa etária de 60 anos ou mais registrava um percentual de 1,89% para o sexo masculino e 2,81% para o feminino. Já em 2010, esses números tiveram um recrudescimento (3,42 e 4,81 respectivamente), segundo o Censo do IBGE 2010.

De acordo com estudos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), a Renda Per Capita da RM de Belém é de R\$ 715,11 em 2010, enquanto que nos municípios o número é menor, com exceção de Belém (R\$ 853,82). Ananindeua alcançou R\$ 564,76, enquanto Santa Bárbara do Pará tem R\$ 287,25 de rendimento, um contraponto com a metrópole, mas o que foi observado é que Belém ainda concentra as grandes indústrias, o maior número de emprego, etc., o que contribui sobremaneira para o alto índice da Renda Per Capita da RMB.

A cidade-sede Belém apresenta uma densidade demográfica alta 1.358,77 hab/km², mas fica atrás de Ananindeua, 2.653,72, uma vez que a cidade está atraindo mais população que Belém, principalmente pela questão de implantação de indústria que migra para os municípios ao redor da metrópole.

Quando analisado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), a RM de Belém apresentou uma melhora significativa dos números. A RMB atingiu 0,729, ficando acima da RM de Manaus (0,720) em 2000. A RM teve o índice de 0,621 saindo em 2010, da faixa Média para Alto Desenvolvimento Humano, de acordo com informações do Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras 2013.

Por outro lado, os investimentos em políticas públicas não foram tão expressivos, tendo em vista o crescimento urbano e, esse processo de metropolização da RM de Belém, causa uma dispersão urbana e reforça o processo de segregação e se estende para fora da metrópole chegando até os municípios vizinhos, ocasionando diversos problemas sociais (TRINDADE JÚNIOR; DOS SANTOS, 2011).

A RM de Belém tem características heterogêneas, onde esses espaços intra-urbanos são distintos entre si. Esses espaços onde se concentram desigualdades socioespaciais são resultados de processos metropolitanos onde estão os bens e serviços com maior presença, enquanto que em outra ponta, na área de expansão da periferia, que se alarga sem controle, o poder público atua acanhadamente e não melhora a qualidade de vida da população (TRINDADE JÚNIOR, 2010).

6.2 Região Metropolitana de Fortaleza

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) situa-se no Estado do Ceará, na região Nordeste e é formada por 19 municípios, concentrando uma elevada população e serviços, além de possuir grande expressão econômica e política em relação ao Brasil.

A dinâmica espacial industrial é outro fator de destaque na RMF, pois a junção dos 19 municípios criou um corredor de indústria, situado ao sul do Estado, ao longo da BR-116, próximos aos municípios de Horizonte e Pacajus. Outra concentração industrial está no município de Maracanaú.

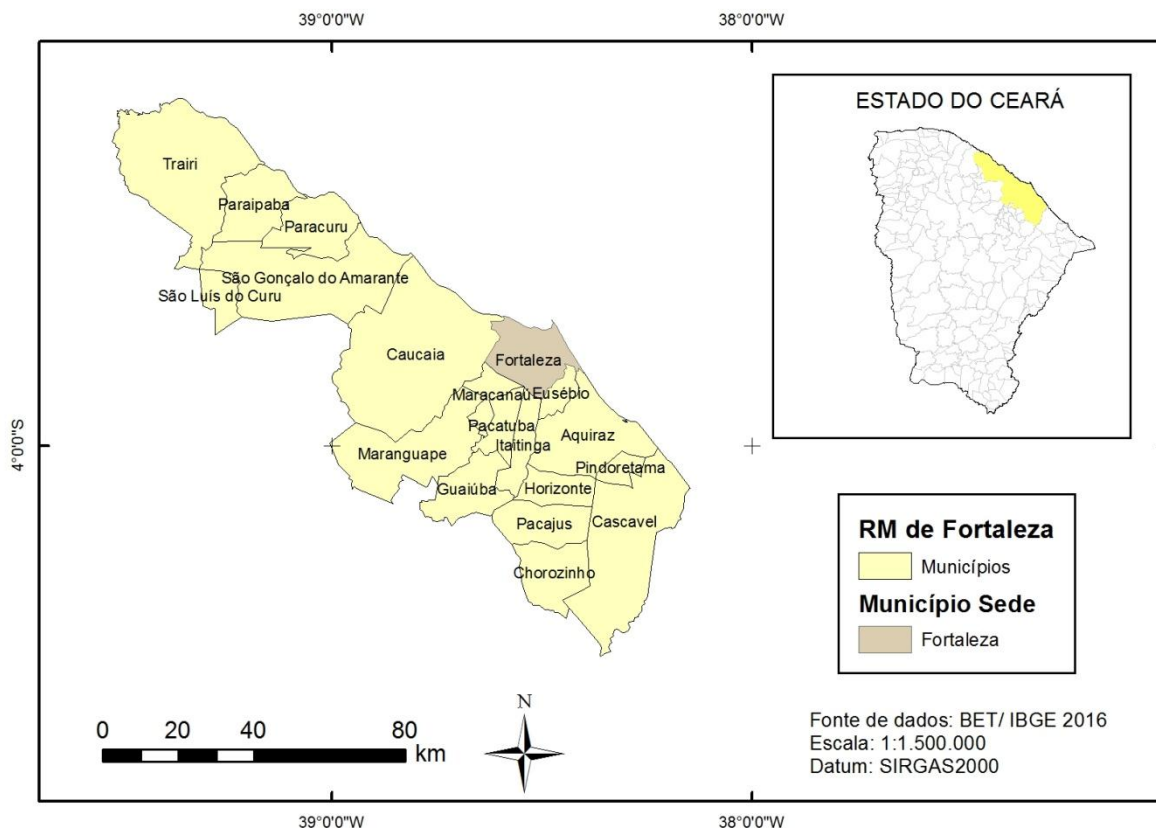
Em outra ponta, litoral Oeste, encontra-se o complexo porto de Pecém, localizado entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, o qual influencia, sobremaneira, como atrativo migratório e de serviços para essas localidades.

Em 1973, quando do início da criação da RMF, integravam apenas quatro municípios (Caucaia, Fortaleza, Maranguape e Pacatuba) por força de Lei Complementar Federal (LCF) nº 14 de 08 de junho de 1973, tendo a cidade de Maracanaú acrescida à RM, posteriormente, pela Lei Complementar Federal n. 052 de 16 de abril de 1986.

Como bem observado por Garson (2009), foi no pós-constituição de 1988 que as RMs do Brasil começaram a ser institucionalizadas, assim foi com a RMF. Em 29 de dezembro de 1999, o governo institucionaliza oito municípios, por força de Lei Complementar Estadual nº 018 (Chorozinho, Eusébio, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Pacajus e São Gonçalo do Amarante).

A cidade de Cascavel e Pindoretama foram incluídas em 26 de junho de 2009, pela LCE nº 078, e, em 08 de novembro de 2014, o então governador do Estado do Ceará, por meio da LCE nº 144, acrescenta mais quatro municípios (Paracuru, Paraipaba, São Luís do Curu e Trairi), totalizando 19 municípios na RMF, como é possível verificar a sua distribuição na Figura 5.

Figura 5: Municípios que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza 2016



Fonte: Elaborado por LMF/INPA e autor.

A realidade sócio-espacial da RMF se deu antes que o processo de metropolização se expandisse, assim como o processo político-administrativo. A RMF sofreu transformações, devido à emancipação de alguns municípios no decorrer dos anos e as mudanças intra-urbanas também acompanharam esses processos nos últimos 30 anos.

Quanto das instâncias de gestão metropolitana na RMF, de 1973 a 1991, a Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza (Aumef) foi o órgão estadual especializado e independente para o planejamento, deliberação e execução de políticas direcionadas para a questão metropolitana. A autarquia estadual era composta por um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo que deveriam atuar de forma colegiada.

Alguns planos e projetos implementados pela Aumef foram fundamentais para o desenvolvimento da RMF, como destaca o IPEA (2015):

O Plano Diretor de Assentamentos, de 1976; o Plano Operativo da RM de Fortaleza, de 1977; o Plano de Estruturação Metropolitana (PEM), de 1988; o Plano de Ação Imediata de Transportes e Tráfego (Paift), de 1981; o Plano de Transporte Coletivo (Transcol), de 1982; e o Plano Diretor de

Transporte Urbano da RM de Fortaleza (PDTU), de 1983 (IPEA, 2015, p.15-16).

Com a extinção da Aumef em 1991, a gestão metropolitana passou para as secretarias estaduais, focadas em todo o raio do Estado, fazendo com que a RMF ficasse sem uma entidade de planejamento e deliberação. Foi em 1999 que houve o último marco legal, pela LCE nº 18, que estabeleceu o sistema de gestão da RMF.

A partir disso, foram criados o Conselho Deliberativo da Região Metropolitana de Fortaleza (CDM) e o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Fortaleza (FDM). O CDM é composto por representante da Secretária Estadual, Secretaria de Infraestrutura (Seinfra - 1999-2003); Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional (SDLR - 2003-2007); Secretaria das Cidades (SCidades - 2007 atual) e pelo governador (IPEA, 2015. p.16).

O CDM e o FDM encontram-se inoperantes, o que é possível observar com a gestão metropolitana de Fortaleza em meados de 2000, o desamparo atual na questão da gestão sofre até questionamentos quanto a sua validade legal dos instrumentos de gestão (IPEA, 2015).

Os diversos processos econômicos e sociais que ocorreram na RMF sofreram mudanças por questões de intervenções das agências de desenvolvimentos regionais e esses processos cearenses se caracterizaram de forma variada. O papel das agências teve importante impacto sobre as questões metropolitanas, como a criação da SUDENE e a instalação de um distrito industrial, que se colocava em contraponto ao setor industrial de Francisco de Sá²², que influenciou na infraestrutura da Região Metropolitana de Fortaleza.

Para Dantas (2009), a cidade de Fortaleza tem sua metropolização seguindo quatro vetores de expansão: em 1970, quando as políticas industriais e habitacionais deslocavam-se para as cidades de Maracanaú e Caucaia; expansão industrial alcançando os municípios de Eusébio e Horizonte, por volta de 1980 é a terceira expandir-se pela faixa litorânea Oeste, onde os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante começavam a receber as grandes construções habitacionais, lazer, turismo e complexos industriais e portuários; e o

²² O Setor industrial Francisco de Sá foi inserido na malha urbana de Fortaleza na zona Oeste, sem planejamento e foi constituído em 1964 na então cidade de Maracanaú, garantindo a expansão da economia cearense e aumentando os espaços metropolitanos, que antes eram vazios, no início dos anos 60, promovendo uma série de políticas e mudanças nos arranjos sócio-espaciais metropolitanos. Com isso surgiram grandes construções habitacionais, linhas ferroviárias, comércios, etc. ocasionando grandes modificações nas cidades de Fortaleza, Maracanaú, Pacatuba, Caucaia em meados dos anos 80 (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2011).

último vetor se expandiu pelos municípios de Aquiraz e Eusébio, onde as segundas casas começavam a ser erguidas e do forte complexo turístico que surgia (DANTAS, 2009).

Os municípios que mais tiveram mudanças significativas foram Fortaleza, Maracanaú, Pacatuba e Caucaia, influenciados por questões da industrialização e das agências econômicas governamentais. Outros municípios não foram tão afetados, como Guaiúba, o mais distante, que foi integrado à RMF, devido ao desmembramento de Pacatuba, e possui características rurais mais prevalentes. Euzébio teve maior pujança tendo em vista a criação da fábrica de Fortaleza e a construção de vários condomínios de luxo. Aquiraz apresenta pouca mudança na sua fisionomia urbana, sendo o atrativo voltado para o litoral com atividades de lazer e turismo.

A RMF passou por um processo de desconcentração (GARSON, 2000), crescimento que teve a ampliação do adensamento de novas centralidades nos territórios da metrópole, como também no complexo industrial, nos eixos litorâneos, muito por conta das atividades relacionadas ao turismo e ao lazer, atrativo dos municípios que se localizam no litoral.

As ocupações irregulares também se instalam próximo ao litoral. Segundo dados do IBGE, retirado do Censo 2010, do levantamento de Informações Territoriais, a RMF é a segunda com maior número de domicílios em áreas de praias e dunas, que são proibidas por serem áreas de proteção permanente. A RMF ficou no ranking em 7º lugar geral em números de favelas. No total são 5.529 domicílios em áreas de praias e dunas. Esse número só fica atrás da RM de Recife com 9.023 domicílios. A RMF possui 12.570 domicílios existentes em aglomerados subnormais, sendo que a maior parte fica localizada na cidade-polo (11.696), (IBGE, 2012).

A concentração para o número de pessoas morando em favelas aumentou para o patamar de 1 milhão, como apresentado no estudo do IBGE 2012, uma vez que esses espaços urbanos se tornaram mais escassos, mais controlados, com os aluguéis tornando-se mais caros e poucos espaços para as ocupações de sem teto.

Quadro 5: Aglomerados Subnormais da Região Metropolitana de Fortaleza

| Nome/Bairro | População |
|------------------------------------|------------------|
| Piranbu (Piranbu) | 42.878 |
| Lagoa do Coração (Praia do Futuro) | 19.256 |
| Alto do Bode (Antônio Bezerra) | 16.495 |

| | |
|-------------------------------------|--------|
| Gina's Motel (Barra do Ceará) | 14.293 |
| Borba Gato (João XXIII) | 12.950 |
| Língua de Cobra (Padre Andrade) | 12.379 |
| Farol (Mucuripe) | 10.112 |
| Pantanal III (José Walter) | 9.419 |
| Arraial Moura Brasil (Moura Brasil) | 7.166 |
| Alvorada (Parque Manibura) | 5.784 |

Fonte: Levantamento de Informações Territoriais do IBGE 2012.

A questão demográfica é outro nó na RMF. O processo de mudança de população pobre para os eixos sul e sudoeste do Estado e o déficit do setor da infra-estrutura, de serviços básicos (habitação, saneamento, saúde, educação, segurança, etc.) têm contribuído para essa mudança para outros polos de crescimentos, fazendo com que as cidades de porte médio tenham um crescimento mais acelerado. Os municípios de Caucaia, Maracanaú e Maranguape são os mais populosos do Estado, como visto na Tabela 9.

Tabela 9: Evolução populacional da Região Metropolitana de Fortaleza nos anos 2000, 2010 e 2015.

| RM | População | | | Area Total Município km ² | Densidade Demográfica (Hab/km ²) | | | População em relação ao Estado | População em relação ao Brasil | IDHM | Renda Per Capita |
|-------------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------------------------|--|---------------|---------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------|------------------|
| | 2000 | 2010 | 2015 | | 2015 | 2000 | 2010 | | | | |
| Aquiraz | 60.469 | 72.628 | 77.717 | 482,38 | 125,36 | 150,56 | 161,11 | | | 0,641 | 352,6 |
| Cascavel | 57.129 | 66.142 | 70.047 | 835,003 | 68,42 | 79,21 | 83,89 | | | 0,646 | 309,14 |
| Caucaia | 250.479 | 325.441 | 353.932 | 1228,506 | 203,89 | 264,91 | 288,10 | | | 0,682 | 379,63 |
| Chorozinho | 18.707 | 18.915 | 19.192 | 278,413 | 67,19 | 67,94 | 68,93 | | | 0,604 | 277,4 |
| Eusébio | 31.500 | 46.033 | 51.127 | 79,005 | 398,71 | 582,66 | 647,14 | | | 0,701 | 623,01 |
| Fortaleza | 2.141.402 | 2.452.185 | 2.591.188 | 314,93 | 6799,61 | 7786,44 | 8227,82 | | | 0,754 | 846,36 |
| Guaiúba | 19.884 | 24.091 | 25.841 | 267,128 | 74,44 | 90,19 | 96,74 | | | 0,617 | 239,69 |
| Horizonte | 33.790 | 55.187 | 63.365 | 159,98 | 211,21 | 344,96 | 396,08 | | | 0,658 | 322,78 |
| Itaitinga | 29.217 | 35.817 | 38.540 | 151,633 | 192,68 | 236,21 | 254,17 | | | 0,626 | 300,15 |
| Maracanaú | 179.732 | 209.057 | 221.504 | 106,648 | 1685,28 | 1960,25 | 2076,96 | 44,76 | 1,95 | 0,686 | 372,91 |
| Maranguape | 88.135 | 113.561 | 123.570 | 590,873 | 149,16 | 192,19 | 209,13 | | | 0,659 | 307,81 |
| Pacajus | 44.070 | 61.838 | 68.800 | 254,636 | 173,07 | 242,85 | 270,19 | | | 0,659 | 354,78 |
| Pacatuba | 51.696 | 72.299 | 80.378 | 131,994 | 391,65 | 547,74 | 608,95 | | | 0,675 | 344,63 |
| Paracuru | 27.541 | 31.636 | 33.426 | 300,286 | 91,72 | 105,35 | 111,31 | | | 0,637 | 328,2 |
| Paraipaba | 25.462 | 30.041 | 31.986 | 300,922 | 84,61 | 99,83 | 106,29 | | | 0,634 | 283,79 |
| Pindoretama | 14.951 | 18.683 | 20.207 | 75,14 | 198,98 | 248,64 | 268,92 | | | 0,636 | 296,99 |
| São Gonçalo do Amarante | 35.608 | 43.890 | 47.297 | 834,448 | 42,67 | 52,60 | 56,68 | | | 0,665 | 309,14 |
| São Luis do Curu | 11.497 | 12.332 | 12.760 | 122,42 | 93,91 | 100,74 | 104,23 | | | 0,62 | 257,9 |
| Trairi | 44.527 | 51.422 | 54.418 | 925,722 | 48,10 | 55,55 | 58,78 | | | 0,606 | 205,89 |
| RM DE FORTALEZA | 3.165.796 | 3.741.198 | 3.985.295 | 7440,067 | 425,51 | 502,84 | 535,65 | | | 0,732 | 688,72 |

Fonte: Censo 2000, 2010 e estimativas populacionais 2015/IBGE; Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil/IPEA 2013.

A mancha urbana contínua da RMF tem se expandido, muito por conta do fenômeno da periferização, juntamente com os setores produtivos, imobiliários, que tem levado aos municípios da RMF impactos a estruturas dos municípios. Outro ponto em questão é a migração de contingentes vindos do interior do Estado e outras pessoas vindas das cidades próximas por conta dos diversos atrativos, elevando o quantitativo populacional e favorecendo o aparecimento de novas mazelas sociais, como o subemprego, favelização, violência, entre outros.

Nos últimos anos, o que contribuiu para expansão metropolitana foi a presença de grandes construções para a Copa de 2014 (estádio, aeroporto e obras de mobilidade), além de construções complexas na faixa litorânea, como no litoral da Costa Leste com maior prevalência para ocupações irregulares, tendo em vista o poder público não ter conseguido atender, minimamente, os anseios desses moradores. De outro lado, o litoral Oeste, o governo tem implementado políticas públicas nos municípios que compõem a RMF, como a construção viária e portuária, o campus universitário da universidade federal, e outros.

Quanto ao PIB em valores correntes da RMF, ele atingiu mais de 84 bilhões (R\$ 84.830.287,807), com destaque para as cidades de Fortaleza (R\$ 57.246.034,486), Maracanaú (R\$ 7.893.296,291) e Caucaia (R\$ 5.673.367,597). Segundo dados do IBGE entre as 12 maiores capitais do Brasil, Fortaleza fica na 9ª colocação, acima de Recife, Goiânia, Belém, Vitória e Natal, tendo São Paulo como primeira no *ranking*.

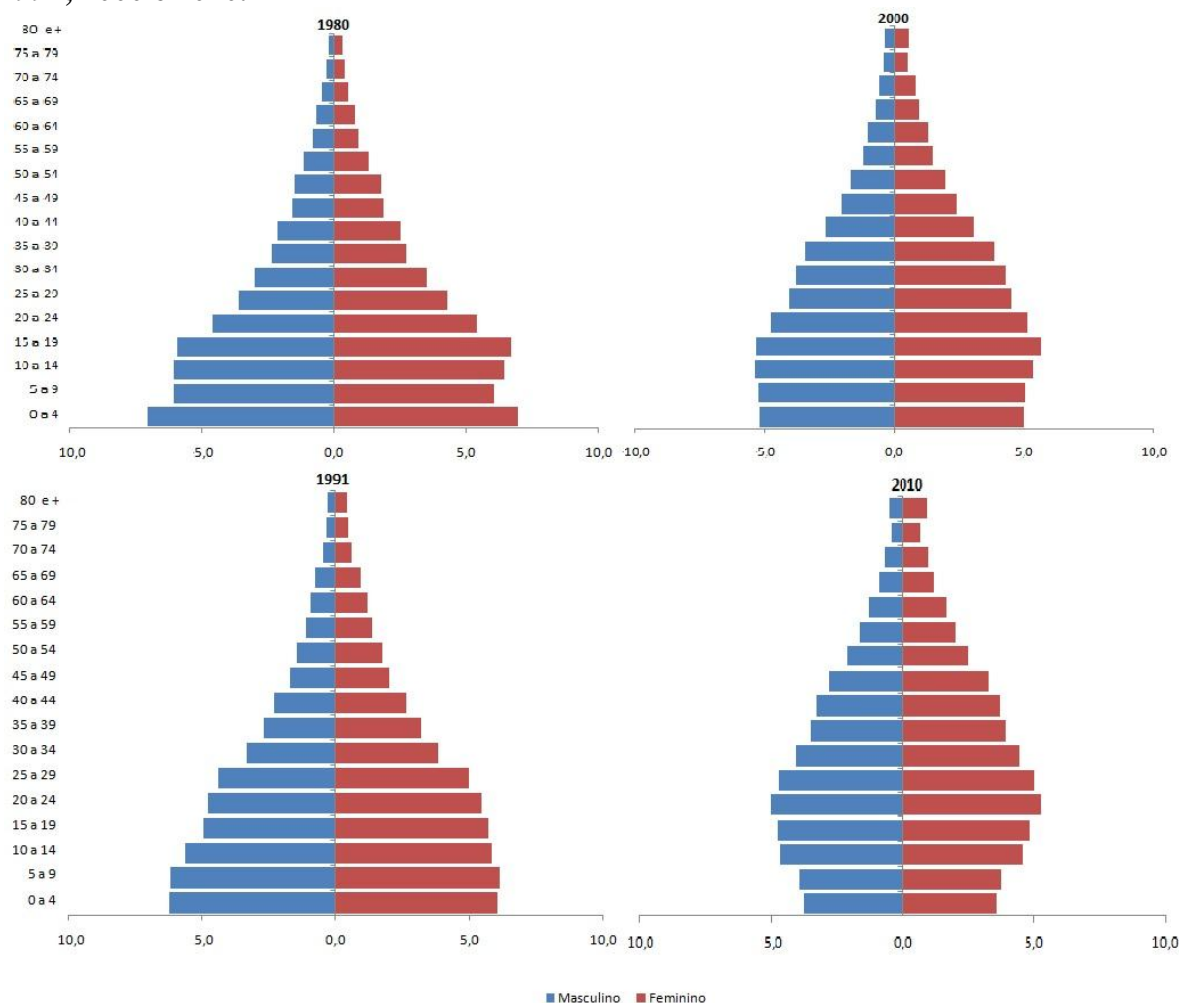
Em 2015 a população da RMF atingiu 3.985,295 milhões de habitantes, isso representa 44,76% da população do Estado do Ceará, 1,95% da população em relação ao Brasil. A taxa geométrica de crescimento anual (TGCA) foi 1,27, no período de 2010 a 2015, o que representa 6,52% no incremento da população na RMF, sendo que a cidade de Fortaleza concentra o maior percentil da população da RMF, 65,02%, com 2.591,188 habitantes.

A concentração mais elevada de pessoas está em Fortaleza (8.227,82 hab km²) em 2015, seguido do município Maracanaú (2.076,96 hab/km²). Os demais apresentam densidade abaixo da média da RMF (535,65 hab/km²), onde a variação fica em 647,14 hab/km² em Euzébio, e 56,68 hab/km² em São Gonçalo do Amarante. Os dados podem ser observados na Tabela 9.

As pirâmides populacionais da RMF apresentam uma tendência de estreitamento da base, reflexo da queda da taxa de natalidade nas últimas décadas, como apresentado na Figura 6. O corpo da pirâmide é mais robusto em 2010, diferentemente como apresentada

em 1980. Em 2010, apresenta uma população adulta e economicamente ativa. Outra análise em 2000 apresenta um leve estreitamento da base.

Figura 6: Pirâmides etárias masculino, feminino da RM de Fortaleza nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Censos demográficos 1980, 1991, 2000, 2010/IBGE; Estimativas populacionais 2000 e 2013/RIPSA. Elaborado pelo autor.

O topo da pirâmide apresenta a população mais idosa, onde se observa um aumento da expectativa de vida e como consequência o envelhecimento da população. Em 1980, alcançou-se a porcentagem de 2,40% para o sexo masculino e 3,0% para o feminino para as faixas etárias de 60 anos e mais. Esses mesmos números tiveram um crescimento em 2010, o que representou em porcentagem-ano de 3,86 e 5,45 para o masculino e feminino, respectivamente. Em 2010, a maior concentração de pessoas está nas faixas etárias jovens (10 a 29 anos); sendo que em 2010, representa 19,06 % para masculino e 19,65% para feminino.

A mesorregião de maior destaque do Estado do Ceará, RMF concentra a maior escala em investimentos e da disseminação das desigualdades na escala estadual. As análises do

Índice de Desenvolvimento Humano dos moradores dos municípios da RMF revelam uma realidade distinta para os municípios de Fortaleza e Eusébio (0,754 e 0,701 respectivamente, em 2010), alcançando a faixa alta do IDHM. Saindo da faixa baixa no ano 2000 de 0,622, confirmando a assertiva em que nesses municípios há um atrativo maior para a indústria de serviços, como de corretagem de imóveis e de segurança privada, derivada de redução de impostos, implantação de chácaras em residências, construção de condomínios fechados e o polo de turismo. Os outros 17 municípios estão na faixa média, mas com grande importância para o desenvolvimento humano da RMF. O que se observa na distribuição dos resultados do IDHM da RMF, nos anos de 2000 a 2010, é a diminuição das desigualdades, de modo geral, entre as Unidades de Desenvolvidos Humanos no período.

A concentração de Renda Per Capita em 2010 das famílias da RMF está em Fortaleza e Eusébio (R\$ 846,63 e R\$ 623,01, respectivamente). Fortaleza ultrapassa a média nacional (R\$ 793,87). No entanto, a RMF apresenta R\$ 688,72 (ver Tabela 8). Nota-se que há uma disparidade de renda entre os municípios, Fortaleza ainda é destaque na concentração de renda, enquanto os outros municípios demonstram essa disparidade, ou seja, os mais ricos estão na cidade-sede.

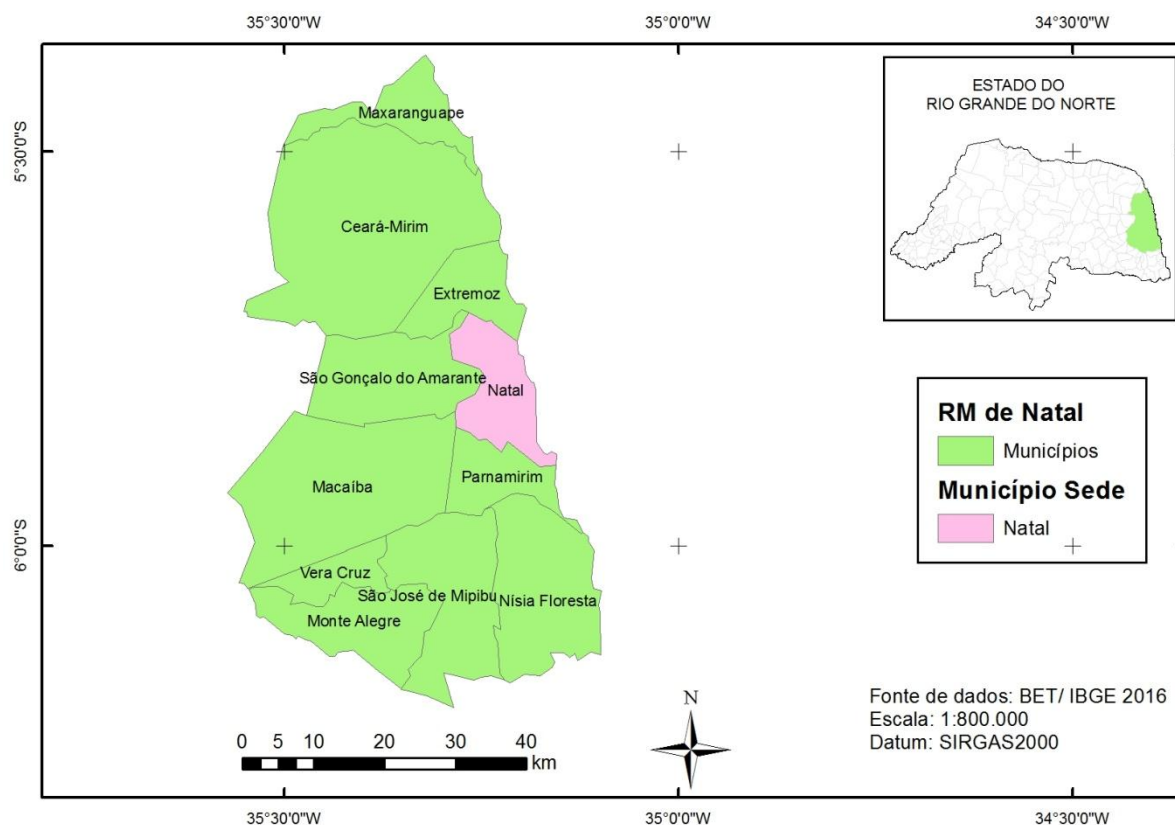
6.3 Região Metropolitana de Natal

A Região Metropolitana de Natal (RMN) não seguiu a institucionalização da década de 1970, sendo institucionalizada pós-constituição de 1988, reforçando a questão econômica, social, urbana, interesses estaduais e municipais que ora as RMs do Brasil passavam.

A RMN ainda é muito recente, criada em 1997, por força de Lei Complementar Estadual n.152 que instituiu as primeiras cidades a integrar a RMN (Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Ceará Mirim, Macaíba e Extremoz), posteriormente, em 2002, foi ampliada de seis municípios para oito (Nísia Floresta e São José do Mipibu) pela LCE n. 221. Em 2005, o Governo Estadual acrescenta à cidade de Monte Alegre, por força de LCE n. 315. Em 2009, a composição muda novamente, acrescentando mais um integrante, a

cidade de Vera Cruz, pela LCE n. 391, em 2013 a cidade de Maxaranguape foi incluída pela LCE n. 485, totalizando 11 cidades na RMN²³.

Figura 7: Municípios que compõem a Região Metropolitana de Natal



Fonte: Elaborado por LMF/INPA e autor.

O processo de metropolização da cidade de Natal teve início na década de 1970, quando a cidade passou por diversos planos de gestão, como: o Plano de Desenvolvimento Regional e Urbano (1977); o Plano de Estruturação do Aglomerado Urbano de Natal (1988); posteriormente, a prefeitura, em parceria com Instituto de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte, elaborou um plano onde visava o crescimento econômico e a passagem ao século XXI. Juntamente com a Federação das Indústrias, a prefeitura traçou um novo plano “Natal no terceiro milênio”, cujas ações metropolitanas começaram a ser definidas abrangendo ações voltadas para a RMN.

As diversas transformações territoriais, urbanas e econômicas ocorridas no Rio Grande do Norte marcam profundamente a cidade de Natal o que também ocorreu em todo o País.

²³ A LCE n. 540 de 27 de julho de 2015 modifica novamente a RMN institucionalizando a cidade de Ielmo Marinho, no mesmo ano, em 28 de dezembro, a LCE 559 acrescenta mais duas cidades, Arês e Goianinha, totalizando 14 cidades na RMN, porém, neste trabalho, a pesquisa se deu em 11 cidades onde o IBGE apresenta no banco de dados do DataSus até 18/10/2017.

No início da década de 1990, Natal é um aglomerado urbano não metropolizado, mas já apresentava sinais de metropolização, girando em torno de dois eixos: expansão da malha urbana, interligando os espaços vazios e nucleados por Natal; e sócio econômico e político-administrativo em que se apresentavam um conjunto de serviços diversos (comércio, turismo, habitação, comunicação, serviços, etc), (CLEMENTINO; FERREIRA, 2015).

Com a institucionalização da RMN, em 1997, se apresentava com as seguintes características, segundo Clementino e Ferreira (2015):

a) dinâmica demográfica com grandes desequilíbrios; b) grande fragilidade ambiental; c) dinâmica sócio-habitacional sob pressão pela ocupação no entorno do polo; no geral, com indícios de conurbação mais acentuada pela orla marítima e, também, com o município de Parnamirim; ocorrência de áreas onde é grande a vulnerabilidade social; e, notáveis diferenças no grau de integração dos municípios (CLEMENTINO; FERREIRA, 2015. p 24).

Em 2007, o Governo Estadual e integrantes da UFPE e UFRN elaboraram outro plano denominado “Natal 2020”, no qual apresentavam um plano estratégico participativo voltado para a RMN da seguinte forma: dimensão ambiental: “um ambiente muito especial; dimensão físico-territorial: uma metrópole em formação; dimensão econômica: uma metrópole dinâmica e em plena transformação; dimensão social: uma metrópole desigual e dimensão político-institucional: uma frágil institucionalidade”. Observa-se que Clementino e Ferreira (2015) apresentavam um polo fortemente concentrador e um aglomeração urbana metropolizada.

Os investimentos públicos e privados ocorridos no início deste século transformaram significativamente, a estrutura urbana e econômica do Rio Grande do Norte e, conseqüentemente, a RMN, tais como: duplicação da BR-101 que liga Natal a Recife; construção da ponte sobre o Rio Potengi, que liga o litoral Sul ao litoral Norte de Natal; construção e melhoramento da infraestrutura (rede viária, abastecimento de água, esgoto sanitário, investimento no setor produtivo, investimento na rede turística).

Os municípios integrantes da RMN passaram por uma reestruturação produtiva em meados de 1990, houve uma descentralização, mesmo que acanhada, para outros municípios. Ganhou força o ramo da indústria têxtil, confecção de alimentos e bebidas nos territórios municipais.

Outro ramo que teve destaque na RMN foi o terciário que se modernizou pelo avanço da economia pós-moderna (criação de novos shoppings centers, grandes redes de

supermercados) e investimentos no turismo (DANTAS, FERREIRA e CLEMENTINO, 2010).

Apesar dos diversos serviços disponíveis na RMF o território metropolitano apresenta pouca expressividade (3.559 km²) o que representa pouco mais de 5% do território do Estado que tem na sua totalidade político-administrativa 52.796,791km².

Tabela 10: Evolução populacional da Região Metropolitana de Natal nos anos 2000, 2010 e 2015.

| RM | População | | | Area Total Município km ² | Densidade Demográfica (Hab/km ²) | | | População em relação ao Estado | População em relação ao Brasil | IDHM | Renda Per Capita |
|-------------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------------------------|--|---------------|---------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------|------------------|
| | 2000 | 2010 | 2015 | | 2000 | 2010 | 2015 | | | | |
| Ceará-Mirim | 62.424 | 68.141 | 72.878 | 724,381 | 86,18 | 94,07 | 100,61 | | | 0,616 | 332,89 |
| Parnamirim | 124.690 | 202.456 | 242.384 | 123,471 | 1009,87 | 1639,70 | 1963,08 | | | 0,66 | 428,65 |
| Extremoz | 19.572 | 24.569 | 27.525 | 139,575 | 140,23 | 176,03 | 197,21 | | | 0,64 | 363,97 |
| Macaíba | 54.883 | 69.467 | 78.021 | 510,771 | 107,45 | 136,00 | 152,75 | | | 0,608 | 298,87 |
| Maxaranguape | 8.001 | 10.441 | 11.831 | 131,316 | 60,93 | 79,51 | 90,10 | 43,72 | 0,74 | 0,609 | 292,15 |
| Monte Alegre | 18.874 | 20.685 | 22.155 | 210,916 | 89,49 | 98,07 | 105,04 | | | 0,763 | 950,34 |
| Natal | 712.317 | 803.739 | 869.954 | 167,264 | 4258,64 | 4805,21 | 5201,08 | | | 0,622 | 337,75 |
| Nisia Floresta | 19.040 | 23.784 | 26.606 | 307,841 | 61,85 | 77,26 | 86,43 | | | 0,766 | 850,44 |
| São Gonçalo do Amarante | 69.435 | 87.668 | 98.260 | 249,124 | 278,72 | 351,91 | 394,42 | | | 0,661 | 377,16 |
| São José de Mipibu | 34.912 | 39.776 | 43.191 | 290,331 | 120,25 | 137,00 | 148,76 | | | 0,611 | 331,85 |
| Vera Cruz | 8.522 | 10.719 | 12.016 | 83,890 | 101,59 | 127,77 | 143,24 | | | 0,587 | 258,12 |
| RM DE NATAL | 1.132.670 | 1.361.445 | 1.504.821 | 2938,880 | 385,41 | 463,25 | 512,04 | | | 0,733 | 778,86 |

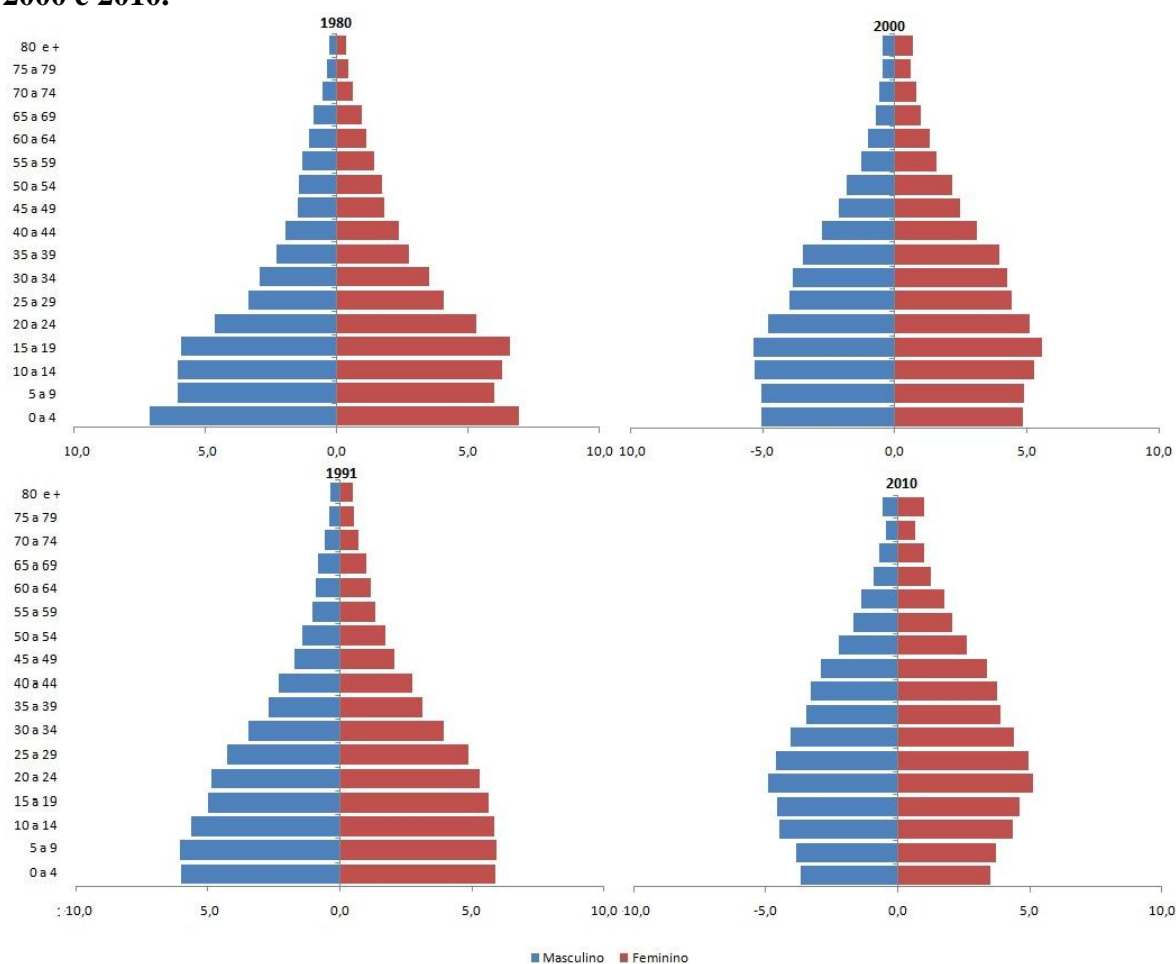
Fonte: Censo IBGE 2000, 2010, estimativas populacionais 2015; Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil/IPEA 2013.

A maior concentração populacional está na RMN, de acordo com os dados do censo do IBGE 2010 e estimativas populacionais como visto na Tabela 9. Em 2015, a cidade de Natal ocupava a primeira fila do ranking com 869.954 habitantes, totalizando 1.557,561 milhões de habitantes vivendo nos aglomerados metropolitanos de Natal, agrupando uma grande concentração de pessoas (5.201,08 hab/km²). Isso representa 55,85% da população do Estado do Rio Grande do Norte.

Esses dados populacionais nos mostram que a cidade de Natal possui o maior contingente, muito por conta de sua área territorial e outros fatores econômicos e sociais. Outro ponto a se levar em consideração sobre a cidade de Natal é a questão da metropolização que veio se construindo ao longo dos anos, apesar de que de alguns anos para cá houve uma descentralização, como observado no município de Parnamirim, que vem ocupando o processo de difusão na questão da centralidade metropolitana, que ocupa 15,56% da população da RMN.

Essa população, em 2010, se apresenta jovem, no auge da força de trabalho, alcançando o corpo da pirâmide etária da RMN. Em 1980, apresentava uma base larga como visto na Figura 8.

Figura 8: Pirâmides etárias masculino, feminino da RM de Natal nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Censos demográficos 1980, 1991, 2000, 2010/IBGE; Estimativas populacionais 2000 e 2013/RIPSA. Elaborado pelo autor.

A pirâmide etária da RMN nos mostra a dinâmica populacional nas últimas quatro décadas. Em 2010, a população jovem é do sexo feminino (52,14%), enquanto que os homens são 47,86%. Esse percentil não teve grandes mudanças ao longo do período.

Quando observado nos grupos de faixa etárias houve um estreitamento da base da pirâmide nos últimos anos. Segundo dados do IBGE no censo de 1980, o maior número de pessoas encontra-se nas faixas etárias de 0 a 04 anos (7,10% masculino e 6,94% feminino), sendo que em 1991 a população concentrou na faixa etária de 0 a 09 (12,10% e 11,84%). Em 2010, a faixa etária de 10 a 29 anos tem o maior percentil (4,93% e 5,13%), o que comprova que o topo da pirâmide ganhou mais população.

O envelhecimento da população da RMN foi consequência do aumento da expectativa de vida. Em 1980, os sexos masculino e feminino, para as faixas etárias de 60 anos e mais apresentavam os seguintes percentis: 3,11% e 3,54%, sendo que esses percentil mudaram em

2010, alcançando 3,99% e 5,70%, o que apresenta em números absolutos 5.4362 e 7.7582 habitantes idosos.

O aumento da expectativa de vida da população da RMF exige das autoridades um olhar diferenciado para o quantitativo apresentado. Por outro lado, o maior percentil está nas faixas etárias de 10 a 29 anos. Essa população jovem precisa de emprego, de saúde e melhores condições de vida, o que o meio metropolitano pode contribuir, tendo em vista, a gama de serviços que ali se apresenta como o turismo, centros industriais e comerciais, setores da construção civil, etc.

De certo que a expansão das atividades turísticas e industriais tem movimentado a economia e movimentos pendulares para os municípios que compõem a RM de Natal, porém outros atrativos também contribuem para esse alavancar de movimentos de população, como as atividades agrícolas (plantio de cana-de-açúcar) e monoculturas (fruticultura, em especial o caju, coco e banana, jerimum e batata), que apresentaram ligeiro desenvolvimento contribuído para expansão metropolitana.

Boa parte da população dos municípios vive com menos de um salário mínimo, apesar de Natal apresentar a maior Renda Per Capita, ou seja, mais rica. É o município mais desigual internamente, apresentando bolsões de pobreza, poluição do meio ambiente, falta de infraestrutura em grande parte da sua malha urbana (CAMPOS, 2017).

A Renda Per Capita de Natal é a mais expressiva (R\$ 950,34) evidenciando os objetos artificiais, e nos mostrando ainda a baixa variedade de economias nos demais municípios da RM. As cidades de Ielmo Marinho (R\$ 204,50) e Monte Alegre (R\$ 292,15) ainda vivem com renda muito baixas, enquanto que Natal ainda puxa a Renda Per Capita da RMN que tem uma média R\$ 778,86.

Quando ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, a cidade de Natal apresenta alto índice (0.763) concentrando os investimentos, os outros 11 municípios alcançaram o índice médio (0.600 a 0.699) no IDHM, sendo que Ielmo Marinho e Vera Cruz apresentam índice baixo.

O Produto Interno Bruto da RMN ficou a pouco mais de 31 bilhões (31 510 289,986), sendo que a cidade-sede apresentou o maior número (20 904 276 bilhões). No *ranking* das 100 capitais brasileiras, em 2015, a cidade de Natal ficou em 17º lugar, apresentando um número expressivo. Na RMN, os municípios com maiores PIB estão Parnamirim (4 597 279,744), seguido de São Gonçalo do Amarante (1 555 780,917), valores que refletem os investimentos das indústrias que se instalaram nesses municípios.

Para Gomes et al, (2015) Natal apresenta o maior número de movimentação pendular da RMN, no entanto, é possível identificar uma redução dos números de entradas de população se comparado a outras décadas anteriores e um leve aumento da saída de capital, mostrando, dessa forma, um aumento da população em outras cidades da RMN. A cidade de Parnamirim foi a que teve maior crescimento populacional nos últimos anos (15,56%) em relação à RMN, tendo em vista estar mais próxima de Natal e isso fez com que o número de construções residenciais aumentasse, abrigando um grande número de condomínios residenciais.

A indústria fabril, têxtil, cerâmica, empreendimentos relacionados à construção civil e de serviços e o construção do novo aeroporto contribuíram para a cidade de São Gonçalo do Amarante ter um crescimento pendular. Extremos também foi afetada pelo movimento por conta da indústria alimentícia, têxtil e turismo na faixa litorânea.

Gomes et al (2015) ressaltam que o município de Macaíba teve seu crescimento devido ao polo industrial do Estado (Centro Industrial de Macaíba), a Escola Agrícola de Jundiá e instalação do Instituto do Cérebro contribuem para os movimentos pendulares e integração com Natal.

De fato, os movimentos pendulares e o ritmo de crescimento da população na RMN têm reduzido, enquanto nos outros municípios, observa-se um aumento é o que apontam estudos do Observatório das Metrópoles (2015). Esses municípios estão ligados a fatores de reorganização dos espaços urbanos, da especulação imobiliária que muito tem se visto em espaços consolidados na RMN (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

Os principais projetos estruturantes no Estado estão na RMN. É o que se têm observado nas últimas décadas: os programas da iniciativa pública e privada como o Proadi²⁴ e Prodetur²⁵, o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), o Programa Minha Casa Minha Vida e as obras da Copa do Mundo 2014, integrando-se a outros projetos e programas de implantação de políticas urbanas, dos planos diretores e pela política nacional de mobilidade urbana. São projetos que conduzem a carga de investimentos financeiros e de

²⁴ Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI), criado por força de Lei Estadual em 1985 gerido pelo governo do Estado e tem o objetivo de apoiar e incrementar o desenvolvimento industrial do Estado, assegurando a concessão de financiamento a empresas industriais, para fins de formação de ativos, sob a forma de contratos de mutua de execução periódica, através da agência de fomento do Rio Grande do Norte S/A.

²⁵ Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR): É um programa de crédito para o setor público (estados e municípios) criado para promover condições favoráveis de expansão e melhorias da qualidade da atividade turística da região nordeste, e também para melhorar a qualidade de vida das populações nas áreas beneficiadas. O programa é financiado pelo BIB e o Banco do Nordeste gerencia os recursos.

gestão relacionados ao poder público e da iniciativa público-privada (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

Neste contexto, podemos entender que a RMN está em profunda mudança na sua dinâmica socioespacial, com maior investimento em Natal e centralidade de capital frente à Região Metropolitana de Natal, muito por conta das mudanças econômicas globais e modelos econômicos brasileiros vigentes nos últimos anos, que reestruturou o mundo do trabalho, do capital que modifica as ações humanas nos ambientes diversos, seja de transporte, dos outros setores da economia e habitação e criação de postos de trabalho.

6.4 Região Metropolitana de Recife

A Região Metropolitana de Recife (RMR) está situada em uma área privilegiada da Região Nordeste, no centro da faixa litorânea, que integra as seis grandes Regiões Metropolitanas Brasileiras, das quais fazem parte as RMs de São Paulo e Rio de Janeiro. Sua população chega perto dos 4 milhões de habitantes (3.914.317), de acordo com estimativas do IBGE em 2015 (Tabela 10), e representa cerca de 1.91% da população nacional e 41,89% da população do Estado. Possui mais da metade do PIB estadual, 60,91%, conforme dados estatísticos do IBGE 2015.

A RM Recife apresenta melhores indicadores sociais, econômicas bem como melhores potencialidades para investimentos e crescimento no Estado de Pernambuco. De acordo com dados da Agência Condep/Fidem (2014), em 2013, a RM cresceu 3,5%, superando a média nacional de 2,3%.

Apesar de o número ser expressivo, a cidade de Recife concentrava 55.5% do PIB nos anos 2000, sendo que a participação reduziu em 2010 para 48.9%. Segundo Rosa e Oliveira (2015), a perda significativa de capital do PIB da RMR se deu em favor do município de Ipojuca, que teve uma participação de 7.8% em 2000 para 14,8% em 2010, uma representação dos investimentos econômicos na parte Sul da metrópole (investimentos situados no complexo industrial e portuário de SUAPE), enquanto os demais municípios apresentaram uma trajetória acanhada (ROSA, OLIVEIRA, 2015. p.115).

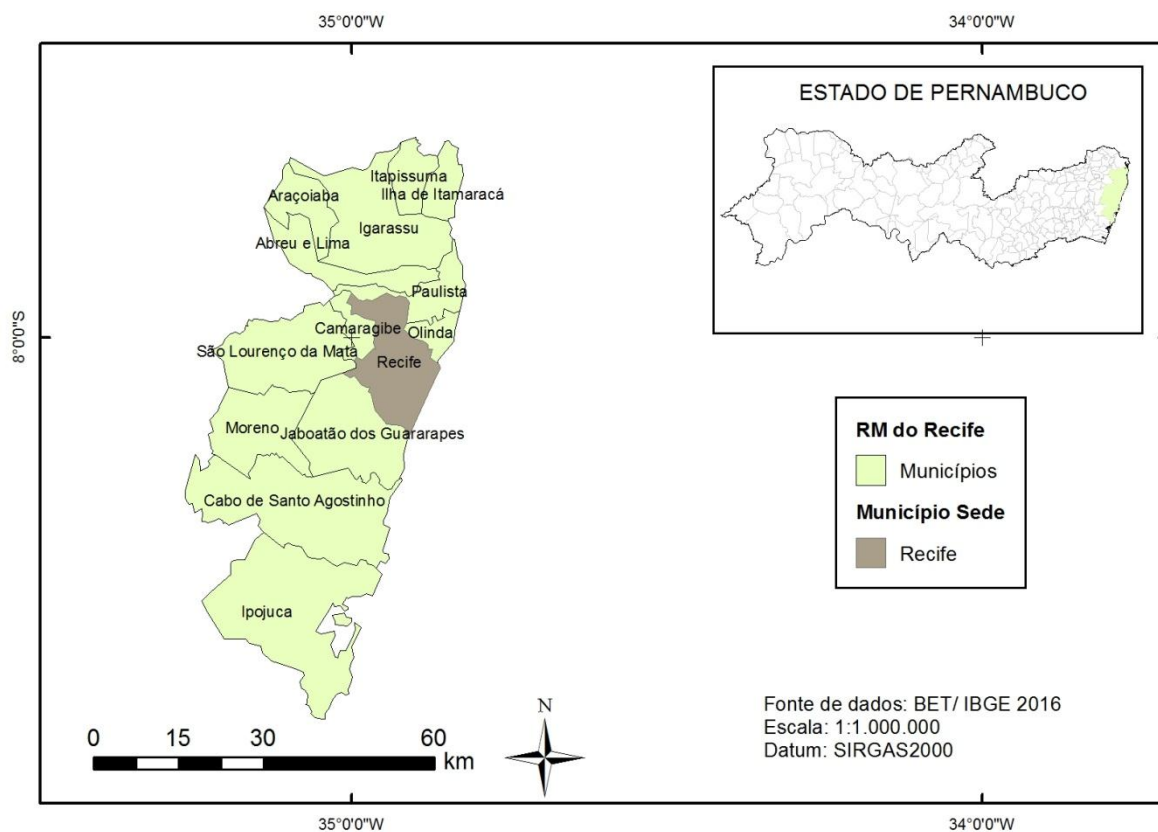
A institucionalização da RMF ocorreu na década de 1970 pelo Governo Federal, por força de Lei Complementar nº 014, de 08 de junho de 1973, onde integrava 10 cidades (Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Matas). Após a constituição de 1988, houve

crescimento de novos municípios, em 1994, por força de Lei Complementar Estadual nº 010, de 06 de janeiro, e foram incluídas mais 4 cidades (Abreu e Lima, Camaragibe, Ipojuca e Itapissuma).

Ipojuca entrou na lista por se desmembrar e possuir parte do Complexo Industrial Portuário de SUAPE, empreendimento que engloba investimentos e petroquímica, refinaria, estaleiros, e polo metal-mecânico, além de plataformas *off-shore* com navios de perfuração e barcos da indústria petrolífera, e a refinaria de Abreu e Lima em construção (MARTINHO; SILVA E AJARA, 2016).

A LCE nº 10 também cria o Sistema Gestor Metropolitano (SGM) fazendo parte de um modelo de gestão integrada, onde os interesses comuns entre os municípios e da ação governamental passa a ser destaque. A cidade de Araçoiaba foi incluída em 01 de janeiro de 1997 por conta do desmembramento. Dessa forma, a RM de Recife totaliza 14 municípios. A Figura 9 apresenta sua localização no Estado de Pernambuco.

Figura 9: Municípios que compõem a Região Metropolitana de Recife

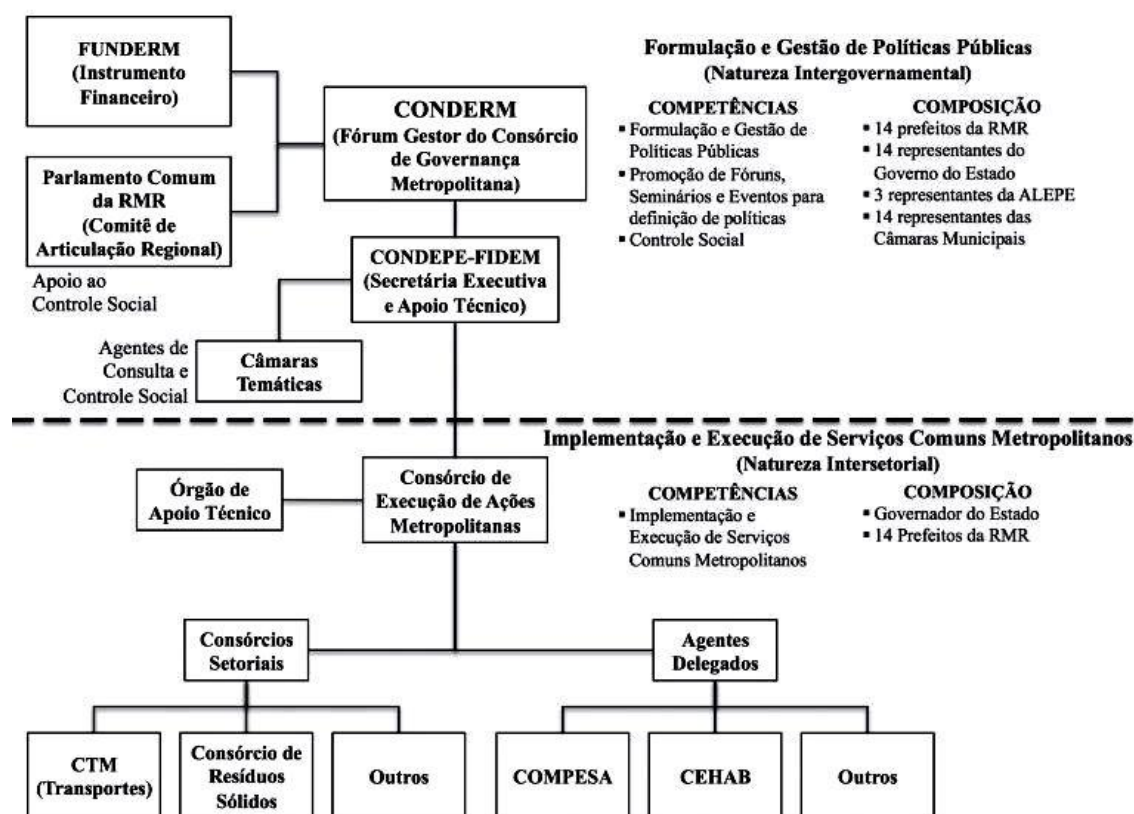


Fonte: Elaborado por LMF/INPA e autor.

A RMR atualmente é corderanda pelo CONDERM (órgão deliberativo e consultivo), gestada pela Secretaria Executiva da Agência Estadual de Planejamento de Pernambuco – Agência Condepe/Fidem, além de contar com o apoio das Câmaras Técnicas Setoriais Metropolitanas, sendo da competência do CONDERM dispor sobre a aplicação do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana – FUNDERM.

A proposta de nova gestão metropolitana ocorreu em 2012, quando o governo pernambucano promoveu uma discussão sobre a reformulação do desenho de governança metropolitana. A nova governança está voltada para o caráter funcional da RMR, dos limites normativos e orçamentários para o exercício da gestão dos interesses comuns entre os municípios e a participação ativa dos novos instrumentos de gestão: consórcios e convênios. O Quadro 6 apresenta o esquema de gestão.

Quadro 3: Estrutura de gestão projetada para RMR



Fonte: (DINIZ, ROCHA, 2015. p.441).

A gestão metropolitana é uma co-responsabilidade no planejamento, organização e execução de ações de interesse da cidade metropolitana, uma vez que a modalidade de execução de serviço compartilhada ou em parceria devem ser pelo desenho acima, gerido pelo CONDERM.

A RM de Recife polariza uma faixa contínua de alta densidade populacional do Nordeste que se dispersa ao longo do litoral desde a cidade de Natal até Aracaju, que abrange mais de 120 cidades, o que a torna diferente a de outras RMs. Segundo Lyra (2003) essa condição vem de processos de ocupação demográficos históricos.

O processo de colonização da RM Recife se deu em decorrência da instalação da economia açucareira de exportação, na qual Recife se consolidou como polo exportador. No século XX, Recife passa por uma decadência econômica que atingiu todo o Nordeste, e a cidade que polarizava a riqueza em seu entorno passou, também, a polarizar a pobreza e aumento populacional expressivo (LYRA, 2003).

Para Miranda e Souza (2004), a Região Metropolitana de Recife é marcada por heranças e processos de produção do espaço metropolitano, a saber: i) as grandes propriedades de terra, remanescentes dos antigos engenhos, situadas nos limites das nucleações periféricas, que subordinam a lógica do planejamento aos movimentos de expansão e retração da economia canavieira e a disposição do proprietário em lotear, entre outras formas; ii) a alta valorização imobiliária das áreas planas, secas e aterradas, que restringe o acesso das classes menos favorecidas as quais se submetem a ocupar os espaços alagados ou íngremes, “*non aedificandi*” ou pouco valorizados; e iii) as paisagens construídas marcadas pelas carências, que refletem a permanência de desigualdades e de mobilizações sociais para reduzi-las.

Hoje, a RMR se destaca por ser um dos principais centros terciários do Nordeste, com destaque para o setor de serviços, e o setor de distribuição de mercadorias. Situam-se na RMR as indústrias de transformação do Estado e tem sua economia centrada na agroindústria (álcool, açúcar, cultivo de frutas e hortaliças).

A RMR se apresenta em uma faixa alongada no sentido norte-sul do litoral pernambucano e no centro a cidade-sede, Recife. Uma planície sedimentar ocupa quase toda a parte litorânea com altitude média de 4 metros. Na área Oeste, apresenta um relevo acidentado (colinas, morros, tabuleiros, serras), formas topográficas, continuidade morfológica e declives e alguns vestígios da mata atlântica em pontos enxutos mais elevados e parte do território é constituído por relevos movimentados (morros).

Os municípios que têm maior problema com a ocupação de suas encostas são: Recife, Olinda, Cabo de Santo Agostinho, Paulista e Ipojuca, pois são municípios costeiros, onde ocorrem maior precipitação pluviométrica e agitação de sentimentos e do solo. A planície

mais plana ocupa a maior extensão de população e apresenta a maior concentração do valor imobiliário, disponibilidade de equipamentos e de serviços e de infra-estrutura.

A RMR apresenta sinais de degradação ambiental (desmatamento, contaminação/salinização dos recursos hídricos superficiais e profundos, redução e poluição de áreas estuarinas, emissão de poluentes atmosféricos, poluição visual, erosão de encostas, alagamentos de áreas de planície, erosão costeiras), resultado de ação antrópica (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2006a).

Outro estudo do Observatório das Metrópoles identifica os espaços metropolitanos e suas tipologias, onde, utilizando da hierarquia dos espaços urbanos, as aglomerações foram classificadas segundo o grau de concentração de atividades no polo.

Considerando os indicadores, a RMR está entre as 15 RMs do Brasil, sendo que Recife foi considerada de nível 3, a de São Paulo nível 1, e Rio de Janeiro nível 2. O nível de integração é classificado considerando indicadores demográficos, fluxos de deslocamentos pendulares, densidade e características ocupacionais, classificando-as em muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo. A RMR apresenta nível médio de integração.

No mesmo estudo, as análises intrametropolitanas se agrupam em três níveis, além do polo metropolitano Recife: muito alto (Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista); alto as cidades (Abreu e Lima, Cabo de santo Agostinho e Camaragibe); e médio (Araçoiaba, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Moreno e São Lourenço da Mata) (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2005).

A maior concentração de pessoas está em Recife (1.617.183 habitantes), confirmando a tendência nacional centro-periferia, que caracteriza a metrópole brasileira, assim como o processo de periferação da RMR. A população pobre também se desloca em busca de condições melhores de moradia e acesso à terra, avançando para as outras malhas das cidades metropolizadas, ocupando espaços ao lado da cidade verticalizada, de nível econômico mais alto.

Tabela 11: Evolução populacional da Região Metropolitana de Recife nos anos 2000, 2010 e 2015.

| RM | População | | | Area Total Município km ² | Densidade Demográfica (Hab/km ²) | | | População em relação ao Estado | População em relação ao Brasil | IDHM | Renda Per Capita |
|-------------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------------------------|--|------------------|----------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------|------------------|
| | 2000 | 2010 | 2015 | | 2015 | 2000 | 2010 | | | | |
| Abreu e Lima | 89.039 | 94.429 | 98.602 | 126,193 | 705,58 | 748,29032 | 781,36 | | | 0,679 | 390,4 |
| Araçoiaba | 15.108 | 18.156 | 19.816 | 96,381 | 156,75 | 188,37738 | 205,60 | | | 0,592 | 236,1 |
| Cabo de Santo Agostinho | 152.977 | 185.025 | 200.546 | 448,735 | 340,91 | 412,32576 | 446,91 | | | 0,686 | 467,07 |
| Camaragibe | 128.702 | 144.466 | 154.054 | 51,257 | 2510,92 | 2818,4638 | 3005,52 | | | 0,692 | 473,78 |
| Igarassu | 82.277 | 102.021 | 112.463 | 305,56 | 269,27 | 333,88205 | 368,06 | | | 0,665 | 384,1 |
| Ipojuca | 59.281 | 80.637 | 91.341 | 527,107 | 112,46 | 152,98032 | 173,29 | | | 0,653 | 394,85 |
| Ilha de Itamaracá | 15.858 | 21.884 | 24.888 | 66,684 | 237,81 | 328,17467 | 373,22 | 41,89 | 1,91 | 0,619 | 362,68 |
| Itapissuma | 20.116 | 23.769 | 25.798 | 74,235 | 270,98 | 320,1859 | 347,52 | | | 0,633 | 312,47 |
| Jaboatão dos Guararapes | 581.536 | 644.620 | 686.122 | 258,694 | 2248,05 | 2491,8243 | 2652,25 | | | 0,717 | 593,9 |
| Moreno | 49.205 | 56.696 | 61.016 | 196,072 | 250,95 | 289,15908 | 311,19 | | | 0,652 | 356,7 |
| Olinda | 367.902 | 377.779 | 389.494 | 41,681 | 8826,61 | 9063,5781 | 9344,64 | | | 0,735 | 640,13 |
| Paulista | 262.237 | 300.466 | 322.730 | 97,312 | 2694,81 | 3087,6562 | 3316,45 | | | 0,732 | 528,04 |
| Recife | 1.422.905 | 1.537.704 | 1.617.183 | 218,435 | 6514,09 | 7039,6411 | 7403,50 | | | 0,772 | 1144,26 |
| São Lourenço da Mata | 90.402 | 102.895 | 110.264 | 262,106 | 344,91 | 392,57018 | 420,68 | | | 0,653 | 364,43 |
| RM DE RECIFE | 3.337.565 | 3.690.547 | 3.914.317 | 2770,452 | 1204,70 | 1332,1101 | 1412,88 | | | 0,734 | 780,36 |

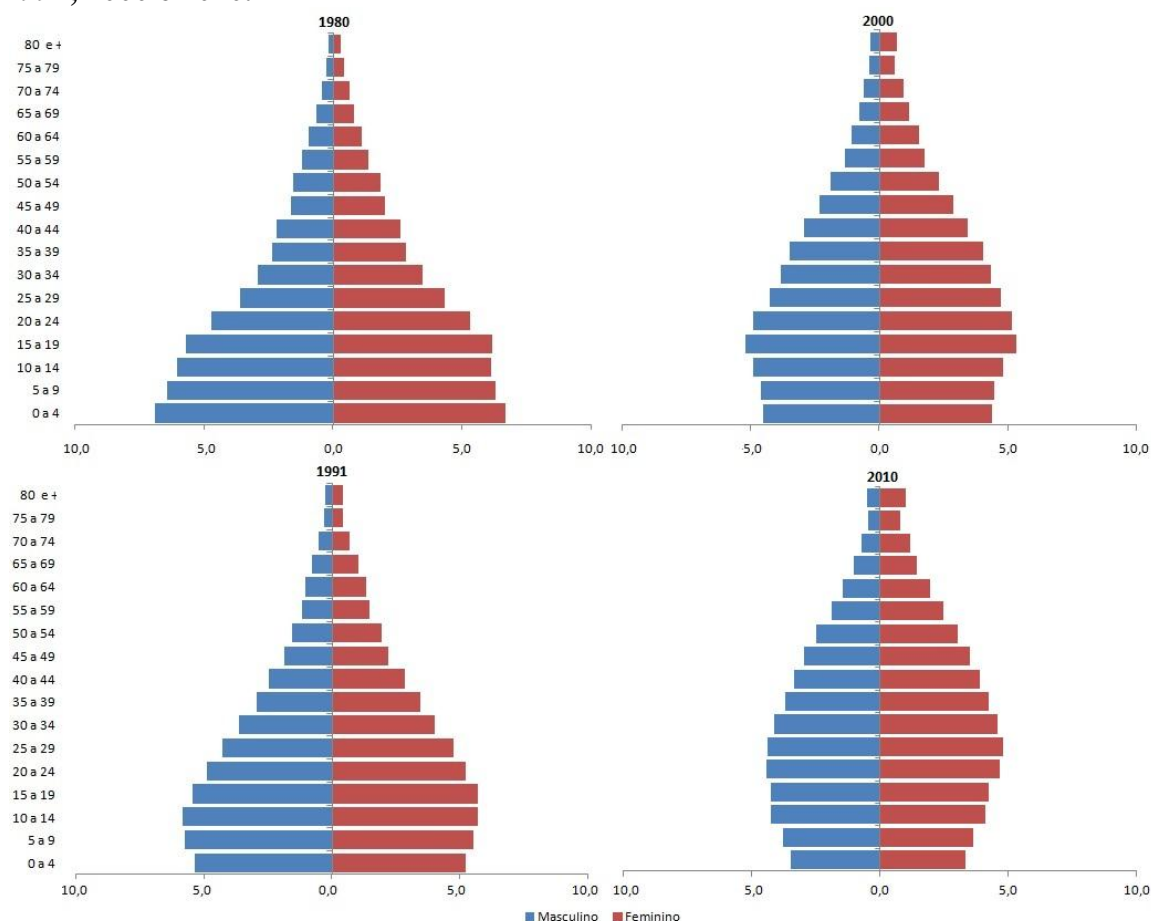
Fonte: Censo IBGE 2000, 2010 e estimativas populacionais 2015; Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil/IPEA 2013.

Com uma densidade demográfica 1.412,28 hab/km², dos 14 municípios, 9 apresentam população inferior a 200 mil habitantes, os outros municípios comportam a maior população com maior integração, Recife (1.617.183 habitantes), Jaboatão dos Guararapes (686,122), Olinda (389,494), Paulista (322,730), segundo estimativas populacionais do IBGE para 2015.

Recife apresenta uma área de 218,435 km², com 7.403,50 habitantes por km², o que representa 41,31% dos moradores da RMR e sua área se estende além dos limites municipais. Por conta deste movimento, a população das cidades vizinhas vem aumentando nas últimas décadas, ampliando os espaços conurbados que integram as malhas urbanas específicas de cada município.

O que se pode inferir da RMR em relação à sua população em 2010, é que ela está concentrada no corpo da pirâmide etária com maior prevalência para o sexo feminino (8,81%), o que não diferem significativamente, do sexo masculino (9,46%) nas faixas etárias de 20 a 29 anos.

Figura 10: Pirâmides etárias masculino, feminino da RM de Recife nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Censos demográficos 1980, 1991, 2000, 2010/IBGE; Estimativas populacionais 2000 e 2013/RIPSA; Elaboração do autor.

Segundo o Censo do IBGE de 1980, a maior população se encontrava na base da pirâmide e essa configuração foi mudando ao longo das quatro décadas. A população apresenta um crescimento na taxa de natalidade em 1980, o percentil alcançou para os sexos masculino e feminino (2,43% e 3,27%), enquanto que em 2010 esse número aumentou (4,10% e 6,39%), refletindo no aumento do topo da pirâmide.

Os valores do IDHM da RMR são considerados alto, segundo as características das Nações Unidas. Com 0.734 o IDHM da RMR confirmando que o Brasil urbano apresenta melhores condições de oportunidades para o desenvolvimento que o Brasil rural.

A RMR apresenta níveis muito altos no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal: Recife (0.734), Olinda (0.735), Paulista (0.732) e Jaboatão dos Guararapes (0.717) se destacam com alto índice. Nove municípios apresentam níveis médios. São municípios com baixa integração com o polo metropolitano (Abreu e Lima, Cabo de Santo

Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ipojuca, Ilha de Itamaracá, Itapissuma, Moreno, São Lourenço da Mata), ficando entre 0.600 a 0.699, e Araçoiaba apresenta nível baixo e mantém maior área rural (0.592).

O que se observa no IDHM é que os quatro municípios (Recife, Olinda, Paulista, e Jaboatão dos Guararapes) têm índices superiores a do Brasil, e estão localizados em áreas litorâneas onde concentram a maior população da RMR, porém Recife ainda concentra a maior Renda Per Capita (R\$ 1.144,26).

Conseqüentemente, estão nesses municípios os maiores bolsões de pobreza, correspondendo às construções habitacionais da década de 70 e 80. Os outros municípios apresentam a Renda Per Capita baixa, em torno de R\$ 312 a R\$ 472, demonstrando a distribuição da desigualdade de renda entre a cidade-sede.

6.5 Região Metropolitana de Salvador

A Região Metropolitana de Salvador (RMS) tem grande importância para o Brasil, não só pela sua condição populacional de quase 4 milhões de habitantes (3.953,288), segundo estimativas do IBGE para 2015, o que lhe confere a posição de 6ª maior RM do Brasil em população e tendo seu município-sede, Salvador, como a 3ª cidade do país mais populosa, ficando atrás de São Paulo, Rio de Janeiro, muito por conta de sua história que remonta os tempos coloniais.

Salvador, fundada em 1549, já como metrópole pelos portugueses, concentrava toda administração da colônia. Essa predisposição para metrópole vai até 1763, quando o Rio de Janeiro passa a ser o eixo econômico colonial brasileiro. Voltada para a mineração, Salvador neste contexto, passa a ser metrópole regional, abrangendo o Estado da Bahia e parte de Sergipe. Resumindo nas palavras de Santos (1959): “possuía uma atividade agrícola comercial antiga que ainda subsiste, e conserva suas funções que lhe deram seu papel regional, perpassando pelas novas formas de vida urbana, e mostra ainda, em suas paisagens, formas materiais de outros períodos” (SANTOS, 1959. p 192).

A cidade de Salvador possuía diversas atividades de gestão e escoamento de produtos para a coroa portuguesa. Dentre as diversas funções, destaque para as funções portuárias, política, administrativa, financeira, e sua base econômica voltava-se para o açúcar, o fumo no recôncavo, a região que contorna a Baía de Todos os Santos, onde foi acrescida no século XIX com a produção cacaueteira, no litoral Sul em mata natural, e pelo Sisal e outros

produtos, no século XX. A indústria era centrada em Salvador, na então península de Itapagipe (SILVA et al. 2014. p.22).

Salvador no século XX é uma cidade metrópole, pouco dinâmica do ponto de vista econômico, sem Região Metropolitana, apesar de sua área ser densa e urbanizada e bem integrada aos municípios próximos. A Ilha de Itaparica já se despontava como local de veraneio, por exemplo.

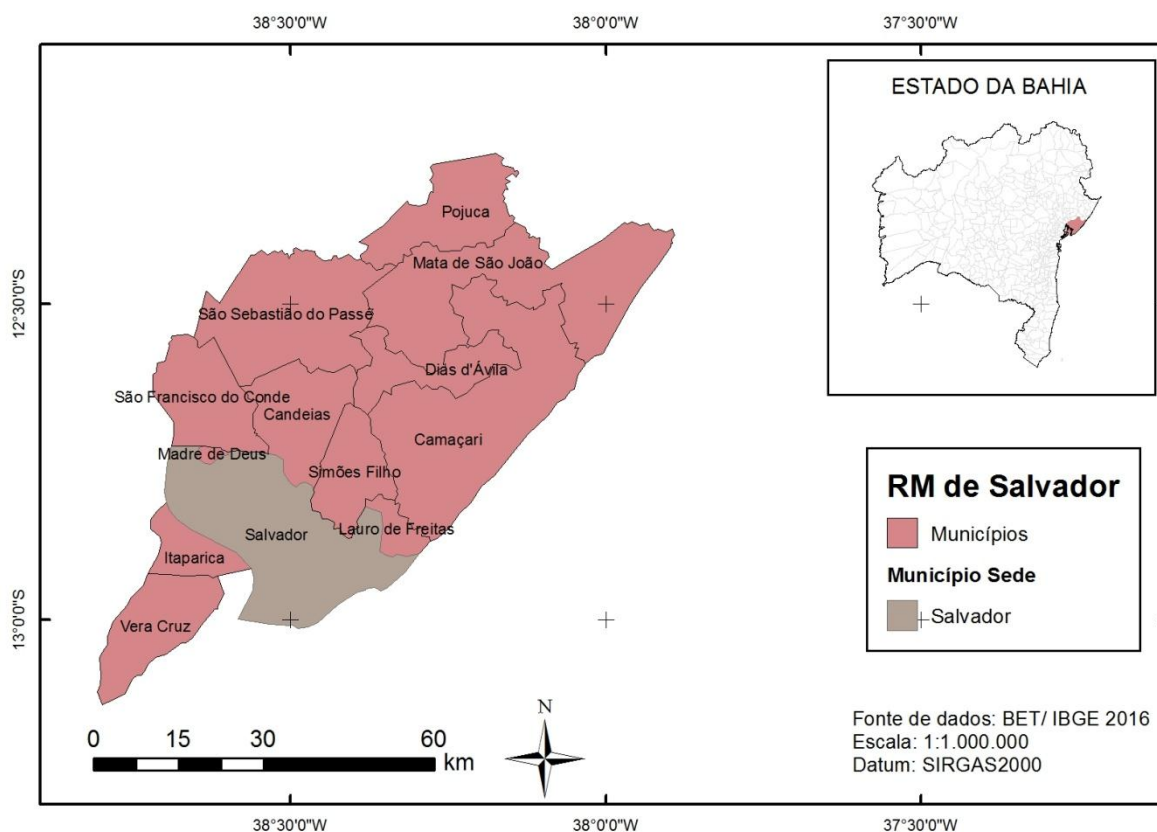
As mudanças começaram com o mercado global, principalmente, pela questão das construções das vias rodoviárias, e com a descoberta do petróleo no recôncavo em 1950, com a industrialização em meados de 1960 (industrial de Aratu - CIA), e em 1970 pelos polos industriais (polo petroquímico de Camaçari em 1978, com maior expressividade) e importantes polos marítimos (Porto de Salvador, Porto de Aratu e Terminal Miguel de Oliveira, Porto da Ford).

Com essas mudanças econômicas em meados da década de 1970, começa a discussão metropolitana no Estado da Bahia, com a integração sonhada pelo Governo Federal Militar. Vale ressaltar que bem antes da institucionalização da RMS, em 1967, foi criado o Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (CONDER), que, posteriormente, foi transformando em Região Metropolitana em 1974.

A RMS foi criada por LCF nº 014, de 08 de junho de 1974, com 8 municípios (Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz). Em 1º de janeiro de 1986, foi incluído o município de Dias D'Ávila por desmembramento e também por desmembramento o município de Madre de Deus, no dia 1º de janeiro de 1990. Por força de Lei Complementar Estadual, nº 30, foi acrescida a cidade de Mata de São João e São Sebastião do Passé, no dia 03 de janeiro de 2008, e no ano seguinte, em 22 de janeiro de 2009, pela LCE nº 32, o município de Pojuca, totalizando 13 municípios.

A RMF apresenta-se de acordo com a Figura 11 no Estado da Bahia.

Figura 11: Municípios que compõem a Região Metropolitana de Salvador



Fonte: Elaborado por LMF/INPA e autor.

Os instrumentos jurídicos de criação da entidade metropolitana de Salvador teve sua base na LCE nº 41, de 13 de junho de 2014, que dispõem sobre sua estrutura de governança e sobre o sistema de planejamento metropolitano e institui o Fundo de Mobilidade e de Modicidade Tarifária do Transporte Coletivo da RMS. Posteriormente, em o decreto nº 15.244, de 10 de julho de 2014, aprovou o regimento interno da RMS.

A estrutura metropolitana de Salvador ficou assim definida: pelo Colegiado Metropolitano (Governador do Estado e prefeitos dos municípios que compõem a RMS); Secretária-Geral de Entidade Metropolitana (Exercida pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano do Estado, até a eleição pelo colegiado); Comitê Técnico (03 representantes do Estado; 03 representantes de Salvador, 01 representante de cada um dos municípios que compõem a RMS) e Conselho Participativo composto por 30 membros (01 representante escolhido por cada Legislativo e os outros representantes da sociedade civil pelo Colegiado) (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2015).

Quanto ao sistema de planejamento metropolitano, a RMS é constituída pelos seguintes planos: Plano de Desenvolvimento Metropolitano (PDM), Plano Setorial Metropolitano (PSM) e Plano Setoriais Locais (PSL). A entidade metropolitana também

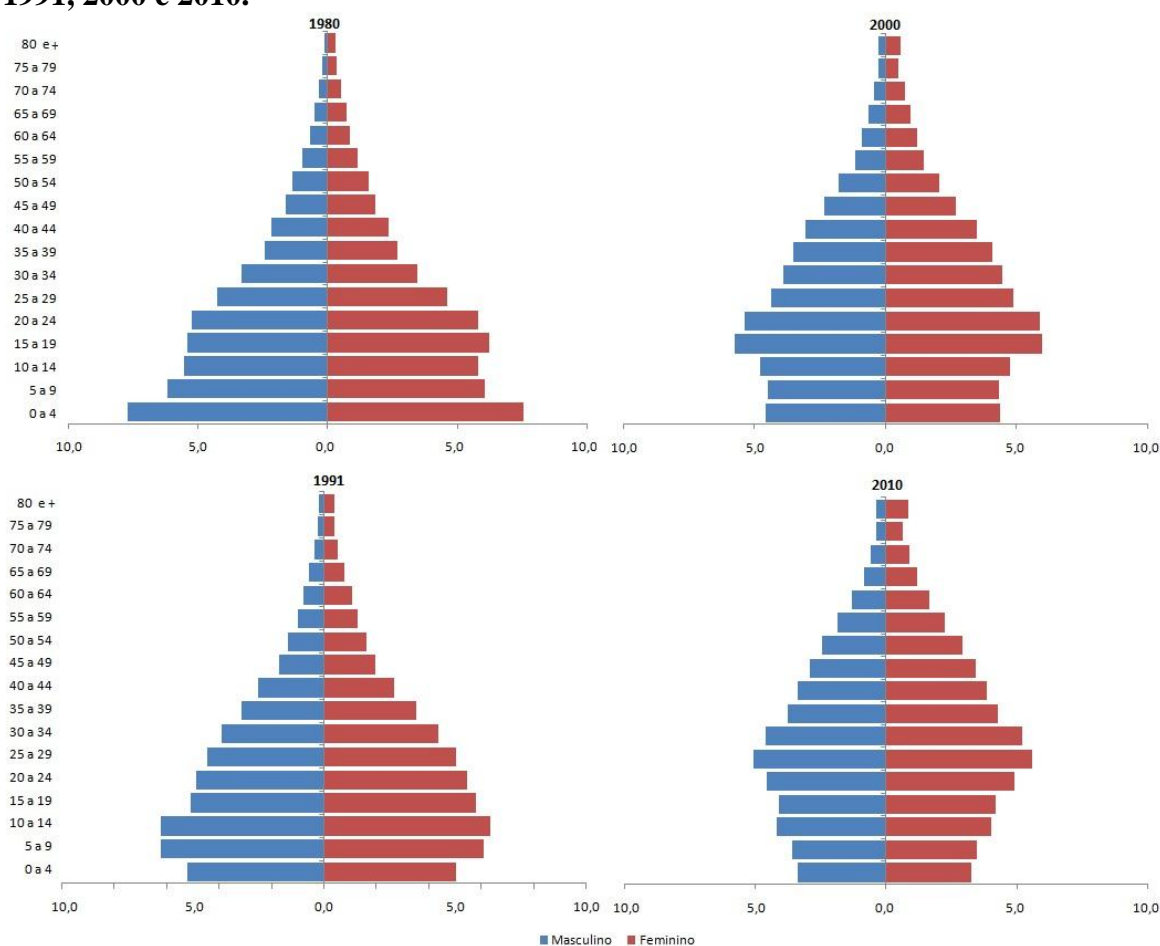
editar os planos setoriais metropolitanos: do uso e ocupação do solo; de habitação; urbana; saneamento básico; e os relativos a funções públicas de interesse comum nos termos do colegiado metropolitano (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2015).

A RMS surge com graves problemas de gestão metropolitana, refletindo um espelho de outras RMs no Brasil, que passam pelo grave desafio da gestão dos interesses comuns municipais, tendo em vista a questão do crescimento urbano-industrial. Salvador ainda continua atraindo o maior contingente de pessoas e é responsável por 73% da população da RMS, com 4.2016,23 hab/km², em 2015.

No entanto, Camaçari tem se destacado por conta da implementação industrial. Sua população teve a taxa geométrica de crescimento anual de 5.90% no período de 2000 a 2015, superando Salvador com 1.80% para o mesmo período e tem a segunda população da RMS com 286,919 mil habitantes, ultrapassando as cidades de Ilhéus e Itabuna.

Em 1980, sua população ocupava a base da pirâmide, concentrando nas faixas etárias de 0 a 4 anos os maiores percentis (15,28%). Nos últimos anos, esses números mudam, pois a população feminina aumentou e o corpo da pirâmide em 2010 ficou maior nas faixas etárias de 25 a 29 anos (10,67%), como visto na Figura 12.

Figura 12: Pirâmides etárias masculino, feminino da RM de Salvador nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Censos demográficos 1980, 1991, 2000, 2010/IBGE; Estimativas populacionais 2000 e 2013/RIPSA; Elaboração do autor.

O topo da pirâmide ampliou sendo consequência do aumento da expectativa de vida e do processo de envelhecimento da população. Segundo o Censo do IBGE em 1980, esses números alcançaram nas faixas etárias 60 anos e mais, 1,83% para o sexo masculino e 2,76% para o feminino. Em 2010, o Censo do IBGE apresenta um aumento de idosos, (3,47% e 5,22%), reflexos dos investimentos em saúde, educação, infra-estrutura, tanto do poder público como privado.

O município de Candeias foi dinamizado por conta da exploração do petróleo e sedia algumas indústrias, mas ainda possui uma Renda Per Capita baixa, R\$ 462,57. Na outra ponta, Lauro de Freitas tem a maior Renda Per Capita da RMS, R\$ 1.031,78, muito por conta da indústria do petróleo e o polo metal mecânico, além de predominância de serviços e moradores com maior poder aquisitivo, vindos de Salvador e de metrópole do Sul e Sudeste que migraram em condições melhores para aquelas regiões, sendo pessoas com

melhores perfis educacionais e de renda. A cidade de Lauro de Freitas concentra grande parte dos funcionários com melhor remuneração do polo industrial de Camaçari, onde se conurba com Salvador (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2012).

A periferização também atinge Lauro de Freitas, muito por conta das promessas por melhores condições de habitação e emprego, atraídos pelo *boom* da construção civil (conjuntos habitacionais, empresas do polo petroquímico e petróleo), serviços domésticos, etc., o que ocasionou diversos problemas sociais, incluindo a violência (FERNANDES, GUIMARÃES, 2014).

O Censo do IBGE 2010, apesar de não trazer a cidade de Salvador no ranking das 10 primeiras cidades com pessoas morando nos aglomerados subnormais (favelas, comunidades, invasões, com no mínimo 51 domicílios), apresenta a RM de Salvador no 4º lugar no ranking das RMs brasileiras (290.432), o que representa 8.2% da população nacional, ficando atrás das RMs de São Paulo (596.479 pessoas), Rio de Janeiro (520.260 pessoas) e Belém (291.771 pessoas).

Salvador concentrava 94.9% do total de domicílios em aglomerados subnormais na RM. Ainda segundo o Censo 2010, mais de 85% dos domicílios da RMS ocupavam áreas com forte densidade, com predomínios de aclives ou declives acentuados. Os demais municípios pertencentes à RMS apresentam uma maior quantidade de domicílios em aglomerados subnormais em áreas consideradas planas, com exceção de Itaparica, Candeias e Simões Filho.

Segundo os pesquisadores do IBGE, a explicação para o fenômeno se deve à presença de favelas nas RMs com mais de 1 milhão de habitantes e concentração demográfica, maior oferta de emprego na cidade-sede e municípios próximos (IBGE, 2010).

A RM representa 43,94% do PIB a preços correntes do Estado. A cidade de Salvador ainda produziu mais de 57 bilhões (R\$ 57 872 792,716), seguida de Camaçari (R\$ 20 374 785,999) e São Francisco do Conde (R\$ 8 646 316,623) e Lauro de Freitas (R\$ 5 650 555,962), números que refletem os investimentos econômicos em cada município.

Na Tabela 12, podemos inferir que o Estado da Bahia apresenta uma nítida concentração populacional na RMS, com baixa densidade demográfica, com destaque para o semi-árido do sertão, o que demonstra a assertiva à manutenção dos padrões tradicionais da dinâmica populacional. As cidades que possuem maior concentração por quilômetros quadrados são: Salvador (4.216,23 hab/km²), Lauro de Freitas (1.969,11 hab/km²) e Simões Filho (660,80 hab/km²), os outros 10 municípios apresentam baixa densidade demográfica.

Tabela 12: Evolução populacional da Região Metropolitana de Salvador nos anos 2000, 2010 e 2015.

| RM | População | | | Área Total Município km ² | Densidade Demográfica (Hab/km ²) | | | População em relação ao Estado | População em relação ao Brasil | IDHM | Renda Per Capita |
|------------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------------------------|--|---------------|---------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------|------------------|
| | 2000 | 2010 | 2015 | | 2015 | 2000 | 2010 | | | | |
| Camaçari | 161.727 | 242.970 | 286.919 | 784,658 | 206,11 | 309,65 | 365,66 | | | 0,694 | 553,18 |
| Candeias | 76.783 | 83.158 | 88.806 | 251,628 | 305,14 | 330,48 | 352,93 | | | 0,691 | 462,57 |
| Dias d'Ávila | 45.333 | 66.440 | 78.058 | 184,23 | 246,07 | 360,64 | 423,70 | | | 0,676 | 460,6 |
| Itaparica | 18.945 | 20.725 | 22.615 | 118,04 | 160,50 | 175,58 | 191,59 | | | 0,67 | 476,99 |
| Lauro de Freitas | 113.543 | 163.449 | 191.436 | 57,662 | 1969,11 | 2834,61 | 3319,97 | | | 0,754 | 1031,78 |
| Madre de Deus | 12.036 | 17.376 | 20.348 | 32,201 | 373,78 | 539,61 | 631,91 | | | 0,708 | 517,74 |
| Mata de São João | 32.568 | 40.183 | 45.813 | 633,198 | 51,43 | 63,46 | 72,35 | 26 | 1,93 | 0,668 | 451,9 |
| Pojuca | 26.203 | 33.066 | 37.543 | 290,117 | 90,32 | 113,97 | 129,41 | | | 0,666 | 443,8 |
| Salvador | 2.443.107 | 2.675.656 | 2.921.087 | 692,819 | 3526,33 | 3861,98 | 4216,23 | | | 0,759 | 973 |
| São Francisco do Conde | 26.282 | 33.183 | 39.329 | 269,609 | 97,48 | 123,08 | 145,87 | | | 0,674 | 433,23 |
| São Sebastião do Passé | 39.960 | 42.153 | 45.482 | 538,3 | 74,23 | 78,31 | 84,49 | | | 0,657 | 411,75 |
| Simões Filho | 94.066 | 118.047 | 133.202 | 201,577 | 466,65 | 585,62 | 660,80 | | | 0,675 | 431,97 |
| Vera Cruz | 29.750 | 37.567 | 42.650 | 299,734 | 99,25 | 125,33 | 142,29 | | | 0,645 | 408,64 |
| RM DE SALVADOR | 3.120.303 | 3.573.973 | 3.953.288 | 4353,773 | 716,69 | 820,89 | 908,01 | | | 0,743 | 874,07 |

Fonte: Censo IBGE 2000, 2010, estimativas populacionais 2015; Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil/IPEA 2013.

A RM de Salvador tem elevada característica de polarizar os espaços, seja na questão local ou regional. Os municípios Camaçari, Dias d'Ávila, Candeias e Simões Filho são considerados conurbados a Salvador e outros ainda não são, efetivamente conurbados, mas apresentam atração forte a município-sede: Itaparica e Vera Cruz (Ilha de Itaparica) com predominância para atividades agrícolas; o município São Francisco do Conde, com ações voltadas para a Baía de Todos os Santos; Mata de São João, ao Litoral Norte; e São Sebastião do Passé e Pojuca com mais atividades agrícolas e os outros municípios com densidade populacional e Renda Per Capita mais baixos.

O município-sede, Salvador, possui maior dinamismo econômico e atrai migrantes do interior do Estado, sendo suas áreas centrais densamente ocupadas. Esses locais configuram bairros com precárias condições de moradia e infra-estrutura, onde se firmam novos moradores que não têm acesso à área litorânea, onde se localizam moradias de alto custo.

Apesar do atrativo econômico, os municípios que tiveram maior taxa de crescimento foram Camaçari (5,90%), Dias D'Ávila (5,58%), Madre de Deus (5,39%), Lauro de Freitas (5,36%) e São Francisco do Conde (4,11%), superior ao crescimento da RMS em 2015. Salvador teve 1,80% na taxa de geométrica de crescimento anual no período de 2000 a 2015.

A maioria dos municípios é de base industrial e constituem a presença forte de instituições públicas. Em Madre de Deus, o que pode explicar esse crescimento é o terminal marítimo da Petrobrás e um leve crescimento em Mata de São João, por conta do atrativo

turístico e a expansão de grandes empreendimentos turísticos e loteamentos ao longo da orla litorânea desses municípios (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2011).

Para Fernandes e Guimarães (2014), o aquecimento dos fluxos migratórios do interior para o município-sede pode estar retendo populações e está ligado a alguns fatores: o interior da Bahia passou a receber investimentos produtivos e alguns municípios passaram ter atividades atrativas; a cadeia atrativa de produção de grãos do Oeste do Estado; a cadeia de celulose e silvicultura do Extremo Sul do Estado; a fruticultura irrigada da região do baixo e médio São Francisco; *boom* do turismo do litoral norte e no extremo sul; efetivação de Porto Seguro e de Itacaré no Litoral Sul; e a indústria calçadista, que influenciou sobremaneira em alguns municípios, apesar da crise econômica que se abateu no Brasil no ano 2000.

Outro ponto para esse arrefecimento em retenção de populações em determinados municípios, do interior do Estado, está ligado aos programas sociais. Os investimentos nos programas: da Agricultura Familiar (Pronaf), dos programas de transferência de renda (Bolsa Família) podem estar retendo populações tradicionais, sobretudo nos centros rurais. Esse fato se configura, uma vez que a população do Estado da Bahia possui a maior contingente rural (cerca de 4 bilhões de habitantes em 2010), com 1,8 milhão de famílias beneficiárias do bolsa família (FERNANDES, GUIMARÃES, 2014. p.73).

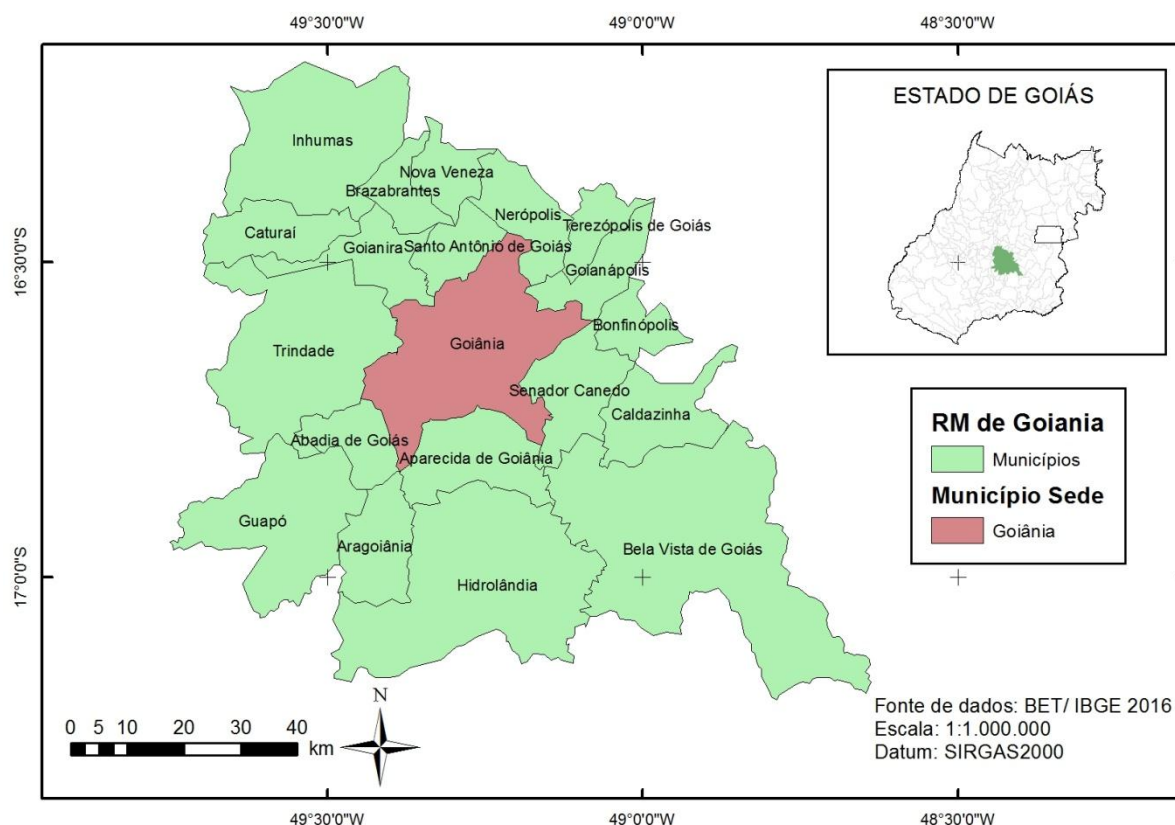
A metrópole com seu núcleo adensado e verticalizado e suas orlas de praias e dispersas configuram-se comandadas pelo capital imobiliário, sem o papel efetivo para o planejamento territorial estadual e municipal, não vislumbrando a gestão municipal e metropolitana e seus espaços públicos, que ora estão com a privatização em vista e os espaços, inclusive as praias, com enclaves residenciais de diversas características socioespaciais.

6.6 Região Metropolitana de Goiânia

A Região Metropolitana de Goiânia (RMG) foi institucionalizada pós-constituição de 1988, seguindo as definições de Lei Federal e Estadual, onde forma agrupamento de municípios limítrofes, com forte concentração populacional e econômica com grandes problemas sociais, de infraestrutura urbana e a presença de serviços diversos. A Região Metropolitana de Goiânia possui 7.336,56 km² de área total e 2.421.831 milhões de habitantes, com ocupação populacional de 330,10 hab/km² distribuídos em 20 municípios (Figura 13).

A Lei Complementar Estadual nº 27, de 30 de dezembro de 1999, institucionalizou 11 municípios (Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiania, Goianópolis, Goiânia, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade). Em 09 de dezembro de 2004, a LCE nº 48 incluiu o município Bela Vista de Goiás e no ano seguinte, 2005, em 23 de maio, foi incluído o município de Guapó por força de LCE nº 54. O Governo do Estado, em 25 de março de 2010, inclui mais 07 municípios a RMG, pela LCE nº 78 (Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturai, Inhumas, Nova Veneza, Terezópolis de Goiás) e estão assim distribuídos no Estado do Goiás.

Figura 13: Municípios que compõem a Região Metropolitana de Goiânia



Fonte: Elaborado por LMF/INPA e autor.

O território metropolitano apresenta o modelo clássico, centro-periferia, centrado no município-sede Goiânia e região, apenas 24 municípios, dos 246 do Estado têm influência direta com a RM.

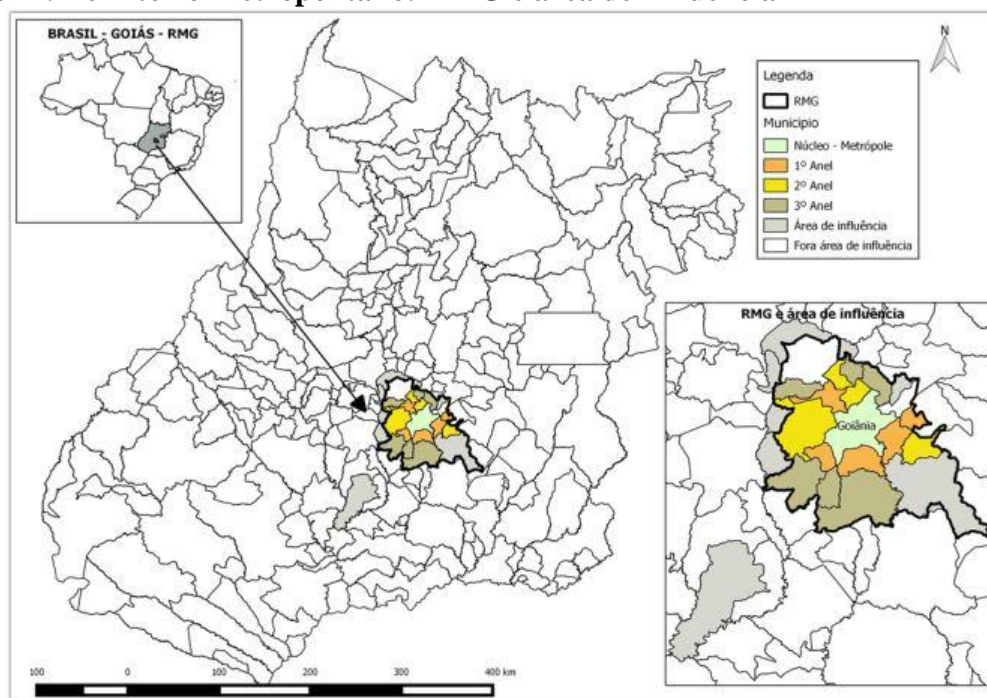
Sobre o modelo de gestão institucional são responsáveis pelo planejamento e gestão das questões e do interesse metropolitano: a Secretária de Estado e Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia e o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia (CODEMETRO). As duas entidades estabelecem parâmetros que

norteiam o Instituto Federal de Goiás como órgão público da promoção da educação, com atuação nas questões econômicas, sociais e educacionais dos municípios da RMG.

A cidade de Goiânia concentra a maioria da população e observa-se uma forte dependência dos outros municípios à cidade central. É possível entender a RMG em quatro anéis em torno do núcleo, sendo que o 1º anel é formado pelas cidades: Bonfinópolis, Senador Canedo, Aparecida de Goiânia, Abadia de Goiás e Goianira; o 2º por: Caldasinha, Trindade, Santo Antônio de Goiás e Brazabrantes; o 3º: Hidrolândia, Aragoiania, Guapó, Caturai, Nerópolis e Nova Veneza, além do 4º anel, que compreende a área de influência (Figura 14).

O 1º anel caracteriza-se por municípios nos quais se concentram o trabalho/estudo no centro metropolitano. No 2º, estão os municípios com proporção menores (15% a 20%), e no 3º, a proporção é de 10% a 15% trabalhando nos municípios da RMG. Há uma pequena área de influência que se completa com dois municípios (Terezópolis de Goiás e Bela Vista de Goiás) e os dois municípios (Inhumas e Goianópolis) completando o arco metropolitano de influência. Os restantes dos municípios, 220, estão fora da área de influência da RMG, uma vez que, apenas 5% da população trabalha ou estuda em municípios interligados a RM (CUNHA, BARREIRA E COSTA, 2017. p.9).

Figura 14: Território Metropolitano: RMG e área de influência



Fonte: (CUNHA, BARREIRA E COSTA, 2017. p.9).

A RMG sofre os efeitos da metropolização intensa. A expansão metropolitana de Goiânia teve início em meados de 1980, incentivada pelo movimento populacional rural-urbano, em face do momento econômico e espacial que o Brasil também passava na década anterior.

No Estado de Goiás, a expansão ocorreu pela mecanização agrícola, ocasionado pelo êxodo rural e pelo inchaço populacional dos municípios, onde esses passaram a atrair populações por conta do emprego e moradia (GOMES et al. 2005).

Goiânia ganha ares de metrópole ultrapassando os limites territoriais administrativos, atingindo cidades vizinhas, formando os aglomerados de municípios dependentes de sua economia e serviços diversos.

A concentração metropolitana, caracterizada pela urbanização, concentra e se dispersa nos emaranhados de municípios, com centralidade em Goiânia e apresenta as seguintes características: elevada oferta de moradia no entorno metropolitano; aumento da mobilidade da população; relações de dependência entre alguns municípios (emprego/educação); utilização dos sistemas viários; empreendimentos imobiliários como atrativos e etc. Isso revela uma condição histórica do Estado onde a ocupação urbana de Goiás e de municípios em seus entorno sofreram influência dos momentos econômicos históricos, como a construção de rodovias, indústrias, comércio pujante juntamente com circulação de pessoas

e distribuição de mercadorias, e a região central do país, após a construção de Brasília (CUNHA, BARREIRA E COSTA, 2017).

A estrutura urbana de Goiânia se caracteriza por uma zona central densa, com construções verticalizadas, seguida por uma área densa e horizontalizada e descontínua, onde aparecem grande parte de espaços vazios e a existência de conjuntos habitacionais distantes do centro urbano, com pouca atuação de infraestrutura de governo.

A RMG apresenta, em 2010, o IDHM igual a 0.769, alcançando a faixa alta do Índice de Desenvolvimento Humano. A maioria dos municípios da RMG apresenta o IDHM alto, acima de 0.701, 60% dos municípios, sendo que Goiânia atingiu 0.799, próximo do índice muito alto. Os outros 9 municípios apresentam índice médio, como mostra o Tabela 13. Os valores mais altos encontram-se em municípios com maior integração ao município-sede, enquanto que a outra porção encontra-se em municípios na área de influência de Goiânia.

Tabela 13: Evolução populacional da Região Metropolitana de Goiânia nos anos 2000, 2010 e 2015.

| RM | População | | | Área Total Município km ² | Densidade Demográfica (Hab/km ²) | | | População em relação ao Estado | População em relação ao Brasil | IDHM | Renda Per Capita |
|------------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------------------------|--|---------------|---------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------|------------------|
| | 2000 | 2010 | 2015 | | 2000 | 2010 | 2015 | | | | |
| Abadia de Goiás | 4.971 | 6.876 | 7.895 | 146,778 | 33,87 | 46,85 | 53,79 | | | 0,708 | 574,96 |
| Aparecida de Goiânia | 336.392 | 455.657 | 521.910 | 278.539 | 1207,70 | 1635,88 | 1873,74 | | | 0,718 | 689,3 |
| Aragoiânia | 6.424 | 8.365 | 9.444 | 219,55 | 29,26 | 38,10 | 43,02 | | | 0,684 | 560,22 |
| Bela Vista de Goiás | 19.210 | 24.554 | 27.628 | 1275,849 | 15,06 | 19,25 | 21,65 | | | 0,716 | 708,62 |
| Bonfinópolis | 5.353 | 7.536 | 8.694 | 122,389 | 43,74 | 61,57 | 71,04 | | | 0,683 | 520,02 |
| Brazabrantes | 2.772 | 3.232 | 3.526 | 123,072 | 22,52 | 26,26 | 28,65 | | | 0,701 | 541,9 |
| Caldazinha | 2.859 | 3.325 | 3.624 | 249,691 | 11,45 | 13,32 | 14,51 | | | 0,685 | 515,56 |
| Caturai | 4.330 | 4.686 | 4.977 | 205,078 | 21,11 | 22,85 | 24,27 | | | 0,664 | 500,32 |
| Goianópolis | 10.671 | 10.695 | 11.024 | 162,435 | 65,69 | 65,84 | 67,87 | | | 0,703 | 543,48 |
| Goiânia | 1.093.007 | 1.302.001 | 1.430.697 | 728,841 | 1499,65 | 1786,40 | 1962,98 | 36,64 | 1,18 | 0,799 | 1348,55 |
| Goianira | 18.719 | 34.060 | 39.484 | 212,552 | 88,07 | 160,24 | 185,76 | | | 0,694 | 529,59 |
| Guapó | 13.863 | 13.976 | 14.441 | 516,844 | 26,82 | 27,04 | 27,94 | | | 0,697 | 657,02 |
| Hidrolândia | 13.086 | 17.398 | 19.761 | 953,729 | 13,72 | 18,24 | 20,72 | | | 0,706 | 651,41 |
| Inhumas | 43.897 | 48.246 | 51.543 | 615,278 | 71,34 | 78,41 | 83,77 | | | 0,72 | 697,81 |
| Nerópolis | 18.578 | 24.210 | 27.341 | 204,217 | 90,97 | 118,55 | 133,88 | | | 0,721 | 555,47 |
| Nova Veneza | 6.414 | 8.129 | 9.105 | 123,377 | 51,99 | 65,89 | 73,80 | | | 0,718 | 521,4 |
| Santo Antônio de Goiás | 3.106 | 4.703 | 5.527 | 132,805 | 23,39 | 35,41 | 41,62 | | | 0,723 | 574,63 |
| Senador Canedo | 53.105 | 84.443 | 100.367 | 248,291 | 213,88 | 340,10 | 404,23 | | | 0,701 | 537,58 |
| Terezópolis de Goiás | 5.083 | 6.561 | 7.389 | 106,913 | 47,54 | 61,37 | 69,11 | | | 0,685 | 472,43 |
| Trindade | 81.457 | 104.488 | 117.454 | 710,328 | 114,68 | 147,10 | 165,35 | | | 0,699 | 558,61 |
| RM DE GOIÂNIA | 1.743.297 | 2.173.141 | 2.421.831 | 7336,556 | 237,62 | 296,21 | 330,10 | | | 0,769 | 1063,93 |

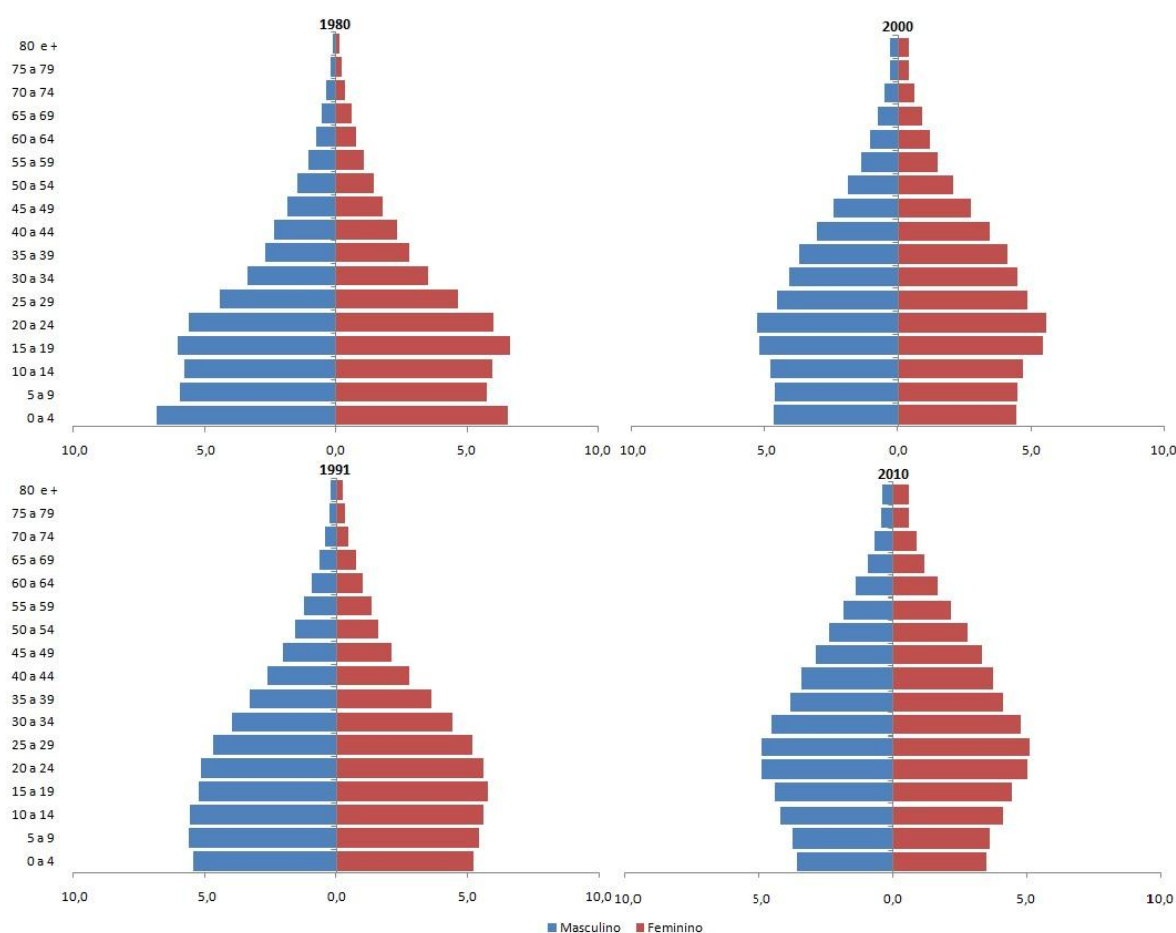
Fonte: Censo IBGE 2000, 2010 e estimativas populacionais 2015; Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil/IPEA 2013.

A maior concentração de população está em Goiânia (1.430,697 habitantes), com densidade populacional em 1.962,98 hab/km². Essa concentração populacional deixa seus efeitos. De um lado, concentra grandes riquezas nas cidades metropolitanas, e de outro, desertifica os municípios que não estão na influência da RMG. Isso ratifica que a cidade de Goiânia ainda continua atraindo grande parte da população e da riqueza que essas populações produzem e também da Região Centro-Oeste.

O município de Aparecida de Goiânia possui a segunda maior população da RMG com 521.910 mil habitantes, e o município de Senador Canedo figura com pouco mais de 100 mil habitantes (100.367). Quando analisado na pirâmide etária, essa população apresenta transformação nas últimas décadas.

Analisando a base da pirâmide da RMG no período de 1980 a 2010 é possível inferir que ela passou por um processo de mudança, e isso é observado no ano 2000, quando o corpo da pirâmide aumenta e sua base diminui. Em 1980, a população concentrava-se nas faixas etárias de 0 a 04 anos (13,36%). Em 1991, o maior registro foi na faixa etária de 0 a 24, o que representa 54,50% e, para o ano 2000, encontra-se na faixa etária de 15 a 24 anos (21,55%), e, em 2010, a maior concentração foi nas faixas etárias de 20 a 29 anos (19,94%) como apresentado na evolução da Figura 15.

Figura 15: Pirâmides etárias masculino, feminino da RM de Goiânia nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Censos demográficos 1980, 1991, 2000, 2010/IBGE; Estimativas populacionais 2000 e 2013/RIPSA; Elaboração do autor.

A expectativa de vida aumentou ocasionada pelo processo de envelhecimento da população como visto na pirâmide etária de 2010. O cume da pirâmide alargou-se em

1980, pois as faixas etárias de 60 anos e mais representavam um percentil de 4,11%, sendo que em 2010 esse número passa para 8,72%.

De certo que Goiânia está no centro brasileiro, por onde passa grande parte da produção do país. É nessa cidade que se concentram as redes bancárias do Estado (87%), operações financeiras via banco (94,9%), 76,5% dos empregos formais em atividades de ponta e fluxos de passageiros, no único aeroporto de porte do Estado (MOISES et al, 2009).

O Governo de Goiás traçou um plano plurianual (PPA 2012/2015) para o Estado e a RMG para gestão dos serviços e da Gestão Metropolitana. São eles: programa de fomento à cultura; programa de desenvolvimento da Região (apoio para infraestrutura urbana, ao CODEMETRO²⁶), apoio às atividades culturais por meio de parcerias público-privadas; coordenar o plano diretor da RMG; programa Mostra Goiás (no plano, não especificam os municípios que serão atingidos, mas, o município de Trindade é um dos focos, por conta de seu atrativo religioso), (GOVERNO DE GOIÁS, 2012).

Pouco mais da metade da população dos municípios vive com menos de um salário mínimo, contrapondo a média do alto índice de Renda Per Capita da RMG. A Renda Per Capita, em 2000, atingiu R\$ 775,29. Em 2010, passou para R\$ 1.063,93. Chama atenção a cidade de Goiânia com elevada Renda Per Capita (R\$ 1.348,55), seguido do município de Bela Vista de Goiás (R\$ 708,62) e quatro municípios acima de R\$ 651, mostrando que a renda ainda continua centrada no município-sede.

Em preços correntes, o PIB da RMG, atingiu 67 726 825,820 bilhões, correspondendo a 39,01% do PIB do Estado em 2015. Goiânia tem o maior PIB em relação a outros municípios (46 632 595,567 bilhões), pouco mais de 68,85% da RMG, seguida de Aparecida de Goiânia com 17,01% (11 518 674,554) e Senador Canedo com 3,97% (2 685 909,933). São municípios que sofrem influência direta do município-sede e onde estão instaladas as grandes indústrias.

²⁶ O Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia (CODEMETRO) é o órgão de planejamento, da política de habitação e meio ambiente, do desenvolvimento econômica, da promoção social e da modernização institucional da região metropolitana de Goiânia. É composto por representantes do governo do estado, pelos prefeitos municipais, secretários de planejamento dos municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia e por representantes do legislativo goiano. Em 2004 ganhou amparo legal por meio da Secretaria de Estado das Cidades, além dos órgãos municipais e estaduais envolvendo os municípios da RMG e outro que cuida da questão dos transportes, denominado “Câmara Deliberativo do Transporte Coletivo” e outro que engloba o consórcio intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Meia Ponte, responsável pela recuperação de mananciais do Ribeirão e fiscalização das ações relacionadas ao mesmo. Esses dois órgãos possuem municípios que não fazem parte da RMG.

6.7 Região Metropolitana de Belo Horizonte

Em 1888, as lutas políticas, intensificaram-se no estado de Minas Gerais, por conta da transferência da capital estadual. Ouro Preto, então capital do Estado, possuía suas deficiências, perdendo força econômica e política como cidade colonial no contexto da implantação da Nova República e os planos de remodelação de Vila Rica pela sua elite, por isso a mudança da capital, o que refletia os acontecimentos históricos da decadência das atividades mineradoras, agropecuários da Região Sul e cafeicultores da Zona da Mata.

Em meados de 1895, depois de acalorados debates sobre onde ficaria a nova sede da capital, foi desapropriado e demolido o antigo Arraial de Belo Horizonte, sendo inaugurada em 1897 a nova capital de Minas Gerais (FILHO et al. 2015).

A nova capital recebeu inúmeros operários que não tinham espaços para moradia, vindo a ocupar lotes antigos do extinto Arraial de Belo Horizonte, onde construíram habitações provisórias em lugares que não havia urbanização. É neste ínterim, que surgem os aglomerados e a periferia de Belo Horizonte (BH).

É importante observar que a questão econômica de BH passou por momentos históricos nacionais e locais. A crise econômica se abateu na cidade com o início da Primeira Guerra Mundial, por não ser capaz de importar os materiais de construção. Com isso, os problemas sociais e econômicos aumentaram. Porém, foi com o fim da guerra que o processo de crescimento voltou e na década de 1920 a cidade tornou-se centro administrativo do Estado, assumindo o centro comercial e cultural.

Expandem-se as redes viárias e ferroviárias, e Belo Horizonte articula-se com outros Estados e órgãos públicos recém-criados (Universidade de Minas Gerais, rede pública de ensino, rede de saúde, etc.) e indústrias siderúrgicas nos municípios próximos de BH (AZEDO, MARES GUIA, 2010).

A implantação de indústrias da siderurgia (Cia. Siderúrgica de Minas em 1917, posteriormente incorporada à Cia. de Siderurgia Belo Monte, em 1921) alavancou a vida econômica, não só da capital como também de municípios próximos. Essas indústrias se instalaram por conta da posição privilegiada de BH, estando próximas a jazidas de ferro (Quadrilátero Ferrífero) e por conta dos incentivos fiscais do Governo Federal durante o período da Primeira Guerra Mundial (PLAMBEL, 1986).

A transformação da cidade de BH em metrópole teve ligação direta do poder estatal, principalmente nas últimas décadas. Foi institucionalizado o município industrial Juventino

Dias em Contagem em 1940. Também foram criadas áreas industriais em municípios com recursos naturais, como em Santa Luzia e Pedro Leopoldo.

A nova industrialização mineira, no final da década de 1970, promove um diversificado momento industrial, o que manteve altas taxas de crescimento econômico e que possibilitou investimentos estatais com incentivos fiscais, investimentos em infraestrutura e concessão de terrenos as indústrias, investimentos em atividades industriais e terciárias.

Os diversos planos econômicos nas últimas décadas (Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, 1947; Plano de Recuperação Econômica e no Plano de Eletrificação de 1951) e posterior criação da CASEMG, CAMIG e FRIMISA²⁷, implantação de áreas industriais em alguns municípios e as políticas de fomento do governo às indústrias impulsionaram o Estado de Minas a condições gerais de crescimento de produção na capital e em seus municípios do entorno.

Costa (1994) afirma que essa política à industrialização se deu por conta da produção e distribuição dos bens e serviços de consumo coletivo, e as atividades industriais cresceram rapidamente com extração de minerais não metálicos e a siderurgia (COSTA, 1994).

Houve uma forte concentração de empreendimentos internacionais ou empresas com capital estrangeiro que se instalaram na cidade industrial,²⁸ que vieram ratificar o novo arranjo metropolitano (Região Metropolitana de Belo Horizonte). Essas indústrias não estão localizadas especificamente na RMBH, mas influenciam, sobremaneira, no crescimento da economia, no meio social e cultural desses municípios (SILVA et al., 2015).

A concentração na cidade industrial dos diversos serviços foi o estopim para o processo de metropolização da formação dos aglomerados metropolitanos. As zonas Oeste e Norte cresciam ao longo das principais avenidas construídas na década de 1940; a rede urbana começava a se expandir e com ela os diversos problemas metropolitanos comuns.

²⁷ Instituições: CASEMG: Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais; CAMIG: Companhia Agrícola de Minas Gerais; FRIMISA: Frigoríficos Minas Gerais S/A.

²⁸ Entre as décadas de 1950-1960 muitas empresas se instalaram no Estado de Minas: RCA-Victor, Sociedade Brasileira de Eletrificação, Eletro Solda Autogena Brasileira e Treflaria Belgo-Mineira, siderúrgica alemã Mannesmann, Acesita, Usiminas e Vale do Rio Doce o que levou o crescimento industrial no Estado (PLAMBEL, 1986).

O governo militar (década de 70) agraciou com mais de um quarto de todos os novos empreendimentos industriais em Minas Gerais, muito por conta das disponibilidades de recursos naturais, infraestrutura e por possuir um parque industrial básico já instalado. O Conselho de Desenvolvimento Industrial, do Governo Militar inicia então a "nova industrialização mineira", cujos novos projetos se instalaram na grande RMBH, com destaque para empreendimentos fordistas.

As novas instalações industriais, de serviços e do comércio promoveram mudanças significativas na estrutura econômica mineira, principalmente na Região Metropolitana. O setor automobilístico consolidou os diversos serviços: extração de minerais; siderurgia; fabricação de automóveis, caminhões e ônibus; metalurgia de não ferrosos e outros produtos metalúrgicos, principal fator para o processo de industrialização (SIMÕES, 2003).

Em 1971, o Governo Federal garante financiamento para trabalhos que fossem voltados à formulação e refinanciamento de políticas urbanas no Brasil (CRFHAU e CNPU), desde que implementassem modelos de planejamento integrado, apresentado pelos órgãos, abrindo também a prerrogativa para participação da iniciativa privada.

Foi assim que surgiu o Grupo Executivo do Plano Metropolitano de Belo Horizonte (PLAMBEL), capitaneado pelo Estado Mineiro e pela Fundação João Pinheiro. Em 1974, criam-se o órgão gestor da RMBH sobre forma de autarquia estadual e a Superintendência de Desenvolvimento de Belo Horizonte, que surgiu do grupo executivo. O Plambel foi extinto em 1996, mas deixou a experiência do planejamento integrado, elaboração de diagnósticos e planos técnicos volumosos que ainda hoje é executado na RMBH (PLANO METROPOLITANO RMBH, 2016).

Com o processo de industrialização, de serviços e a transformação urbana, o então governo militar, institucionaliza a Região Metropolitana de Belo Horizonte em 1974, inicialmente com 14 municípios, por meio de Lei Complementar Federal nº 014, de 08 de março de 1973, com os seguintes municípios: Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano.

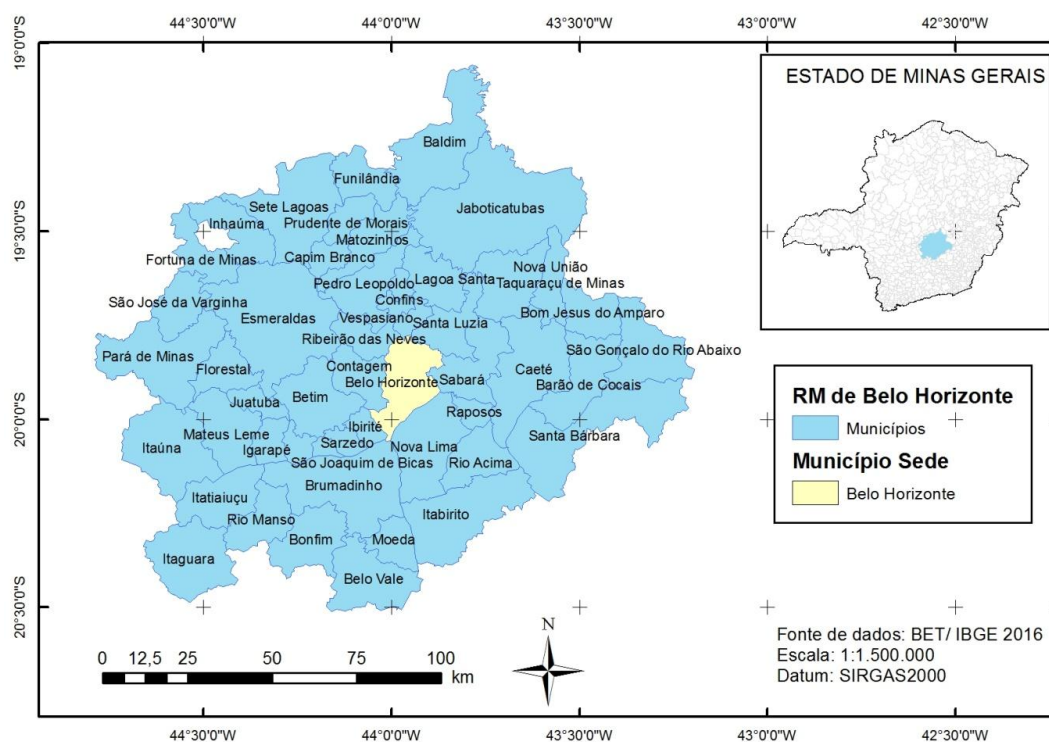
O número de municípios aumenta significativamente pós-constituição de 1988, haja vista o engajamento das políticas para o desenvolvimento da RMBH. Em 21 de setembro de 1989, por meio da Constituição Estadual de Minas Gerais, incorporou a RMBH 4

municípios: Brumadinho, Esmeraldas, Igarapé e Mateus Leme. Neste contexto, o colar metropolitano²⁹ surge.

Em 14 de janeiro de 1993, a LCE nº 026 incorpora os municípios Juatuba e São José da Lapa, distritos que foram emancipados, posteriormente, em 21 de novembro de 1997, e a LCE nº 048 integra mais seis municípios: Florestal, Rio Manso, os recém-criados distritos de Confins, Mário Campos, São Joaquim de Bicas e Sarzedo. No dia 12 de janeiro de 2000, a LCE nº 056 incorpora mais 21 municípios: Baldim, Barão de Cocais, Belo Vale, Bonfim, Capim Branco, Fortunas de Minas, Funilândia, Inhaúma, Itabirito, Itaguara, Itaúna, Jaboticatubas, Matozinhos, Moeda, Nova União, Pará de Minas, Prudente de Moraes, Santa Bárbara, São José da Varginha, Sete Lagoas e Taquaraçu de Minas. Pela LCE nº 063, de 10 janeiro de 2002, se junta à RMBH o município de Itatiaiuçu. E, finalmente em 2012, no dia 17 de outubro, por meio da LCE nº 124, as cidades de São João do Rio Abaixo e Bom Jesus do Amparo são incorporadas.

A RMBH, segundo o Banco de Estruturas Territoriais do IBGE, está assim distribuída no Estado de Minas Gerais.

Figura 16: Municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte



Fonte: Elaborado por LMF/INPA e autor.

²⁹ Ver citação 23; Quadro 5.

O Governo do Estado, no ano de 2004, implantou as Leis Complementares à Constituição do Estado de Minas (1988, 1989 e 1990), estabelecendo um novo arranjo metropolitano de gestão da RM de Belo Horizonte e do Vale do Aço, também criada no Estado, a qual não é contemplada neste estudo.

Pertencem ao órgão de governança metropolitana: Assembleia Metropolitana, Conselho Deliberativo Metropolitano, Agência da RMBH, Fundo de Desenvolvimento Metropolitano e Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH. O Quadro 6 apresenta o arranjo da gestão na RMBH.

Quadro 64: RMBH - Arranjo de Gestão

| Órgãos e Instrumentos do Arranjo Gestor | Atribuições / Formação / Finalidade |
|--|---|
| Assembleia Metropolitana | <ul style="list-style-type: none"> - Instância decisória com poderes de veto das resoluções do Conselho Deliberativo e que estabelece as diretrizes gerais do planejamento metropolitano - 34 Prefeitos - 34 Presidentes das Câmaras Municipais - 4 representantes do Executivo Estadual - 1 Representante da Assembleia Legislativa. |
| Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano | <ul style="list-style-type: none"> - Aprova, acompanha e avalia a execução do PDDI; estabelece diretrizes e prioridades; aprova e acompanha o cronograma de desembolso do Fundo Metropolitano. - 7 representantes do municípios* - 5 representantes do Governo do Estado - 2 representantes da Sociedade Civil - 2 representantes da Assembleia Legislativa Estadual * BH 2; Contagem 1; Betim 1; Demais municípios 3 representantes. |
| Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte | Órgão técnico e executivo responsável pela implantação do PDDI-RMBH, suas Políticas, Programas e Projetos. |

| | |
|--|--|
| Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte | Plano participativo desenvolvido entre os anos de 2009 e 2011 que resultou na elaboração de 28 Políticas Metropolitanas Integradas e respectivos Programas e Projetos Prioritários, definidos a partir das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) e do debate promovido com a sociedade metropolitana durante a construção do plano e que segue em curso. |
| Fundo de Desenvolvimento Metropolitano | Fundo paritário formado através do aporte de recursos financeiros dos municípios que compõem a RMBH e do Governo do Estado (50% Municípios e 50% Estado) e destinados ao financiamento de programas e projetos estruturantes relacionados às FPICs e conforme as diretrizes do PDDI. |

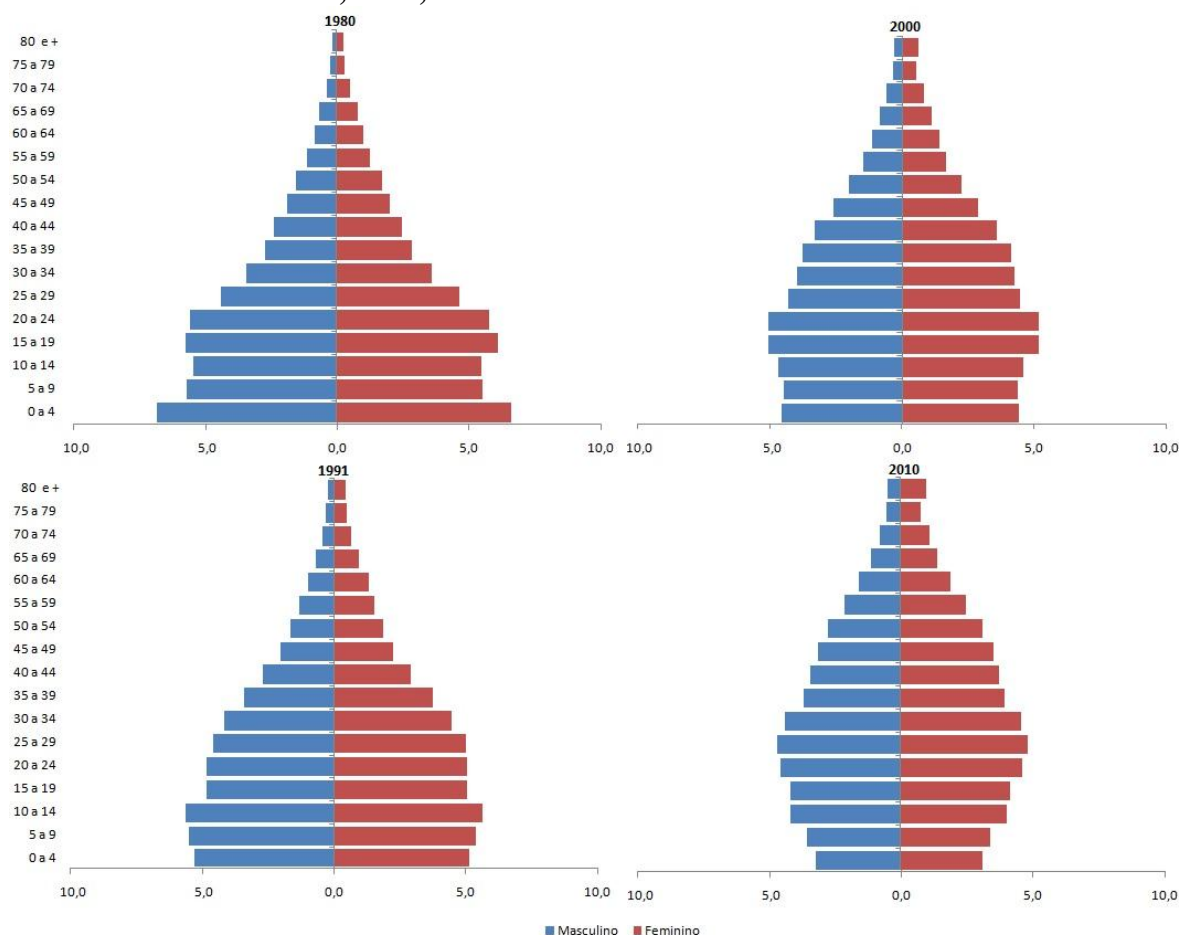
Fonte: Plano Metropolitano da RMBH, 2013, disponível em: <http://www.rmbh.org.br/rmbh.php#arranjo>

A RMBH teve a Taxa Geométrica de Crescimento Anual no período de 2010 a 2015 em 0.71%, enquanto Belo Horizonte registrou no mesmo período 0,52%, isso representa em 2015 uma população de 5.829,921 milhões de habitantes vivendo em uma extensão territorial de 14.978,927 km², com densidade demográfica de 362,51 hab/km², ficando em terceiro no *ranking* das maiores RMs do Brasil em População (Tabela 13).

É possível inferir que a população da RM é predominantemente feminina quando analisado por sexo, uma vez que os componentes da dinâmica demográfica influenciam no número absoluto, pois houve uma mudança nas últimas quatro décadas. Em 1980, o sexo masculino (6,80%) era maior do que o feminino (6,63%) na faixa etária de 0 a 04 anos, apresentando uma pirâmide etária de base larga.

Em 2010, a população em números absolutos está concentrada nas faixas etárias de 20 a 29 anos (18,71%), localizados no corpo da pirâmide.

Figura 17: Pirâmides etárias masculino, feminino da região metropolitana de Belo Horizonte nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Censos demográficos 1980, 1991, 2000, 2010/IBGE; Estimativas populacionais 2000 e 2013/RIPSA; Elaboração do autor.

A pirâmide etária da RMBH é de população jovem, fruto da redução da taxa de natalidade e o aumento da expectativa de vida da população idosa. Houve um aumento da população mais velha na RMBH, pois em 1980 o percentil registrava 2,20% para sexo masculino e 2,97% para sexo feminino nas faixas etárias de 60 anos e mais. Em 2010, passou para 4,45% e 6,18%, o que alargueceu o pico da pirâmide.

Não têm ocorrido mudanças significativas nos períodos censitários como se tem observado. A razão de sexo aponta 93 homens para cada 100 mulheres na RMBH. Os efeitos da dinâmica demográfica não ocorrem da mesma maneira nas faixas etárias, como por exemplo, nas mortes violentas que estão concentradas no sexo masculino e nas faixas mais jovens.

Quando analisadas, as populações da RMBH estão concentradas em municípios que estão ligados ao município-sede. A capital mineira é a mais populosa, ficando na quarta

posição no *ranking* Brasil, com 2.375,151 milhões de habitantes, perdendo para São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador.

Tabela 14: Evolução populacional da Região Metropolitana de Belo Horizonte nos anos 2000, 2010 e 2015.

| RM | População | | | Área Total Município km ² | Densidade Demográfica (Hab/km ²) | | | População em relação ao Estado | População em relação ao Brasil | IDHM | Renda Per Capita |
|-----------------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------------------------|--|---------------|---------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------|------------------|
| | 2000 | 2010 | 2015 | | 2000 | 2010 | 2015 | | | | |
| Baldim | 8.155 | 7.913 | 8.071 | 556,266 | 14,66 | 14,23 | 14,51 | | | 0,671 | 458,08 |
| Belo Horizonte | 2.238.526 | 2.375.151 | 2.502.557 | 331,401 | 6754,74 | 7167,00 | 7551,45 | | | 0,81 | 1497,29 |
| Betim | 306.675 | 378.089 | 417.307 | 343,856 | 891,87 | 1099,56 | 1213,61 | | | 0,749 | 660,56 |
| Brumadinho | 26.614 | 33.973 | 37.857 | 639,434 | 41,62 | 53,13 | 59,20 | | | 0,747 | 910,31 |
| Caeté | 36.299 | 40.750 | 43.739 | 542,531 | 66,91 | 75,11 | 80,62 | | | 0,728 | 586,16 |
| Confins | 4.880 | 5.936 | 6.478 | 42,355 | 115,22 | 140,15 | 152,95 | | | 0,747 | 647,2 |
| Capim Branco | 7.900 | 8.881 | 9.537 | 95,333 | 82,87 | 93,16 | 100,04 | | | 0,695 | 497,48 |
| Contagem | 538.017 | 603.442 | 648.766 | 195,045 | 2758,42 | 3093,86 | 3326,24 | | | 0,756 | 824,3 |
| Esmeraldas | 47.090 | 60.271 | 67.208 | 909,679 | 51,77 | 66,26 | 73,88 | | | 0,671 | 452,62 |
| Ibirité | 133.044 | 158.954 | 173.873 | 72,573 | 1833,24 | 2190,26 | 2395,84 | | | 0,704 | 525,64 |
| Igarapé | 24.838 | 34.851 | 39.774 | 110,942 | 223,88 | 314,14 | 358,51 | | | 0,698 | 570,58 |
| Itaguara | 11.302 | 12.372 | 13.172 | 410,468 | 27,53 | 30,14 | 32,09 | | | 0,691 | 610,65 |
| Jaboticatuba | 13.530 | 17.134 | 19.052 | 1.114,972 | 12,13 | 15,37 | 17,09 | | | 0,681 | 602,48 |
| Juatuba | 16.389 | 22.202 | 25.087 | 97,172 | 168,66 | 228,48 | 258,17 | | | 0,717 | 517,18 |
| Lagoa Santa | 37.872 | 52.520 | 59.770 | 229,409 | 165,09 | 228,94 | 260,54 | | | 0,777 | 1089,96 |
| Mário Campos | 10.535 | 13.192 | 14.624 | 35,196 | 299,32 | 374,82 | 415,50 | | | 0,699 | 551,93 |
| Mateus Leme | 24.144 | 27.856 | 30.155 | 301,383 | 80,11 | 92,43 | 100,06 | | | 0,704 | 579,23 |
| Matozinhos | 30.164 | 33.955 | 36.719 | 252,280 | 119,57 | 134,59 | 145,55 | | | 0,731 | 584,15 |
| Nova Lima | 64.387 | 80.998 | 89.900 | 429,004 | 150,08 | 188,80 | 209,56 | | | 0,813 | 1731,84 |
| Nova União | 5.427 | 5.555 | 5.779 | 172,131 | 31,53 | 32,27 | 33,57 | | | 0,662 | 387,68 |
| Pedro Leopoldo | 53.957 | 58.740 | 62.951 | 292,947 | 184,19 | 200,51 | 214,89 | | | 0,757 | 721,11 |
| Raposos | 14.289 | 15.342 | 16.230 | 72,228 | 197,83 | 212,41 | 224,71 | | | 0,73 | 646,62 |
| Ribeirão das Neves | 246.846 | 296.317 | 322.659 | 155,454 | 1587,90 | 1906,14 | 2075,59 | | | 0,684 | 479,77 |
| Rio Acima | 7.658 | 9.090 | 9.924 | 229,81 | 33,32 | 39,55 | 43,18 | | | 0,673 | 582,71 |
| Rio Manso | 4.646 | 5.276 | 5.684 | 231,54 | 20,07 | 22,79 | 24,55 | 27,97 | 2,86 | 0,648 | 536,99 |
| Sabará | 115.352 | 126.269 | 134.382 | 302,42 | 381,43 | 417,53 | 444,36 | | | 0,731 | 619,93 |
| Santa Luzia | 184.903 | 202.942 | 216.254 | 235,08 | 786,57 | 863,30 | 919,93 | | | 0,715 | 557,62 |
| São Joaquim de Bicas | 18.152 | 25.537 | 29.162 | 71,76 | 252,96 | 355,88 | 406,39 | | | 0,662 | 498,26 |
| São José da Lapa | 15.000 | 19.799 | 22.257 | 47,93 | 312,96 | 413,08 | 464,36 | | | 0,729 | 540,26 |
| Sarzedo | 17.274 | 25.814 | 29.889 | 62,13 | 278,01 | 415,46 | 481,04 | | | 0,734 | 648,26 |
| Taquaraçu de Minas | 3.491 | 3.794 | 4.030 | 329,29 | 10,60 | 11,52 | 12,24 | | | 0,651 | 436,05 |
| Vespasiano | 76.422 | 104.527 | 118.557 | 71,080 | 1075,15 | 1470,55 | 1667,94 | | | 0,688 | 539,05 |
| Barão de Cocais | 23.391 | 28.442 | 31.270 | 340,585 | 68,68 | 83,51 | 91,81 | | | 0,722 | 546,85 |
| Belo Vale | 7.429 | 7.536 | 7.816 | 365,923 | 20,30 | 20,59 | 21,36 | | | 0,655 | 524,03 |
| Bom Jesus do Amparo | 4.817 | 5.491 | 5.923 | 195,611 | 24,63 | 28,07 | 30,28 | | | 0,683 | 472,21 |
| Bonfim | 6.866 | 6.818 | 7.016 | 301,865 | 22,75 | 22,89 | 23,24 | | | 0,637 | 512,94 |
| Fortuna de Minas | 2.437 | 2.705 | 2.893 | 198,709 | 12,26 | 13,61 | 14,56 | | | 0,696 | 459,52 |
| Funilândia | 3.281 | 3.855 | 4.196 | 199,797 | 16,42 | 19,29 | 21,00 | | | 0,655 | 360,59 |
| Florestal | 5.647 | 6.600 | 7.209 | 194,242 | 29,07 | 33,98 | 37,11 | | | 0,724 | 741,46 |
| Inhãima | 5.195 | 5.760 | 6.158 | 244,996 | 21,20 | 23,51 | 25,14 | | | 0,702 | 477,55 |
| Itabirito | 37.901 | 45.449 | 49.768 | 542,609 | 69,85 | 83,76 | 91,72 | | | 0,73 | 784,55 |
| Itaúna | 76.862 | 85.463 | 91.453 | 495,769 | 155,04 | 172,38 | 184,47 | | | 0,758 | 847,74 |
| Itatibaçu | 8.517 | 9.928 | 10.781 | 295,145 | 28,86 | 33,64 | 36,53 | | | 0,677 | 490,54 |
| Moeda | 4.469 | 4.689 | 4.922 | 155,112 | 28,81 | 30,23 | 31,73 | | | 0,638 | 477,77 |
| Pará de Minas | 73.007 | 84.215 | 91.158 | 551,247 | 132,44 | 152,77 | 165,37 | | | 0,725 | 686,42 |
| Prudente de Moraes | 8.232 | 9.573 | 10.388 | 124,189 | 66,29 | 77,08 | 83,65 | | | 0,69 | 481,48 |
| Santa Bárbara | 24.180 | 27.876 | 30.169 | 684,060 | 35,35 | 40,75 | 44,10 | | | 0,707 | 535,84 |
| São Gonçalo do Rio Abaixo | 8.462 | 9.777 | 10.588 | 363,828 | 23,26 | 26,87 | 29,10 | | | 0,667 | 479,04 |
| São José da Varginha | 3.225 | 4.198 | 4.702 | 205,501 | 15,69 | 20,43 | 22,88 | | | 0,704 | 555,77 |
| Sete Lagoas | 184.871 | 214.152 | 232.107 | 536,644 | 344,49 | 399,06 | 432,52 | | | 0,76 | 809,26 |
| RM DE BELO HORIZONTE | 4.832.567 | 5.429.969 | 5.829.921 | 14.978.927 | 322,62 | 362,51 | 389,21 | | | 0,774 | 1079,91 |

Fonte: Censo IBGE 2000, 2010 e estimativas populacionais 2015; Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil/IPEA 2013.

A Grande BH perde espaços para sua expansão, consequentemente os espaços metropolitanos vão ganhando nova paisagem, especialmente para os municípios de

Contagem (648.766 hab), Betim (417.307 hab) e Ribeirão das Neves (322.659 hab). Segundo estimativas populacionais do IBGE para 2015, essas populações procuram esses espaços periféricos para moradia, trabalho e educação.

Quando observado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da RMBH (0,774), os municípios de Nova Lima (0,813) e a Grande BH (0,810) se destacam com índice muito alto, em 2010. Os municípios com menores índices são Moeda (0,638) e Bonfim (0,637), segundo dados da Atlas do Desenvolvimento Humano Brasileiro, estudo realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Pela Fundação João Pinheiro, em 2013, com dados extraídos dos censos do IBGE 1991, 2000 e 2010.

A Renda Per Capita da RMBH cresceu 37,92% na última década, alcançando R\$ 782,97 em 2000 e R\$ 1.097,91 em 2010. Observando a taxa média anual da RMBH, houve crescimento de 3,27% no período 2000 e 2010, sendo que alguns municípios continuaram atraindo maior Renda Per Capita: Nova Lima (R\$ 1731,84), Belo Horizonte (R\$ 1497,29) e Lagoa Santa (R\$ 1089,96). Esses números não refletem o valor alto da RMBH, tendo em vista a proporção de pessoas pobres com Renda Per Capita inferior a um salário mínimo como visto no Tabela 13.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte apresentou crescimento no Produto Interno Bruto entre 2013 e 2015, segundo dados do IBGE 2015. O PIB em 2013 foi de 189,1 bilhões. Em 2014, teve uma ligeira alta, atingindo R\$ 196,8 bilhões. Apesar da crise econômica nos últimos anos, houve um aumento da produção, e, apesar da redução na arrecadação do PIB, segundo dados do IBGE para 2015, o PIB da RMBH, em valores correntes, atingiu mais de 191,5 bilhões (191 555 594,964), ou seja, 36,86% de todo o PIB do Estado de Minas Gerais. A RMBH ocupa em 2015 a quarta posição no *ranking*, ultrapassando a RM de Porto Alegre (R\$ 164 bilhões), o que representa R\$ 27 bilhões a menos que a RMBH (IBGE, 2015).

6.8 Região Metropolitana da Grande Vitória

A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), situada no Estado do Espírito Santo, constitui um conjunto de aglomerados urbanos desde 1975, porém, não foi incluída na redação da LCF nº14/73, pois, naquele período, apresentava 400 mil habitantes. As primeiras iniciativas para tentar instituir a RMGV foi por meio da Lei Estadual nº

3.176/1977, a qual criava a Região da Grande Vitória, formada pelos seguintes municípios: Vitória, Cariacica, Serra, Viana e Vila Velha.

Após a institucionalização da microrregião, foi necessário criar um Plano de Estruturação da Grande Vitória, o qual tinha o objetivo de criar um modelo espacial dentro do contexto demográfico pelo qual passava a cidade de Vitória com seus fluxos migratórios nas décadas de 50, 60 e 70, e de preparar um novo Polo Industrial incentivado pela política Federal de descentralização industrial, que ora a União disponibilizava aos Estados.

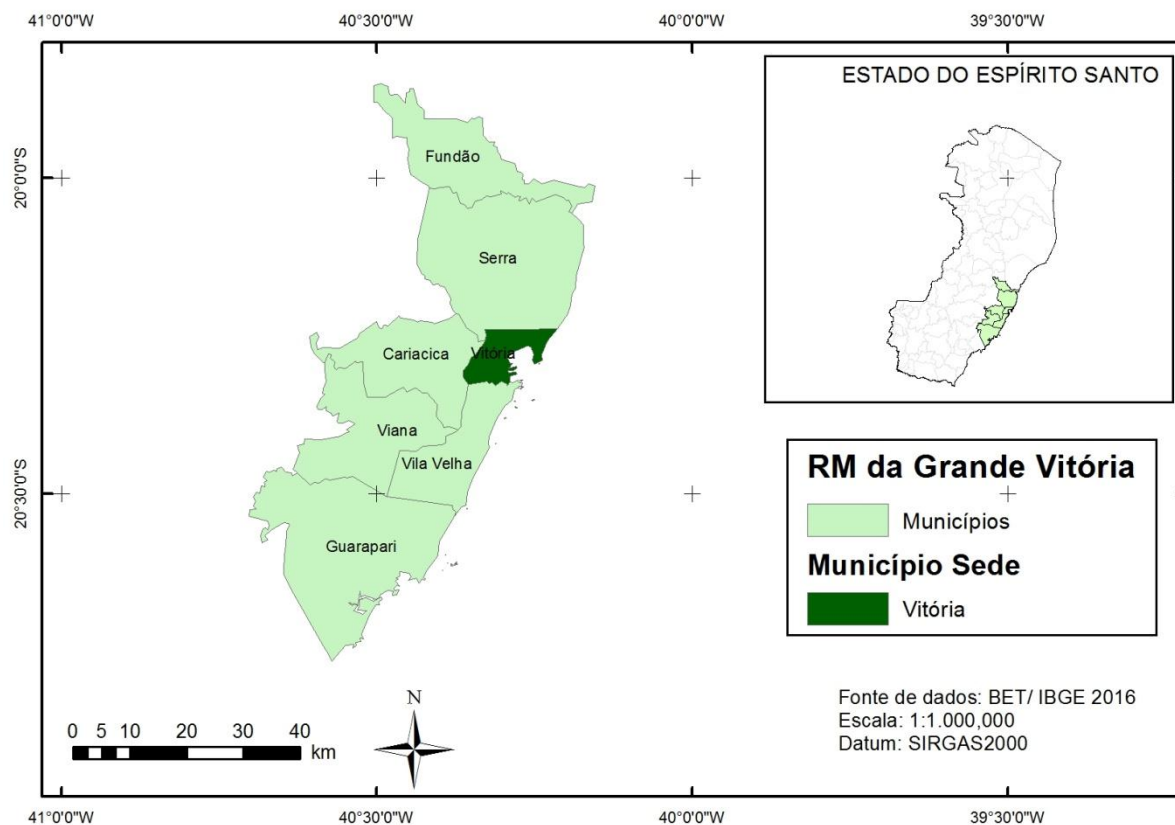
Em 1977, foi criado o Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória (CODIVIT), no qual o Governo do Estado participava juntamente com mais três secretarias de Estado, cinco prefeitos municipais, e pelo representante da superintendente da Fundação Jones dos Santos Neves (FJSN), órgão de apoio técnico e administrativo.

Os problemas enfrentados foram diversos por conta das especificidades técnicas e políticas dos municípios que compunham a RMGV, principalmente no que tange à tomada de decisão. Este novo arranjo acabou por se tornar inoperante por conta da falta de integração e do processo de planejamento metropolitano entre as questões técnicas e políticas do momento. Esse impasse foi resolvido pós-Constituinte de 1988, fazendo com que os Estados passassem a legislar sobre a institucionalização de RMs (VENERANO et al, 2013).

Foi a partir da LCE nº 58, de 23 de fevereiro de 1995, que o Governo do Espírito Santo agrupou os municípios conurbados à RMGV composta pelos seguintes municípios: Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana. Posteriormente, em 08 de junho de 1999, foi incluído o município de Guarapari. O município de Fundão também foi incluído posteriormente, pela LCE nº 204, de 21 de junho de 2001. A LCE nº 58 em seu Art. 1º destaca que a RMGV tem o objetivo de “organização, ao planejamento e à execução de funções públicas de interesse comum no âmbito metropolitano”.

A Região Metropolitana da Grande Vitória assim se apresenta no Estado do Espírito Santo.

Figura 18: Municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória.



Fonte: Elaborado por LMF/INPA e autor.

As decisões sobre os serviços a serem implementados na RMGV ficavam por conta do Comitê de Planejamento Metropolitano da Grande Vitória (CPMGV). Posteriormente, a LCE nº 204 exclui o CPMGV e ampliou o Conselho Metropolitano da RM, onde 17 membros passaram a integrar o Conselho, sendo que esses integrantes seriam indicados pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo e chancelados pelo Governo Estadual.

Com o número maior de integrantes no conselho, houve uma limitação nas políticas públicas e de planejamento, no que concerne à ação desse órgão, e, em 2005, foi proposta mais uma mudança no arranjo institucional pela LCE nº 318, de 18 de janeiro do mesmo ano, sendo estabelecidos o Conselho Metropolitano da Grande Vitória (COMDEVIT) e o Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (FUMDEVIT). Por sua vez, o Instituto Jones dos Santos Neves passa a ser uma agência de estudos de elaboração de planos que dá diretrizes de gestão, mas com ações acanhadas. O maior obstáculo na gestão da RMGV está na sua natureza política e não institucional (LIRA et al, 2014).

A RMGV se enquadra nos preceitos do Estatuto das Metrôpoles, sendo instituída e delimitada. A partir disso, restava estabelecer o Plano de Desenvolvimento Urbano

Integrado (PDUI) pelo IJSN, porém, convém lembrar que a gestão metropolitana não é uma tarefa fácil, e sim complexa (FERNANDES JÚNIOR, 2004).

A dinâmica democrática na RMGV vem desde o início da industrialização, em 1980, no Estado. O Espaço da RM é excludente, resultado da forma histórica de estruturação das redes de poder e da efetivação das desigualdades socioespaciais, uma consequência dos efeitos restritivos da condição econômica, na época, sobre a questão do trabalho, das condições das habitações das periferias e, principalmente, pela descoberta do petróleo na camada do pré-sal no Espírito Santo. Assim, esse conceito se torna mais relevante quando analisado sob a ótica da governança na RMGV.

De certo que as políticas públicas direcionadas para a gestão da RMGV são reconhecidas pelos entes participantes do arranjo metropolitano, mas em outros casos questionam sua estrutura e composição, como afirmam Venerano et al. (2013). Esse não reconhecimento firma uma governança frágil, que não atende minimamente a sua efetivação, o que pode contribuir para ausência de mecanismos para uma melhor qualidade de vida das populações que vivem na RMGV, quando vista a questão da gestão metropolitana.

O município-sede, Vitória, está classificado como Capital Regional A, segundo o REGIC 2007, e ocupa uma posição logo após as 12 metrópoles reconhecidas pelo IBGE, exercendo papel importante de influência e centralização regional, até ultrapassando seus limites territoriais, chegando ao extremo sul da Bahia. A capital regional é um dos centros pertencentes às áreas de influências do Rio de Janeiro, apesar de outras metrópoles exercerem com maior intensidade, como Belo Horizonte, São Paulo e Salvador.

Quando analisado o desenvolvimento industrial, Vitória destaca-se pelo fato de que na década de 1950 a maioria da sua produção estava voltada para o beneficiamento do café. Após a política de erradicação dos cafezais (1962) executada por indenização dos cafeeiros erradicados, os pequenos produtores de café foram os mais afetados, onde produziam em uma cultura de subsistência, um método considerado arcaico e improdutivo à época; e esses espaços passaram a ser ocupados por pastagem para pecuária (ROCHA; MORANDI, 1991).

Segundo Junior et al (2013), foi a partir da erradicação dos cafezais que a economia Capixaba passa do modelo primário exportador para um modelo industrializado e concentrado na Região Metropolitana da Grande Vitória atraindo, no primeiro momento, 120 mil pessoas e revelando um crescimento expressivo nas décadas seguintes.

É nesta década (1970) que a população passa a migrar para o município-sede e o interior passa a diminuir o ritmo de crescimento demográfico. Tendo em vista a instalação

de novas indústrias de pequeno e médio porte, o setor industrial ganhou toda a atenção do Governo Federal e Estadual por meio de incentivos fiscais, infraestrutura urbana, toda uma estrutura institucional para atender as demandas do setor industrial.

Foi neste período que o Estado Capixaba passou pelo “milagre econômico brasileiro”, evidenciando a cidade de Vitória como polo expressivo no que tange ao potencial da industrialização. Apresentaram ritmo acelerado de crescimento os municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, ultrapassando os 200 mil habitantes. Outros municípios também ganham população por conta da instalação de obras de siderurgia e Centros Industriais, como Serra.

A evolução da população pode ser percebida na Tabela 15 que apresenta as questões demográficas e econômicas da RMGV. A estimativa populacional da RM, segundo dados do IBGE 2015, chegou a 1.910,101 milhões de habitantes, o que representa 48,60% da população do Estado.

Tabela 15: Evolução populacional da região metropolitana da Grande Vitória nos anos 2000, 2010 e 2015.

| RM | População | | | Area Total Município km ² | Densidade Demográfica (Hab/km ²) | | | População em relação ao Estado 2015 (%) | População em relação ao Brasil 2015 (%) | IDHM | Renda Per Capita |
|-----------------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------------------------|--|---------------|---------------|---|---|--------------|------------------|
| | 2000 | 2010 | 2015 | | 2000 | 2010 | 2015 | | | | |
| Cariacica | 324.285 | 348.738 | 381.802 | 279,859 | 1158,74 | 1246,12 | 1364,27 | | | 0,718 | 620,89 |
| Fundão | 13.009 | 17.025 | 19.985 | 288,724 | 45,06 | 58,97 | 69,22 | | | 0,718 | 657,18 |
| Guarapari | 88.400 | 105.286 | 119.802 | 591,815 | 149,37 | 177,90 | 202,43 | | | 0,731 | 830,51 |
| Serra | 321.181 | 409.267 | 485.376 | 547,637 | 586,49 | 747,33 | 886,31 | 48,6 | 0,93 | 0,739 | 705,89 |
| Viana | 53.452 | 65.001 | 74.499 | 312,745 | 170,91 | 207,84 | 238,21 | | | 0,686 | 523,61 |
| Vila Velha | 345.965 | 414.586 | 472.762 | 209,965 | 1647,73 | 1974,55 | 2251,62 | | | 0,800 | 1211,79 |
| Vitória | 292.304 | 327.801 | 355.875 | 96,536 | 3027,93 | 3395,63 | 3686,45 | | | 0,845 | 1866,58 |
| RM DA GRANDE VITÓRIA | 1.438.596 | 1.687.704 | 1.910.101 | 2327,281 | 618,14 | 725,18 | 820,74 | | | 0,772 | 1038,38 |

Fonte: Censo IBGE 2000, 2010, estimativas populacionais IBGE para 2015; Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil/PNUD 2013.

Cinco municípios concentram população acima de 300 mil habitantes: Serra (485.376), Vila Velha (472.762), Cariacica (381.802), Vitória (355.875). Esses municípios têm um alto grau de conurbação entre os municípios vizinhos à capital e a separação por grandes áreas extensas, sem ocupação dos municípios de Fundão e Guarapari. São nesses municípios, com maior população, que se encontram as indústrias, os polos petroquímicos e forte concentração de conjuntos habitacionais, como no município de Fundão.

O município de Serra merece destaque por ter apresentado uma Taxa Geométrica de Crescimento de 2,45% ano, totalizando 485.376 mil habitantes nas estimativas do IBGE em 2015. Neste mesmo ano, atingiu o maior número absoluto da população. Isso se deve à expansão imobiliária com projetos de edificações grandiosos e de luxo com condomínios fechados, instituições de ensino, centros comerciais, hospitais, etc. Também neste ano,

apresenta a segunda maior área da RMGV, com 547,637 km², sendo o quarto maior município com densidade demográfica da RM (886,31 hab/km²).

O município de Cariacica foi o que mais ganhou população, 92,99% no período de 2010 a 2015, ultrapassando Vitória (89,17%); mesmo na análise no período de 2000 a 2015, Cariacica ainda atrai mais pessoas (84,94%) e Vitória com (82,14%). Quanto à questão da concentração populacional, Vitória, ainda tem a maior concentração de habitantes por quilômetros quadrados, 3.686,45, em 2015, apesar de ocupar uma área menor do que os outros municípios (96.536Km²).

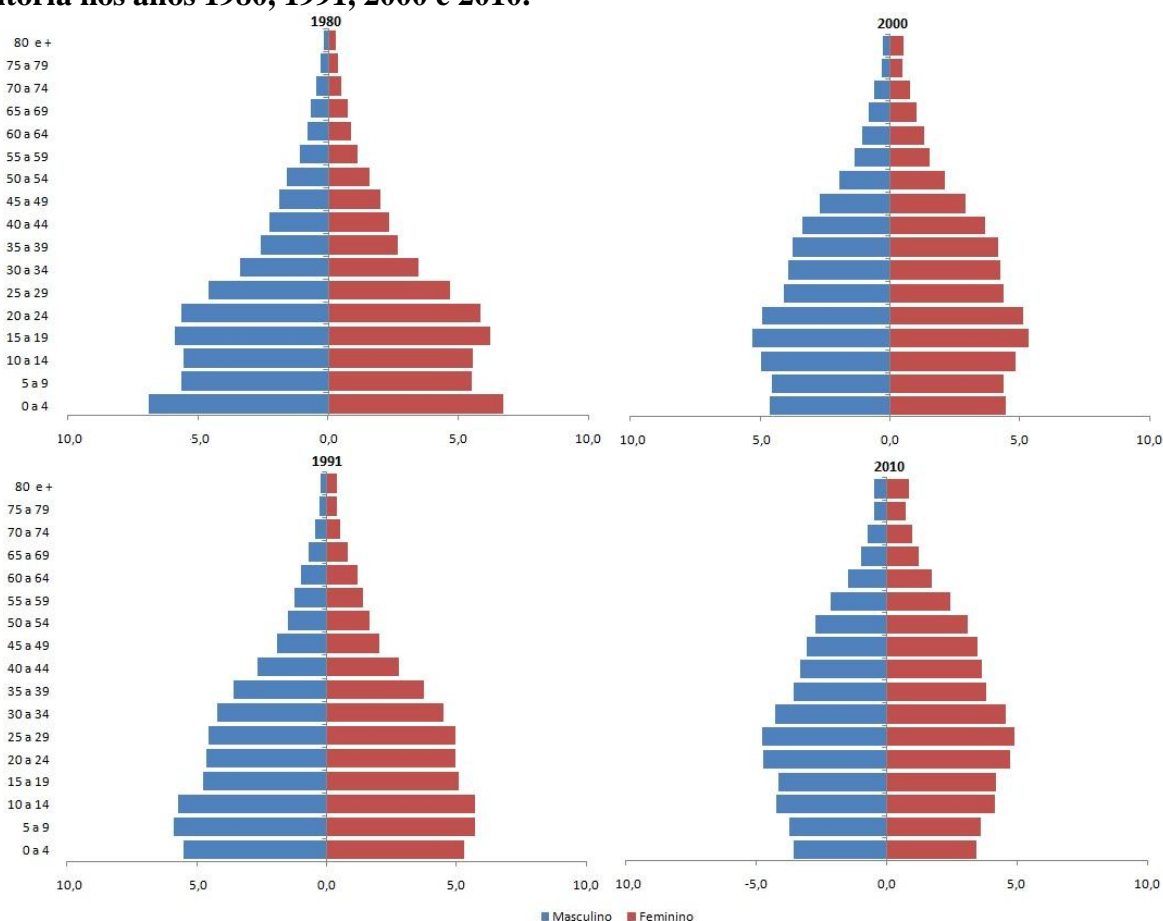
A dinâmica desses municípios ainda está ligada diretamente ao município-sede, Vitória, seja pela sua atratividade de fluxo de emprego, seja pela relação de ligação entre os polos industriais e de serviços.

A verticalização desses municípios pode ter contribuído para o aumento da moradia em alguns deles, como em Vila Velha, o que pode ter contribuído para o aumento da densidade populacional (2.251,62 hab/km²).

Miranda et al (2014) destacam que, em meados do século XX, o Estado do Espírito Santo apresentava uma população com bases rurais, com ocupações agrícolas e famílias numerosas, em torno de sete filhos. As fortes mudanças estruturais na década de 1970 provocaram efeitos em toda a sociedade, fazendo com que a transição demográfica foi mais acelerada. Segundo o IBGE 2013, o número de filhos atingiu 1,75 em 2010, indicando que a fase de transição encontra-se mais avançada que o restante do Brasil.

A estrutura etária da população da RMGV refletiu o processo de transição demográfica das últimas décadas no Brasil que ocasionou a redução da base da pirâmide e a modificação da sua forma, e isso é possível inferir na pirâmide etária de 2010, como apresentado na Figura 19.

Figura 19: Pirâmides etárias masculino, feminino da região metropolitana da Grande Vitória nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Censo IBGE 2000, 2010, estimativas populacionais 2015; Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil/IPEA 2013.

A queda da taxa de fecundidade em todos os municípios levou o estreitamento da base da pirâmide. Outros fatores que contribuíram foram o alargamento do centro, o deslocamento da população das faixas etárias nas últimas décadas, acrescida da população imigrante que se encontra nas faixas etárias por conta da seletividade do componente migratório. Junta-se a esse processo o aumento da expectativa de vida, aumentando o topo da pirâmide.

Em 1980, a pirâmide apresentava base larga, indicando alta taxa de natalidade na faixa etária de 0 a 04 anos (13,66%) e baixa expectativa de vida, por conta do estreitamento do topo (2,35% e 2,78% para o sexo masculino e feminino) nas faixas etárias de 60 anos e mais. Essa pirâmide apresenta uma população mais jovem.

Em 2010, a pirâmide etária da RMGV sofreu mudança. Houve uma queda da taxa de natalidade, e a população encontra-se nas faixas etárias de 20 a 29 anos (19,16%). O processo de envelhecimento da população é percebido no alargamento do topo da pirâmide,

revelando o recrudescimento da expectativa de vida dos idosos. Essa população assim se apresenta para os sexos masculino e feminino (4,12% e 5,54%) nas faixas etárias de 60 anos e mais para sexo, masculino e feminino, respectivamente.

A RMGV apresenta uma população jovem, com força de trabalho, o que tem atraído esses habitantes para algumas localidades específicas por conta de investimentos nos municípios metropolitanos. Estudos do Observatório das Metrôpoles 2013, no período de 2000 a 2009, indicam que o aumento dessa população teria vínculo com sete projetos anunciados para implantação no Estado do Espírito Santo, onde foram instalados na RMGV: projetos em mineração, siderurgia, e de petróleo, inclusive a instalação da sede da Petrobras na Capital.

Esses movimentos econômicos e os preços das commodities impulsionaram o crescimento do PIB na RMGV, o qual representa 19,14%, pouco mais de 64,3 bilhões da produção do Estado (120 363 143) em 2015, segundo o IBGE. A cidade de Vitória (23, 04 bilhões), Serra (17,79 bilhões) e Vila Velha (11,11 bilhões) apresentam o maior PIB dos municípios que compõem a RM.

Embora os quatro municípios possuam o maior quantitativo populacional no período de 2000 a 2015, observa-se que a concentração de riqueza está em Vitória, com Renda Per Capita de R\$ 1.866,58 e Vila Velha com R\$ 1.211,79, sendo que o mesmo ocorre com o IDMH, apresentando nível muito alto (0,845 e 0,800) respectivamente, apesar dos outros municípios apresentarem níveis altos, com exceção de Viana, 0,686 (ver Tabela 14).

As grandes transformações ocorridas ao longo das décadas na RMGV possibilitaram a diversidade intra-regional na atual RM capixaba e que apresenta sua característica singular, fornecendo dados para os entes públicos, para a questão da gestão metropolitana e os problemas comuns entre os municípios que fazem parte do arranjo institucional. É preciso ver esses dados da RMGV com outro olhar, para que em um futuro próximo as consequências da tomada de decisão para a gestão metropolitana possa chegar às populações que vivem nesses aglomerados que mais necessitam da ajuda estatal.

6.9 Região Metropolitana de Rio de Janeiro

Foi em 1974 que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) foi institucionalizada por força de Lei Complementar Federal nº 20, de 1º de julho, um ano depois da criação das oito RMs pelo mesmo decreto do governo militar que uniu o Estado de

Guanabara ao Estado do Rio de Janeiro, criando o novo Estado do Rio de Janeiro. No início, a RMRJ foi criada com 14 municípios e vem sofrendo com o processo de esvaziamento político e institucional desde a década de 1990, com a saída de quatro municípios integrantes da composição original (Itaguaí, Mangaratiba, Maricá e Petrópolis).

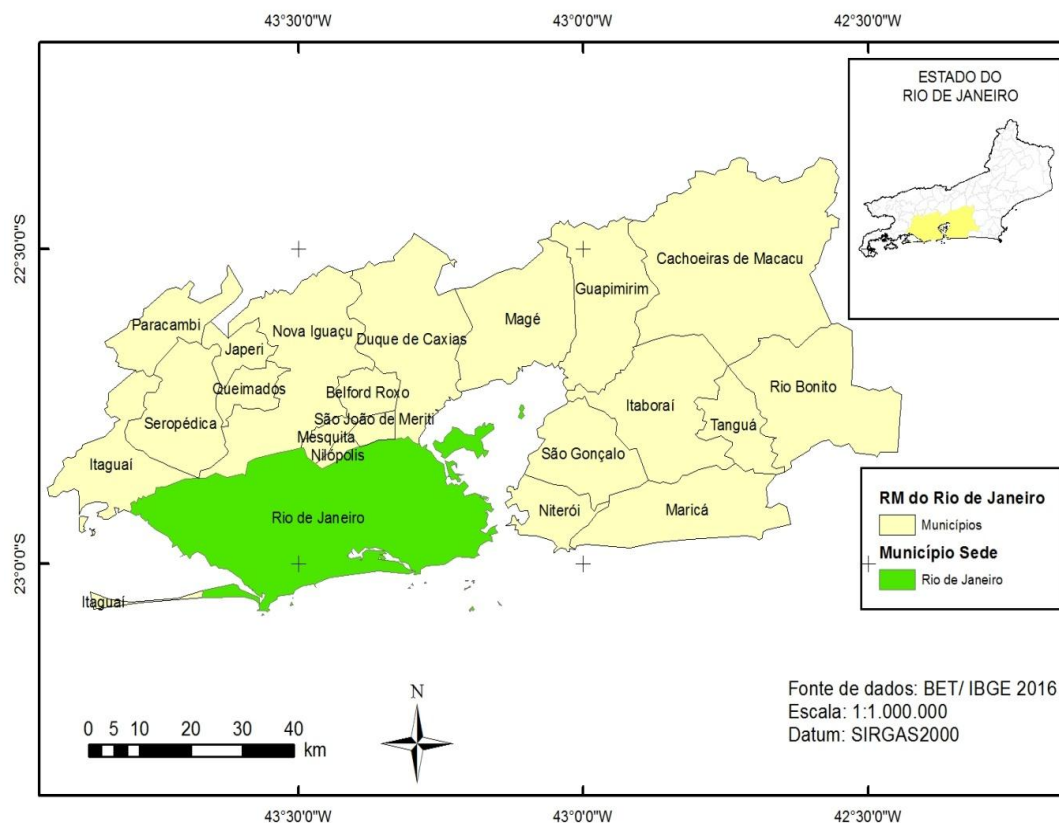
Petrópolis saiu para compor parte da Região Serrana, e o mesmo ocorreu em 2002 com os municípios Mangaratiba, Itaguaí e Maricá, passando a ser incluído na Região de Costa Verde, e o segundo para a Região das Baixadas Litorâneas, áreas de expansão do turismo.

Foi a partir da década de 1990 que o Estado passou a incluir os municípios que passou a ser emancipados à RM Fluminense. Belford Roxo foi incluído em 21 de novembro de 1990, pela LCE n° 64 e por desmembramento os municípios: Guapimirim, Japeri, em 1° de janeiro de 1993, e, em 1° de janeiro de 1997, os municípios de Seropédica e Tanguá, também por desmembramento, e no mesmo ano, o município de Itaguaí pela LCE n° 133, de 15 de dezembro de 2009; finalizando com 21 municípios³⁰, incluindo Cachoeira de Macau e Rio Bonito pela LCE n° 26, de dezembro de 2013.

Os municípios que compõem a RMRJ estão assim distribuídas na Região do Estado do Rio de Janeiro, como visto na Figura 20.

³⁰ A divisão do território apresenta seis mesorregiões geográficas: Baixadas, Centro Fluminense, Metropolitana do Rio de Janeiro, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense e Sul Fluminense. A Região Centro-Sul e Médio Paraíba que são diferentes por possuírem expressiva industrialização por instalação da siderúrgica de Volta Redonda e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), outro destaque são os atrativos turísticos na região Sul e ao Norte do Estado (Baía de Ilha Grande e Baixadas litorâneas e Região Serrana). No Noroeste do Estado apresenta uma forte produção agrícola contrapondo a região Norte que apresenta a produção petrolífera da Bacia de Campos (EVARTTI, 2003).

Figura 20: Municípios que compõem a região metropolitana de Rio de Janeiro.



Fonte: Elaborado por LMF/INPA e autor.

Os diversos processos de trabalho e o poder público possibilitaram um modelo de governança metropolitana da RM. O universalismo de um conjunto de procedimentos em: clientelismo, patrimonialismo e corporativismo segue a lógica da governança no Rio de Janeiro, apresentando algumas variações para alguns municípios, tais como de poder, da coalizão, alianças, hegemonia de classes e governos municipais e estaduais (JÚNIOR, 2015, p. 462).

No contexto atual a Lei Complementar Estadual n.º 010, de 08 de setembro de 2015, dispõe sobre a RMRJ a sua composição, organização, gestão e define suas funções públicas de interesse comum e cria a Agência Executiva Região do Rio de Janeiro e dá outras providências.

A LCE n.º 010 apresenta os instrumentos da gestão administrativa da RMRJ: Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado; Planos Multissetoriais Integrados Metropolitanos; Sistema de Informações Metropolitanas; Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana.

O Conselho Deliberativo da Região Metropolitana exerce a função de Governança da Gestão formada pelo governador do Estado, que preside o conselho, e pelos prefeitos dos municípios que integram a RM. A Lei Complementar Estadual ainda prevê a participação da sociedade civil, comitês e entidades participantes, instituições de pesquisas, órgãos estaduais e municipais, entre outros que integram nos projetos da Câmara Metropolitana de Integração Governamental, além de dar poderes ao executivo estadual a criar o Fundo de Desenvolvimento da RMRJ, vinculado ao CDRMRJ, que tem a finalidade de dar suporte financeiro às despesas e custeios e de investimentos a RM, incluindo as despesas da Agência Executiva.

A pesar de perder espaços para o crescimento de São Paulo, a cidade do Rio de Janeiro comporta grande parte das agências bancárias, grande número de sede de empresas privadas e estatais, um grande sistema de transporte e aeroviário com ligação com todo o Brasil, como apontado por Siqueira (2014. p.82).

Esses investimentos vêm ocorrendo desde o governo militar que programou grandes investimentos no Estado nas zonas Oeste e Norte, como forma de compensar a região pela transferência da capital para Brasília em 1960.

Para o IPEA (2013), a RMRJ apresenta dois quadros de instabilidade econômica: as indústrias perdem capacidade de competitividade com outros eixos mais globalizados, principalmente para São Paulo e sua região de influência e, recentemente, para Belo Horizonte, Salvador e Vitória; e a perda das principais sedes das grandes empresas que se instalaram na grande São Paulo.

Apesar de todas essas perdas a RMRJ não diminuiu concentração populacional e atividade econômica, mesmo ao considerar os fluxos das atividades e ofertas de bens e serviços que se apresenta na grande metrópole, característica da "nova economia global".

O que se observou nas décadas seguintes é que as plantas industriais se concentraram no "triângulo" econômico formado pelas maiores metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Apesar dessa concentração econômica em algumas regiões, a diversificação produtiva não ocorreu da mesma forma e algumas não foram beneficiadas ou os investimentos não foram como programados, impedindo o maior dinamismo e crescimento esperado.

Nos apontamentos de Dain (1990), a cidade do Rio de Janeiro, a partir de 1930, começou a perder seu espaço pioneiro, mesmo com a transferência da capital. Essa perda da hegemonia econômica e de capitalidade ocorreu por diversos processos históricos e

principalmente por falta de investimentos nas novas tecnologias, nas indústrias que se tornaram ultrapassadas, perdendo espaços para setores mais modernos e tecnológicos com maior produtividade (DAIN, 1990).

Em meados de 1980, houve uma grande mudança que começava a assinalar um crescimento de investimentos e de produção no Estado, como a expansão da produção de petróleo na bacia de Campos, no norte Fluminense, e na década de 1990, a descoberta de óleo na bacia de Roncador, considerada a maior do país na camada pós-sal (SIQUEIRA, 2014).

A economia petrolífera contribuiu decisivamente para o aumento do PIB para o Estado do Rio de Janeiro, acompanhando a trajetória do ciclo nacional. A RMRJ apresentou o segundo maior PIB, em 2015, das 12 metrópoles apresentada neste trabalho, com mais de 472 bilhões (472 081 080,543), o que representa 72,62% de toda a arrecadação do Estado.

A cidade de Rio de Janeiro, em 2015, apresentou o PIB de 320 bilhões, ficando em segundo lugar no *ranking* nacional das 100 capitais com maior PIB a preços correntes, ou 5,35% de todo o País. Quatro municípios se destacam na Região Metropolitana com PIB acima de 15 milhões: Duque de Caxias (35 114 425,720), Niterói (25 718 732,541), São Gonçalo (16 571 311,692) e Nova Iguaçu (15 948 717,619). Os cinco municípios representam 87,72% do PIB da RMRJ.

Em resumo, a produção geral do PIB só não foi menor por conta da forte produção do petróleo na bacia de Campos e pela questão do preço do petróleo no mercado internacional, principalmente, na década 2000, quando houve forte expansão (SIQUEIRA, 2014).

O Pib Per Capita é maior nesses municípios por conta da forte atração das grandes indústrias e melhor oferta de trabalho. É na Região Sul Fluminense que nos anos 2000 se instalaram as grandes empresas automobilísticas e da indústria química, como no município de Duque de Caxias, e a intensificação de obras de infraestrutura, do PAC 1 e 2 e, posteriormente, dos megaeventos esportivos e internacionais (Copa 2014, Olimpíadas 2016) e a descoberta da camada pré-sal e no setor de telecomunicações.

Como observado, a participação no PIB do setor petroquímico é decisiva, não só para a RMRJ mas para o Estado. No entanto, outros setores também contribuem para esse crescimento. A indústria extrativista que teve uma participação relativa de 1995-2011 (de 1,2% para 14,5%), indústria de transformação (de 10% para 8% apesar de ter diminuído), e do setor terciário que teve uma queda de 80% para 70, mas contribuiu para o aumento elevado na arrecadação estadual (SIQUEIRA, 2014).

A análise do PIB da RMRJ não significa que a riqueza também anda no mesmo ritmo para todos os municípios. Estudos do PNUD 2013, com dados do IBGE para 2010, apontam que o Pib Per Capita da RMRJ apresenta índice alto (R\$ 1.130,72), muito por conta do avanço nos índices dos municípios de Niterói (R\$ 2.000,29) e por Rio de Janeiro (R\$ 1.492,63), o que reflete um espraiamento da distribuição da renda para alguns municípios como apresentado na Tabela 16.

Tabela 16: Evolução populacional da região metropolitana do Rio de Janeiro nos anos 2000, 2010 e 2015.

| RM | População | | | Area Total Município km ² | Densidade Demográfica (Hab/km ²) | | | População em relação ao Estado | População em relação ao Brasil | IDHM | Renda Per Capita |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------------------------|--|----------------|----------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------|------------------|
| | 2000 | 2010 | 2015 | | 2015 | 2000 | 2010 | | | | |
| Belford Roxo | 434.474 | 469.332 | 481.127 | 77,815 | 5583,42 | 6031,38 | 6182,96 | | | 0,684 | 491,51 |
| Cachoeiras de Macacu | 48.543 | 54.273 | 56.290 | 953,801 | 50,89 | 56,90 | 59,02 | | | 0,7 | 604,45 |
| Duque de Caxias | 775.456 | 855.048 | 882.729 | 467,62 | 1658,30 | 1828,51 | 1887,71 | | | 0,711 | 592,81 |
| Guapimirim | 37.952 | 51.483 | 56.515 | 360,766 | 105,20 | 142,70 | 156,65 | | | 0,698 | 594,06 |
| Itaboraí | 187.479 | 218.008 | 229.007 | 430,374 | 435,62 | 506,55 | 532,11 | | | 0,693 | 584,35 |
| Itaguaí | 82.003 | 109.091 | 119.143 | 274,401 | 298,84 | 397,56 | 434,19 | | | 0,715 | 635,5 |
| Japeri | 83.278 | 95.492 | 99.863 | 81,869 | 1017,21 | 1166,40 | 1219,79 | | | 0,659 | 420,15 |
| Magé | 205.830 | 227.322 | 234.809 | 388,496 | 529,81 | 585,13 | 604,41 | | | 0,709 | 567,59 |
| Maricá | 76.737 | 127.461 | 146.549 | 362,569 | 211,65 | 351,55 | 404,20 | | | 0,765 | 910,41 |
| Mesquita | 0 | 168.376 | 170.751 | 41,477 | 0,00 | 4059,50 | 4116,76 | | | 0,737 | 640,37 |
| Nilópolis | 153.712 | 157.425 | 158.309 | 19,393 | 7926,16 | 8117,62 | 8163,20 | 74,20 | 6,01 | 0,753 | 755,26 |
| Niterói | 459.451 | 487.562 | 496.696 | 133,919 | 3430,81 | 3640,72 | 3708,93 | | | 0,837 | 2000,29 |
| Nova Iguaçu | 920.599 | 796.257 | 807.492 | 519,159 | 1773,25 | 1533,74 | 1555,38 | | | 0,713 | 591 |
| Paracambi | 40.475 | 47.124 | 49.521 | 179,772 | 225,15 | 262,13 | 275,47 | | | 0,72 | 580,49 |
| Queimados | 121.993 | 137.962 | 143.632 | 75,695 | 1611,64 | 1822,60 | 1897,51 | | | 0,68 | 484,4 |
| Rio Bonito | 49.691 | 55.551 | 57.615 | 456,455 | 108,86 | 121,70 | 126,22 | | | 0,71 | 643,54 |
| Rio de Janeiro | 5.857.904 | 6.320.446 | 6.476.631 | 837,263 | 6996,49 | 7548,94 | 7735,48 | | | 0,799 | 1492,63 |
| São Gonçalo | 891.119 | 999.728 | 1.038.081 | 247,709 | 3597,44 | 4035,90 | 4190,73 | | | 0,739 | 669,3 |
| São João de Meriti | 449.476 | 458.673 | 460.625 | 35,216 | 12763,40 | 13024,56 | 13079,99 | | | 0,719 | 597,57 |
| Seropédica | 65.260 | 78.186 | 82.892 | 283,766 | 229,98 | 275,53 | 292,11 | | | 0,713 | 604,82 |
| Tanguá | 26.057 | 30.732 | 32.426 | 145,503 | 179,08 | 211,21 | 222,85 | | | 0,654 | 440,84 |
| RM DO RIO DE JANEIRO | 10.967.489 | 11.945.532 | 12.280.703 | 6.373,038 | 1720,92 | 1874,39 | 1926,98 | | | 0,771 | 1130,75 |

Fonte: Censo IBGE 2000, 2010, estimativas populacionais IBGE para 2015; Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil/PNUD 2013.

A cidade do Rio de Janeiro foi introduzindo-se de forma secundária nas interrelações do trabalho e da economia brasileira, uma vez que, o mercado nacional e seus efeitos influenciaram, sobremaneira, na formação econômica e territorial do atual Estado do Rio de Janeiro.

Essa transformação urbana na RMRJ percorre momentos históricos, sociais, econômicos que foram marcados pelo controle do capital mercantil instalado no Rio de Janeiro e pelo espraiamento do processo de urbanização se intensificou na segunda metade do século XX.

O processo de crescimento demográfico acompanha a questão econômica histórica que ocorreu no Estado (IBGE, 2010). Foi a partir de 1980 que o IBGE registrou uma disparidade do crescimento populacional da RMRJ em relação ao Estado, marcado pela forte queda da

taxa de natalidade e baixos fluxos migratórios do interior do Estado e de outros municípios do Brasil.

O que pode ter influenciado no crescimento dessa população na RMRJ foi o novo modelo econômico liberal com abertura de mercado e reestruturação produtiva e a participação de oferta de trabalho (SIQUEIRA, 2014).

Na Tabela 15 é possível observar que a RMRJ possui mais de 12 milhões de habitantes, ou 74,20% dos 16,5 milhões do Estado, ou 6,01% da população brasileira, sendo a segunda RM com maior população do País, perdendo apenas para RMSP. Esses números se confirmam com a cidade do Rio de Janeiro com 6.476.631 milhões de habitantes, ficando acima de Salvador (2,9 milhões) e Brasília (2,9 milhões).

São 13 municípios com mais de 100 mil habitantes, com destaque para São Gonçalo (1.038.081 milhão), Duque de Caxias (882.729) e Nova Iguaçu (807.492) com mais de 800 mil pessoas, Niteroi (496.696) e Belford Roxo (481.127) com mais de 400 mil com estimativas populacionais do IBGE para 2015. Esses dados revelam a distribuição da população da RMRJ que está concentrada em municípios com forte atração ao município-sede.

A RMRJ teve um aumento de sua população de 3,36% no período de 2010 a 2015. Quando analisada a Taxa Geométrica de Crescimento Anual, houve uma queda em comparação a 2000 a 2010 de 0,83% e de 2010 a 2015 de 0,74%. Há de se considerar que outras Regiões Metropolitanas ganharam população por conta dos processos socioeconômicos de atração de cada município que compõem esses arranjos.

Ao considerarmos o território metropolitano do Rio de Janeiro, notamos que as mulheres aparecem em número maior que a dos homens nas idades mais avançadas. O que podemos notar que os homens vivem mais nos territórios fora da metrópole e essa característica está relacionada ao aspecto de mortalidade, condições de saúde e a violência que apresenta diferentes características nesses espaços (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2012).

Nas pirâmides etárias da RMRJ, é possível observarmos que não houve uma mudança significativa entre homens e mulheres nos valores absolutos nas últimas quatro décadas. A população RMRJ se distingue quando analisado nos grupos etários. Em 1980, a população se concentra nas faixas etárias de 0 a 24 anos (29,65% para homens e 29,93% para mulheres). Esse número muda em 2010, primeiro por conta da faixa etária onde se situa o

corpo da pirâmide, 10 a 29 anos (13,68% e 13,82%), apresentando uma população mais jovem. No entanto, essa população tem chegado com mais frequência a idades avançadas.

A base da pirâmide que em 1980 era larga, com alta taxa de natalidade, em 2010 afunila, apresentando uma população com mais força de trabalho e mais idosa, com um aumento da expectativa de vida. Em 1980, a porcentagem era de 3,08% para homens e 4,26% para mulheres. Em 2010, passou para 5,33% e 7,92% para homens e mulheres respectivamente.

Figura 21: Pirâmides etárias masculino, feminino da região metropolitana do Rio de Janeiro nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Censos demográficos 1980, 1991, 2000, 2010/IBGE; Estimativas populacionais 2000 e 2013/RIPSA; Elaboração do autor.

Entre as décadas de 2000 e 2010, o envelhecimento da população foi maior, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Isso reflete uma tendência do Brasil, uma vez que o Estado do Rio de Janeiro apresentou a maior população envelhecida do País (1980 a 2010). O que marca essa explicação está na redução da fecundidade e a migração ocorrida nos municípios que compõem a RMRJ (TAVARES; OLIVEIRA, 2014. p 127).

Apesar da população mais velha ter ocupado grande parte da pirâmide, é a parte jovem que tem abarcado a maior parcela. O que contribuiu para o aumento do corpo da pirâmide

foi a faixa etária de 30 a 34 anos, que apresentou pouca redução ao longo da década, mas que manteve sua participação. Em consequência, a população ativa ganha maior força de trabalho.

A pesar da dinâmica populacional estar concentrada na RMRJ ao longo da década, vem perdendo concentração na RM do Rio de Janeiro, muito por conta da continuidade do crescimento populacional nas Baixadas Litorâneas e um aumento no Norte Fluminense, regiões que sofrem influências da dinâmica econômica. É o que pode ocorrer com a Região Norte com o Porto do Açu que certamente vai trazer impactos econômicos, ambientais e demográficos para região (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2012).

A RMRJ apresenta sua população concentrada nesta região, e notadamente no município-sede, há um processo de metropolização e periferação dos municípios que estão interligados à metrópole, ou seja, há um processo incipiente de interiorização do crescimento, como observados nos dados dos Censos do IBGE 2000 e 2010.

O que corrobora para a periferação da população da RMRJ é o número de pessoas que vivem em aglomerados subnormais e loteamentos irregulares na cidade do Rio de Janeiro. Segundo dados do IBGE (2010), são 1.393.341 pessoas morando em 763 favelas no município-sede, o que representa 22,03% do total de moradores da cidade. A cidade do Rio fica à frente da cidade de São Paulo, que tem a população de favelados e loteamentos irregulares em 1.280,400.

Esses números revelam que o Estado não tem direcionados os investimentos das políticas públicas para o setor de moradia adequada para essas populações. O município do Rio de Janeiro ainda tem o título de possuir a maior favela do país, a Rocinha, pois segundo o Censo do IBGE 2010, possuía 69.161 pessoas morando nos aglomerados subnormais.

Esse processo de concentração demográfica na RMRJ, segundo Souza e Terra (2017), pode ter mudado por conta dos diversos acontecimentos nacional e internacional ocorridos no Brasil a partir de 2015. A queda do barril no mercado internacional, a crise institucional da Petrobras e de empresas prestadoras de serviços, a construção civil em decorrência das ações da operação Lava à Jato e da atual crise da economia e política brasileira, não sendo no momento possível analisar o impacto que essas ações podem ter influenciado nesses processos econômicos demográficos na RMRJ (SOUZA; TERRA, 2017).

6.10 Região Metropolitana de São Paulo

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), segundo dados do IBGE 2016, apresenta na sua formação 39 municípios, dentre eles São Paulo, município-sede. A RMSP ocupa 7.927,176 km² do território paulista, com uma população com mais de 21 milhões de habitantes ou 47,51% do Estado, o que representa 10,32% da população do País.

A RMSP foi instituída por força de Lei Complementar Federal de nº 014, de 8 de junho de 1973, com 37 municípios (Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra, Vargem). O município Vargem Grande Paulista passou a integrar a Região Metropolitana de São Paulo por meio do Projeto de Lei Complementar nº 332 da Assembleia Legislativa do Estado, em 21 de novembro de 1983, e, por último, o município São Lourenço da Serra, por desmembramento, em 1º de janeiro de 1993.

A LCE 1.139/2011 instituiu o campo funcional da Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano (SDM), a qual tem por objetivo a elaboração e implementação de programas, ações e projetos em cumprimento à legislação Estadual Paulista. A SDM apresenta as seguintes características: Gabinete do Secretário; Conselho Deliberativo da Grande São Paulo; Conselho Consultivo do Desenvolvimento Integrado da RM da Baixada Santista e de Campinas; unidade de apoio aos conselhos e unidade de articulação de políticas setoriais (SÃO PAULO, 2011).

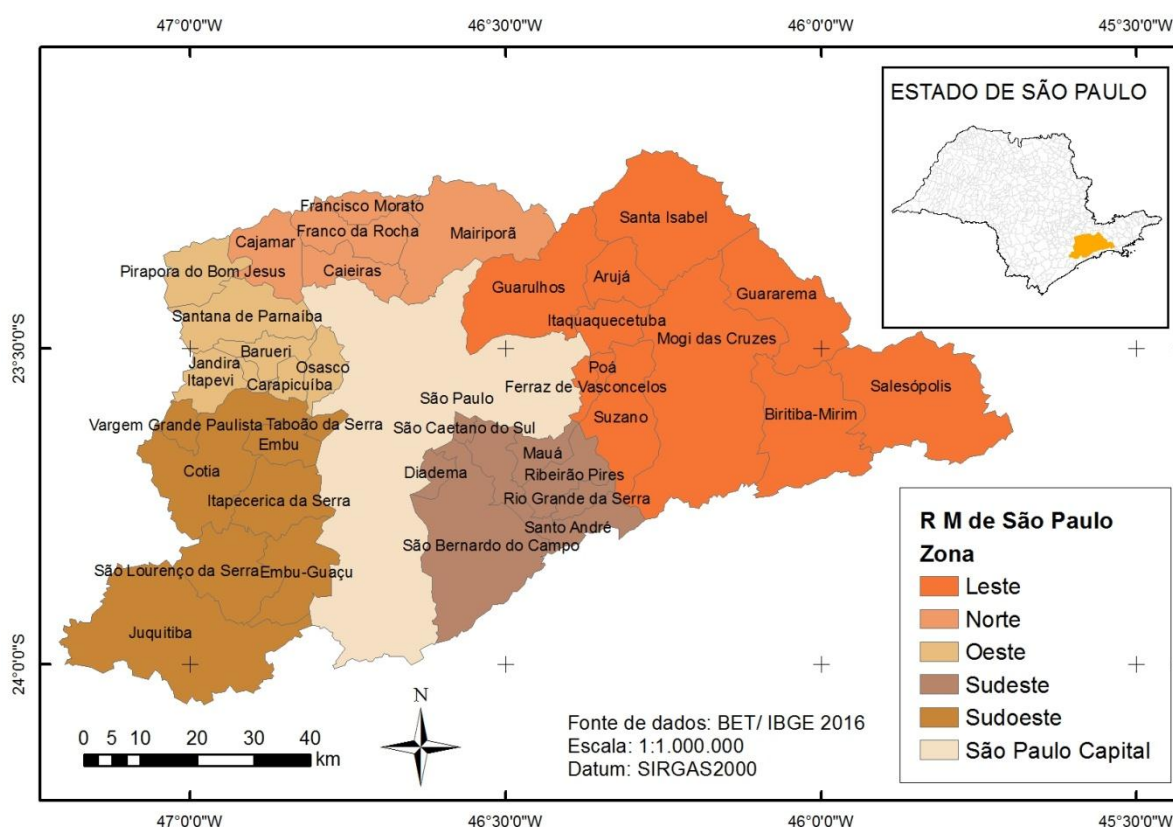
O Sistema da RMSP tem sua centralidade na Câmara de Desenvolvimento Metropolitano, colegiado presidido pelo Governo do Estado de São Paulo e composto por 11 secretarias estaduais, que têm como atribuição decidir sobre questões de caráter metropolitano. Dentre as entidades vinculadas estão a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A (Emplasa), a qual exerce a função de Secretária de Executiva do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, e o Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento (FUMEFI), dentre outros (FONTES, 2017).

O Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da RMSP é composto por integrantes da RM de SP, sendo este dividido por Câmaras Temáticas que visam estudos, pesquisas,

projetos e atividades relativas às FIPCs e Câmaras Temáticas Especiais de acordo com LCE n.1.193/2011. O Sistema Estadual de Desenvolvimento Metropolitano foi instituído em 2011 e tem objetivo de planejar e formular as políticas públicas metropolitanas e articular a execução de Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs).

A RMSP está assim distribuída no Estado de acordo com a Figura 22.

Figura 22: Municípios que compõem a região metropolitana de São Paulo.



Fonte: Elaborado por LMF/INPA e autor.

A RMSP alcança o topo de todos os *rankings* do Brasil, seja de população, de arrecadação de impostos, do Produto Interno Bruto, dentre outros. Em 2015, o PIB a preços correntes alcançou mais de R\$ 1 trilhão (1 056 948 121,141), ou 54,48% do Estado (1 939 890 056,241). A RMSP é o maior centro de riqueza do país.

A maior concentração de riqueza está na cidade de São Paulo, segundo dados do IBGE 2015. São Paulo vinha perdendo uma parte da fatia nos últimos anos. Em 2010, chegou a 11,6% do PIB nacional. Em 2014, caiu para 10,8%. Teve um leve aumento em 2015, 10,9%, como consequência da trajetória industrial, o que se evidenciou nas últimas décadas na desconcentração da economia paulista em direção ao interior, visto que a economia do Estado não está distribuída de forma uniforme no território da RMSP (GASPAR et al. 2015).

A RMSP abriga municípios que possuem economias bastante complexas, como São Paulo, Guarulhos, Osasco, Barueri e os municípios do ABC³¹ e até outros municípios com menor peso econômico.

Os 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo revelam um movimento de perda na participação do emprego na indústria e de redução do PIB industrial. No entanto, os conglomerados de municípios do ABC resistem por concentrar uma gama de indústrias diferenciadas, mas que essa perda está relacionada diretamente às características da indústria (química e metalúrgica), como também nas questões das defesas sindicais para manutenção dos empregos e o setor de serviços na RMSP, que continuam com mais empregos que outros setores da economia, muito por conta das desigualdades socioespaciais (SERRÃO, DIAS, 2015. p.75).

Apesar do PIB ser alto na RMSP, 17,63% do território nacional em 2015, essa concentração não se apresenta uniforme quando observamos a Renda Per Capita da população municipal. Vale lembrar que a Renda Per Capita é um indicador que contribui e mede o grau de desenvolvimento de um país e é obtido pela divisão do Produto Nacional Bruto, menos os gastos de depreciação do capital e os impostos diretos, pelo número total de habitantes.

O município de São Caetano do Sul apresenta o maior Pib Per Capita de todos os municípios da PMSP, com R\$ 2043,74, seguido dos municípios de Santana de Parnaíba (R\$ 1858,69), São Paulo (R\$ 1516,210), Santo André (R\$ 1304,31), São Bernardo do Campo (R\$ 1212,65), Barueri (R\$ 1095,84) e Cotia (R\$ 1085,66). A Tabela 16 apresenta a evolução dos municípios da RMSP.

³¹ O grande ABC ou ABC, paulista como é conhecida a região, está inserida na região Sudeste da RMSP, composto pelos seguintes municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, com uma população com mais de 2,7 milhões de habitantes, em uma área territorial de 828 km². (IBGE, 2015).

Tabela 17: Evolução populacional da região metropolitana de São Paulo nos anos 2000, 2010 e 2015.

| RM | População | | | Área Total Município km ² | Densidade Demográfica (Hab/km ²) | | | População em relação ao Estado | População em relação ao Brasil | IDHM | Renda Per Capita |
|------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------------------------|--|----------------|----------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------|------------------|
| | 2000 | 2010 | 2015 | | 2015 | 2000 | 2010 | | | | |
| Arujá | 59.185 | 74.905 | 83.939 | 96,167 | 615,44 | 778,91 | 872,85 | | | 0,784 | 910,67 |
| Barueri | 208.281 | 240.749 | 262.275 | 65,701 | 3170,13 | 3664,31 | 3991,95 | | | 0,786 | 1095,84 |
| Biritiba Mirim | 24.653 | 28.575 | 31.158 | 317,406 | 77,67 | 90,03 | 98,16 | | | 0,712 | 662,23 |
| Caieiras | 71.221 | 86.529 | 95.780 | 97,642 | 729,41 | 886,19 | 980,93 | | | 0,781 | 800,15 |
| Cajamar | 50.761 | 64.114 | 71.805 | 131,386 | 386,35 | 487,98 | 546,52 | | | 0,728 | 676,5 |
| Carapicuíba | 344.596 | 369.584 | 392.294 | 34,546 | 9974,99 | 10698,32 | 11355,70 | | | 0,749 | 712,78 |
| Cotia | 148.987 | 201.150 | 229.548 | 323,994 | 459,84 | 620,84 | 708,49 | | | 0,78 | 1085,66 |
| Diadema | 357.064 | 386.089 | 412.428 | 30,732 | 11618,64 | 12563,09 | 13420,15 | | | 0,757 | 694,55 |
| Embu das Artes | 207.663 | 240.230 | 261.781 | 70,398 | 2949,84 | 3412,45 | 3718,59 | | | 0,735 | 622,77 |
| Embu-Guaçu | 56.916 | 62.769 | 67.296 | 155,641 | 365,69 | 403,29 | 432,38 | | | 0,749 | 676,52 |
| Ferraz de Vasconcelos | 142.377 | 168.306 | 184.700 | 29,564 | 4815,89 | 5692,94 | 6247,46 | | | 0,738 | 587,83 |
| Francisco Morato | 133.738 | 154.472 | 168.243 | 49,001 | 2729,29 | 3152,43 | 3433,46 | | | 0,703 | 483,98 |
| Franco da Rocha | 108.122 | 131.604 | 145.755 | 132,775 | 814,32 | 991,18 | 1097,76 | | | 0,731 | 632,42 |
| Guararema | 21.904 | 25.844 | 28.344 | 270,816 | 80,88 | 95,43 | 104,66 | | | 0,731 | 748,79 |
| Guarulhos | 1.072.717 | 1.221.979 | 1.324.781 | 318,675 | 3366,18 | 3834,56 | 4157,15 | | | 0,763 | 829,91 |
| Itapeerica da Serra | 129.685 | 152.614 | 167.236 | 150,742 | 860,31 | 1012,42 | 1109,42 | | | 0,742 | 619,82 |
| Itapevi | 162.433 | 200.769 | 223.404 | 82,658 | 1965,12 | 2428,91 | 2702,75 | | | 0,735 | 575,72 |
| Itaquaquecetuba | 272.942 | 321.770 | 352.801 | 82,622 | 3303,50 | 3894,48 | 4270,06 | | | 0,714 | 502,85 |
| Jandira | 91.807 | 108.344 | 118.832 | 17,449 | 5261,45 | 6209,18 | 6810,25 | | | 0,76 | 792,33 |
| Juquitiba | 26.459 | 28.737 | 30.642 | 522,169 | 50,67 | 55,03 | 58,68 | 47,51 | 10,32 | 0,709 | 550,32 |
| Mairiporã | 60.111 | 80.956 | 92.323 | 320,697 | 187,44 | 252,44 | 287,88 | | | 0,788 | 944,03 |
| Mauná | 363.392 | 417.064 | 453.286 | 61,909 | 5869,78 | 6736,73 | 7321,81 | | | 0,766 | 709,25 |
| Mogi das Cruzes | 330.241 | 387.779 | 424.633 | 712,541 | 463,47 | 544,22 | 595,94 | | | 0,783 | 916,81 |
| Osasco | 652.593 | 666.740 | 694.844 | 64,954 | 10047,00 | 10264,80 | 10697,48 | | | 0,776 | 1003,4 |
| Pirapora do Bom Jesus | 12.395 | 15.733 | 17.646 | 108,489 | 114,25 | 145,02 | 162,65 | | | 0,727 | 546,69 |
| Poá | 95.801 | 106.013 | 113.793 | 17,264 | 5549,18 | 6140,70 | 6591,35 | | | 0,771 | 664,31 |
| Ribeirão Pires | 104.508 | 113.068 | 120.396 | 99,075 | 1054,84 | 1141,24 | 1215,20 | | | 0,784 | 847,11 |
| Rio Grande da Serra | 37.091 | 43.974 | 48.302 | 36,341 | 1020,64 | 1210,04 | 1329,13 | | | 0,749 | 563,57 |
| Salesópolis | 14.357 | 15.635 | 16.688 | 424,997 | 33,78 | 36,79 | 39,27 | | | 0,732 | 576,55 |
| Santa Isabel | 43.740 | 50.453 | 54.926 | 363,332 | 120,39 | 138,86 | 151,17 | | | 0,738 | 623,11 |
| Santana de Parnaíba | 74.828 | 108.813 | 126.574 | 179,949 | 415,83 | 604,69 | 703,39 | | | 0,814 | 1858,69 |
| Santo André | 649.331 | 676.407 | 710.210 | 175,782 | 3693,96 | 3847,99 | 4040,29 | | | 0,815 | 1304,31 |
| São Bernardo do Campo | 703.177 | 765.463 | 816.925 | 409,532 | 1717,03 | 1869,12 | 1994,78 | | | 0,805 | 1212,65 |
| São Caetano do Sul | 140.159 | 149.263 | 158.024 | 15,331 | 9142,20 | 9736,03 | 10307,48 | | | 0,862 | 2043,74 |
| São Lourenço da Serra | 12.199 | 13.973 | 15.177 | 186,456 | 65,43 | 74,94 | 81,40 | | | 0,728 | 640,64 |
| São Paulo | 10.434.252 | 11.253.503 | 11.967.825 | 186,456 | 55960,93 | 60354,74 | 64185,79 | | | 0,805 | 1516,21 |
| Suzano | 228.690 | 262.480 | 285.280 | 1521,11 | 150,34 | 172,56 | 187,55 | | | 0,765 | 654,61 |
| Taboão da Serra | 197.644 | 244.528 | 272.177 | 20,388 | 9694,13 | 11993,72 | 13349,86 | | | 0,769 | 812,19 |
| Vargem Grande Paulista | 32.683 | 42.997 | 48.720 | 42,489 | 769,21 | 1011,96 | 1146,65 | | | 0,77 | 876,61 |
| RM DE SÃO PAULO | 17.878.703 | 19.683.975 | 21.090.791 | 7927,176 | 2255,37 | 2483,10 | 2660,57 | | | 0,794 | 1249,72 |

Fonte: Censo 2000, 2010 e estimativas populacionais 2015/IBGE; Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil/PNUD 2013.

A RMSP possui melhores condições de trabalho e negócios, serviços médicos de referência, universidades, programações culturais, dentre outras áreas em relação à do Estado. Por sua vez, a RMSP apresenta altos índices de violência, déficit no transporte coletivo público, saneamento básico, de saúde e de ensino básico de qualidade (BAPTISTA, BORIN, 2015).

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal não é homogêneo para o conglomerado de municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Os maiores IDHM estão nos municípios de São Caetano do Sul (0,862), Santo André (0,815), Santana de Parnaíba (0,814), São Bernardo do Campo (0,805), São Paulo (0,805). Mesmo os municípios com menor IDHM, a RMSP apresenta alto índice (0,700) e isso reflete na média geral da Região Metropolitana que em 2010 alcançou 0,794, como visto na Tabela 17.

A expansão dos centros urbanos na RMSP foi marcado pela crescente economia globalizada de países em desenvolvimento, principalmente, com a hegemonia do capital financeiro e as interações com o mercado imobiliário. Dessa forma, Bógus e Pasternak (2015) destacam quatro fases da expansão metropolitana em São Paulo.

A primeira fase inicia-se em 1930 até a segunda guerra mundial, a qual os autores chamaram de fase de Expansão Rodoviária ou pré-metropolitana. É neste período que se instalam as indústrias ao longo das estradas de ferro (Santos-Jundiaí, Sorocaba) e se consolida a forte integração entre os municípios de Osasco, São Caetano do Sul e Santo André, que, à época, apresentavam características rurais, mas que despontavam como alojamento para os operários das construções ferroviárias e ao norte da cidade de São Paulo expandia o eixo ferroviário da central do Brasil.

A segunda fase é considerada como a que teve maior expansão da metrópole paulista, iniciando no segundo pós-guerra continuando até 1960, momento em que houve aceleração do crescimento industrial. Cresciam os municípios ao longo da via Anchieta e municípios do ABC Paulista (Santo André, São Bernardo e São Caetano) que tiveram suas paisagens ao longo desse período modificadas.

A terceira fase é marcada pela crescente dos blocos industriais em 1980, período de grande mudança que afeta a RMSP até hoje e conhecida como desenvolvimento da indústria automobilística, e o surgimento de outras atividades ligadas à indústria e ao comércio que se estabeleceram em consequência do processo da economia global paulista.

Esse processo de instalação das indústrias atraiu grande parte da população de outros Estados e do mundo. É a quarta fase que também teve início em 1980 e sofreu o efeito da desconcentração industrial e da população nas cidades que compunham a RMSP, processo este, iniciado em 1970.

Essas mudanças se devem à reestruturação das atividades econômicas, pois o País passou a ser inserido no mercado globalizado. As atividades terciárias ficaram em alta, o que

atraiu grande parte da mão de obra de outros setores. São Paulo passou a ser a metrópole de serviços (BÓGUS, PASTERNAK, 2015).

A RMSP ainda atrai número maior de pessoas muito por conta dos seus 39 municípios e seus atrativos. Os fluxos migratórios de pessoas estão entre os municípios com curta distância ao município-sede, mas que, apesar da queda dessa população, influenciada por diversos fatores, se manteve alta em comparação ao Estado de São Paulo. A Taxa Geométrica de Crescimento Anual no período de 1991-2000 foi de 2,52% nos municípios da RMSP, enquanto que no Estado essa taxa ficou em 1,78%. No período de 2000-2010, ficou em 1,15% e 1,09% respectivamente (SERÃO, DIAS, 2015.p 94).

Considerando que essa população concentra-se no centro-periferia, é importante destacar que é na RMSP que estão concentrados o maior número de habitações subnormais do Brasil, segundo o Censo do IBGE 2010. São 1.703 aglomerados, 27% do total de favelas no País, com uma população de mais de 2 milhões de habitantes, o que representa 19% da população brasileira (PASTERNAK, D'OTTAVIANO, 2016).

Segundo as autoras, de 2000 a 2010, o crescimento da taxa absoluta de favelas na capital foi de 24%, e nos municípios integrados a RMSP teve um registro de 52.503 de unidades de favelas, representando 11%, embora esses dados apontem para um crescimento na capital que concentra 66%, dos 39 municípios. Destes, 24 apresentaram favelas no seu território, e em alguns municípios a porcentagem alcança mais de 10%: Taboão da Serra (11,02%), Osasco (12,06%), Santo André (12,67%), Embu (13,14%), Guarulhos (15,98%), São Bernardo (20,04%), Mauá (20,24%), Diadema (20,97%) e São Paulo (11,42%) (PASTERNAK, D'OTTAVIANO, 2016. p.88).

Os dados do Censo do IBGE 2010 apontam que as maiores favelas são Paraisópolis (42.826 moradores) e Heliópolis (41.118 moradores). Quando observado fora do município de São Paulo, temos as favelas de Vila de São Pedro e São Bernardo do Campo, que juntas somam 26.321 pessoas morando nas duas maiores favelas fora do município-sede. População que contribui com mão de obra para indústria e serviços diversos para economia desses municípios (PASTERNAK, D'OTTAVIANO, 2016. p.213).

Outro ponto a ser considerado na RMSP é a sua infraestrutura rodoviária. As malhas ferroviárias são centradas na região do município de São Paulo, tais como: o complexo viário Anhanguera-Bandeirantes, Dutra-Trabalhadores, Anchieta-Imigrantes e as Rodovias Raposo Tavares, Castello Branco, Marechal Rondon e a Régis Bittencourt, Padre Manoel da Nóbrega, Lix da Cunha, Norival Pereira de Matos, dentre outras.

O que podemos inferir sobre a circulação de cargas e produtos é que gira em torno desses eixos viários. Outro ponto importante, incorporado recentemente, foi o Rodoanel que interliga esses sistemas. É na RMSP que estão os principais aeroportos do País com grande movimentação de passageiros: Cumbica, Guarulhos e Congonhas.

Vale ressaltar que foi a partir de 1990 que a capital paulista se consolidou como centro corporativo financeiro no Estado, caracterizando-se pela presença do complexo sistema de cidades do País. São nos municípios que circundam a RMSP e em seu entorno que estão as redes de articulações funcionais, nucleadas pelos fluxos e as relações que cada município possui com os núcleos metropolitanos no Estado paulista (São Paulo, Campinas, Baixada Santista e pelas aglomerações urbanas), além dos municípios polarizados em torno de 200 km ao redor do núcleo metropolitano (LENCIONI, 2011).

Essa população passou por um processo de envelhecimento ao longo da década. É o que se observa na estrutura etária da pirâmide da RMSP, de acordo com a Figura 23.

Figura 23: Pirâmides etárias masculino, feminino da região metropolitana de São Paulo nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Censos demográficos 1980, 1991, 2000, 2010/IBGE; Estimativas populacionais 2000 e 2013/RIPSA; Elaboração do autor.

O Censo do IBGE 2010 revelou um forte estreitamento da base da pirâmide: uma população mais jovem. A queda da fecundidade ao longo das quatro décadas foi um dos fatores preponderantes para a redução da proporção de jovens na população, conseqüentemente, a longevidade aumentou o número de pessoas que alcançou a faixa idosa.

Em 1980, a faixa etária com maior concentração está entre 0 a 04 anos. Em 2010, a concentração de jovens deslocou-se para as faixas etárias de 25 a 29 anos. A mudança também ocorreu na faixa etária mais idosa (60 anos e mais). Em 1980, alcançou 7,18%. Em 2010, foi para 13,20%, reafirmando uma população jovem e o processo de envelhecimento crescente da população da RMSP.

O que podemos observar na RMSP quanto à configuração urbana é que vem se reestruturando ao longo da década pela nova economia global. Essa reestruturação tem forte intensidade na estrutura social, aumentando a pobreza e a aparência da segregação espacial em algumas cidades, mas que ocorrem de maneira diferenciada em cada município, principalmente na cidade de São Paulo.

Embora a periferia tenha aumentado, ela também está mais urbanizada, com mais mobilidade, com transporte e serviços públicos mais presente, junto com a oferta de habitação, infraestrutura urbana que se distribui no tecido metropolitano.

É no tecido do arranjo metropolitano paulista que se observam os seus diferentes grupos socioespaciais, que nos permitem inferir sobre a sua tipologia, organização social, como se realocam no território, popularizando um modelo, centro-periferia, onde se concentram as camadas superiores e periferia que vem se afirmando ao longo das décadas na maior Região Metropolitana Brasileira.

6.11 Região Metropolitana de Porto Alegre

A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) é a mais densamente povoada do Rio Grande do Sul, com mais de 4 milhões de habitantes (4.258.926), ou 37,86% da população do Estado. Dos 497 municípios do RS, 34 fazem parte da RMPA, com densidade populacional 411,64 hab/km², abrangendo uma área total de 1.0346,213 km², segundo dados do IBGE para 2015.

O desenvolvimento da RMPA tem sua origem histórica a partir do século XVIII, com a evolução dos municípios: Viamão, Gravataí e Porto Alegre. Porto Alegre foi um dos

principais municípios, em 1772, para o escoamento dos produtos agrícolas dos colonos açorianos que se estabeleciam dentro do Estado, pela importância do rio Jacuí como meio de transporte e do Rio Guaíba como ponto de encontro dos povoados coloniais que transportavam seus produtos para fora do Estado (MARTINS, 2002).

Com grande concentração populacional, a RMPA foi criada pelo Governo Federal em 8 de julho de 1973, pela Lei Complementar nº 014, composta por 14 municípios (Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Viamão).

A nova Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1989 ratificou os 14 municípios; a RMPA emancipou outros que já faziam parte da RM: Eldorado do Sul, (que desmembrou de Guaíba), Glorinha (de Gravataí) e Nova Hertz (de Sapiranga). Houve também acréscimo de 5 municípios limítrofes: Triunfo, Portão, Ivoti, Dois Irmãos, Parobé totalizando, em 03 de outubro do mesmo ano, 24 municípios, 2,4% do território do Estado (6.830,64 km²) (MARTINS, 1991).

Com a vinda de novos imigrantes ao Rio Grande do Sul, surgiram novos núcleos de povoados no chamado Vale dos Sinos, ao norte de Porto Alegre, por volta de 1824. Fomenta-se a produção agrícola familiar, principalmente de hortaliças, expansão do comércio e finalmente o início da produção industrial na capital, onde o crescimento se intensificou no período das duas guerras mundiais por conta da substituição de importação.

Nos apontamentos de Martins (1991), Porto Alegre passou a ser uma cidade industrial tornando-se polo de produtos manufaturados no Estado, em grande parte devido aos implementos de infraestrutura, como construção de estradas que ligam a capital ao interior, favorecendo o eixo norte da região (Porto Alegre x Novo Hamburgo) e o processo de expansão metropolitana industrial nos municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo (METROPLAN, 1988).

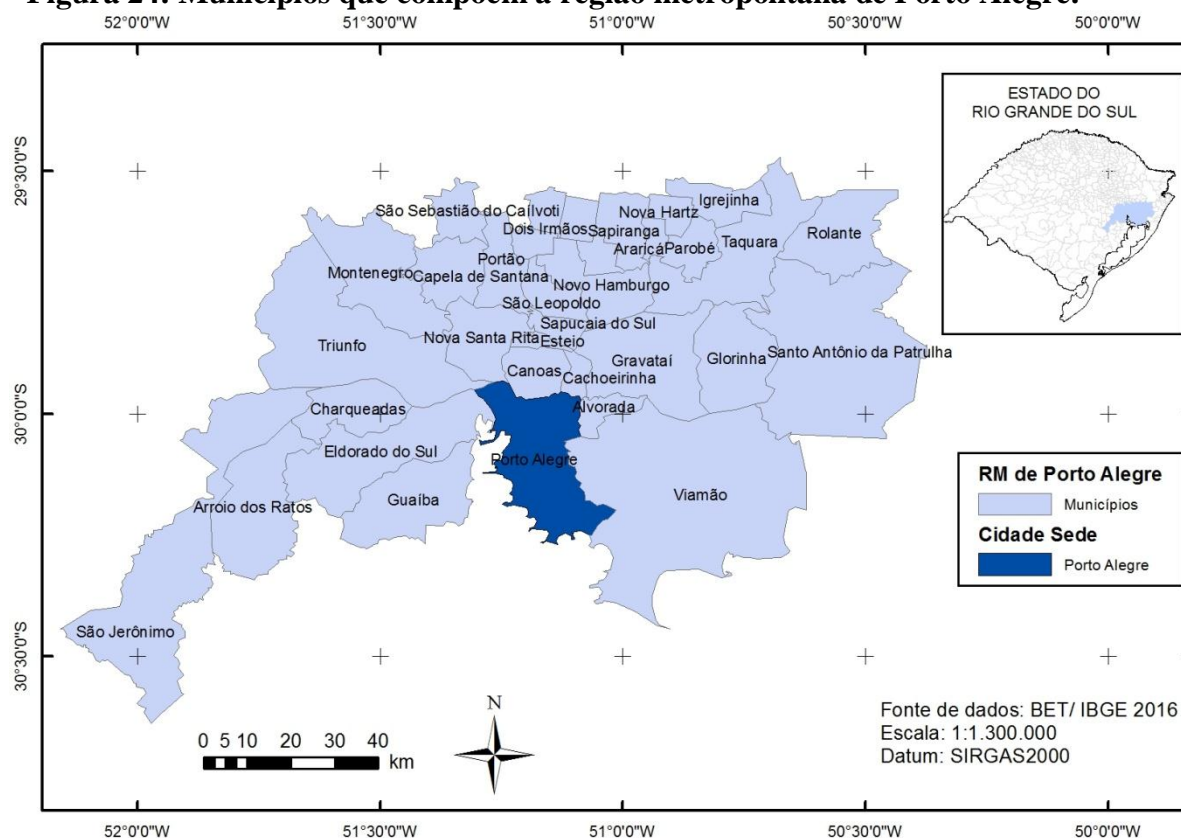
Foi a partir das décadas de 1940 e 1950 que se intensificaram o crescimento das atividades industriais e fluxos migratório para centro da nova metrópole gaúcha. Foram implementadas novas legislações dos loteamentos para disciplinar as atividades imobiliárias. Com essas ações, os loteamentos instalaram-se para os municípios periféricos, que tiveram suas taxas de crescimento populacionais elevadas, tornando-os cidades-dormitórios (METROPLAN, 1988).

A partir da década de 1990, outros municípios foram incorporados à RMPA: Araricá, Arroio dos Ratos, Capela de Santana, Charqueadas, Igrejinha, Montenegro, Nova

Santa Rita, Rolante, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Sebastião do Caí, Taquara, totalizando 34 municípios³².

A Região Metropolitana de Porto Alegre assim se apresenta no Estado do Rio Grande do Sul, como mostra a Figura 24.

Figura 24: Municípios que compõem a região metropolitana de Porto Alegre.



Fonte: Elaborado por LMF/INPA e autor.

A RM de Porto Alegre fica localizada na Região Leste do Estado prolongando-se até ao norte com Laguna dos Patos. O município com maior extensão territorial é Viamão com 14,47%, seguido de Santo Antônio da Patrulha (10,15%), São Jerônimo (9,05%). Na outra ponta, os municípios de Cachoeirinha (0,43%), Araricá, (0,34%) e Esteio (0,27%) estão entre os menores.

³² Municípios, LC e data de inclusão a RM de Porto Alegre pós década de 1990: Charqueadas, LCE n. 10234, 27/07/1994; Nova Santa Rita, LCE n. 11198, 23/07/1998; Araricá, LCE n. 11201, 30/07/1998; Nova Santa Rita, LCE n. 11198, 23/07/1998; Montenegro, LCE n.11307, 14.01.1999; Taquara, LCE n. 11318, 26/03/1999; São Jerônimo, LCE n. 11340, 21/06/1999; Santo Antônio da Patrulha, LCE n. 11530, 21/09/2000; Arroio dos Ratos, LCE n.11539, 01/11/2000; Capela de Santana, LCE n.11645, 28/06/2001; Rolante, LCE n. 13496, 03/08/2010; Igrejinha, LCE n. 13853, 23/12/2011 e São Sebastião do Caí, LCE n. 14047, 10/07/2012.

A RMPA é cortada por seis bacias hidrográficas: a bacia do lago Guaíba, onde as margens beiram Porto Alegre, a bacia dos rios Gravataí, rio dos Sinos, rio Caí, rio Jacuí e uma pequena parte da bacia dos rios Taquari e Antas (Montenegro e Triunfo).

É na RMPA que estão as Áreas de Proteção Ambiental (APA) e os parques nacionais que tem o objetivo de proteção dos recursos naturais, assegurando o uso sustentável do mesmo. Já o município de Porto Alegre é banhado por duas bacias hidrográficas: rios Guaíba e Gravataí (MARTINS, 2013).

A gestão da RMPA passou por grandes transformações desde sua criação em 1973, incorporando novos territórios à dinâmica metropolitana gaúcha, e o governo estadual favoreceu a implantação com medidas próprias para gestão da RM.

Entre os órgãos de gestão metropolitana estão: Fundação Metropolitana de Planejamento Territorial (Metroplan), em 1974, como órgão de apoio técnico ao Conselho Deliberativo que exercia atribuições em programar e executar projetos e serviços de interesse comum da RMPA, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CFES-RS), a Câmara Técnica do Desenvolvimento Metropolitano (2011), Conselho Metropolitano dos Municípios (CDM) criado em 2012. Posteriormente foram criadas uma Diretoria Executiva do CDM e o Gabinete de Governança da RMPA, responsável pelas decisões do CDM integrado ao Metroplan. Em 2015, foi criado o Parlamento Metropolitano, onde integra as Câmaras de Vereadores dos municípios da RMPA.

O arranjo metropolitano Rio-Grandino tem um eixo viário com forte ocupação urbana em seu entorno que concentra grande parte do fluxo de tráfego, o que vem se tornando um transtorno, uma vez que esses eixos viários não comportam o grande número de carros, até mesmo fora do eixo metropolitano. É pelo eixo viário da RMPA (BR-116 e BR-290) que circula o maior carregamento de produtos industriais, de serviços, da produção agrícola, etc. (IPEA, 2013).

Para o IPEA (2013), a RMPA é composta por dois grandes ciberespaços³³ que estão articulados, com certa autonomia. A RMPA 1, unidade que ocupa parte da região norte metropolitana de Porto Alegre e comporta os municípios do Vale dos Sinos e polariza Novo Hamburgo e São Leopoldo, responsáveis pelo polo coureiro-calçadista e similares, além de papelão, região que vem se consolidando como polo de comércio e serviços.

³³ RMPA1: Campo Bom, Dois Irmãos, Sapiranga, Nova Hertz, Araricá, Taquara, Ivoti, Estância Velha, Portão. RMPA 2: Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, Nova Santa Rita, Cachoeirinha, Alvorada, Gravataí, Glorinha, Viamão, Eldorado do Sul e Guaiúba.

Na outra ponta, RMPA 2, parte Sul do território metropolitano, se polariza ao município-sede, Porto Alegre, onde apresenta os parques industriais com grande diversificação. É na parte Sul que encontramos características expressivas dos setores petroquímicos, metalúrgico, produtos alimentícios, complexos automotivos, etc. Destaca-se também o setor de atividades do setor terciário (serviços comerciais, saúde, educação, transporte, telecomunicações, serviços financeiros).

As outras unidades, localizadas na Região Leste e Oeste apresentam características marcadamente rurais. Essas unidades formam a RMPA 3 (Charqueadas, Arroio dos Ratos e São Jerônimo), a RMPA4 (Triunfo, Montenegro, Capela de Santana) e a RMPA5 (Santo Antônio da Patrulha). Esse processo de estruturação metropolitana privilegiou a região de Porto Alegre muito por conta da industrialização e, posteriormente, foi se desenvolvendo a expansão do desenvolvimento manufatureiro ao longo do eixo norte, seguindo o mesmo trajeto da BR 116, o que afetou sobremaneira os municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo, principalmente quanto a questão do crescimento populacional (IPEA, 2013).

Observa-se que na estrutura da população da RMPA ainda concentra maior população do Estado. Em 2000, registrou 365,65 hab./km², e em 2010, foi para 411,64 hab./km². Essa distribuição vem se mostrando diferenciada ao longo das décadas, obedecendo a processos sociodemográficos em cada município, o que apresenta maior concentração populacional, como Esteio (3034,54 hab./km²), seguindo de Porto Alegre (2973,47 hab./km²), Alvorada (2896,62 hab./km²), Cachoeirinha (2861,90 hab./km²), Canoas (2603,76 hab./km²), Sapucaia do Sul (2372,82 hab./km²) e São Leopoldo com (2372,82 hab./km²). Municípios acima de 2000 habitantes por quilômetros quadrados. Glorinha (23,23 hab./km²) aparece com a menor densidade demográfica.

Tabela 18: Evolução populacional da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos 2000, 2010 e 2015.

| RM | População | | | Área Total Município km ² | Densidade Demográfica (Hab/km ²) | | | População em relação ao Estado | População em relação ao Brasil | IDHM | Renda Per Capita |
|---------------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------------------------|--|---------------|---------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------|------------------|
| | 2000 | 2010 | 2015 | | 2015 | 2000 | 2010 | 2015 | 2015 (%) | 2010 | |
| Alvorada | 183.968 | 195.673 | 206.561 | 71,311 | 2579,80 | 2743,94 | 2896,62 | | | 0,699 | 600,48 |
| Araricá | 4.032 | 4.864 | 5.301 | 35,153 | 114,70 | 138,37 | 150,80 | | | 0,679 | 609,69 |
| Arroio dos Ratos | 13.335 | 13.606 | 14.197 | 425,933 | 31,31 | 31,94 | 33,33 | | | 0,698 | 623,54 |
| Cachoeirinha | 107.564 | 118.278 | 125.975 | 44,018 | 2443,64 | 2687,04 | 2861,90 | | | 0,757 | 844,04 |
| Campo Bom | 54.018 | 60.074 | 64.171 | 60,51 | 892,71 | 992,79 | 1060,50 | | | 0,745 | 879,65 |
| Canoas | 306.093 | 323.827 | 341.343 | 131,096 | 2334,88 | 2470,15 | 2603,76 | | | 0,75 | 952,13 |
| Capela de Santana | 10.032 | 11.612 | 11.289 | 183,065 | 54,80 | 63,43 | 61,67 | | | 0,661 | 533,88 |
| Charqueadas | 29.961 | 35.320 | 38.281 | 216,512 | 138,38 | 163,13 | 176,81 | | | 0,747 | 734,59 |
| Dois Irmãos | 22.435 | 27.572 | 30.175 | 65,156 | 344,33 | 423,17 | 463,12 | | | 0,743 | 921,37 |
| Eldorado do Sul | 27.268 | 34.343 | 37.794 | 509,726 | 53,50 | 67,38 | 74,15 | | | 0,717 | 692 |
| Estância Velha | 35.132 | 42.574 | 46.444 | 52,147 | 673,71 | 816,42 | 890,64 | | | 0,757 | 848,45 |
| Esteio | 80.048 | 80.755 | 83.984 | 27,676 | 2892,33 | 2917,87 | 3034,54 | | | 0,754 | 955,86 |
| Glorinha | 5.684 | 6.891 | 7.518 | 323,641 | 17,56 | 21,29 | 23,23 | | | 0,714 | 686,99 |
| Gravataí | 232.629 | 255.660 | 272.257 | 463,499 | 501,90 | 551,59 | 587,40 | | | 0,736 | 737,29 |
| Guaiíba | 94.307 | 95.204 | 99.029 | 376,947 | 250,19 | 252,57 | 262,71 | | | 0,73 | 758,83 |
| Igrejinha | 26.767 | 31.660 | 34.341 | 135,861 | 197,02 | 233,03 | 252,77 | | | 0,721 | 848,23 |
| Ivoti | 15.318 | 19.874 | 22.012 | 63,151 | 242,56 | 314,71 | 348,56 | 37,86 | 2,08 | 0,784 | 1025,02 |
| Montenegro | 54.692 | 59.415 | 63.216 | 424,435 | 128,86 | 139,99 | 148,94 | | | 0,755 | 914,23 |
| Nova Hartz | 15.071 | 18.346 | 20.035 | 62,558 | 240,91 | 293,26 | 320,26 | | | 0,689 | 600 |
| Nova Santa Rita | 15.750 | 22.716 | 25.700 | 217,87 | 72,29 | 104,26 | 117,96 | | | 0,718 | 686,87 |
| Novo Hamburgo | 236.193 | 238.940 | 248.694 | 223,821 | 1055,28 | 1067,55 | 1111,13 | | | 0,747 | 1011,62 |
| Parobé | 44.776 | 51.502 | 55.486 | 108,758 | 411,70 | 473,55 | 510,18 | | | 0,704 | 625,4 |
| Portão | 24.657 | 30.920 | 33.994 | 159,899 | 154,20 | 193,37 | 212,60 | | | 0,713 | 729,01 |
| Porto Alegre | 1.360.590 | 1.409.351 | 1.476.867 | 496,682 | 2739,36 | 2837,53 | 2973,47 | | | 0,805 | 1758,27 |
| Rolante | 17.851 | 19.485 | 20.712 | 295,637 | 60,38 | 65,91 | 70,06 | | | 0,688 | 656,75 |
| Santo Antônio da Patrulha | 37.035 | 39.685 | 41.977 | 1049,807 | 35,28 | 37,80 | 39,99 | | | 0,717 | 696,41 |
| São Jerônimo | 20.283 | 22.134 | 23.527 | 936,375 | 21,66 | 23,64 | 25,13 | | | 0,696 | 768,93 |
| São Leopoldo | 193.547 | 214.087 | 228.370 | 102,738 | 1883,89 | 2083,82 | 2222,84 | | | 0,739 | 939,93 |
| São Sebastião do Caf | 19.700 | 21.932 | 24.676 | 112,121 | 175,70 | 195,61 | 220,08 | | | 0,739 | 772,04 |
| Sapiranga | 69.189 | 74.985 | 79.560 | 138,027 | 501,27 | 543,26 | 576,41 | | | 0,711 | 713,99 |
| Sapucaia do Sul | 122.751 | 130.957 | 138.357 | 58,309 | 2105,18 | 2245,91 | 2372,82 | | | 0,726 | 733,28 |
| Taquara | 52.825 | 54.643 | 57.238 | 457,881 | 115,37 | 119,34 | 125,01 | | | 0,727 | 871,42 |
| Triunfo | 22.166 | 25.793 | 27.867 | 818,799 | 27,07 | 31,50 | 34,03 | | | 0,733 | 695,08 |
| Viamão | 227.429 | 239.384 | 251.978 | 1497,094 | 151,91 | 159,90 | 168,31 | | | 0,717 | 707,05 |
| RM DE PORTO ALEGRE | 3.783.096 | 4.032.062 | 4.258.926 | 10346,213 | 365,65 | 389,71 | 411,64 | | | 0,762 | 1143,12 |

Fonte: Censo IBGE 2000, 2010, estimativas populacionais IBGE para 2015; Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil/PNUD 2013.

Foi na década de 1990 que a RMPA2 teve grande concentração de investimentos com destaque para as cidades de Canoas e Gravataí. Neste íterim, houve a desconcentração espacial da produção industrial metropolitana, o que levou de certa forma ao comprometimento da RMPA1 por conta das questões econômicas globais que afetou grande parte dos municípios brasileiros.

Em 2015, a urbanização e a indústria tendem a se concentrar na metade Leste, criando uma desigualdade entre o interior do Estado e a RMPA. O que pode ter contribuído para tal

concentração estaria ligado diretamente aos grandes projetos de infraestrutura previstos e em construção, o que privilegiou essas áreas e os municípios que se interligam a Capital e o restante do Estado dando fluidez ao capital produtivo (SOARES, 2015).

A RMPA tem papel preponderante na economia do Estado gaúcho, sendo que a cidade de Porto Alegre representa o maior PIB entre os municípios. O PIB a preços correntes alcançou mais de 164 bilhões na RMPA, ou 43,03% do Estado, segundo dados do IBGE para 2015, e isso se deve a diversos fatores econômicos na RM: economia de serviços que vem se tornando predominante na economia metropolitana, a volta do crescimento na construção civil e da indústria frente à crise econômica brasileira e investimentos público-privados nos mega eventos (Copa 2014). Com isso, em 2015, a economia se concentrou em oito municípios (Porto Alegre, Canoas, Gravataí, Novo Hamburgo, Triunfo, São Leopoldo, Cachoeirinha, Guaíba), o que representa 77,84% de todo o PIB da RMPA.

Apesar da concentração economia do PIB no período de 2013 a 2015 apresentar queda, em Gravataí -0,46% e em Cachoeirinha com 0,54%, o destaque fica por conta de Canoas com taxa de crescimento do PIB em 3,77%, Sapiranga com 2,99%, Eldorado do Sul com 2,90%, Arroio dos Ratos 2,59%, Triunfo com 2,44%. Apesar do crescimento do PIB, em alguns municípios a Renda Per Capita da RMPA se concentra em alguns municípios.

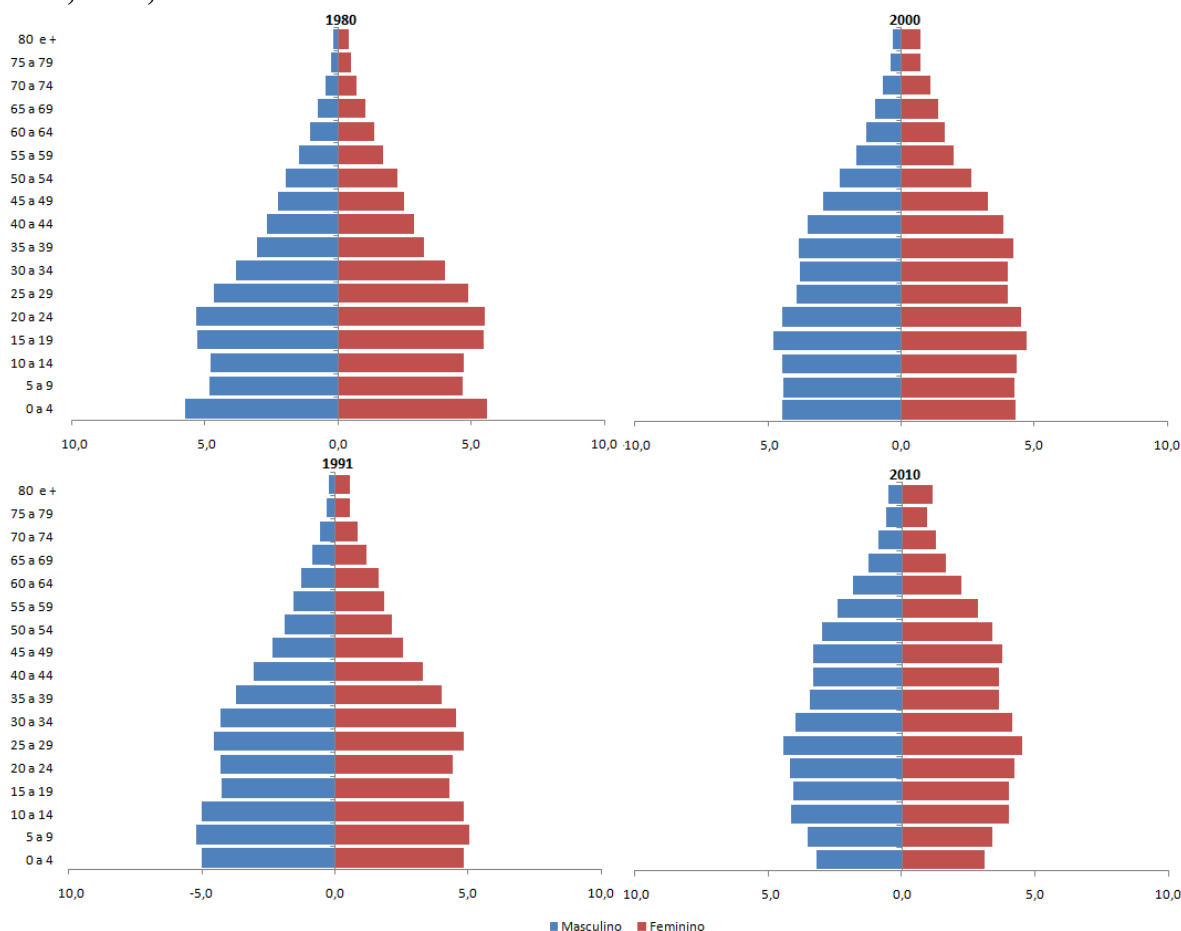
O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013) apresentou a Renda Per Capita da RMPA com \$R 1.143,12 para o ano de 2010. Essa Renda Per Capita concentra-se em 12 municípios sendo o maior registrado em Porto Alegre (\$R 1758,27), seguido de Ivoti (\$R 1.025,02) e Novo Hamburgo (\$R 1.011,62) e dez municípios apresentam Renda Per Capita entre R\$ 844 a R\$ 955. O menor Pib Per Carpita está em Capela de Santana com R\$ 533,38, município com características rurais.

Ao observarmos o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no período de 2000 a 2010, a RMPA apresenta uma melhora nos índices. Em 2000, apresentava 0,685. Em 2010, passou para 0,762, mudando a característica de médio para alto desenvolvimento, o que representa uma taxa de crescimento de 11,24%. Os municípios com maior desempenho são: Porto Alegre (0,805), Ivoti (0,784) e Estância Velha e Cachoeirinha ambas com (0,757) segundo dados do PNUD (2013).

Quanto à estrutura etária da população na RMPA houve uma mudança significativa na configuração nas últimas três décadas. Em 1980, a maior concentração populacional encontrava-se a faixa etária de 0 a 04 anos (11,34%), no entanto, entre as faixas etárias 15 a 24 anos correspondem há uma crescente no corpo da pirâmide, 21,60%, apresentando uma

população com taxa de natalidade crescente antes de 1980. A partir de 1991, a base da pirâmide começa mudar, mas ainda com grande concentração nas idades iniciais, tendo nas faixas etárias de 5 a 09 anos (10,27%) maior prevalência.

Figura 25: Pirâmides etárias Masculino e Feminino da RM de Porto Alegre nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Censos demográficos 1980, 1991, 2000, 2010/IBGE; Estimativas populacionais 2000 e 2013/RIPSA; Elaboração do autor.

No período entre as décadas 2000 e 2010, se observa uma mudança significativa no quadro populacional da RMPA. Em 2000, a população jovem começa a se concentrar no corpo da pirâmide, entre as faixas etárias de 0 a 24 anos, com maior registro na faixa etária de 15 a 19 anos (9,85%). Em 2010, o corpo da pirâmide se avoluma comprovando um grupo grande de jovens com força de trabalho, a faixa etária de 10 a 34, com percentil em 25 a 29 anos (8,96%).

No mesmo ano, o topo da pirâmide apresenta um alargamento, mostrando que a população da RMPA está mais envelhecida, um aumento da expectativa de vida que em 2010 chegou à porcentagem de 12,30%, um aumento de 54,77% no período de 1980 a 2010, nas faixas etárias de 60 anos e mais.

A RMPA apresenta característica de uma região urbana complexa, com uma metrópole conectada à economia global e aos principais centros urbanos do País, embora sua metrópole exerça hegemonia econômica e de fluxos diversos. A desconcentração metropolitana e a integração com as demais aglomerações urbanas do Estado levam ao entendimento que Porto Alegre pode vir a ser uma cidade-região.

6.12 Região Metropolitana de Manaus

A Região Metropolitana de Manaus (RMM) foi instituída em 2007 através da Lei Complementar Estadual nº 52, com 8 municípios. Posteriormente, a Lei Complementar nº 64/2009 instituiu mais 5 municípios, totalizando 13. A RMM compreende 127.168 km², com uma densidade demográfica baixa, 19,85 hab./km², com 94% de grau de urbanização. Um total de 60% da população do Estado do Amazonas reside na RMM.

O município-sede, Manaus, encontra-se na confluência dos rios Negro e Solimões, e seus habitantes correspondem a 81,53% da população metropolitana. Manaus possui uma taxa de crescimento de 2,5%, conforme verificado no período compreendido entre 2000 e 2010. A RMM tem uma população que cresce a cada dia impulsionada por processos históricos, sociais, culturais e econômicos³⁴ (IPEA, 2014, p. 60).

A RMM foi criada com claros motivos político-administrativos, como afirma Nogueira (2011):

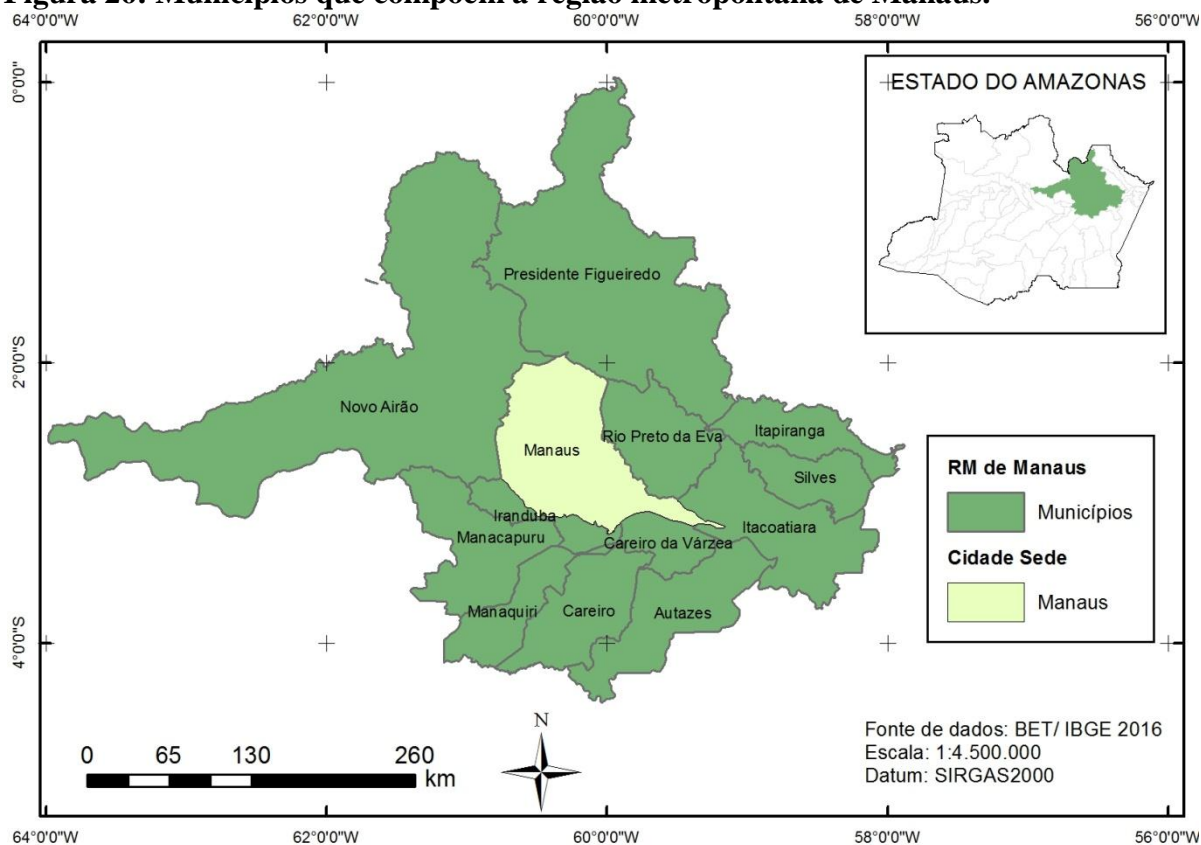
Quando surgiu a discussão a propósito da criação da Região Metropolitana de Manaus, o projeto elaborado na Assembleia Legislativa do Estado não era de conhecimento dos prefeitos dos municípios, nem mesmo o da capital [...] Lideranças do governo do Estado afirmaram que tal propósito surgiu com uma solicitação de recursos federais, quando em visita a Brasília, o então governador Eduardo Braga obteve como resposta, no gabinete da Casa Civil do Governo Federal, que só havia recursos prioritários para as

³⁴ Foi em através da lei n.3.173, de 6 de junho de 1957, que a Zona Franca de Manaus (ZFM) foi instituída e regulamentada pelo Decreto n. 47.757, de 2 de fevereiro de 1960. Foi o parlamentar amazonense, Francisco Pereira da Silva, que deu o pontapé inicial para criação da lei (SALAZAR, 2006. p.231;). É “uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar, no interior da Amazônia, um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento em face dos fatores locais e da grande distância que se encontram os centros consumidores de seus produtos” (BOTELHO, 2001). O ciclo industrial da ZFM trouxe uma inversão do fluxo da população, muitos se concentraram na capital, Manaus. Em meados dos anos 1980 iniciam-se as transformações urbanas nas periferias e o conseqüente aparecimento de um montante de 40.000 desempregados, ocasionando condições socioeconômicas diversas, com destaque para a violência urbana, aparecimentos de “favelas, desempregos, criminalidade, violência urbana, uma enxurrada de problemas” (PONTES FILHO, 2011. p. 231; SALAZAR, 2006. p, 231).

regiões metropolitanas e que Manaus não se enquadrava nesse critério. A alternativa, então foi “fazer” esse território [...] realizar recorte territorial institucionalizando e enquadrando dentro das normas – espaço normativo – da legislação estadual (NOGUEIRA, 2011, p.185).

Compõem a RMM: Manaus, Iraduba, Manacapuru, Presidente Figueiredo, Novo Airão, Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva e Itacoatiara em 2007. Os municípios de Autazes, Careiro, Itapiranga, Manaquiri e Silves foram acrescentados à RMM em 30 de abril de 2009. A Figura 26 apresenta os municípios no Estado do Amazonas.

Figura 26: Municípios que compõem a região metropolitana de Manaus.



Fonte: Elaborado por LMF/INPA e autor.

A LCE nº 60 de fevereiro de 2008 criou a Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus (SRMM) como órgão integrante da administração direta do poder executivo. A mesma Lei instituiu o Fundo da Região Metropolitana de Manaus (RMM). A SRMM é responsável pela gestão das funções públicas de interesse comum da RMM e supervisiona e fiscaliza as atividades da Unidade de Gestão Metropolitana (UGM) e da Unidade Gestora do Programa de Desenvolvimento e Integração da Região Sul da Cidade de Manaus (UGPSUL). Vale ressaltar que dentre as demandas está a elaboração de planos metropolitanos de desenvolvimento para aprovação da RMM.

O município de Manaus tem a maior população: 2.057.711 milhões de habitantes, segundo estimativa populacional do IBGE para 2015, representando um crescimento de 46,37% de 2000 a 2015. É a cidade com maior densidade populacional da RMM e do Estado, com 180,48 habitantes por quilômetros quadrados e sua principal atividade econômica é o comércio e o Polo Industrial de Manaus (PIM).

Com a construção da ponte Rio Negro, em 2011, os municípios de Iranduba, Manacapuru e Novo Airão ficaram interligados via terrestre à cidade-sede. A população desses municípios apresentou mais corpo na estrutura populacional, que foi impactada por essa nova rota de acesso.

Iranduba localiza-se a 27 quilômetros de Manaus. Sua população em 2015 foi estimada em 45.984 mil habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 18,42 hab/km². Sua principal atividade econômica está voltada para piscicultura, hortifruticultura, oleiro, comércio e serviços turísticos. Com a construção da ponte Rio Negro, o município atraiu a especulação imobiliária, que cresce horizontalmente.

Manacapuru, distante a 68 quilômetros do município-sede, é o terceiro município mais populoso da RMM e conta com 94.175 mil habitantes, o que equivale a 12,85 hab./km². A sua economia está voltada para o sistema agropecuário, pesca, agricultura e avicultura.

Novo Airão é o município com a menor população, alcançando 17.671 mil habitantes, porém se destaca pelo seu grande território, com 37.796,24 km², e tem a menor densidade demográfica da RMM, que é de 0,39 hab./km². A economia é voltada para o turismo, direcionado para seus parques ecológicos, como o arquipélago Anavilhanas, o Parque do Jaú e o Parque Estadual Rio Negro.

O município Careiro da Várzea, distante a 25 km de Manaus, fica na confluência dos rios Negro, Solimões e Amazonas, com acesso via fluvial. Careiro da Várzea, no ano 2000, apresentava população de 17.267 mil habitantes. A estimativa do IBGE para 2015 foi para 27.981, um crescimento de 62,05%. Sua densidade demográfica para o mesmo ano registrou 10.63 hab/km², observando o seu território de 2.631,14 km². Além de ser um município próximo a Manaus, Careiro da Várzea tem uma ligação importante com o restante do País pela BR-319, tornando-se outro fator importante para o desenvolvimento de sua economia, que é baseada na agricultura, pecuária, pesca e o turismo.

Tabela 19: Evolução populacional da Região Metropolitana de Manaus nos anos 2000, 2010 e 2015.

| RM | População | | | Area Total Município km ² | Densidade Demográfica (Hab/km ²) | | | População em relação ao Estado | População em relação ao Brasil | IDHM | Renda Per Capita |
|-----------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------------------------|--|--------------|--------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------|------------------|
| | 2000 | 2010 | 2015 | | 2015 | 2000 | 2010 | | | | |
| Autazes | 24.345 | 32.135 | 37.033 | 7623,268 | 3,19 | 4,22 | 4,86 | | | 0,577 | 228,43 |
| Careiro | 27.554 | 32.734 | 36.435 | 6090,838 | 4,52 | 5,37 | 5,98 | | | 0,557 | 197,06 |
| Careiro da Varzea | 17.267 | 23.930 | 27.981 | 2631,144 | 6,56 | 9,09 | 10,63 | | | 0,568 | 207,18 |
| Iranduba | 32.303 | 40.781 | 45.984 | 2214,300 | 14,59 | 18,42 | 20,77 | | | 0,613 | 349,23 |
| Itacoatiara | 72.105 | 86.839 | 97.122 | 8892,038 | 8,11 | 9,77 | 10,92 | | | 0,644 | 373,71 |
| Itapiranga | 7.309 | 8.211 | 8.953 | 4231,100 | 1,73 | 1,94 | 2,12 | | | 0,654 | 321,94 |
| Manacapuru | 73.695 | 85.141 | 94.175 | 7330,100 | 10,05 | 11,62 | 12,85 | 64,9 | 1,23 | 0,614 | 342,58 |
| Manquiri | 12.711 | 22.801 | 28.413 | 3975,276 | 3,20 | 5,74 | 7,15 | | | 0,596 | 254,15 |
| Manaus | 1.405.835 | 1.802.014 | 2.057.711 | 11401,100 | 123,31 | 158,06 | 180,48 | | | 0,737 | 790,27 |
| Novo Airão | 9.651 | 14.723 | 17.671 | 37796,238 | 0,26 | 0,39 | 0,47 | | | 0,57 | 246,44 |
| Presidente Figueiredo | 17.394 | 27.175 | 32.812 | 25421,254 | 0,68 | 1,07 | 1,29 | | | 0,647 | 396,51 |
| Rio Preto da Eva | 17.582 | 25.719 | 30.530 | 5813,224 | 3,02 | 4,42 | 5,25 | | | 0,611 | 315,24 |
| Silves | 7.785 | 8.444 | 9.081 | 3748,833 | 2,08 | 2,25 | 2,42 | | | 0,632 | 238,53 |
| RM Manaus | 1.725.536 | 2.210.647 | 2.523.901 | 127.168,713 | 13,57 | 17,38 | 19,85 | | | 0,72 | 725,17 |

Fonte: Censo IBGE 2000, 2010, estimativas populacionais 2015; Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil/IPEA 2013.

Presidente Figueiredo, no ano 2000, possuía 17.394 mil habitantes. Em 2015, esse número passou para 32.812 mil habitantes. O município fica a 117 km de Manaus e está às margens da BR-174, sendo um importante polo turístico do Amazonas, por apresentar imúmeras cachoeiras. O seu território é de 25.421,30 km², o segundo maior da RMM e tem uma concentração de 1,29 hab/km².

Rio Preto da Eva (57 km de Manaus) e Itacoatiara (171 km de Manaus) se interligam a Manaus via estrada estadual, AM-010. Rio Preto da Eva teve um acréscimo de sua população em 73,64%. A estimativa do IBGE para 2015 foi de 30.530 habitantes, com uma densidade demográfica de 5,25 hab/km², distribuídos em 5.813,22 km². Apesar de se interligarem via estrada estadual, os municípios não apresentam conurbação, existindo grandes espaços vazios entre eles.

Itacoatiara é o segundo município mais populoso da RMM, com 97.122 habitantes em 2015. Em pouco mais de três décadas, a população do município cresceu 34,70%, atingindo 10,92 hab/km². É um polo madeireiro e tem um porto graneleiro de distribuição de grãos que atende a região, usando como rota o rio Amazonas.

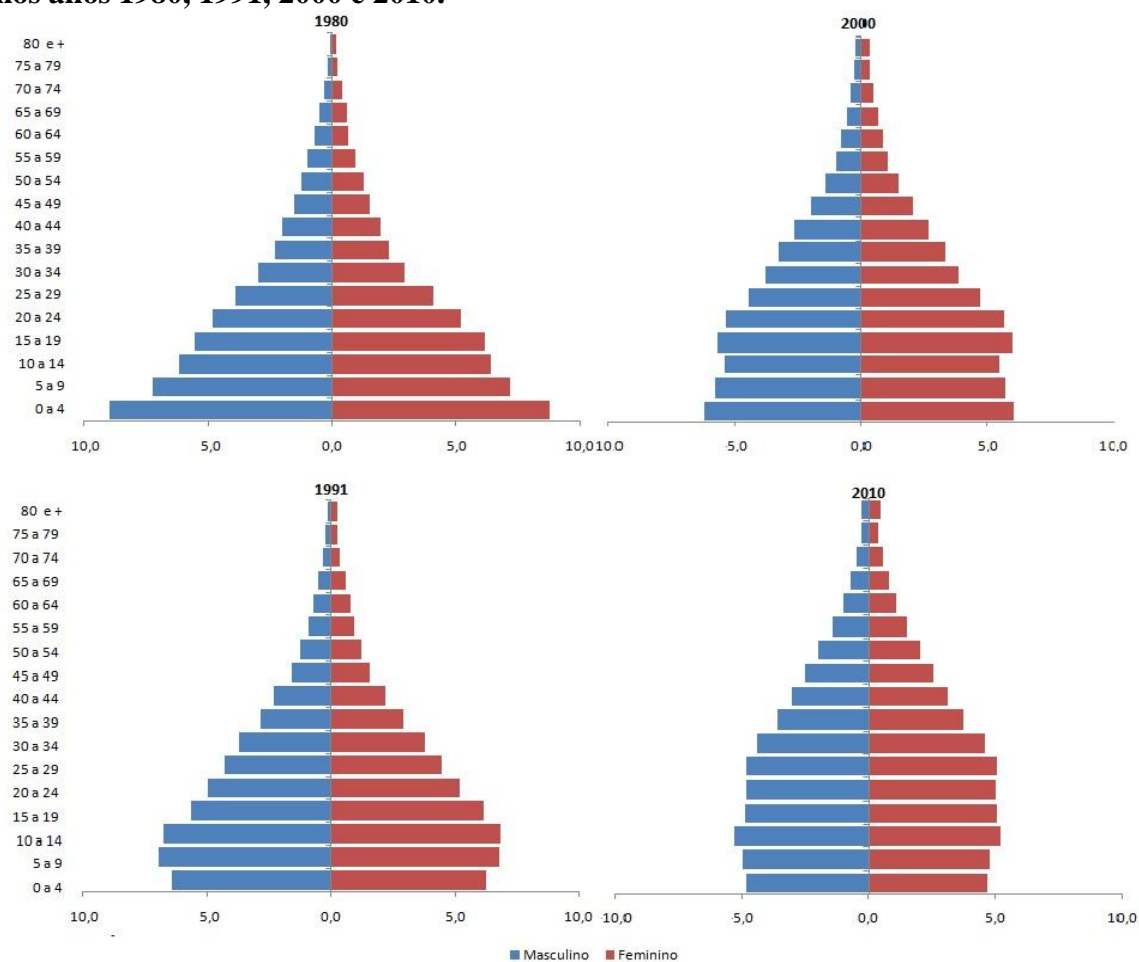
O município que mais teve incremento da população na RMM foi Manquiri com 123,23%. Em 2015, sua população, que era de 12.711 habitantes em 2015, passou para 28.413 mil habitantes. O município localiza-se a 60 km de Manaus e sua economia está voltada para a agropecuária.

A RMM apresenta o PIB a preços correntes em mais de 73 bilhões em 2015, 84,78% do Estado. O município-sede, Manaus, além de apresentar o maior PIB dos municípios do Estado, mais de 67 bilhões, ou 91,39% do total da RMM, fica na 7ª colocação nacional quando comparado a outras metrópoles brasileiras em relação à arrecadação do PIB nacional.

A Renda Per Capita da RMM alcançou, em 2015, R\$ 725,17, com maior registro em Manaus, com R\$ 790,27, enquanto que na outra ponta encontra-se Careiro da Várzea com R\$ 207,18. Manaus também concentra o maior índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), com 0,737, considerando alto, enquanto sete municípios apresentam índice médio e cinco apresentam índices baixos, mostrando que os maiores investimentos e concentração de riqueza ainda estão na capital, Manaus.

Quanto à distribuição de sua população, nas últimas quatro décadas, a RMM apresenta característica distinta. Em 1980, sua população apresentava alta taxa de natalidade, como visto na Figura 27, com uma base larga. Com o passar das décadas, esse quadro mudou, fazendo com que a população masculina tivesse uma queda, mas não foi tão significativa.

Figura 27: Pirâmides etárias masculino, feminino da região metropolitana de Manaus nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Censos demográficos 1980, 1991, 2000, 2010/IBGE; Estimativas populacionais 2000 e 2013/RIPSA; Elaboração do autor.

Em 1991, o maior registro está nas faixas etárias de 05 a 14 anos (27,28%). O que se observa no ano 2000, quando a taxa de natalidade se mantém, é o alcance do maior percentil de população (12,35%), permanecendo a base da pirâmide larga, com concentração populacional nas faixas etárias de 0 a 24 anos (57,55%). Quando observada a pirâmide etária 2010, a faixa etária com maior registro foi de 10 a 14 anos, com a população concentrando-se entre as faixas etárias de 0 a 34 anos (68,31%).

Quanto à população idosa teve um aumento nas últimas décadas. No entanto, não foi tão expressivo. Em 1980, as faixas etárias 60 anos e mais, representava 1,8 % masculino e 2% feminino. Quatro décadas depois esses números alcançaram 2,8% e 3,3% respectivamente.

A RMM ainda é uma região jovem e apresenta forte concentração no município-sede por conta dos diversos atrativos econômicos e sociais. Porém, essa atração também está voltada para os municípios próximos, por conta da infraestrutura que eles receberam nos

últimos anos, o que refletiu no aumento de população, no turismo, na especulação imobiliária e do aparato estatal.

7. DISCUSSÃO DOS DADOS

7.1 Evolução e tendência de homicídios nas Regiões Metropolitanas Brasileiras

As taxas de homicídios no Brasil tiveram um incremento de 130% no período de 1980 a 2014, considerando o estudo em análise. Esse aumento foi maior na primeira década (82,28%). Ao considerarmos o parâmetro médio da variação das taxas de mortalidade no Brasil, observa-se que existem Regiões Metropolitanas que apresentam taxas de homicídios muito acima e outras abaixo da variação média do País. As RMs de Recife, São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram variação da taxa de mortalidade por homicídios (TMH) até 2014, menor do que a do País.

O recrudescimento da violência, por homicídios, nas demais Regiões Metropolitanas foi maior aos registros quando considerado o Brasil. Nessas RMs (Tabela 20), o crescimento da Taxa de Mortalidade por Homicídio variou de 150% em Manaus a 1.464% em Salvador.

A análise da evolução das taxas de mortalidade por homicídios, ocorrida nas 12 RMs (Tabela 20) demonstra que o risco de morrer assassinado em Fortaleza, por exemplo, aumentou consideravelmente entre 1980 (16,78% óbitos por 100.000 habitantes) e 2014 (68,72% óbitos por 100.000 habitantes), mais do que em outra RM. Mas, isso não significa que essa RM seja efetivamente a que apresenta o maior risco de mortalidade por homicídio.

As RMs de Fortaleza, Porto Alegre e Natal apresentaram aumento em suas taxas de homicídios em mais de 309%. Quando observadas as RMs que apresentam maior vulnerabilidade à morte por homicídios estão Vitória e Recife. No período, Vitória consolidou-se como a RM que apresentou maior registro, a partir de 1994 (58,38 óbitos por 100.000 habitantes) e atinge seu ponto máximo em 1998 com taxa de pouco mais de 82 óbitos por 100.000 habitantes. A RM de Recife aparece em segundo no *ranking*, a partir de 1997 (59,23 óbitos por 100.000 habitantes), atingindo a taxa máxima em 1999 (70,45 óbitos por 100.000 habitantes), ficando apenas abaixo de Vitória.

Tabela 20: Evolução das taxas padronizadas de mortalidade por violência, em 12 Regiões Metropolitanas Brasileiras, 1980 – 2014.

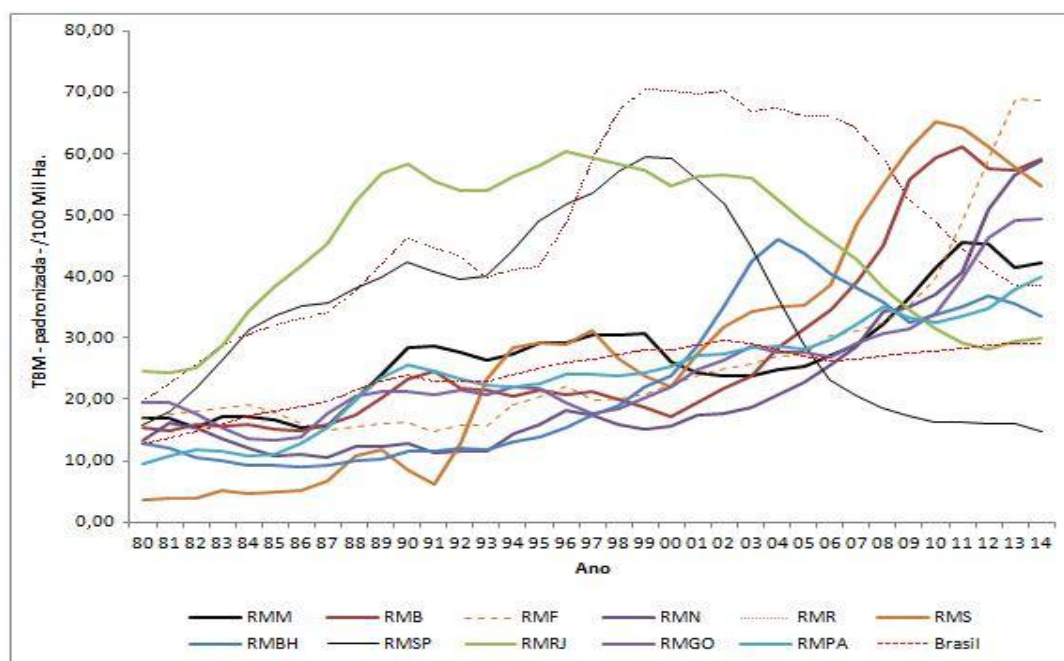
| Região Metropolitana | Variação da taxa de mortalidade por homicídio no período (%) | | | | |
|----------------------|--|--------------|--------------|-------------|---------------|
| | 1980-1991 | 1991-2000 | 2000-2010 | 2010-2014 | 1980-2014 |
| Manaus/AM | 69,94 | -8,86 | 58,69 | 1,79 | 150,17 |
| Belém/PA | 60,15 | -30,27 | 246,19 | -0,21 | 285,76 |
| Fortaleza/CE | -11,88 | 51,78 | 76,45 | 73,55 | 309,56 |
| Natal/RN | -16,12 | 39,38 | 136,33 | 58,23 | 337,17 |
| Recife/PE | 127,30 | 57,89 | -30,36 | -21,43 | 96,36 |
| Salvador/BA | 76,77 | 256,29 | 196,50 | -16,21 | 1464,70 |
| Belo Horizonte/MG | -10,96 | 108,84 | 42,04 | -1,07 | 161,31 |
| Vitória/ES | 148,91 | 73,05 | -3,83 | -25,40 | 209,04 |
| São Paulo/SP | 161,03 | 44,59 | -72,49 | -9,44 | -5,96 |
| Rio de Janeiro/RJ | 124,67 | -1,31 | -42,39 | -4,94 | 21,43 |
| Goiania/GO | 6,27 | 5,98 | 55,18 | 45,55 | 154,37 |
| Porto Alegre/RS | 160,05 | 2,80 | 28,33 | 23,39 | 323,32 |
| Brasil | 82,28 | 21,63 | -0,81 | 4,88 | 130,64 |

Fonte: Base de dados do SIM//MS/DATASUS.

Em outra ponta, a RM de São Paulo, que sempre apresentou taxas de mortalidade por homicídios acima da média brasileira (o segundo mais alto no período de 1984 a 1988, ficando atrás da RM do Rio de Janeiro e entre as quatro RMs de maior nível de TMH até 2004), surpreende pelo bom desempenho apresentado nos últimos anos. A partir da década 2000, a TMH começa a declinar, apresentando menor nível entre todas as RMs brasileiras. No período de 2000 a 2010, a RMSp acumula uma queda de 72% em sua TMH, de 2010 a 2014 (9,44%), e no período 1980 a 2014 (5,96%) vem se destacando como a região com menor risco de mortalidade por homicídios no território metropolitano brasileiro.

Variações desse tipo, como a queda de mortalidade por homicídios, ocorreram em outras RMs. Nas RMs do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória, Salvador e Recife, as alterações negativas nas taxas provocam significativas mudanças nas condições de vida, com uma exposição menor ao risco de mortalidade por homicídios.

Tabela 21: Taxa de mortalidade por homicídios, por 100 mil habitantes, padronizadas por idade, Regiões Metropolitanas, 1980 - 2014.



Fonte: SIM, DATASUS, IBGE.

Embora a RM do Rio de Janeiro (RMRJ) apresente resultados significativos num período de tempo mais recente, ainda assim permanece entre as seis RMs com alto risco de mortalidade por homicídios. O nível mais alto por homicídios foi registrado em 1996, quando ocorreram 60,46 homicídios para cada 100.000 habitantes. Entre 1980 e 2014 acumulou uma alta de 21,43%, porém vem apresentando tendência de queda a partir 1996 (ver Tabela 19). A RMRJ teve o maior registro em suas taxas em 1996, com 60,46 homicídios por 100.000 habitantes, chegando em 2014 a 29,96%, nível 2,71% superior à média brasileira.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) apresentou forte crescimento das TBM nos anos 1990, até atingir seu valor máximo em 2004 (46,09 óbitos por 1000.000 habitantes). Nos anos seguintes (2005 a 2014), apresentou uma nítida oscilação decrescente, apesar de manter as taxas superiores ao nível da média nacional e que coloca a região entre a 10ª de maior TMH.

A Região Metropolitana de Goiânia (RMGO) teve sua TBM crescente a partir de 1987 (17,67 óbitos por 100.000 habitantes), atingindo o pico máximo em 2014 (49,49 óbitos por 100.000 habitantes). Assim como a RMGO apresentou crescimento nos níveis das TBM no final do século 1980, a RM de Porto Alegre (RMPA) teve aumento significativo a partir de 1988 (19,92 óbitos por 100.000 habitantes) e assim se manteve, atingindo o ápice em 2014,

39,97 óbitos por 100.000 habitantes. As duas RMs estão acima do nível da média Brasil, ficando na 9ª e 12ª posições no *ranking* das 12 RMs.

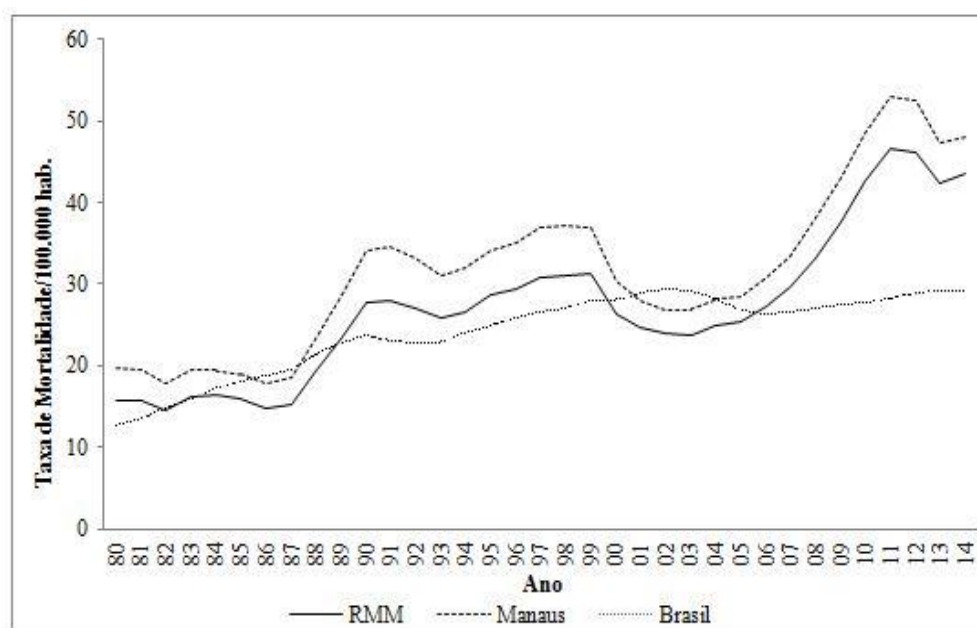
As duas RMs do Norte (Belém e Manaus) apresentam características semelhantes quanto ao comportamento das taxas de mortalidade por homicídio. Nessas duas RMs ocorre forte crescimento dos homicídios na primeira década, até 1991, acima dos 60%. Neste período, a RM de Manaus atingiu quase 70%. Posteriormente, de 1991 a 2000, houve uma forte queda das taxas de mortalidade por homicídio, fazendo com que a RM de Belém chegasse a atingir menos 30% na TMH e no período (2000 a 2010) ocorreu um aumento tendo a RM de Manaus e Belém atingido o máximo da TMH em 2011 (45,56 e 61,05 respectivamente nas duas RMs). No último período (2010 a 2014) relativamente apresentam queda, apesar da RM de Manaus apresentar alta de 1,79. A variação no período de 1980 a 2014 está acima de 150%.

7.2 Homicídios na Região Metropolitana de Manaus

Como descrito no Capítulo 6, a RMM foi criada em 2007 com oito municípios e posteriormente, em 2009, foram incorporados mais cinco, totalizando 13 municípios e formando a maior em área entre todas as RMs brasileiras.

As curvas de mortalidade por homicídios do município de Manaus e da sua Região Metropolitana (Figura 29) possuem estrutura e níveis semelhantes, o que significa dizer que a maioria dos óbitos por essa causa está concentrada no município-sede da RMM.

Tabela 22: Taxa de Mortalidade por homicídios, por 100.000 habitantes na Região Metropolitana de Manaus padronizada, município de Manaus e Brasil, no período de 1980 a 2014.



Fonte: Dados provenientes do SIM/MS/DATASUS, IBGE.

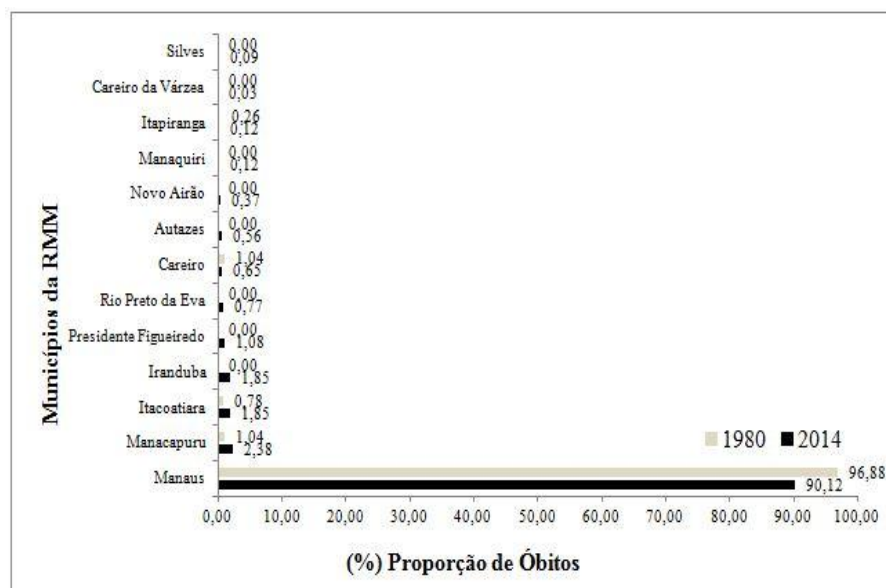
Em relação ao Brasil, tanto a RMM quanto a cidade-sede Manaus quase sempre apresentam riscos de mortalidade por violência acima da média nacional, exceto no período 1984 a 1988 e de 2000 a 2005, quando a população ficou exposta a menos riscos do que aqueles experimentados por toda a população brasileira. Durante o período que vai de 1988 até pouco mais de 2010, a população de Manaus passou a conviver com os mais altos riscos de homicídios, quando atingiu seu nível mais alto em 2011, com uma taxa de mortalidade de 45,56 óbitos por 100.000 habitantes na RMM e 52,88 óbitos por 100.000 habitantes no município de Manaus (Figura 29).

As tendências de mortalidade por homicídios das duas áreas possuem o mesmo padrão, com níveis praticamente semelhantes. O nível de mortalidade por homicídios do município de Manaus nem sempre foi maior do que as taxas do Brasil, pois no período de 1982 a 1989 o município de Manaus e a RMM ficaram com seus níveis pouco abaixo do Brasil. Na segunda metade da década 2000, o risco de mortalidade volta a crescer, tanto na RMM quanto na capital, atingindo seus mais altos níveis em 2011.

A Região Metropolitana de Manaus concentra 64,9% da população do Estado do Amazonas, onde 81,53% da população da RMM vivem no município de Manaus, onde

ocorrem mais de 90% dos óbitos por agressões de toda a RMM e 77,32% de todos os homicídios ocorridos no Amazonas em 2014.

Tabela 23: Distribuição proporcional dos homicídios nos municípios da RMM - 1980 e 2014.



Fonte: Dados do SIM/MS/DATASUS

Essa concentração de ocorrências de mortalidade por homicídios é maior entre todas as RMs analisadas nesse estudo. Observações como essa demonstram que o problema da violência letal contra as pessoas no Amazonas e na Região Metropolitana de Manaus é basicamente circunscrito ao município-sede. Considerando que em 2014 foram 1.028 de morte por homicídios em toda a RMM e que desse total, 973 óbitos, ocorreram no município de Manaus, procurou-se dar ênfase ao estudo dos efeitos demográficos nesta cidade.

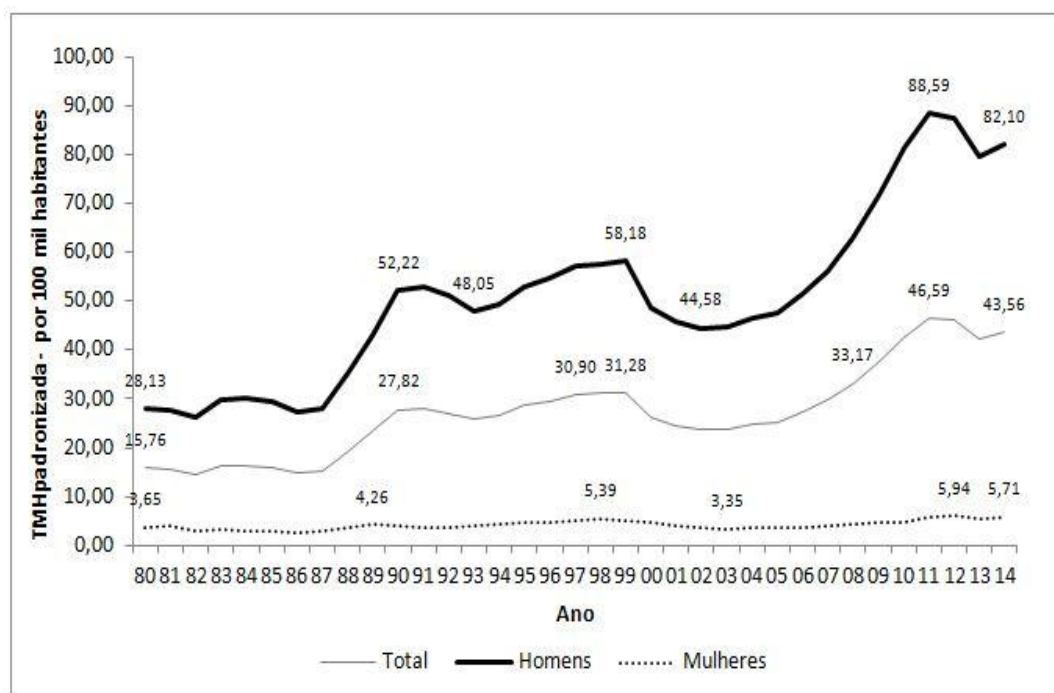
7.3 Diferenciais por Sexo e Idade

O diferencial de sexo na mortalidade por homicídio é bastante acentuado. No Brasil, a Razão de Sexo (RS) tem oscilado, em média, em torno de 7,5 óbito masculino para cada 1 óbito feminino. Essa disparidade também ocorre por região no País (MOURA et al, 2015). Em Manaus, o sexo masculino apresenta uma tendência de mortalidade sempre superior ao feminino. Essa superioridade de óbitos por homicídios masculino aumentou de 5 para 33 no final do período em análise.

As taxas de homicídios da cidade-sede Manaus para ambos e sexos aumentou 63% entre 1980 e 2014. Para os homens, a taxa de homicídio de 1980 (28,13 óbitos por 100.000

mil habitantes) sofreu aumento de 65% no final do período, quando atinge 82 óbitos por 100.000 habitantes e para as mulheres ocorreu um aumento de 36%.

Tabela 24: Taxa de mortalidade por homicídios por 100.000 habitantes, segundo o sexo das vítimas, município de Manaus, 1980 - 2014.



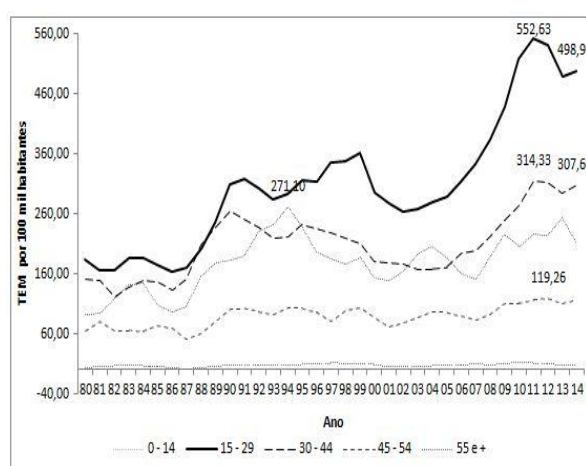
Fonte: Dados do SIM/MS/DATASUS, IBGE.

As taxas de homicídios para o sexo feminino apresentaram momentos de oscilação entre 1980 a 2003, tendo neste período sua maior taxa em 2000, com 4,61 óbitos para cada 100.000 habitantes. A partir de 2004, a população feminina começa a ter sua taxa de homicídio aumentada com maior registro em 2014, com 5,71 óbitos para cada 100.000 habitantes.

A tendência de mortalidade por homicídios da população masculina segue o mesmo padrão de mortalidade da população total. Os homens passam a vivenciar fases cíclicas de violência a partir de 1980 até 2002, apresentando a taxa mais baixa em 1982 com 26,38 óbitos para cada 100.000 habitantes. Neste período, a maior taxa de homicídios foi em 1999 com 58,18 óbitos para cada 100.000 habitantes. A partir de 2003, as taxas começam a apresentar crescimento atingindo seu ápice em 2011, com 88,59 óbitos para cada 100.000 habitantes, vindo a cair nos dois anos seguintes e em 2014 volta a crescer chegando à casa dos 80.

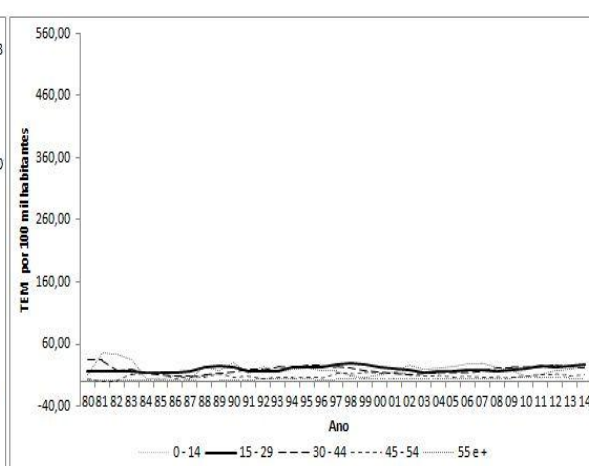
Além dos diferenciais de sexo foi observado também expressivo diferencial entre as idades. Vários estudos demonstram que os jovens são as maiores vítimas da violência em Manaus (NASCIMENTO et al, 2017) e no Brasil (AIDAR 2003; CAMARGO, 2003; CERQUEIRA et al, 2017).

Tabela 25: Homicídios no município de Manaus: Taxa Específica de Mortalidade ajustada, por 100.000 habitantes, segundo o sexo masculino, por grupo de idade no período de 1980 a 2014.



Fonte dos dados básicos: SIM/MS/DATASUS, IBGE.

Tabela 26: Homicídios no município de Manaus: Taxa Específica de Mortalidade ajustada, por 100.000 habitantes, segundo o sexo feminino, por grupo de idade no período de 1980 a 2014.



Fonte dos dados básicos: SIM/MS/DATASUS, IBGE.

As taxas entre os homens jovens de 15 a 29 anos estiveram, quase sempre, em uma constante em seu crescimento no período, chegando a seu ápice 552% (óbitos por 100.000 habitantes) em 2011. Essa oscilação nas taxas de homicídios tem seu crescimento vertiginoso a partir de 1987 até 1992. Posteriormente, em 2000, apresenta uma leve queda, mas volta a crescer alcançando número expressivo em 2011. Nos dois anos subsequentes, apresenta queda e, posteriormente, em 2014, apresenta tendência de crescimento.

Os jovens-adultos (30 a 44), apesar de estarem abaixo dos jovens na maioria do período, no ano de 1988, estiveram à frente, mas com a taxa próxima à faixa etária dos jovens. A partir do ano seguinte, oscila subida e descida, alcançando em 2011 a maior taxa, (314 óbitos por 100.000 habitantes), mesmo assim, abaixo da faixa dos 15 a 29 anos.

Os adultos-jovens (45 a 54) se mantêm com a taxa de homicídios constante. A maior taxa foi registrada em 2012, com 119 (óbitos por 100.000 mil habitantes). A faixa etária dos

adultos (55 e +) é a que mais se aproxima da faixa etária dos jovens. A maior taxa de mortalidade por homicídio foi registrada em 2013, com 253 (óbitos por 100.000 habitantes) (Figura 32 e 33).

As disparidades entre os sexos aumentam de forma expressiva, principalmente, quando se observa a mortalidade entre jovens de 15 a 24 anos. Os jovens do sexo masculino estiveram, pelo menos, 22 vezes mais expostos à morte por homicídio do que as mulheres em 2011.

A seguir, com base na observação do comportamento das taxas de mortalidade por violência em todas as Regiões Metropolitanas, foram criados três grupos de RMs com características semelhantes (ANEXO B) para que se pudesse mensurar a violência na Região Metropolitana de Manaus diante das demais RMs, no período de 1980 a 2014.

No grupo 1 (ANEXO C), compara-se a RMM com outras RMs que apresentaram uma variação mínima do risco de mortalidade por violência. No grupo 2 (ANEXO D), a RMM foi confrontada com aquelas RMs que apresentaram variação mediana e com altas taxas no final do período, em relação à RM de Manaus. Por fim, no grupo 3 (ANEXO E), as RMs, com variações expressivamente altas e com taxas historicamente altas serão comparadas à RMM.

7.4 Variações entre as Regiões Metropolitanas e a Região Metropolitana de Manaus

7.4.1 Grupo 1 - RMs com variações mínima em relação à RMM

Neste grupo, foram analisados os registros dos homicídios nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, Belo Horizonte e Goiânia em relação à RMM (ANEXO C). Nota-se que as RMs apresentam quase sempre taxas de mortalidade inferiores à RMM, com exceção da RM de Porto Alegre que mais se aproxima das taxas de mortalidade da RMM. As taxas de mortalidade por homicídios na RMPA, nas duas primeiras décadas, estão sempre abaixo das taxas da RMM. Há um crescimento a partir de 2001, mas com taxas muito próximas a da RMM tendo um aumento relativo, mas ainda assim não ultrapassando a de Manaus em 2014. O que também é observado na RMM é que ela apresenta uma leve queda nas taxas em

2012 e 2013, fruto das políticas de segurança pública, principalmente na capital, com o programa "Ronda no Bairro"³⁵.

A RM de Belo Horizonte, nas duas primeiras décadas, tem sua taxa de homicídio abaixo da RMM. No entanto, no ano 2011, ultrapassa a RMM e atinge a maior taxa no período (1980 a 2014) com 46,08 óbitos por 100.000 habitantes. Nos últimos seis anos, a taxa fica a baixo a da RMM. Por sua vez, a RMGO, assim como a RMPA, apresenta suas taxas muito próximos às taxas da RMM. A taxa de homicídio da RMGO de 1989 a 2000 apresentou um declínio. Posteriormente, experimentou momentos cíclicos. O nível de violência superou a RMM em 2014, com 49,49 óbitos por 100.000 mil habitantes, atingindo o maior nível de mortalidade por homicídios, 8% maior que a RMM no final do período. As RMs de Porto Alegre e de Belo Horizonte apresentam taxas menores às da RMM no final do período, enquanto que a RM de Goiânia apresenta tendência de crescimento. Apesar das Taxas da RMBH apresentarem crescimento, a partir de 2005, vem avançando no controle da violência com excelentes resultados atribuídos aos programas sociais, como o "Fica Vivo"³⁶ e o "PROERD"³⁷, que vêm sendo desenvolvido nas comunidades violentas e carentes de Belo Horizonte desde 2003 (PEIXOTO & AZEVEDO, 2008; ANDRADE & PEIXOTO, 2007).

7.4.2 Grupo 2 - RMs com variação alta e com altas taxas, em relação à RMM

Neste grupo, foram analisadas as RMs de Fortaleza, Natal, Salvador e Belém em relação à RMM (ANEXO D). A população das quatro RMs passou praticamente os primeiros 20 anos exposta a menos riscos de mortalidade por homicídios. Os níveis de mortalidade até 2000 estiveram quase sempre abaixo daqueles experimentados pelos

³⁵ Ver NASCIMENTO et al (2017).

³⁶ Este programa teve início com a formação de um grupo de trabalho constituído para elaboração do Programa de Controle de Homicídios no Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFMG), em parceria com as Polícias Civil e Militar de Minas Gerais, Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), Ministério Público, Polícia Federal, Organizações Não-Governamentais, comunidades e empresários do setor privado. O Projeto foi incluído no Plano Emergencial de Segurança Pública e institucionalizado pelo Decreto 43.334 de 20/05/2003. Esse programa, até 2008, encontrava-se disseminado entre aproximadamente 19 comunidades previamente identificadas como violentas e carentes (PEIXOTO, ANDRADE E AZEVEDO, 2008. p 4).

³⁷ O PROERD é um programa preventivo ao uso de drogas e à violência entre crianças e adolescentes nas escolas. Foi criado com base no projeto *Drug Abuse Resistance Education* (DARE), que foi desenvolvido na cidade de Los Angeles (Califórnia) por psicólogos, psiquiatras, policiais e pedagogos (ANDRADE E PEIXOTO, 2007. p.9).

residentes na RMM, com exceção a RM de Fortaleza nos seis primeiros anos, mas com as taxas muito próximas à taxa da RM de Manaus. As RMs de Belém e Fortaleza, no período de 1980 a 1987, mantiveram o nível de mortalidade próximas ao da de Manaus. A RM de Natal mantém a taxa abaixo de Manaus, praticamente até 2011, quando experimenta níveis mais altos a da RMM, atingindo 59 óbitos por 100.000 habitantes em 2014, 28% maior que Manaus.

A partir da década de 2000, os níveis das taxas das RMs de Belém, Fortaleza e Salvador ultrapassam a de Manaus até 2014. A partir de 2011, a RM de Salvador começa a experimentar níveis mais altos, alcançando seu ápice em 2010, com risco de mortalidade 36% maior do que a RMM. Seguindo a mesma trajetória, a RM de Belém, a partir de 2007, e a RM de Fortaleza, a partir de 2002, até o final do período, apresentaram praticamente alta nas taxas de homicídios (25% e 38%, respectivamente). A RM de Fortaleza é a que teve maior registro na taxa entre as quatro RMs, 38% superior a de Manaus.

7.4.3 Grupo 3 - RMs com variação alta e com altas taxas, em relação à RMM

Neste grupo, foram analisados as RMs de Recife, Grande Vitória, São Paulo e Rio de Janeiro em relação à RMM (ANEXO E). Nas quatro RMs, até 2005, 2008, 2010 e 2014, no final do período, estiveram acima das taxas da RMM, com destaque para a RM da Grande Vitória, que manteve crescimento até 1998, quando começa a declinar, mas, ainda assim, com as taxas acima da RMM.

Excluindo os seis primeiros anos do período, quando a RMGV teve as taxas muito próximas às da RMM, a partir de 1987, a taxa começa a se distanciar da RM de Manaus, alcançando em 1998 a maior taxa entre todas as RMs neste estudo. A população da RMGV é exposta ao risco de 63% a mais do que a RMM para este ano. O que se observa apensar das taxas estarem sempre acima da RMM, o Estado de Espírito Santo se empenhou na diminuição dos homicídios, que ganhou corpo a partir de 2011 com o programa "Estado Presente"³⁸, apesar da greve da PM naquele período.

³⁸ Ver CASAGRANDE (2015).

Nas três primeiras RMs do grupo, o que chama a atenção é a baixa nas taxas no final do período em relação às de Manaus, principalmente quando observada a RM de São Paulo. Em 1999, A RMSPE apresentava risco de mortalidade por homicídio 48 vezes a mais do que a RMM, sendo que em 2014 a taxa caiu drasticamente. Com isso, o risco é 186 vezes menos de uma pessoa a ser acometida de um evento homicida em relação à RMM, sendo a menor taxa entre as 12 RMs do estudo. A RM do Rio de Janeiro alcançou, em 1996, 51% a mais do que a taxa da RMM. No entanto, a partir do ano seguinte, começa a declinar até o final do período em 2014.

A RM de Recife inicia o período acima das taxas da RMM, alcançando o maior nível na taxa de homicídio em 1999: (56% mais risco de mortalidade em relação a RMM). Nos últimos quatro anos do período (2011 a 2014), apresenta uma leve queda em relação à RMM, refletindo os esforços do governo nas políticas públicas direcionadas para conter a violência no Estado do Pernambuco, com destaque para o programa "Pacto Pela Vida", fazendo com que sua população tenha menos 8,% de possibilidade de ser acometida de um evento homicida em relação à RMM em 2014.

8. CONCLUSÃO

O estudo procurou analisar a evolução e distribuição da mortalidade por causas externas (os homicídios) em 12 Regiões Metropolitanas Brasileiras e compará-las à Região Metropolitana de Manaus no período de 1980 a 2014.

Alguns estudos mostram que desde 1970 e mais intensamente a partir de 1980, a violência vem sendo um problema emergente na sociedade brasileira (MELLO JORGE et al, 1997; MINAYO, 1998; ADORNO, 2002; NASCIMENTO, 2006; BEATO, 2012; ANDRADE et al, 2013; CERQUEIRA, 2014;), que precisa de estudos específicos dentro de uma perspectiva interdisciplinar.

Este estudo mostra que passados os 27 anos de vida perdidas (NASCIMENTO, 2006), as configurações da violência se alteraram nas RMs. As RMs que durante os primeiros 20 anos mantiveram taxas de homicídios sempre abaixo da média nacional e da RMM, a partir do ano 2000, passam a conviver com a escalada da violência interpessoal que chega aos limites do insustentável, emergindo a necessidade da atenção dos governos constituídos para o enfrentamento do problema, que exige o conhecimento aprofundado da mais cruel entre todas as formas de violência: o homicídio.

Os esforços de alguns governos parecem apontar para resultados positivos. São Paulo, que antes expunha sua população aos maiores riscos de violência interpessoal, passa a ter as menores taxas de mortalidade por homicídios, juntamente com a RM de Rio de Janeiro, esta, chega à taxa próxima do Brasil, e a terceira com menor taxa a RM de Belo Horizonte.

A violência se mantém em níveis altos nas RMs de Fortaleza, Belém e Natal no final do período. A partir da década de 2010, há uma tendência de crescimento nessas taxas, apesar de suas características distintas, o que revela um cenário de diminuição das garantias do direito a vida e a cidadania, no qual os poderes constituídos deixaram de atuar com mais prevalência no combate ao fenômeno dos homicídios nas Regiões Metropolitanas.

Isso se deve muito à falta de interação da gestão dos problemas comuns dos entes federados, principalmente nos aglomerados metropolitanos, onde a taxa de homicídios apresentam maiores índices. Há de se destacar que os problemas comuns (sejam eles de infraestrutura, educação, saúde, econômico, etc.) afetam sobremaneira a população que ali vive, ocasionando os diversos problemas sociais, dentre eles os homicídios.

Os índices de violência em Manaus movem-se em espiral. Há momentos cíclicos de aumento e declínios dos acontecimentos homicidas, mas sem longos períodos de queda que possam indicar uma convergência para nível igual àquele do início do período, como vem acontecendo em algumas RMs, visto na Figura 29.

Talvez se devesse atribuir essas oscilações às perspectivas por melhores condições de vida, amparadas por maiores ofertas de emprego, atenção médica, educação e habitação, além do fascínio que exerce a capital amazonense sobre os residentes na Amazônia Ocidental, provocando um forte crescimento populacional em Manaus. Aqui, cabe ressaltar que não se pretende atribuir uma relação direta com o crescimento populacional, mas sim com a instabilidade social e destruturação urbana resultante do aumento inesperado de população e porque não também fazer menção à questão política, a qual não tem direcinado de forma efetiva os investimentos necessários à questão da política de combate aos homicídios, refletindo o que ocorre em todo o Brasil, o qual ainda não se efetivou uma política de gestão para a segurança cidadã.

Os problemas da segurança cidadã no Amazonas são conhecidos, quando falamos em homicídios, uma vez que os acontecimentos estão ligados, na sua maioria, ao tráfico de drogas, à difusão de armas, briga entre facções criminosas para manutenção de território, etc. Esse malefício, as drogas, vem da tríplice fronteira, Brasil-Peru-Colômbia, percorrendo as diversas rotas pelos rios, chengando a Manaus, ocasionado problemas diversos à sociedade. Falta uma política de combate efetivo para conter a onda de homicídios que ora ocorre na capital amazonense, onde vidas são perdidas, destroçando famílias, impendido o crescimento econômico da região. Todos esses acontecimentos ocorrem com mais frequência na capital, haja vista os registros apresentados neste trabalho.

Em Manaus, como nas demais RMs, as vítimas, pouco a pouco, foram se concentrando no grupo de jovens, exigindo uma maior preocupação. São nas idades de 15 a 29 anos que se concentram os maiores riscos de mortalidade por homicídios. O sexo masculino, por todo o período, é mais exposto à violência. O pior é que em todas as RMs as atrocidades sem limites caminham às margens da barbárie. Na maioria das vezes, a vítima sequer tem a chance de receber cuidados médicos e agoniza frente à impotência de proteção do Estado.

A análise da evolução da mortalidade por violência interpessoal possibilitou identificar padrões diferenciados de violência entre as Regiões Metropolitanas Brasileiras. Com base nas taxas padronizadas de mortalidade por homicídios, foi possível observar alterações de

níveis de mortalidade em todas as RMs. As variações das TMHs ocorridas no espaço temporal permitiram identificar as tendências de mortalidade no período de 1980 a 2014. A análise dos diferenciais de sexo e idade mostrou que na Região Metropolitana de Manaus os homicídios estão cada vez mais concentrados entre os homens de idades jovens e com registros maiores no município-sede. Além do mais, buscou-se preencher uma lacuna importante no campo do conhecimento da violência no contexto da Região Metropolitana de Manaus e municípios.

9 BIBLIOGRAFIA

ADORNO, S. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. *Jornal de Psicologia-PSI*, n. Abril/Junh, p. 7-8, 2002.

AIDAR, T. A face perversa da cidade: configuração sócio-espacial das mortes violentas em Campinas nos anos 90. Campinas: UNICAMP/NEPO, 2003. (Texto NEPO, 44).

ALMEIDA, A.W.B. Territórios e Territorialidades na Amazônia: Entre a “proteção” e o “protecionismo”. Divulgado no Caderno CRH, Salvador, v.25, n.64, p.63-71, Jan/Abr. 2012.

ANDRADE, Carla Lourenço Tavares de e SZWARCOWALD, Célia Landmann. Desigualdades socioespaciais na adequação dos dados do Ministério da Saúde sobre nascimentos e óbitos em nível municipal no Brasil, 2000-2002. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2007, vol.23, n.5, pp.1207-1216. Acessado em 9/05/2018, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007000500022>.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; DINIZ, Alexandre Magno Alves. A reorganização espacial dos homicídios no Brasil e a tese da interiorização. *Rev. bras. estud. popul.*, São Paulo, v. 30, supl. p. S171-S191, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010230982013000400011&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 20 de junho de 2017.

ANDRADE, Luciana Teixeira de et al.,. Homicídios nas Regiões Metropolitanas. Organizadores Luciana Teixeira de Andrade, Dalva Borges de Souza, Flávio Henrique Miranda de A. Freire; Colaborador Marco Antonio Couto Marinho. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

ANDRADE, L. T. de; MARINHO, M. A. C. Organização Social do Território e Violência Letal na Região Metropolitana de Belo Horizonte: O balanço de uma década. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de et al.,. Homicídios nas Regiões Metropolitanas. Organizadores Luciana Teixeira de Andrade, Dalva Borges de Souza, Flávio Henrique Miranda de A. Freire; Colaborador Marco Antonio Couto Marinho. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 15-43.

ANDRADE, M. V. & LISBOA, M. B. Desesperança de vida:homicídio em Minas Gerais. In: Henriques, R. (ed.), *Desigualdade e Pobreza no Brasil*, p. 347-384.IPEA, Rio de Janeiro. 2000.

ANGRIMANI, Danilo. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*.São Paulo, Summus, 1995.

ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1983.

_____. *Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1969.

_____. *Sobre a violência*. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ASCHER, F. *Metápolis ou l'avenir dès villes*. Paris: Odile Jacob, 1995.

_____. *Dynamiques metropolitaine setenjeuxsócio-politiques*. 2011. Disponível em: < <http://www.multitudes.net/Dynamiques-metropolitaines-et/>>. Acesso em 23 de julho de 2017.

AZEVEDO, Sérgio de; GUIA, Virgínia Rennó dos Mares. Governança metropolitana e a reforma do estado: O caso de Belo Horizonte. *Revista Estudos Urbanos e Regionais*, n. 3 out/2000. Acessado em 05 de maio de 2016, disponível em: DOI:<http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2000n3p131>

AZEVEDO, S.; MARES GUIA, V. "Os 'dois lados da moeda' nas Propostas de Gestão Metropolitana: virtude e fragilidade das políticas", In: E. Castro e M. Wojciechowski (orgs.), *Inclusão, colaboração e governança urbana*. Belo Horizonte: Ed. Puc-Minas/The University British Columbia, 2010, p. 65-100

BATITUCCI, E.C. O Homicídio em quatro Regiões Metropolitanas Brasileiras: Dados do SIM. In: *Encontro Anual da AMPOCS*, 22, Caxambu, 1998.

BARRETO, I.J. O Surgimento de Novas Regiões Metropolitanas no Brasil: Uma Discussão a Respeito do Caso de Sorocaba (SP). *Revista Brasileira de Geografia Economica*, ano I, número 1. 2012. Acessado no dia 03 de maio de 2017, disponível no site: <http://espacoeconomia.revues.org/374>

BEATO, Cláudio C.; VIEGAS, Mônica; PEIXOTO, Betânia T. Crime, oportunidade e vitimização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 19, n. 55, p. 73-89, 2004.

BEATO, Cláudio. *Crime e Cidades*. Belo Horizonte: UFMG. 2012.

BECKER, Gary. S. Crime e Punishment: An Economic Approach. *The Journal of Political Economy*, 1968.76: 169-217.

BERCOVICI, Gilberto. Desigualdades Regionais, Estado e Constituição. São Paulo: Max Limonad, 2003.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

Brasil. Lei n. 5.727, de 4 de novembro de 1971. Dispõe sobre o primeiro plano nacional de desenvolvimento (pnd), para o período de 1972 a 1974.

_____. ESTATUTO DAS METRÓPOLES. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015.

_____. Ministério da Justiça. Secretária de Segurança Pública. Relatórios de Homicídios no Brasil. Brasília: SENASP, 2007.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. Lei n.o 6.216, de 30 de junho de 1975, que regulamenta os Registros Públicos.

_____. Ministério da Saúde. Saúde Brasil 2014: uma análise da situação de saúde e das causas externas. Secretaria de vigilância e saúde, Brasília, DF, 2015.

BREITBACH, Aurea Correa de Miranda. Estudo sobre o conceito de Região. Porto alegre, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Hauser, 1988.

CASTELO BRANCO, Maria Luisa G. Espaços urbanos: uma proposta para o Brasil. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2003.

CAMARGO, A. B. M. A relação da mortalidade e as causas externas no país. Tese (Doutorado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CAMPOS, Tamms Maria da Conceição Moraes. Análise da configuração da Região Metropolitana de Natal – RMN/Brasil a partir da localização dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV. XVII ENANPUR, Sessão temática: Novas temáticas de Estruturação Urbana-Regional, São Paulo, 2017.

CANO, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil, 1930-1995. Tese de livre docência apresentado ao departamento de economia e planejamento

econômico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

CANO, I. e SOARES, G. D. As Teorias sobre as Causas da Criminalidade. Rio de Janeiro, IPEA. Manuscrito Luis Lopes Diniz Filho. Fundamentos epistemológicos da geografia. 1. ed. Curitiba: IBPEX, 2002. (Coleção Metodologia do Ensino de História e Geografia, 6), p. 86.

CARMONA, P. A. C. Violência x Cidade: O papel do direito urbanístico na violência urbana. 1ª Ed. São Paulo: Marcial Pons. Brasília, DF. Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 2014.

CARVALHO, José Alberto Magno de; SAWYER, Diana Oya; RODRIGUES, Roberto do Nascimento. Introdução a alguns conceitos básicos em demografia. Ed 2, rev., São Paulo: ABEP, 1994, reimp. 1998.

CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.

CERQUEIRA, D. Causas e consequências do crime no Brasil. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Economia da PUC. Rio de Janeiro, 2014.

_____ et al. Atlas da violência 2016. IPEA e FBSP. Brasília, 2016.

_____ et al., Atlas da Violência 2017. IPEA e FBSP. Rio de Janeiro, 2017.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. Determinantes da criminalidade: uma resenha dos modelos teóricos e resultados empíricos. IPEA, Rio de Janeiro, textos para discussão n. 956. jun/2003.

CERQUEIRA, Daniel and LOBAO, Waldir. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. Dados [online]. 2004, vol.47, n.2, pp.233-269. ISSN 0011-5258. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582004000200002>.

CHAUÍ, Milena. Ética e Violência no Brasil. Revista Bioeticos, Centro Universitário São Camilo, 2011. 5(4), 378-383.

CHESNAIS, Jean Claude. A violência no Brasil: Causas e recomendações políticas para a sua prevenção. Ciênc. saúde coletiva [online]. 1999, vol.4, n.1, pp.53-69.

_____. Les mortsviolentes dans le monde. *Population & Sociétés*, Bulletin mensuel d'Information de l'Institut National d'Études Démographiques, n. 395, novembre 2003.

CLEMENTINO, M.L.M; FERREIRA, A.L. Caminhos para se pensar metropolização de Natal: questões hipotéticas e referências. 2015, In: CLEMENTINO; FERREIRA. Natal: transformação na ordem urbana. Observatório das Metrôpoles, Séries Estudos comparativos, Carta Capital, 2015. pp. 19 - 42.

Constituição do Estado de São Paulo, promulgado em 5 de outubro de 1989 e atualizado até a Emenda Constitucional nº 36, de 17 de maio de 2012.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte, In: MONTE-MÓR, R.L.M. (Org.) Belo Horizonte: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: PBH/ UFMG-Cedeplar, 1994, p.51-77.

COSTA, M. A., & TSUKUMO, T. L. 40 anos de regiões metropolitanas no Brasil. Brasília: Ipea, 2013.

COSTA, M.C; FREITAS, F. L.S. Crimes letais em escala metropolitana: O caso de Fortaleza. In: Homicídios nas regiões metropolitanas (org): Luciana Teixeira de Andrade, Dalva Borges de Souza, Flávio Henrique Miranda de A. Freire; colaborador Marco Antônio Couto Marinho. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2013.

COULON. A. Escola de Chicago. São Paulo: Papiru, 1995.

CHRISTALLER, W. Central Places in Southern Germany, New Jersey, Prentice-Hall, 1966, Parte B.

CRUZ, M. V. G da. BATITUCCI, E. C. (Orgs.). Homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CUNHA, Débora Ferreira da; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro A.; COSTA, Nuno Marques da. O Sistema de Cidades da Região Metropolitana de Goiânia. Produção e Gestão do Espaço Urbano, Metropolitano e Regional - XVII ENANPUR, São Paulo, 2017.

DAIN, S. Rio de todas as Crises – Crise Econômica. Série Estudos, Rio de Janeiro, IUPERJ, nº 80, dez. 1990.

DANTAS, José B. da. A Formação Histórica da MetrÓpole e Principais Tendências de Desenvolvimento. In: PEQUENO, R. (org.). Como anda Fortaleza. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das MetrÓpoles. 2009.

DANTAS, EustÓgio W. Correia; FERREIRA, Angela Lúcia; CLEMENTINO, Maria do Livramento M. Turismo e imobiliário nas metrÓpoles. Rio de Janeiro, Letra Capital. 2010.

DERRIDA, Jacques. Force de Loi: Le “fondement mystique de l’authorité”. Paris: Galilée, 2005.

DICKINSON, Robert. Lasregiones metropolitanas en Estados Unidos. In: THEODORSON, G. A. Estudios de ecología humana. Barcelona: Editorial Labor, 1974, v. 2, p. 361-375.

DINIZ, Fabiano Rocha, ROCHA, Danielle de Melo. A Região Metropolitana do Recife e o “interesse incomum”: Dimensões da governança de uma metrÓpole institucionalmente fragmentada. In: Recife: transformações na ordem urbana. Org. Maria Ângela de Almeida Souza, Jan Biton; coordenação Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, pp. 419-458.

DOMENACH, J. M. La violencia. In: La Violencia y sus Causas (A. Joxe, org.), pp.33-45, Paris: Unesco. 1981.

Estatuto das MetrÓpoles, Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Acessado em 03/02/2018, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm.

FELTRAN, G. de S. Crime e Castigo na cidade: Os repórteres da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 58, p. 59-73, jan. - abr. 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Observatório Social de América Latina, v.16, p.273-284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FERNANDES. Cláudia Monteiro, GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. A Região Metropolitana de Salvador na transição demográfica brasileira. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Eds.). Salvador: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das MetrÓpoles, 2014. pp.51-76.

FERNDES JÚNIOR, Edesio. Gestão Metropolitana. Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, v.7, n. 12, p. 65-99, jan./jun.2004

FERRAZ, Hermes. A violência urbana: ensaio. São Paulo: João Scortecci Editora, 1994.

FILHO, Élder Prudente Barbosa. O superdimensionamento do número de municípios pós redemocratização: uma análise de suas consequências. Monografia apresentada ao curso do Departamento do Direito da Universidade Federal de Sergipe, 2014.

FILHO, João Bosco Moura Tonucci, MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho, OLIVEIRA, André Mourthé de, SILVA, Harley. Estrutura produtiva e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte: formação histórica e perspectivas contemporâneas. IN: ANDRADE, Luciana Teixeira de, MENDONÇA, Jupira Gomes de, DINIZ, Alexandre Magno Alves. Belo Horizonte: Transformações na ordem urbana. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles; Belo Horizonte, MG: PUC-Minas, 2015. pp 49-87.

Firkowski, O. L. C. F. Metrôpoles e regiões metropolitanas no Brasil: conciliação ou divórcio? In B. A. Furtado, C. Krause, & K. C. B. França (Orgs.), Território metropolitano, políticas municipais: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano (p. 21-51). Brasília: Ipea, 2013.

FONTES, Mariana Levy Piza. A Implementação do Estatuto da Metrôpole na Região Metropolitana de São Paulo. Ipea, relatório de pesquisa, Rio de Janeiro, 2017.

FRANCISCONI, J. G; SOUZA, M. A. A. de. Política nacional de desenvolvimento urbano: Estudos e proposições alternativas. IPEA/IPLAN, 1976.

FRENK, Julio; LOZANO, Ascencio Rafael; BOBADILLA, José Luis. La transición epidemiológica en América Latina. Digital repository, Economic commission for latin American and the Caribbean. Notas de Población No.60, 1994. Pp.79-101.

FREITAS, F. L. S. A Territorialidade da Criminalidade violenta no bairro Jardim das Oliveiras – Fortaleza – CE. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

FRESCA, T.M. Uma discussão sobre o conceito de metrôpole. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 8, p. 31-52, ago./dez. 2011.

GARSON, Sol. Regiões Metropolitanas: Por que não cooperam? Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles: Belo Horizonte, PUC, 2009.

GALVÃO, M. V. et al. Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas. Revista brasileira de geografia, Rio de Janeiro, IBGE, ano 31, n. 4, p. 53-127, out./dez. 1969.

GEORGE, P. Geografia dos EUA. Campinas: Editora Papirus, 1990.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: Geografia conceito e temas. Org. CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato, 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição; ALVES, Larissa da Silva Ferreira; DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz; FRANÇA, Rosana Silva de. A metrópole de Natal na rede urbana brasileira e sua configuração interna. P .45-82. In: Org. Maria do Livramento M. Clarentiano e Angela Lúcia Ferreira. Natal: Transformação na ordem urbana. Observatório das Metropolis, Letra Capital, Rio de Janeiro, 2015.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. SEPLAN/SEI. MetrÓpole baiana: Dinâmica econômica e sócio espacial recente. Salvador: Diretoria de Estudos, 2011. p.149.

_____. Entidade Metropolitana: Região Metropolitana de Salvador. Secretaria de Desenvolvimento Urbano.2015. Acessado em 03/04/2018, disponível em: http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/160406_entidade_metropolitana_da_regiao_metropolitana_de_salvador.pdf

GOVERNO DE GOIÁS. Plano Plurianual 2012-2015: Plano de Desenvolvimento Estratégico. Goiânia: Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, 2012.

GRAS, N. S. B. El desarrollo de la economía metropolitana en Europa y en América. In: THEODORSON, G. A. Estudios de ecología humana. Barcelona: Editorial Labor, 1974, v. 2, p. 321-335.

GRAU, Eros Roberto. Regiões Metropolitanas: Regime Jurídico. São Paulo: Bushatsky, 1974.

IBGE. Censo demográfico de 1980.

_____. Censo demográfico de 1991.

_____. Censo demográfico de 2000.

_____. REGIÕES de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/regic_28.pdf. Acesso em: mai. 2017.

_____. Censo demográfico de 2010.

_____. Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010. Rio de Janeiro. 2011.

_____. Perfil dos Municípios Brasileiros 2011. Rio de Janeiro, 2012.

_____. Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil. Coordenação de Geografia. - 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

_____. Regiões de influência das cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>. Acesso em 14 nov. 2017.

_____. Aglomerados Subnormais, informações territoriais, 2011. Acessado em 24 de janeiro de 2018, disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>

_____. Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil. Coordenação de Geografia. - 2. ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Política nacional de desenvolvimento urbano: estudos e proposições alternativas. Série Estudos para o Planejamento, Ipea, 1976.

_____. Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces. Org. PEREIRA, Rafael Henriques Moraes, FURTADO, Bernardo alves. Brasília: Ipea, 2011.

_____. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Org. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundação João Pinheiro, Instituto de Pesquisa Economica Aplicada (Ipea), 2013. Acessado em 14 de abril de 2018, disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>

JUNIOR, Lisboa, 2001. O Sistema Gestor da Região Metropolitana de Belém. In: Metrôpolis em Revista. Número 3. Curitiba, Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, 2001.pp. 21-28.

JUNIOR, Adilson Pereira de Oliveira, SANTOS, Adriano do Carmo Santos, MONTEIRO, Latussa Laranja, BERGAMASCSI, Rodrigo Bettim. A Metrôpole na rede urbana brasileira e na configuração interna. IN: Vitória: Transformação na ordem urbana. Org. Pablo Lira, Adilson Pereira de Oliveira, Latussa Monteiro de Oliveira. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2014. pp. 25-56.

JUNIOR, Orlando Alves dos Santos. In: Rio de Janeiro: transformação na ordem urbana. Org. Luis Cesar de Queiroz Ribeiro. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2015. pp. 453-483.

LIRA, Pablo; JUNIOR, Adilson Pereira de Oliveira; Monteiro, Latusa Laraja. Vitória: Transformações na ordem urbana. Observatório das Metrópoles, Letra Capital – 1º ed – Rio de Janeiro, 2014.

LYRA, Maria Rejane Souza de Britto. O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco-São Paulo-Pernambuco. Tese de doutorado. Campinas, UNICAMP, 2003.

KRUG, et al. Relatório mundial sobre a violência e saúde 2002. Genebra. Organização Mundial da Saúde, 2002.

_____. Relatório mundial sobre a prevenção da violência 2014. Genebra. Organização Mundial da Saúde, 2014.

MANSUR, Andressa V. et al. An assessment of urban vulnerability in the Amazon Delta and Estuary: a multi-criterion index of flood exposure, socio-economic conditions and infrastructure. Sustainability Science, p. 625–643, 2016.

MARTINE, G. Camaranom A.A. et. Al. – A Urbanização no Brasil: Retrospectiva, Componentes e Perspectivas. Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Olinda, 1988.

MARTINHO, Clarice Antoun; SILVA, Mauricio Gonçalves; AJARA, Cesar. Movimento pendular e ocupação na Região Metropolitana de Recife-PE. Espaço e Economia [online], 9/2016. Revista Brasileira de Geografia Economia. Acessado em 05 de março de 2018, disponível em <http://espacoeconomia.revues.org/2461>; DOI:10.4000/espacoeconomia.2461.

MARTINS, José de Souza. A morte e os mortos na sociedade brasileira. São Paulo: Hucitec, 1983.

MARTINS, C. H. B. Região Metropolitana de Porto Alegre: dinâmica legal e institucional. Indicadores Econômicos FEE, v. 20, n. 2. 1991.

MARTINS, Cristina Maria dos Reis. Caracterização da Região Metropolitana de Porto Alegre. Secretária do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, FEESEH, Caderno para discussão FFE, n.112, Porto Alegre, 2013.

MELLO JORGE, M. H. P.; GAWRYSZEWSKI, V. P.; LATORRE, M. R. D. O. Análise dos dados de mortalidade. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 5-25, ago. 1997. Suplemento. Acessado em 16/10/2017, disponível no sítio: <http://www.revistas.usp.br/rsp/article/viewFile/24289/26213>

MELO, J. M. P; SCHNEIDER, A. Mudanças demográficas e a dinâmica dos homicídios no estado de São Paulo. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.21, n. 1, p. 19-30, jan, /jun.2007.

MENCIO, M.; ZIONI, S. A caracterização das Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas pelo IBGE: Limites e Avanços do Estatuto da Metrôpole . Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%202/ST%202.2/ST%202.2-02.pdf> Acesso em: 15 out. 2017.

MENDONÇA, Mario. et al. “Criminalidade e Desigualdade social no Brasil”, Rio de Janeiro: IPEA, . 2003. Texto para Discussão Número 967.

MENDONÇA, Jupira Gomes de, ANDRADE, Luciana Teixeira de, Diniz Alexandre Magno Alves. Mudanças e permanências na estrutura socioeconômica e territorial na Região Metropolitana de Belo Horizonte. IN: ANDRADE, Luciana Teixeira de, MENDONÇA, Jupira Gomes de, DINIZ, Alexandre Magno Alves. Belo Horizonte: Transformações na ordem urbana. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles; Belo Horizonte, MG: PUC-Minas, 2015. pp 15-32.

MICHAUD, Y. A Violência. São Paulo: Ática, 1989.

_____. A violência. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Ática, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de S. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública: Rio de Janeiro, 1994.

_____. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta In. MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F. GOMES, R. (Org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. Violência e Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

_____. A violência dramatiza causas. In: MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. (Orgs.). Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: Ed.Fiocruz, 2003.

_____. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde (13ª Ed). São Paulo, SP: Editora Hucitec, 2013.

MINAYO, M.C.S; e SOUZA, E. R. de: “Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva”. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, IV (3): 513-531, nov. 1997 - fev. 1998.

MIRANDA, Cynthia Lopes Pessoa de, CASTIGLIONI, Aurélia H., SILVA, Estefânia Ribeiro da, VAREJÃO, Silvia Buzzone de Souza. Análise da Dinâmica Demográfica dos Municípios da RMGV a partir das mudanças ocorridas entre 2000 e 2010. IN: Vitória: Transformação na ordem urbana. Org. Pablo Lira, Adilson Pereira de Oliveira, Latussa Monteiro de Oliveira. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2014. pp. 57-92.

MISSE, Michel.O movimento: a constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência. Rio de Janeiro, UERJ/FAPERJ, 2003.

_____. A violência como sujeito difuso."Reflexões sobre a violência urbana:(in) segurança e (des) esperanças. Ferghali, Jandira et al. Mauad X, 2006. p.19-31.

MOYSÉS, Aristides; SILVA, Eduardo Rodrigues da; AGUIAR, Maria do Amparo de A. Caracterização Geral da Região Metropolitana de Goiânia.In: Como andam Belém e Goiânia. Org. José Júlio Ferreira Lima, Aristides Moises. Rio de Janeiro: letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009. p.79-83.

MOLINA, Antônio García-Pablos. Criminologia: Uma introdução a seus fundamentos teóricos. Trad. Luiz Flávio Gomes, Ed. Revista dos Tribunais. São Paulo, 1992.

MOREIRA, Ruy. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, V.3, n. 5, p.15-32, 2001.

MOURA, Rosa. Arranjos urbano-regionais no Brasil: Uma análise com foco em Curitiba. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

NASCIMENTO, A. G. O. Mortalidade em Manaus: Caracterização e espacialização dos homicídios, diferenciais sócio-econômicos e demográficos das vítimas residentes em áreas urbanas. Dissertação de mestrado, ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2006.

_____. Evolução do impacto das mortes por causas violentas na esperança de vida da população de Manaus entre 1980 a 2009. Tese de Doutorado. CEDEPLAR/UFMG. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/downloads/2011/Antonio_Nascimento.pdf

NASCIMENTO, A. G. O.; JANUÁRIO, J. R.; SOUZA, D. S. R.; WENDHAUSEN, E. J.; BERTAZZO, A. M.; SOUZA, AMARA, L.S.; GAMA, A. C. Conflitualidades na Amazônia: Percepções sobre a violência homicida. PNUD/SENASP/UEA, nov/Manaus, 2016.

NASCIMENTO, A. G. O.; JANUÁRIO, J. R.; SPÓSITO, M. Segurança Pública no Brasil: O Amazonas em perspectiva. Secretaria de Segurança Pública do Amazonas e Universidade do Estado do Amazonas, 2017.

NOGUEIRA, R.J.B. Política e Território: a invenção de uma região metropolitana. Revista Somanlu, ano 11, n.2, jul./dez. Manaus, p. 175-189, 2011.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Análise das Regiões metropolitanas do Brasil: Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, FASE/IPPUR/IPARDES, 2005. (Relatório da Atividade 01).

_____. Identificação dos Espaços Metropolitanos e Construção de Tipologias. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2006.

_____. Como Anda a Região Metropolitana de Recife. Pernambuco. Observatório das Metrôpoles, FASE/IFPE/IPARDES. 2006a.

_____. Regiões Metropolitanas do Brasil. Org. Sol Garson, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Juciano Martins Rodrigues. Rio de Janeiro, 2012.

_____. Hierarquização e identificação dos espaços urbanos. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2009. Acessado em 14 de Jun/2017, no site: http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/produtos/produto_mc_1.pdf

_____. (2012). O Estado do Rio de Janeiro no Censo 2010. Acessado em 03 de março de 2018, disponível em:

http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:BtWF5NFuj8IJ:www.observatoriodasmetroplites.net/download/Os_Estados_e_as_RMs_no_Censo_2010.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-ab

_____. Natal: Transformação na ordem urbana. Série Estudos comparativos. Editoras: Maria do Livramento M. Clementino; Angela Lúcia Ferreira. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015.

Organização Mundial de Saúde – OMS. Physical status: the use and interpretation of anthropometry. Geneva: WHO, 1995. Disponível em: http://www.unu.edu/unupress/food/FNBv27n4_suppl_2_final.pdf

OMRAN, A. R. The epidemiologic transition theory: a preliminary update. *Journal of Tropical Pediatrics*, Oxford, v.29, n.6, p.305-316, 1983.

PASTERNAK Suzana; D'OTTAVIANO, Camila. Favelas no Brasil e em São Paulo: Avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo 2010. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 75-99, abr 2016. Acessado no dia 04 de janeiro de 2018, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3504>.

PEDRAZZINI, Yves. A violência das cidades. Tradução Giselle Unti. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PRATA, P. R. A Transição epidemiológica no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 168-175, abr./jun. 1992.

PLAMBEL. A estrutura urbana da RMBH – V.1 – O processo de formação do espaço urbano 1897-1985. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1986.

PLANO METROPOLITANO RMBH, 2013/2016. Acessado em 22 de março de 2018, Disponível em: <http://www.rmbh.org.br/index.php#links>

PEREIRA, Gilberto Corso. Organização social do território e formas de provisão de moradia. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Eds.). Salvador: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2014. pp.141-173.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques. *Economia regional*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. (Textos escolhidos).

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

Ryder, N. B. "The Cohort as a concept in the study of Social Change"; *American Sociological Review*, December, 30(6). 1965.

RECH, Adir Ubaldo. Fundamentos jurídicos para a construção, delimitação e organização de uma região metropolitana. In: *Construções das regiões metropolitanas [recurso eletrônico]: um enfoque à região metropolitana da serra gaúcha / organizador Adir Ubaldo Rech. – Caxias do Sul, RS: Educus, 2015.*

ROCHA, Haroldo Correa, MORANDI, Ângela Maria. Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo-1955/1985. Vitória: FCAA. 1991.

ROMANELLI, Carla; ABIKO, Alex Kenya. Processo de metropolização no Brasil. Departamento de engenharia de construção civil, Escola Politécnica da USP. São Paulo, 2011.

ROSA. Jurema Regueira Arabyan Monteiro, OLIVEIRA, Fábio Lucas Pimentel de. Tendências de reestruturação territorial na Região Metropolitana do Recife: Economia e mercado de trabalho. In: *Recife: transformações na ordem urbana*. Org. Maria Ângela de Almeida Souza, Jan Biton; coordenação Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, pp.109-146.

SANTOS, Milton. Salvador e o deserto. *Revista Brasileira dos Municípios*, v. 12, n. 47/48, p. 127-128, jul./dez. 1959.

_____. *Metrópole corporativa fragmentada: O caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

_____. *A urbanização Brasileira*, São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *O espaço da cidadania e outras reflexões*. Org. Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins, Coleção *O Pensamento Político Brasileiro*; v.3. Ed. 2, Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2013.

SASSEN. S. El reposicionamiento de las ciudades y regiones urbanas en una economía global: ampliando las opciones de políticas y gobernanza. *Revista Eure*, Vol. XXXIII, N. 100. Santiago de Chile, 2007. pp. 9-34.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e et al. A Região Metropolitana de Salvador na rede urbana brasileira e sua configuração interna. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Eds.). Salvador: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2014. pp. 21-50.

SILVA, F. F. Centralidade e impactos regionais de política monetária: um estudo dos casos brasileiro e espanhol. Tese (doutorado). UFMG, Belo Horizonte, 2012.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SILVEIRA, Felipe Lazzari da. A cultura do medo e sua contribuição para a proliferação da criminalidade. 2º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade. Santa Maria / RS UFSM - Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

SIQUEIRA, Hipólita. Estrutura produtiva e divisão espacial do trabalho no Estado e na metrópole. In: Rio de Janeiro: transformação na ordem urbana. Org. Luis Cesar de Queiroz Ribeiro. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2015. pp.74-116.

SODRÉ, Muniz. Violência, Mídia e Política. In: FEGHALI, J. LEMBRUBER, C.M. Reflexões sobre a Violência Urbana (in) Segurança e (Des) Esperança. Mauad X, Rio de Janeiro, 2003. p.33-41.

SOJA, E. Postmetrópolis. Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

_____. W. Postmetropolis: critical studies of cities and regions. Oxford: Blackwell Publishing, 2002.

SOREL, Georges. Reflexões sobre a violência. Tradução de Orlando dos Reis. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. (Coleção Clássicos do Pensamento Político)

SOUZA, Dalva Borges de, FRATTARI, Jajla Franco. Padrões de homicídios na Região Metropolitana de Goiânia. In: Andrade et al.,. Homicídios nas Regiões Metropolitanas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

SOUZA, Joseane; TERRA, Denize Cunha Tavares. Rio de Janeiro: rumo a uma nova Região Metropolitana? *Caderno Metrop.*, São Paulo, v.19, n.40, pp.817-840, set/dez 2017. Acessado em 02 de abril de 2018, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2017-4006>.

SOUZA, M. L. Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SOUZA, Celina. Regiões Metropolitanas: Condicionantes do Regime Político. *Lua Nova*, [s.l.], n.59, p. 137-159, 2003.

STEVENS, A.; TAYLOR-BEWLEY, D. Drug markets and urban violence: can tackling one reduce the other? [S.l.], Beckley Foundation, Drug Policy Programme, 2009. Acessado em 02 nov/2017. Disponível em: http://beckleyfoundation.org/wp-content/uploads/2016/04/BF_Report_15.pdf

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. (Org.). *Violências em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p. 16-32. Acessado em 03.04.2017, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a02.pdf>

TAVARES, Érica; OLIVEIRA, Ricardo Antunes Dantas. A metrópole fluminense na transição demográfica e urbana brasileira. In: *Rio de Janeiro: transformação na ordem urbana*. Org. Luis Cesar de Queiroz Ribeiro. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2015. pp. 117-147.

TEIXEIRA, Pery. Níveis e tendências de mortalidade na Região Norte. *Caderno Est. Social*. Recife, v.12, n.2, p.341-356, jul/dez, 1996.

TEIXEIRA, Ana Carolina Wanderley. *Região Metropolitana: Instituição e Gestão Contemporânea, Dimensão Participativa*. 1ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

TEIXEIRA, Luciana da Silva. *Determinantes da violência no Brasil*. Câmara dos Deputados – Brasília, Distrito Federal, 2004.

TRINDADE JUNIOR, S. C. C. A cidade na Floresta: os “grandes Objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço Amazônico. *Revista IEB*, n. 50, mar/set, 2010.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro; DOS SANTOS, Tiago Veloso. Para além da cidade: entre fragmentações e permeabilidades, os desafios do planejamento e da gestão urbana no espaço metropolitano de Belém-DOI 10.5216/ag. v4i12. 12779. *Ateliê Geográfico*, v. 4, n. 4, p. 20-50, 2011.

UNODC. Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência 2014.OMS/ONU/DC.

_____. Word DrugReport 2017. Acessado em 02 de nov/2017, disponível em: <http://www.cruzazul.org.br/artigo/50/relatorio-anual-sobre-drogas-da-onu--2017>

VENERANO, Aduino Beato, MATTOS, Rossana, OLIVEIRA, Larissa S. Industrialização E Metropolização: Desafios Para O Processo De Governança Da Região Metropolitana Da Grande Vitória. In: 40 Anos de Região Metropolitana no Brasil. Org. COSTA, Marco Aurélio; TSUKOMO, Isadora Tami Lemos. Brasília, IPEA, 2013. pp. 309-322.

VIAPIANA, Luiz Tadeu. Economia do crime: uma explicação para a formação do criminoso. Porto Alegre, Editora AGE, 2006.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo. Nobel. 2001.

_____. A segregação urbana e a justiça (ou a justiça no injusto espaço urbano). *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano 11, n.44, p. 241-346, jul/set 2003.

WACQUANT, Louc. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. Os condenados da cidade: estudo da marginalidade avançada. Trad. João Roberto Martins Filho et al. Ed. 2, Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2001

_____. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos EUA. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2007.

_____. (Entrevista) A criminalização da pobreza. *Mais Humana*, dez. 1999. Disponível em: <www.maishumana.com.br/loic1.htm>. Acesso em: 14 ago. 2017.

WASELFISZ, J.J. Mapa da violência II: os jovens do Brasil. Brasília: Unesco, 2000.

_____. Mapa da violência 2012: Os novos padrões da violência homicida no Brasil. 1ª Ed. Instituto Sangari, São Paulo, 2012.

_____. Mapa da violência 2014: Os jovens do Brasil. Secretária Nacional de Juventude, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília. 2014.

_____. Mapa da violência 2016: Homicídios por armas de fogo no Brasil. Secretária Nacional de Juventude, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília. 2015.

_____. Mapa da violência 2016: Homicídios por armas de fogo no Brasil. Secretária Nacional de Juventude, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília. 2016.

WORLD - Urbanization Prospects: the 2014 revision. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2015. Acesso em: jan. 2017. Disponível em: <https://esa.un.org/unpd/wup/Publications/Files/WUP2014-Highlights.pdf>

YUNES, J. & RAJS, D. Tendencia de lamortalidad por causas violentas enlapoblacion general y entre los adolescentes y jóvenes de laregión de las Américas. Cad. Saúde Pública, 10 (supl. 1): 88-125, 1994.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. Estudos Avançados, 2007.

_____. Condomínio do Diabo. Renavan Ed. UFRJ. Rio de Janeiro, 1994.

_____. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo em perspectiva, 13 (3), 1999.

_____. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: SANTOS, S.J.V.T. (Org). Violência em tempo de globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

ANEXO A

12 RMs, Manaus - Taxas Brutas de Mortalidade padronizadas por idade pelo método direto, período 1980 - 2014.

| RM | Regiões Metropolitanas Brasileiras - PADRÃO BRASIL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------|--|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------------|-------|--------------|--------------|-------|-------|--------------|-------|--------------|-------|-------|-------|-------|-------|--------------|--------------|--------------|-------|--------------|
| | 80 | 81 | 82 | 83 | 84 | 85 | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 | 93 | 94 | 95 | 96 | 97 | 98 | 99 | 00 | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 |
| Manaus/AM | 16,90 | 16,79 | 15,45 | 17,20 | 17,13 | 16,59 | 15,26 | 15,74 | 19,96 | 24,12 | 28,54 | 28,73 | 27,74 | 26,41 | 27,34 | 29,12 | 29,11 | 30,36 | 30,51 | 30,81 | 26,18 | 24,43 | 23,87 | 23,86 | 24,86 | 25,23 | 27,04 | 29,01 | 32,35 | 36,66 | 41,55 | 45,56 | 45,30 | 41,51 | 42,29 |
| Belém/PA | 15,35 | 14,84 | 15,83 | 15,64 | 15,91 | 15,24 | 14,82 | 15,97 | 17,43 | 20,31 | 23,31 | 24,58 | 21,75 | 21,48 | 20,61 | 21,62 | 20,67 | 21,35 | 20,04 | 18,81 | 17,14 | 19,38 | 21,76 | 23,86 | 28,32 | 31,60 | 34,45 | 39,22 | 45,04 | 55,86 | 59,33 | 61,05 | 57,68 | 57,41 | 59,21 |
| Fortaleza/CE | 16,78 | 17,61 | 18,16 | 18,64 | 19,04 | 17,90 | 16,05 | 14,96 | 15,56 | 16,01 | 16,27 | 14,79 | 15,66 | 15,71 | 19,09 | 20,36 | 22,05 | 19,81 | 20,02 | 20,85 | 22,44 | 23,87 | 25,01 | 25,83 | 26,94 | 27,29 | 30,39 | 31,19 | 32,40 | 35,29 | 39,60 | 49,37 | 59,44 | 69,00 | 68,72 |
| Natal/RN | 13,44 | 16,13 | 15,27 | 13,66 | 12,12 | 10,76 | 10,93 | 10,63 | 12,22 | 12,39 | 12,90 | 11,28 | 11,52 | 11,65 | 14,29 | 15,98 | 18,21 | 17,42 | 15,79 | 15,12 | 15,72 | 17,53 | 17,63 | 18,80 | 20,73 | 22,83 | 25,59 | 28,60 | 34,29 | 34,96 | 37,14 | 40,72 | 50,89 | 56,48 | 58,77 |
| Recife/PE | 19,60 | 22,78 | 25,84 | 28,69 | 30,64 | 32,12 | 33,09 | 34,09 | 37,61 | 41,78 | 46,22 | 44,56 | 43,40 | 39,75 | 41,04 | 41,64 | 48,65 | 59,23 | 67,30 | 70,45 | 70,35 | 69,69 | 70,31 | 66,82 | 67,55 | 66,17 | 66,09 | 64,24 | 59,53 | 52,53 | 48,99 | 44,53 | 41,05 | 38,54 | 38,49 |
| Salvador/BA | 3,50 | 3,86 | 3,92 | 5,15 | 4,57 | 4,82 | 5,05 | 6,76 | 10,85 | 11,69 | 8,53 | 6,18 | 12,93 | 23,34 | 28,38 | 29,28 | 28,99 | 31,23 | 26,69 | 23,85 | 22,01 | 27,37 | 31,67 | 34,21 | 35,02 | 35,44 | 38,67 | 48,59 | 54,97 | 60,88 | 65,27 | 64,20 | 61,15 | 57,96 | 54,69 |
| Belo Horizonte/MG | 12,84 | 11,96 | 10,42 | 9,98 | 9,33 | 9,20 | 9,05 | 9,18 | 9,95 | 10,31 | 11,51 | 11,44 | 12,14 | 11,83 | 12,96 | 13,85 | 15,42 | 17,48 | 18,92 | 21,97 | 23,88 | 28,59 | 35,03 | 42,47 | 46,09 | 43,88 | 40,50 | 38,21 | 35,89 | 32,53 | 33,92 | 34,96 | 36,90 | 35,58 | 33,56 |
| Vitória/ES | 16,56 | 18,77 | 19,62 | 18,60 | 18,36 | 17,53 | 19,95 | 22,97 | 30,96 | 36,76 | 42,31 | 41,22 | 46,06 | 50,80 | 58,38 | 61,54 | 67,21 | 76,15 | 82,51 | 80,19 | 71,33 | 70,70 | 72,73 | 75,09 | 72,27 | 70,85 | 70,62 | 73,64 | 76,12 | 73,13 | 68,60 | 64,42 | 61,52 | 56,19 | 51,18 |
| São Paulo/SP | 15,69 | 18,17 | 21,92 | 26,56 | 31,43 | 33,79 | 35,19 | 35,71 | 38,14 | 39,88 | 42,30 | 40,94 | 39,45 | 40,04 | 44,27 | 49,12 | 51,92 | 53,67 | 57,16 | 59,48 | 59,20 | 55,63 | 51,74 | 44,92 | 36,70 | 29,01 | 23,27 | 20,60 | 18,46 | 17,32 | 16,29 | 16,21 | 16,12 | 16,11 | 14,75 |
| Rio de Janeiro/RJ | 24,67 | 24,33 | 25,03 | 28,59 | 34,41 | 38,51 | 41,81 | 45,21 | 52,10 | 56,72 | 58,48 | 55,43 | 54,02 | 54,12 | 56,32 | 58,01 | 60,46 | 59,48 | 58,45 | 57,31 | 54,70 | 56,28 | 56,46 | 56,17 | 52,47 | 48,99 | 45,85 | 42,85 | 38,09 | 34,49 | 31,51 | 29,30 | 28,17 | 29,47 | 29,96 |
| Goiânia/GO | 19,46 | 19,54 | 17,73 | 15,27 | 13,62 | 13,33 | 13,75 | 17,67 | 20,46 | 21,15 | 21,38 | 20,68 | 21,50 | 20,85 | 21,95 | 21,89 | 19,38 | 17,69 | 18,44 | 20,35 | 21,91 | 24,90 | 26,43 | 28,57 | 27,73 | 27,66 | 26,91 | 29,24 | 30,68 | 31,62 | 34,00 | 39,65 | 46,38 | 49,17 | 49,49 |
| Porto Alegre/RS | 9,44 | 10,67 | 11,80 | 11,44 | 10,75 | 10,98 | 12,73 | 15,31 | 19,92 | 23,58 | 25,73 | 24,55 | 23,22 | 22,23 | 21,96 | 22,54 | 24,01 | 23,98 | 23,76 | 24,28 | 25,24 | 27,07 | 27,52 | 28,45 | 28,63 | 28,17 | 29,63 | 32,27 | 34,98 | 33,35 | 32,39 | 33,45 | 34,80 | 37,77 | 39,97 |
| Brasil | 12,64 | 13,63 | 14,69 | 16,02 | 17,34 | 18,17 | 18,74 | 19,56 | 21,40 | 22,81 | 23,83 | 23,05 | 22,84 | 22,85 | 23,98 | 24,91 | 25,91 | 26,59 | 27,15 | 27,97 | 28,03 | 28,92 | 29,47 | 29,08 | 28,15 | 26,90 | 26,37 | 26,51 | 27,01 | 27,46 | 27,81 | 28,32 | 28,89 | 29,14 | 29,16 |
| Manaus TBM | 15,76 | 15,66 | 14,55 | 16,28 | 16,31 | 15,91 | 14,73 | 15,32 | 19,27 | 23,34 | 27,82 | 28,09 | 27,08 | 25,77 | 26,69 | 28,62 | 29,38 | 30,90 | 31,05 | 31,28 | 26,41 | 24,58 | 23,92 | 23,80 | 24,84 | 25,31 | 27,33 | 29,69 | 33,17 | 37,67 | 42,60 | 46,59 | 46,18 | 42,35 | 43,56 |
| Município Manaus | 19,63 | 19,47 | 17,89 | 19,50 | 19,43 | 18,91 | 17,84 | 18,55 | 23,35 | 28,43 | 34,09 | 34,50 | 33,08 | 31,16 | 32,08 | 34,16 | 35,14 | 37,03 | 37,08 | 37,02 | 30,23 | 27,87 | 26,89 | 26,89 | 28,19 | 28,56 | 30,82 | 33,33 | 38,07 | 43,00 | 48,48 | 52,88 | 52,44 | 47,42 | 48,14 |

Nota:

Todas as taxas foram padronizadas pelo método direto, tomando como padrão a estrutura etária do Brasil.

Para os cálculos das taxas foram adotadas as seguintes premissas:

Os dados brutos de óbitos foram extraídos da base de dados do SIM/DATASUS, classificadas de acordo com a CID 9 e 10.

Como as taxas foram calculadas por grupos etários é dada a existência de óbitos com idade ignoradas. Foi necessária a distribuição dos óbitos com idades ignoradas.

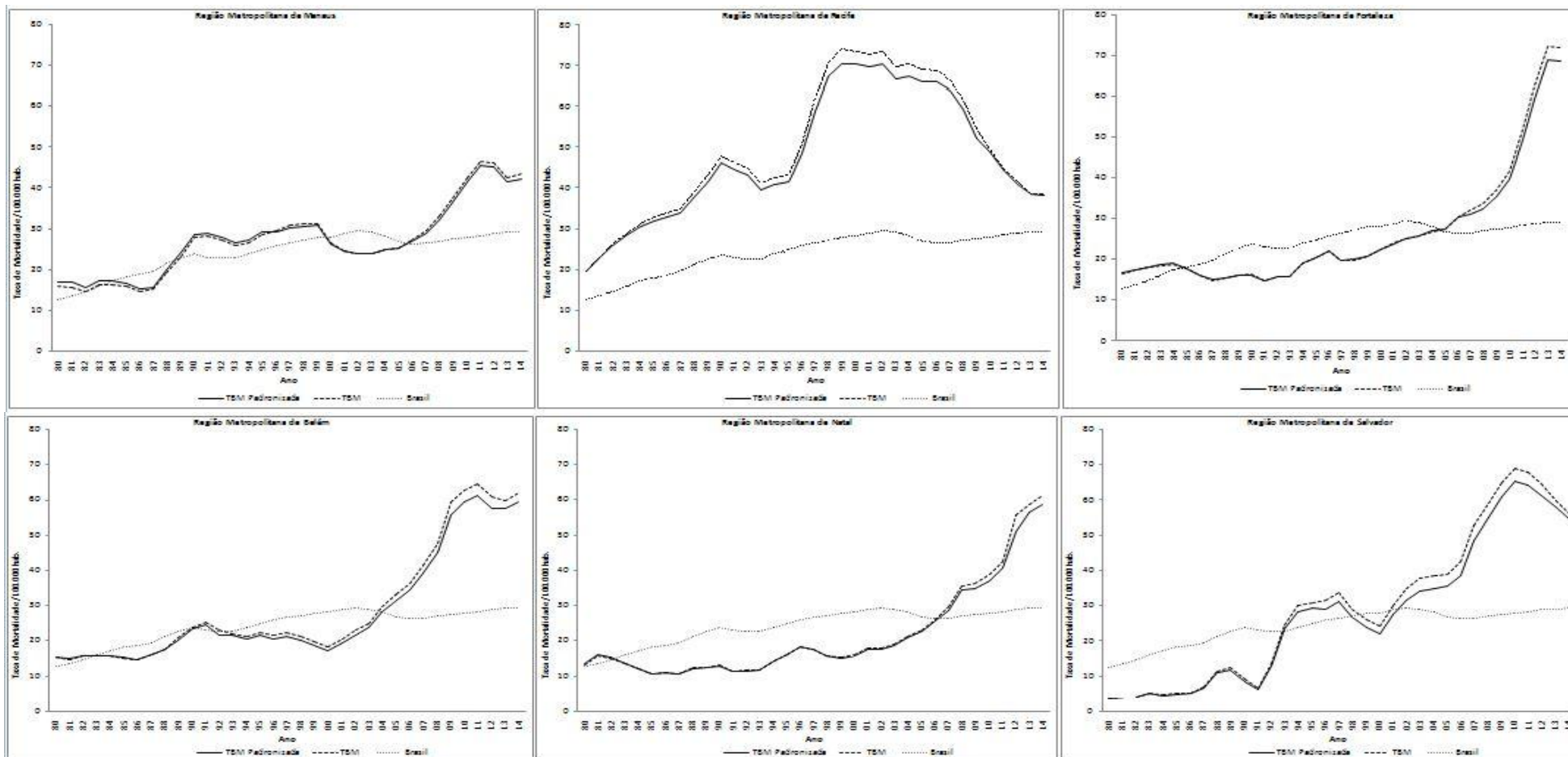
Para isso foi feita uma decomposição do total de óbitos para em seguida se fazer a distribuição pro-rata destes óbitos de idades ignoradas.

Os dados de população foram extraídos das estatísticas demográficas do DATASUS que são provenientes do IBGE.

Para a população foram utilizados dados básicos do IBGE, nos anos censitários 1980, 1991, 2000 e 2010 e das contagens populacionais de 1996, e 2007 a partir de 2011 a 2014 foram utilizados as estimativas populacionais disponibilizadas também na plataforma do DataSus, atualizado pelos dados do IBGE.

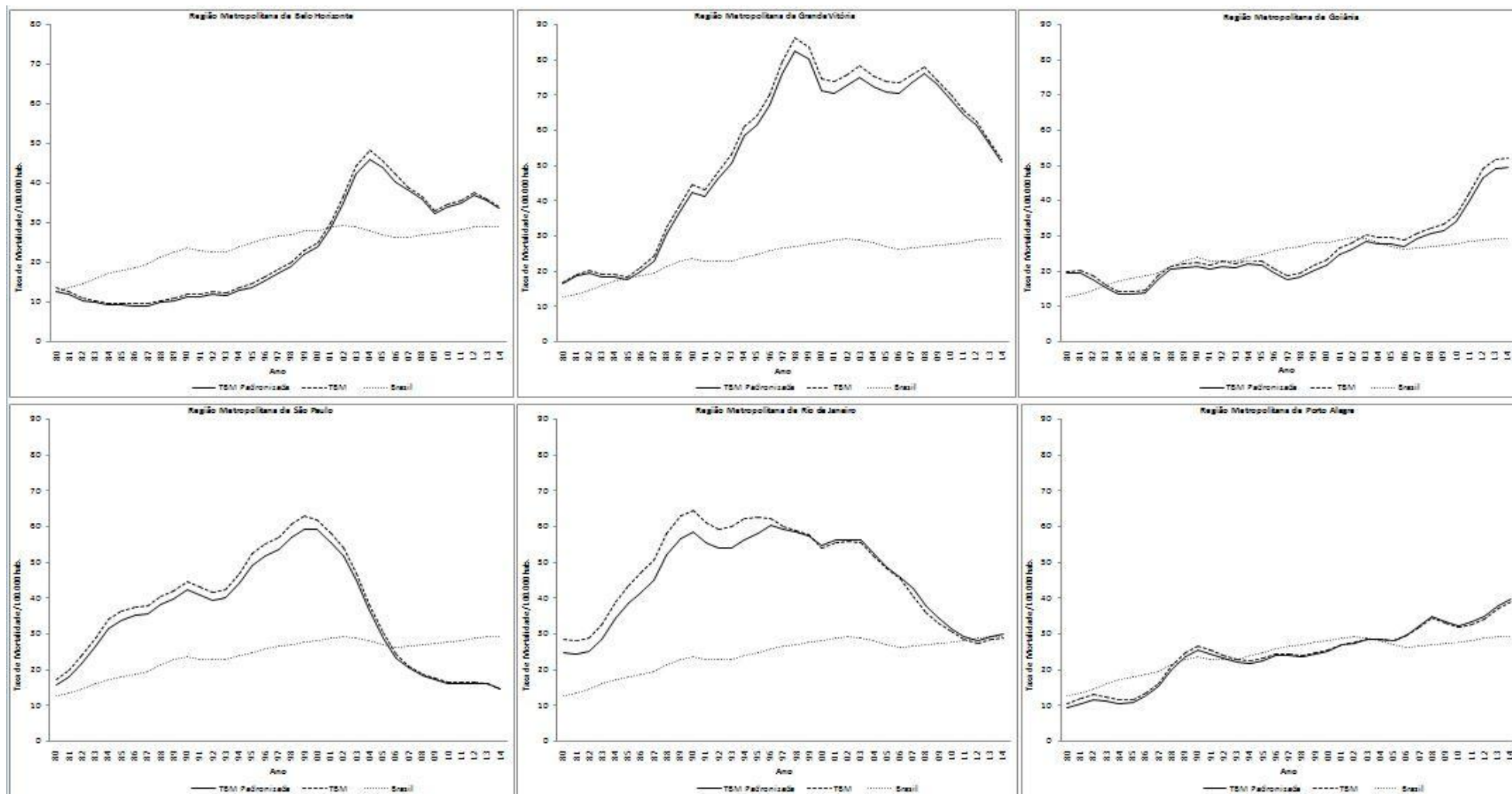
ANEXO B

Taxa de mortalidade por homicídios padronizadas e sem padronização por 100.000 habitantes das Regiões Metropolitanas: Manaus, Recife, Fortaleza, Belém, Natal, Salvador, Belo Horizonte, Grande Vitória, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Brasil, no período de 1980 a 2014.



Fonte: Dados provenientes do SIM/MS/DATASUS e do IBGE.

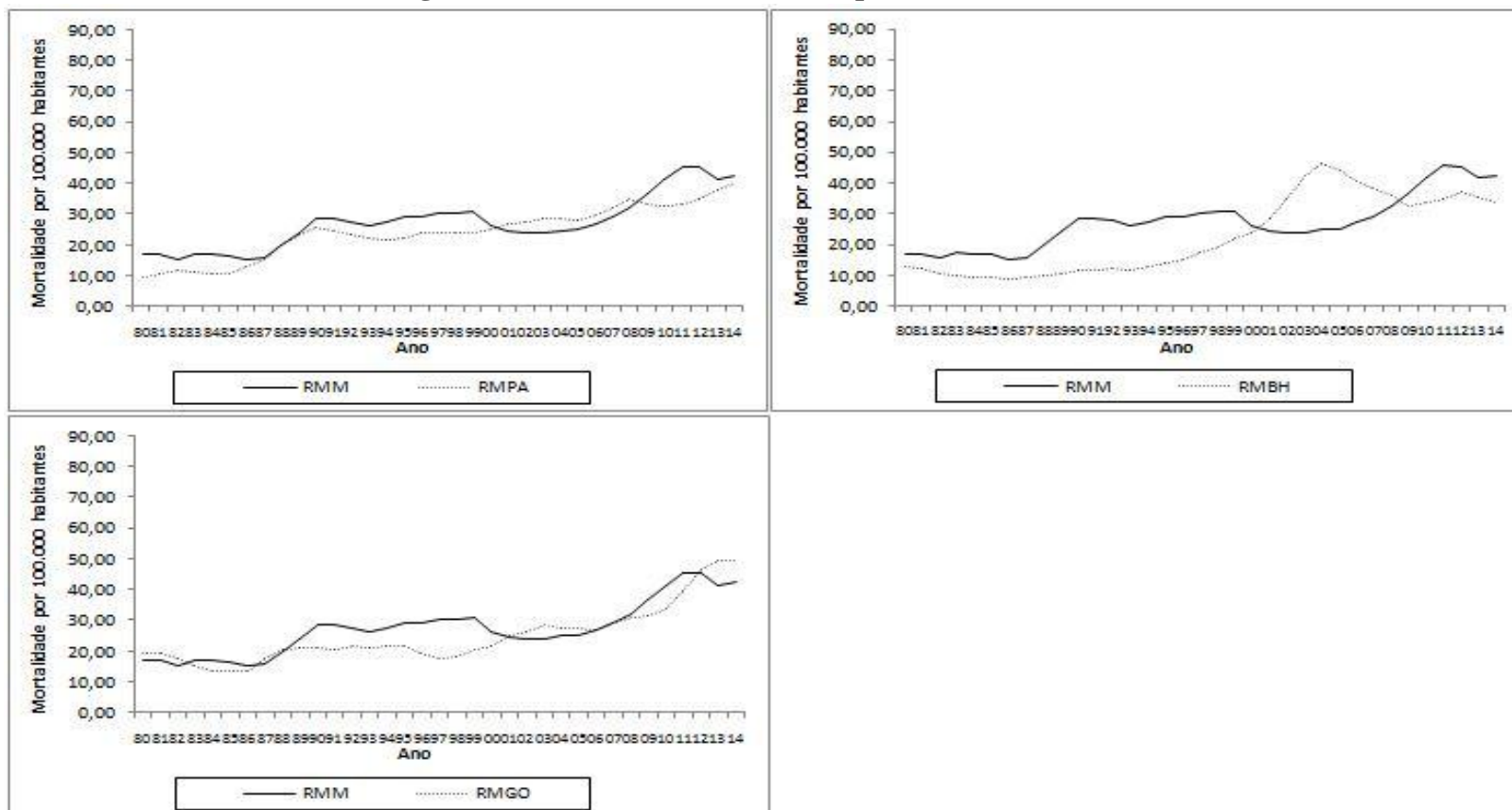
Continuação



Fonte: Dados provenientes do SIM/MS/DATASUS e do IBGE.

ANEXO C

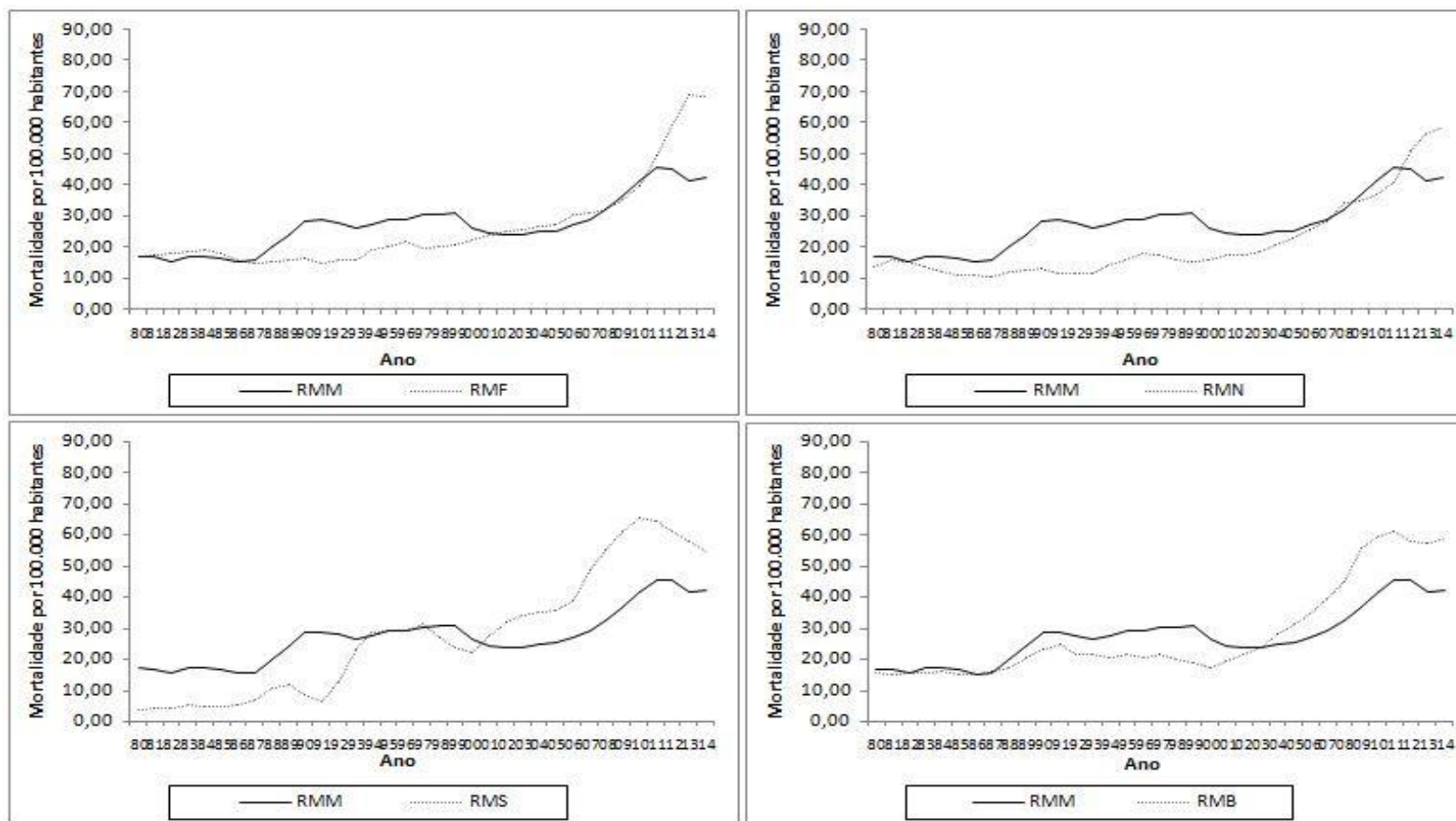
Grupo 1: Taxas de mortalidade por homicídios padronizadas por 100.000 habitantes das Regiões Metropolitanas de Manaus, Porto Alegre, Belo Horizonte e Goiânia, no período de 1980 a 2014.



Fonte: Dados provenientes do SIM/MS/DATASUS e do IBGE

ANEXO D

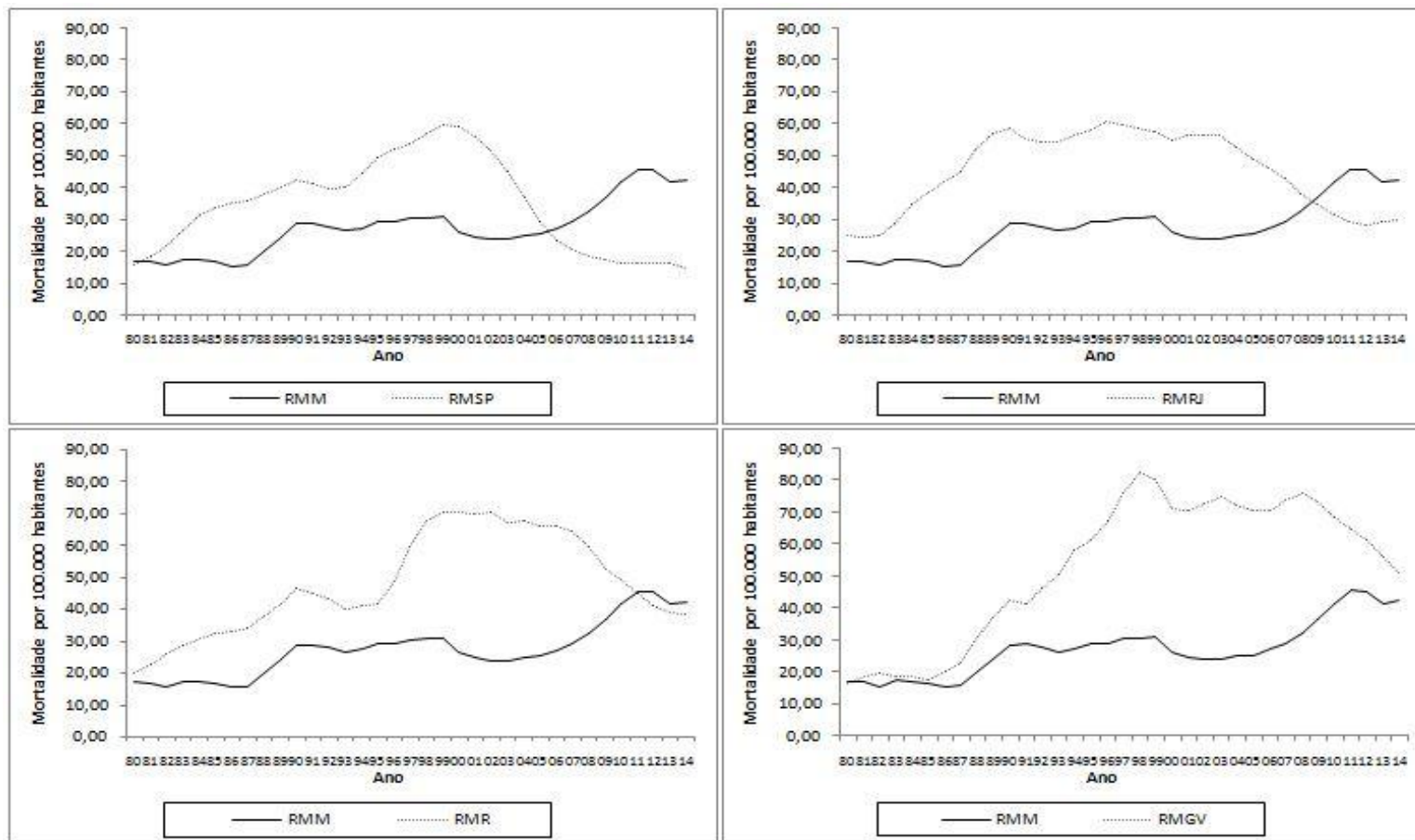
Grupo 2: Taxas de mortalidade por homicídios padronizada por 100.000 habitantes das Regiões Metropolitanas de Manaus, Fortaleza, Natal, Salvador e Belém, no período de 1980 a 2014.



Fonte: Dados provenientes do SIM/MS/DATASUS e do IBGE

ANEXO E

Grupo 3: Taxas Bruta de Mortalidade padronizada por 100.000 habitantes das Regiões Metropolitanas de Manaus, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Grande Vitória, no período de 1980 a 2014.



Fonte: Dados provenientes do SIM/MS/DATASUS e do IBGE.